LIVRO BRANCO

para a valorização das actividades tradicionais

ÍNDICE

FICHA TÉCNICA

Título.
Livro Branco para a Valorização das Actividades Tradicionais

Elaboração Técnica.
Parceria "Ex-Libris" – Reconverter/Adaptar/Certificar o Bordado de Castelo Branco
ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul [António Realinho, Teresa Magalhães, Sara Valério, Gerardo Ribeiro, Margarida Cristóvão]
IMC / Museu de Francisco Tavares Proença Júnior [Aida Rechena, Celeste Ribeiro]
Instituto Politécnico de Castelo Branco [Fernando Raposo, José Silva, Fernando Barbosa]
Câmara Municipal de Castelo Branco [Pedro Moreira]
Espaço e Desenvolvimento – Estudos e Projectos, Lda.
Bordadoras: Alice Gordino, Gracinda Marques, Maria de Jesus Pinto, Rosário Sanches

Parceria "Post-Libris" – Transferir gerando Inovação e Valor
ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul [António Realinho, Teresa Magalhães, Sara Valério, Gerardo Ribeiro]
IMC / Museu de Francisco Tavares Proença Júnior [Aida Rechena]
ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave [José António da Mota Alves, Tadeu Alves, Conceição Fernandes, Vítor Tinoco]
CEARTE – Centro de Formação Profissional do Artesanato [Luís Rocha, Ana Cristina Mendes]
Município de Marvão [Pedro Sobreiro, Fernanda Cristina Sobreiro, Maria Felicidade Tavares]
Beneficiários Finais [Maria de Jesus Pinto, Joaquina Coelho, Sandra Pereira, Sandra Gonçalves, Maria dos Prazeres Pereira, Jacinta Costa, Luís Rodrigues, Elisabete Afonso, Elisabete Fernandes, Inês Barbosa, Luís Silva, Paula Mourão, Áurea Azevedo]
Re-Start Consulting [Florindo Ramos]

Coordenação Técnica.
ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul [Teresa Magalhães]

Entidades Autoras.
ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul
IMC / Museu de Francisco Tavares Proença Júnior
Instituto Politécnico de Castelo Branco
Câmara Municipal de Castelo Branco
ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave
CEARTE – Centro de Formação Profissional do Artesanato
Município de Marvão
Re-Start Consulting

Co-financiamento.
Iniciativa Comunitária EQUAL

Design e produção Gráfica.
DallDesign, Unipessoal, lda.

Editores.
Parceria "Ex-Libris" – Constituída pela ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul, IMC/ Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, Câmara Municipal de Castelo Branco e Instituto Politécnico de Castelo Branco.
Parceria "Post-Libris" – Constituída pela ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul, IMC/ Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Alto do Homem, Cávado e Ave, Município de Marvão, CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato.

Iª Edição.
Novembro de 2008

Tiragem.
500 exemplares

ISBN.
978-989-95138-4-6

Voltar para o índice

{nota de abertura}

As artes e ofícios tradicionais são um bem cultural que importa e urge preservar, promover e valorizar enquanto potencial de uma identidade cultural própria, determinante para a economia e desenvolvimento dos territórios e regiões.

O papel deste sector para o desenvolvimento dos territórios, em especial dos territórios rurais, é hoje amplamente reconhecido. O grande desafio passa por implicar e envolver, no âmbito de projectos de desenvolvimento local, os públicos e as comunidades na criação, apropriação e difusão dos bens culturais para que esse desenvolvimento se processe.

Os modelos de actuação no sector devem constituir fortes apostas estratégicas no desenvolvimento dos territórios que, articulados com outras actividades económicas demonstrem ser fortemente potenciadoras de emprego qualificado e de desenvolvimento local. Para que essas estratégias sejam eficazmente reconhecidas e apropriadas pelos actores têm que perspectivar novos modelos de organização, requalificação, valorização e promoção das actividades tradicionais, consubstanciadas em projectos originais, inovadores e com dimensões fortemente experimentais, que envolvam activamente os públicos e as comunidades.

O Livro Branco é o contributo de duas Parcerias de Desenvolvimento para as reflexões que outros territórios poderão desenvolver sobre as problemáticas associadas às actividades tradicionais:

- a primeira, de cariz territorializado e autora do Livro Branco, constituída pela ADRACES - Associação de Desenvolvimento, Câmara Municipal de Castelo Branco, Instituto Politécnico de Castelo Branco e Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, concebeu e implementou o projecto "Ex-Libris" - Reconverter/Adaptar/Certificar o Bordado de Castelo Branco, através do qual experimentou soluções, concebeu produtos e instrumentos e validou um método conceptual de planeamento, concepção e implementação de estratégias integradas para a reconversão e valorização de uma actividade tradicional;
- a segunda, gerada pela primeira e constituída por dois Autores do Livro Branco - ADRACES

Voltar para o índice

e Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, dois Incorporadores - ATAHCA - Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave e Município de Marvão, um Disseminador - CEARTE - Centro de Formação Profissional do Artesanato e, uma entidade mediadora - consórcio Re-Start Consulting/Global Change que, envolvidos no processo de disseminação "Post-Libris" - Transferir Gerando Inovação e Valor, constituíram uma Comunidade de Práticas assente num pressuposto único e orientador de toda a sua dinâmica e metodologia: transferir inovação resultante de um processo de experimentação e aprendizagem entre os profissionais das entidades autoras, incorporadoras, disseminadora e mediadora.

O Livro Branco foi reeditado com os inputs resultantes das aprendizagens colaborativas realizadas pela PD "Post--Libris". Foi objecto de consideráveis alterações decorrentes da análise e partilhas por ele geradas em sede de disseminação, consideradas facilitadoras da sua apropriação e incorporação por outros contextos e utilizadores.

O processo de disseminação evidenciou o potencial que a partilha colaborativa do conhecimento produz na construção de modelos de cidadania activa, capazes de consolidar as bases da construção de novas referencias que contribuam eficazmente para o desenvolvimento das actividades tradicionais e reconhecimento da sua importância estratégica para o desenvolvimento dos territórios.

António Realinho
Director Executivo da ADRACES

capitulo I

GUIA DE CONTEÚDOS

01

Voltar para o índice

01

Voltar para o índice

O que é o Livro Branco

O Livro Branco expõe as abordagens, metodologias e estratégias adoptadas pela Parceria de Desenvolvimento "Ex-Libris" para favorecer a Reconversão e Valorização do Bordado de Castelo Branco, consolidadas pela análise e reflexões partilhadas geradas pelo projecto "Post-Libris" em processo de disseminação. A metodologia de intervenção que pautou a concepção e operacionalização do Projecto, assentou numa nova cultura de parceria e participação colaborativa nos diversos níveis da intervenção e de públicos. Estes são para a PD argumentos e garantias que permitem desenvolver um conjunto alargado de instrumentos e mecanismos passíveis de reconverter e valorizar as actividades tradicionais.

O Livro Branco pretende lançar o debate sobre essas questões, contribuindo com as boas-práticas do "Ex-Libris" para a construção de instrumentos e mecanismos de forma integrada, dinâmica e participativa, através da adaptação dos processos de produção e dos produtos, em múltiplas vertentes: adequação a regras de qualidade (designadamente a certificação), formação adequada, inclusão das novas tecnologias nos processos de produção e comercialização, perspectivação dos mercados de consumidores e, consequente internacionalização.

O Livro Branco enfatiza as práticas metodológicas utilizadas na construção de tangíveis que permitam a requalificação e valorização de uma actividade tradicional, de que se evidenciam os seguintes instrumentos:

- Construção dos procedimentos de certificação;
- Definição de perfis e construção de itinerários formativos adequados;
- Associação das novas tecnologias aos processos de produção e comercialização, mobilizando os públicos para as vantagens da sua utilização;
- Construção de cenários e formas eficazes de promoção, valorização e internacionalização das produções artesanais.

O Livro Branco evidencia ainda as práticas metodológicas associadas à concepção de um projecto integrado, mobilização de parceiros e públicos.

As práticas referenciadas podem ser aplicadas de forma integrada ou adoptadas e adaptadas de forma parcelar por outros territórios que pretendam desenvolver processos de valorização de um produto ou actividade tradicional com repercussões económicas e sociais para o território onde se inscreve.

Objectivos

O Livro Branco está configurado para atingir os seguintes objectivos:

- Facultar um modelo simples e objectivo de planeamento, concepção e implementação de projecto integrado e concepção de produtos/instrumentos, cujas práticas metodológicas e aplicação permitem a requalificação e valorização de uma actividade tradicional;
- Proporcionar propostas metodológicas de reflexão e aprendizagem como suporte e apoio a todos os profissionais que pretendam encetar processos de requalificação e valorização de actividade tradicional;
- Apresentar de forma clara e sintética as diferentes fases do processo, com as práticas metodológicas e procedimentos técnicos necessários à implementação do mesmo;
- Disponibilizar instrumentos e mecanismos de apoio à implementação do processo;
- Facultar mecanismos capazes de fomentar e consolidar a cultura de partilha e responsabilização entre organizações, actores e activos, reforçando as políticas de diálogo, *empowerment* e Igualdade de Oportunidades, necessárias a esta tipologia de processos;
- Fomentar o envolvimento dos actores territoriais e públicos em toda a aplicação do processo, incrementando a comunicação entre os diversos agentes e actores;
- Utilizar o modelo inscrito para, juntamente com outras práticas a partir dele provenientes, promover mudanças estruturais nos sectores tradicionais e uma cultura de corresponsabilização na implementação e resultados;
- Desenvolver capacidades e competências técnicas de aprendizagem partilhada nos agentes, organizações e públicos envolvidos;
- Promover a reflexão em torno de práticas que incentivem a partilha entre indivíduos e organizações, através de sugestões metodológicas concretas que podem contribuir para o (re)surgimento de outras mais eficazes.

Utilizadores

O Livro Branco foi concebido para ser utilizado por entidades territoriais diversas, comunidades de práticas, indivíduos ou grupos que pretendam, em parceria ou individualmente, encetar processo análogo relativo à concepção de procedimentos e mecanismos associados à reconversão, adaptação e valorização de actividade ou produto tradicional, através da implementação de metodologias participativas e de co-responsabilização.

Capítulos e suas funções

O Livro está estruturado em três capítulos:

Capítulo I - Conteúdos do Livro: estruturação e organização;

Capítulo II - Método "Ex-Libris": apresentação de um conjunto de técnicas e práticas testadas, assentes na implementação das metodologias participativas e integradas. A sua apresentação reparte-se por duas partes: a primeira descreve o método, recorrendo à análise do projecto que lhe serviu de base; a segunda apresenta um conjunto de fichas modulares, por grandes temas, que analisam

e teorizam sobre as práticas metodológicas de aplicação e operacionalização do Método.

Capítulo III - A filosofia de Intervenção Equal: aplicação dos seus princípios

No final do Livro foi introduzido o **Elucidário** de conceitos e **Siglas**.

O Livro contém ainda em anexo um conjunto de instrumentos/resultados tangíveis do projecto "Ex-Libris", enquanto suporte explicativo e orientativo nas questões basilares do projecto/processo, servindo ainda de modelos processuais para a construção de instrumentos similares noutros contextos e para outras actividades/sectores.

Como está organizado

O Livro Branco sistematiza as acções-chave do método resultante de todo o processo e sua operacionalização, estando relatadas as etapas, as metodologias relevantes, os pré-requisitos e questões orientadoras e os factores críticos que influenciaram a acção e os resultados. Esta disposição permite a cada utilizador o acompanhamento coerente e pragmático de todas as fases do processo ou suas parcelas, de acordo com as necessidades evidenciadas.

Apropriação e exploração

O Livro Branco é um instrumento de trabalho de suporte explicativo e orientativo, que pretende, no seu conjunto, atender a necessidades específicas dos seus utilizadores, designadamente respostas a questões como:

- Como planear, conceber e implementar um projecto integrado?
- Como identificar os parceiros adequados e mobilizar os públicos?
- Que práticas metodológicas implementar para criar os procedimentos e especificações que permitem a certificação de produtos?
- Como definir os perfis profissionais e criar os respectivos itinerários formativos?
- Como, em que moldes e fases do processo criativo devem ser associadas as novas tecnologias às actividades tradicionais?
- Como mobilizar os públicos-alvo e as entidades territoriais?
- Que tipologia de parceria deve incrementar processos desta natureza?

Pretende-se passar intencionalmente a ideia de que a implementação de um projecto integrado para a requalificação e valorização de uma actividade tradicional se reveste, no seu conjunto, de uma força inequívoca na mobilização de públicos e território, conseguindo-se a partir da sua implementação concertada um capital de confiança e credibilidade facilitadoras da implementação e apropriação dos processos por ambos.

As componentes de interligação entre as diversas variáveis do processo permitem a valorização da actividade como um todo, existindo um aproveitamento e exploração de sinergias de todos os agentes envolvidos, factor que pode ser eficazmente rentabilizado nesta tipologia de processos de cariz territorial e, em actividades de difícil consecução de estratégias de cariz inovador.

De qualquer modo, a apropriação parcelar é também possível e o Livro está estruturado de forma a possibilitar eficazmente essa apropriação. É natural que haja territórios e actividades tradicionais que têm necessidade de desenvolver apenas partes do processo, considerando que podem existir outras dinâmicas já desenvolvidas e que apenas necessitam ser exploradas e aproveitadas. Neste caso, é possível ao utilizador efectuar uma exploração temática do Livro, de acordo com as suas reais necessidades e prioridades.

MENSAGEM-CHAVE

A apropriação de práticas metodológicas inovadoras no que se refere às actividades tradicionais, exige as necessárias adequações aos contextos específicos em que vai ser aplicado, seja no todo ou parcelarmente, requerendo portanto uma profunda auto--reflexão sobre as práticas apresentadas, factor que permitirá dar início a interessantes dinâmicas territoriais e consequente envolvimento de agentes que poderão fazer parte da parceria necessária à consecução de projectos desta natureza. O Livro Branco é uma proposta de trabalho que deverá ser avaliada tendo em conta o novo contexto. Além disso, aponta caminhos possíveis que concerteza necessitam ser adaptados antes de ser adoptados.

capitulo II

MÉTODO "EX-LIBRIS" PARA A RECONVERSÃO E VALORIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES TRADICIONAIS

02

Voltar para o índice

02

Voltar para o índice

Parte A — O Processo

O que é o método "Ex-Libris"?

Modelo integrado de intervenção territorial, cuja aplicação promove a reconversão e valorização de um produto tradicional, em toda a fileira da actividade a ele associada.

O método demonstra a necessária articulação entre os diversos níveis da intervenção (ideia de projecto, identificação e mobilização de parceiros, diagnóstico participativo, envolvimento dos públicos e comunidade, implementação das acções que operacionalizam as estratégias de intervenção, resultados e sua sustentabilidade, disseminação desses resultados), recorrendo, em todas as fases do processo, a instrumentos e mecanismos geradores de participação activa, integração e colaboração com os destinatários e beneficiários finais da intervenção.

"Ponto de partida"

Fase 1 - Ponto de partida

a) Parceria Piloto

- Organização Institucional
- consciencialização territorial dos problemas e potencialidades associadas à actividade
- Definição da tipologia de entidade(s) capaz(es) de liderar o processo e projecto de requalificação e valorização de actividade
- Unificação de Esforços - Contruir Parceria Piloto

b) A Ideia de Projecto

- Conceber 2ª versão de ficha projecto com definição de acções base
- Listar e contactar instituições e pessoas recurso
- Definir tipologia de projecto, instituições e pessoas a envolver
- Conceber o projecto de partida, com base nas sugestões e orientações recolhidas

Fase 2 - Constituição de Parceria de Desenvolvimento

a) Constituir PD com fortes conhecimentos e ligações à actividade

b) Determinar inputs e outputs de cada parceiro

c) Adaptar as especificidades de cada Parceiro às acções delineadas

d) Negociar e definir estratégias e modelos de intervenção

e) Mobilização e introdução de novos elementos ao longo do processo (caso seja necessário)

"Preparar a intervenção"

Fase 3 - Diagnóstico Participativo

a) Criar estrutura de Gestão e decisão

b) Criar estrutura técnica

c) Criar sub-equipas para trabalho de terreno

d) Levantamento, análise e interpretação de dados

e) Apresentação pública de resultados

f) Definir estratégia global

Fase 4 - Ajustar e aprefeiçoar o projecto

a) Conceber projecto final com base:

- Na ideia inicial
- Nas experiências individuais
- Nas problemáticas identificadas
- Nas sugestões e orientações emergentes dos públicos e comunidade

Fase 5 - Preparar a intervenção

a) Criar os procedimentos de gestão organizacional e de operacionalização territorial

b) Estabelecer objectivos a atingir por parceiros

"Implementar o projecto"

Fase 6 - Projecto final

a) Projecto final que determina as actividades, o parceiro responsável pela sua implementação e os objectivos e resultados a atingir

b) Implementação das acções operacionais do projecto:

- Conceber e testar procedimentos, mecanismos e estratégias de reconversão das actividades, activos e actores
- Sensibilizar, informar, mobilizar, envolver, motivar activos e actores
- Promover estratégias e mecanismos de valorização e promoção da actividade, activos e actores

c) Produto final (Disseminável)

Fase 7 - Perspectivas de futuro / sustentabilidade

a) Definir plano estratégico de intervenção futura

b) Operacionalizar um centro para a promoção e valorização da actividade

c) Definir participação de cada Parceiro

d) tomar medidas para operacionalizar o plano

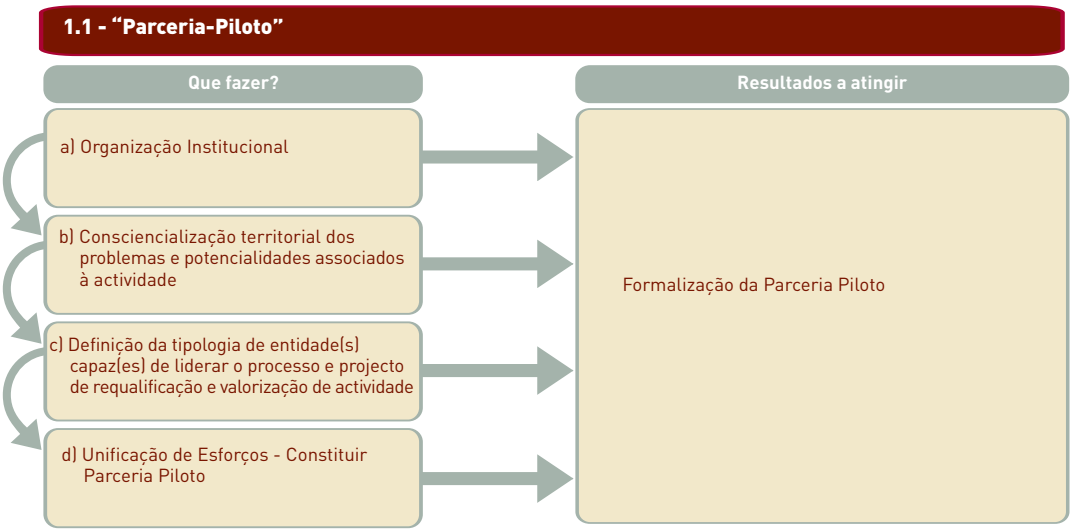
Disseminação

FASE 1 – PONTO DE PARTIDA

Constituição de Parceria Piloto

A implementação do Método Ex-Libris inicia-se com a reunião de um conjunto de factores que constituem a sua **alavanca**:

1. Existência de uma **entidade capaz de liderar** o processo ou projecto. Essa entidade deverá reunir consensos, mobilizar interesses, captar e maximizar sinergias territoriais. Deve gerar um processo de liderança capaz de unificar esforços em redor de objectivos comuns, gerir conflitos, interesses e expectativas.
2. Essa entidade deve **identificar e elencar outras instituições e/ou indivíduos** que se denotem incontornáveis no processo de maturação da ideia de projecto e mobilizá-los para a fase de concepção do projecto.
3. A **abordagem** daquelas entidades e/ou indivíduos deverá ser efectuado da forma que a entidade líder considerar mais adequada ao perfil de cada potencial parceiro (seja colectivo ou individual).
4. Os contactos e mobilização de entidades e/ou indivíduos deve ser efectuada a partir da apresentação de documento base que reúna um conjunto de ideias claras sobre a actividade e tipologia de projecto que poderá ser desenvolvido, acrescentando-lhe as mais valias decorrentes da análise conjunta desta primeira fase de contactos. Este documento costuma designar-se por **Ficha de Projecto**.
5. Estes contactos iniciais permitem ainda clarificar que entidades e/ou indivíduos reúnem condições para colaborar e se co-responsabilizar pela corporização da ideia e do projecto e fazer parte da parceria final. Preferencialmente, devem ter correlação directa com a actividade e/ou produto a valorizar, e serem capazes de diagnosticar problemas e potencialidades.
6. Durante esta fase é importante desde logo, a partir da análise Swot da actividade (mesmo que insípida), definir e clarificar se a actividade/sector tradicional detém potencialidades para se constituir como um dos vectores-chave do desenvolvimento local, devendo o documento de trabalho potenciar e ilustrar essa vertente.
7. À medida que o documento base vai ficando mais consistente devem ser promovidos plenários institucionais com os beneficiários, actores e entidades mais representativas do território e que, directa ou indirectamente estão ou estiveram ligadas à actividade, imprimindo esforços no sentido de definir o primeiro ensaio de parceria que terá como responsabilidade corporizar e implementar o projecto.



MENSAGEM-CHAVE

A função de liderança de uma Organização fortemente representativa em termos territoriais é fundamental. Essa entidade terá de impulsionar vontades, desmobilizar eventuais individualismos e congregar diferenças. A unificação de esforços de diferentes entidades e/ou indivíduos, deve ser assumida como elemento imprescindível ao sucesso da futura intervenção.

É fundamental que a escolha da entidade líder seja consensualizada em termos territoriais, assegurando-se assim a necessária legitimidade para que esta possa reunir consensos, mobilizar interesses, captar e maximizar sinergias.

Deve ainda definir-se que outras instituições e/ou pessoas devem colaborar e co-responsabilizar-se com a primeira pela corporização da ideia, devendo estas ter correlação directa com a intervenção ou projecto.

A idea de projecto

Determinados os pressupostos de partida, as entidades e/ou indivíduos que constituem a Parceria Piloto e assumem responsabilidades directas e efectivas no desenvolvimento do processo, devem:

1. Desenhar um conjunto de actividades-base consistentes para a concepção de um projecto integrado, cujos resultados sejam desde logo enfocados para a requalificação e valorização de toda a fileira da actividade tradicional objecto da intervenção. O resultado deste trabalho deve ser transferido para a **Ficha de Projecto** que assim terá uma segunda versão.
2. Simultaneamente, elencar instituições e pessoas--recurso, do território e fora dele, que podem contribuir com mais-valias efectivas para a operacionalização do plano.
3. A Ficha de Projecto (2ª versão) deve funcionar como "cartão de apresentação" da ideia, devendo ser colocado à análise e discussão territorial (entidades, beneficiários, pessoas-recurso internas e externas…), em reuniões formais e informais, no sentido de colher e acolher ideias, mais-valias e vontades.

No final deste processo a Parceria-Piloto terá ideias claras sobre as actividades a desenvolver durante a intervenção, assim como de instituições e/ou indivíduos a envolver para além dos que integraram a Parceria-Piloto.

MENSAGEM-CHAVE

Fundamental a concepção de uma segunda versão da Ficha de Projecto bem estruturada e fruto de reflexões aprofundadas, com ideias e objectivos claros, concisos e de acordo com as necessidades conhecidas, que permita a análise e discussão territorial, a recolha de informações e ideias e, seja orientador das acções e sessões de reflexão colectiva.

Necessário que nesta fase, as entidades responsáveis pelo desenvolvimento deste trabalho prévio, demonstrem eficácia, eficiência e proficiência no tema, para terem um argumentário válido para todos e principalmente para aqueles que nestes processos denotam dificuldades e apreensões, no sentido de angariarem o estatuto de credibilidade e seriedade necessárias a estes projectos/processos e sua dinâmica.

FERRAMENTAS DE APOIO AO MÉTODO

Para esta fase do Método Ex-Libris, sugerimos a utilização das seguintes ferramentas:

- Checklist de cumprimento de requisitos da sub-fase Parceria-Piloto
- Checklist de cumprimento de requisitos da sub-fase Ideia de Projecto
- Template de Ficha de Projecto

CHECKLIST – parceria piloto

1. A Ficha de Projecto está criada?

☐ **Não** ☐ **Sim**

2. Existe, no território, uma entidade capaz de liderar a intervenção de valorização da actividade tradicional?

☐ **Não** ☐ **Sim**

Qual? _____

3. Quem são as outras instituições e/ou indivíduos que devem participar na maturação da ideia de projecto e ser mobilizados para a fase de concepção do projecto?

_____

_____

_____

_____

_____

4. Como vão ser abordadas cada uma daquelas entidades?

Entidade	**Abordagem**

5. Das entidades abordadas, quais as que reúnem condições para integrar a Parceria-Piloto?

_____

_____

_____

_____

CHECKLIST – ideia de projecto

1. Existe 2ª versão da Ficha de Projecto com um conjunto de actividades-base consistentes para a concepção de uma intervenção integrada, cujos resultados visem a requalificação e valorização de toda a fileira da actividade tradicional?

☐ **Não** ☐ **Sim**

2. Listagem de instituições e pessoas-recurso, do território e fora dele, que podem contribuir com mais-valias efectivas para a operacionalização do plano:

3. A discussão da Ficha de Projecto (2ª versão) permitiu recolher ideias, mais-valias e vontades que acrescentam valor à intervenção?

☐ **Não** ☐ **Sim**

ficha de projecto (Template)

Designação do Projecto: _____

Acrónimo: _____

Produto ou actividade tradicional alvo da intervenção: _____

Ideia de projecto (problemas e/ou oportunidades de partida, razão de ser do projecto, etc.): _____

_____

_____

_____

_____

Instituições a envolver:

_____

_____

_____

_____

Pessoas-recurso a envolver:

_____

_____

Actividades (draft):

1. Actividade 1
2. Actividade 2
3. Actividade 3
4. Actividade 4
5. Actividade 5

Objectivos específicos (draft):

1. Objectivo 1
2. Objectivo 2
3. Objectivo 3
4. Objectivo 4
5. Objectivo 5

Projecto necessitará de co-financiamento?

☐ Não

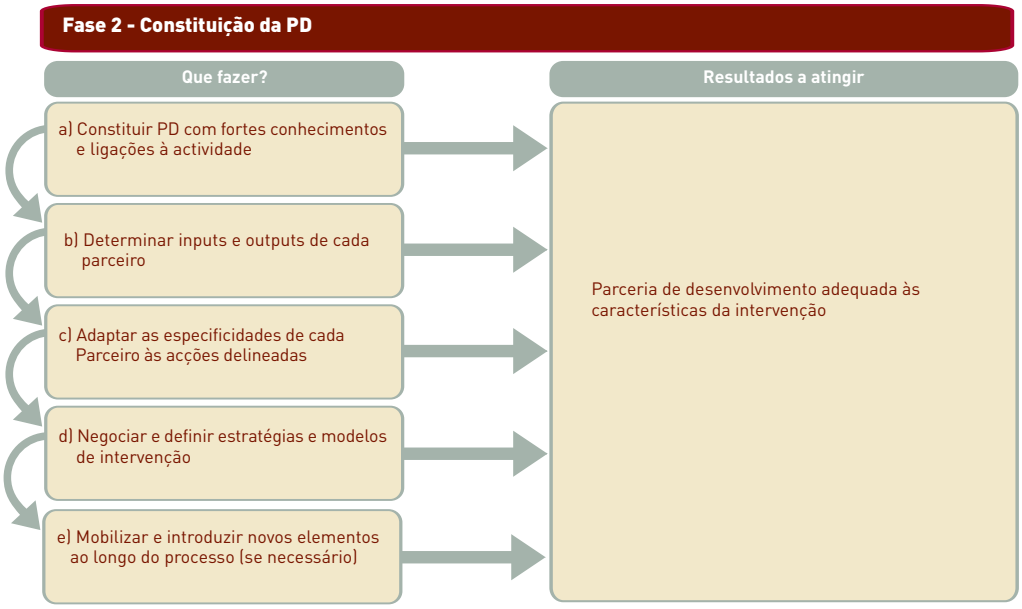
☐ Sim. Quais? _____

FASE 2 - CONSTITUIÇÃO DA PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO

Clarificada a ideia de projecto e definidos os objectivos e acções a partir de problemas e necessidades já conhecidas e registadas (que poderão ser aprofundadas posteriormente através da realização de diagnóstico participativo), a fase consiste na **constituição da Parceria de Desenvolvimento** que detenha fortes ligações e conhecimentos sobre a actividade.

Tipologia e Características da PD:

1. Aconselha-se a constituição de uma Parceria ***pequena*** e ***distintiva***, por ser mais **operacional** e **mobilizável** para a concretização de **objectivos comuns**. Conhecer e adaptar as especificidades de cada parceiro às minuciosidades e especificações das actividades a desenvolver e, em conjunto, definir e negociar estratégias, mecanismos e práticas para atingir os objectivos.
2. As responsabilidades e os ***inputs*** e ***outputs*** de todos e cada um devem ser claramente delineados no início do processo. Cada instituição da Parceria deve acomodar o novo processo e projecto nas suas estratégias e actividades. Devem ainda definir de forma clara e objectiva as ***mais-valias*** que poderão conferir e atribuir ao projecto.
3. Todas as entidades e/ou indivíduos devem garantir as condições necessárias para ***estabilidade da equipa de projecto*** durante a sua execução facilitando assim que todos detenham conhecimentos aprofundados do projecto, suas actividades, vantagens e desvantagens, falem a mesma linguagem e sentirem-se imbuídos do espírito do projecto.
4. Cada uma das estruturas deve estar apta a definir os *inputs* específicos a disponibilizar ao Projecto e às ***formas de governança*** interna e externa do processo, numa gestão harmonizada de sinergias e competências de cada um e do todo, sempre respeitando as individualidades e especificidades de cada um.
5. Sempre que as características do projecto o justifiquem, outros actores deverão ser mobilizados de forma colateral. Uns através da prestação de serviços específicos, outros para acompanhamento de todo o processo de concepção e validação de informação produzida. No seu conjunto deverão constituir o ***Observatório do Projecto***.



MENSAGEM-CHAVE

- **Num primeiro momento devem ser identificadas e listadas pessoas e instituições que tiveram e têm ligações, directas e indirectas, à actividade/sector e, elencar um conjunto de mais-valias que cada uma poderá aportar ao projecto.**
- **Realizar reuniões formais e/ou encontros informais, individuais e colectivos, para apresentação da ideia/projecto e, determinação e aferição de motivações e *inputs*.**
- **A parceria-piloto deve analisar e decidir conjuntamente a tipologia de Parceria que melhor poderá operacionalizar o projecto em causa.**
- **Constituir a Parceria definitiva, deixando em aberto a possibilidade de serem introduzidos novos elementos ao longo do processo, formal ou informalmente, de acordo com o decurso, acções e dinâmicas do projecto.**
- **A mobilização dos parceiros deverá ser efectuada através da demonstração das mais-valias da integração de um processo de mudança com características e teor públicos, porque de interesse comum e territorial. Essa incidência deverá ser mais acentuada ou não, dependendo do interesse inequívoco da entidade ou pessoa em causa.**
- **Na fase final, apresentação em plenário territorial, da Parceria definitiva e suas responsabilidades para com a actividade e território, bem como apresentação do projecto a desenvolver.**

FERRAMENTAS DE APOIO AO MÉTODO

Para esta fase do Método Ex-Libris, sugerimos a utilização das seguintes ferramentas:

- Checklist de verificação da adequação da parceria de desenvolvimento

CHECKLIST – adequação da parceria de desenvolvimento

1. A parceria de desenvolvimento é pequena?

☐ **Não** ☐ **Sim**

2. A parceria de desenvolvimento é distinta?

☐ **Não** ☐ **Sim**

3. Todas as entidades que integram a parceria de desenvolvimento têm consciência, assumem e são capazes de expor o que esperam trazer e retirar da participação no projecto?

☐ **Não** ☐ **Sim**

4. Todas as entidades que integram a parceria de desenvolvimento assumem compromisso de garantir a estabilidade da equipa técnica do projecto?

☐ **Não** ☐ **Sim**

5. Existem condições para que a governança do projecto seja consensualizada entre todos os parceiros?

☐ **Não** ☐ **Sim**

6. A intervenção necessita da criação de uma estrutura equivalente a um Observatório?

☐ **Não** ☐ **Sim**

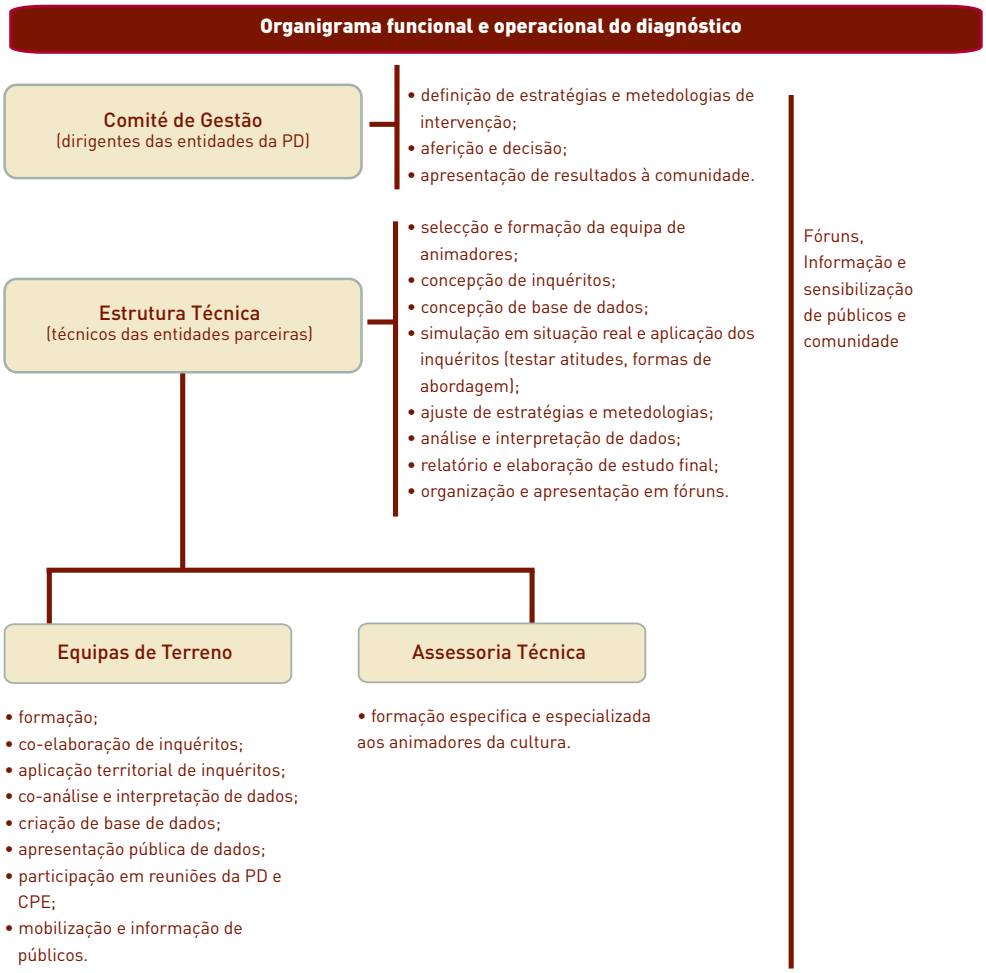
7. Se sim, as condições necessárias estão reunidas para a sua criação e dinamização?

☐ **Não** ☐ **Sim**

FASE 3 - DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

Não obstante a Parceria ter, à partida, consciência das necessidades, problemas e oportunidades da actividade, pode ser necessário fundamentar e aprofundar o conhecimento sobre a actividade, através da realização de um Diagnóstico assente em métodos e técnicas apropriadas ao objecto em estudo.

1. Com esse objectivo deve ser **criada uma estrutura técnica**, constituída por representantes de cada Parceiro, cuja missão será efectuar uma pesquisa exaustiva para conhecer a situação real da actividade e seus activos, no sentido de serem tomadas medidas concretas de protecção, preservação, promoção e valorização da actividade. Esta prática permite ainda informar e mobilizar os públicos para o Projecto e seus objectivos, bem como criar hábitos de trabalho em parceria.
2. A primeira fase do trabalho de **levantamento** e recolha de informação deve ser efectuada junto das **entidades** que desenvolveram **territorialmente** acções de formação, promoção e valorização da actividade e seus activos e, análise dos impactos e envolvência dos beneficiários.
3. Após esta fase inicial, deve dar-se início ao trabalho de terreno, através do contacto exaustivo e personalizado junto dos **Artesãos**. O método de contacto embora suportado pela aplicação de inquéritos, deve decorrer informalmente e de forma personalizada, conseguindo-se por essa via informações adicionais relevantes.
4. Simultaneamente deve proceder-se à interpretação de dados e produção de **documentos/relatórios** que servirão de base à concepção do projecto final.
5. As conclusões do diagnóstico devem ser apresentadas, analisadas, debatidas e **validadas em fóruns alargados** com representatividade dos públicos e actores locais territoriais, cujas valias têm que ser vertidas para o projecto e seu desenho final.



Resultados Possíveis:

1. Base de dados com registo de artesãos e entidades ligadas à actividade.
2. Conhecimento profundo da actividade, seus activos e actores.
3. Prestação de informação privilegiada aos beneficiários do projecto sobre as características do mesmo, mobilizando-os e incentivando-os a participar activamente no processo, despoletando um movimento de expectativas e dinâmicas territoriais que serão posteriormente aproveitadas para a implementação do projecto.
4. Os indicadores extraídos do trabalho de terreno permitem à equipa de projecto efectuar análises aprofundadas e debatê-las publicamente através da realização de debates e reflexões restritas com públicos preferenciais e actores. Tal procedimento permite clarificar ideias e aperfeiçoar objectivos e acções do projecto.
5. Envolvimento activo de todos os parceiros e outras entidades e, especialmente dos beneficiários (artesãos), numa inequívoca complementaridade de vontades e competências que contribuem definitivamente para a estruturação de um projecto claro e preciso enfocado nas fragilidades e problemáticas da actividade mas, também nas suas potencialidades.

MENSAGEM-CHAVE

A realização do diagnóstico deve ser efectuada em simultaneidade com a mobilização dos públicos para o projecto que vai decorrer, através da divulgação de informações sistematizadas e muito coerentes. Para essa passagem de mensagem, é importante ter em conta que os Técnicos responsáveis por essa tarefa crucial devem ter um conjunto de características capazes de fomentar um clima de confiança nos destinatários, ter tempo para os ouvir, personalizar muito as intervenções. O inquérito deve ser apenas um guião de conversa informal. Para isso devem ainda ter formação de base antes de serem colocados no território, no sentido de perceberem e interiorizarem os objectivos, o projecto e todas as informações que a ele dizem respeito e terem noção clara da tipologia de público e formas de o abordar.

FERRAMENTAS DE APOIO AO MÉTODO

Para esta fase do Método Ex-Libris, sugerimos a utilização das seguintes ferramentas:

- Checklist de verificação do diagnóstico participativo

CHECKLIST – adequação do diagnóstico participativo

1. A equipa técnica que vai conduzir o diagnóstico é constituída por, pelo menos, um membro de cada uma das entidades constituintes da parceria de desenvolvimento?

☐ **Não** ☐ **Sim**

2. A equipa técnica oferece garantias suficientes para a realização de uma pesquisa exaustiva para conhecer a situação real da actividade e seus activos?

☐ **Não** ☐ **Sim**

3. O plano de acção do diagnóstico inclui o levantamento de informação junto das entidades locais que desenvolvem actividade relevante para a arte tradicional em análise?

☐ **Não** ☐ **Sim**

4. O plano de acção do diagnóstico integra acções que promovam o envolvimento e participação activa dos artesãos?

☐ **Não** ☐ **Sim**

5. O relatório final do diagnóstico apresenta potencial para a geração de algun(s) dos seguintes resultados?
   a) Bases de dados de artesãos e entidades ligadas à actividade

☐ **Não** ☐ **Sim**

   b) Aprofundamento do conhecimento da actividade, seus activos e actores

☐ **Não** ☐ **Sim**

6. O plano de acção do diagnóstico integra actividades para que as suas conclusões sejam apresentadas, analisadas, debatidas e validadas em fóruns alargados com representatividade dos públicos e actores locais territoriais?

☐ **Não** ☐ **Sim**

FASE 4 - AJUSTAR E APERFEIÇOAR O PROJECTO

Durante a primeira fase foi concebido um projecto base para apresentação da Ideia ao território e aos parceiros. Com a realização do Diagnóstico e consequente análise e debate público, obtêm-se um conjunto de valias que, incorporadas no Projecto final, permitem:

1. **Desenhar um projecto** cujos objectivos e acções corporizam clara e eficazmente as problemáticas e prevêem as expectativas. Tal só é possível se se promoverem as metodologias participativas na sua concepção.
2. Co-responsabilizar os **actores**, públicos-alvo e território para a implementação do projecto, especialmente para os seus resultados.
3. **Mobilizar** os públicos e território para a implementação do projecto, obrigando a equipa técnica a implementar metodologias activas e participativas, em efectivo regime de Parceria e *empowerment*, propícias à introdução de inovação processual e organizacional.

Fase 4 - Ajustar e aprefeiçoar o projecto

Que fazer?	Resultados a atingir
a) Conceber projecto final com base: • na ideia inicial • nas experiências individuais • nas problemáticas identificadas • nas sugestões e orientações emergentes dos públicos e comunidade	Projecto Final

MENSAGEM-CHAVE

Tem-se um bom projecto quando:

- Os resultados do diagnóstico são analisados publicamente e são vertidas para o projecto as mais-valias dessa análise e discussão.
- Se promovem e implementam as metodologias participativas, através da análise e discussão com os públicos, co-responsabilizando-os com o projecto final e seus resultados.
- Os objectivos e acções corporizam claramente necessidades/problemáticas e expectativas.
- Quando se mobilizam desde o início os públicos para o projecto.

FERRAMENTAS DE APOIO AO MÉTODO

Para esta fase do Método Ex-Libris, sugerimos a utilização das seguintes ferramentas:

- Memória descritiva do projecto

Memória descritiva do projecto

Identificação do Projecto

Identificação: _____

_____

_____

_____

_____

Entidades parceiras

Listagem das entidades que constituem a PD:

Denominação	Contacto	Papel na PD

Descrição do Projecto

O Projecto:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Diagnóstico, Destinatários e Objectivos

Destinatários finais	Necessidades específicas

Pontos fortes e oportunidades:

Pontos fracos e ameaças:

Objectivos:

Actividades e Inovação

Nº Actividade	Identificação da actividade	Parceiros directamente envolvidos na execução das Actividades	Factores de Inovação

Balanço de Competências e Avaliação:

Produtos e Sustentabilidade

Produtos (recursos técnico-pedagógicos e práticas) hierarquizados por ordem decrescente segundo o potencial de disseminação	**Potenciais utilizadores ou interessados na sua apropriação**

Cronograma

Nº act.	**Descrição**	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16

Orçamento

Orçamento Parceiros

Denominação	**Orçamento**

Orçamento Global

Rubricas	**200...**	**200...**

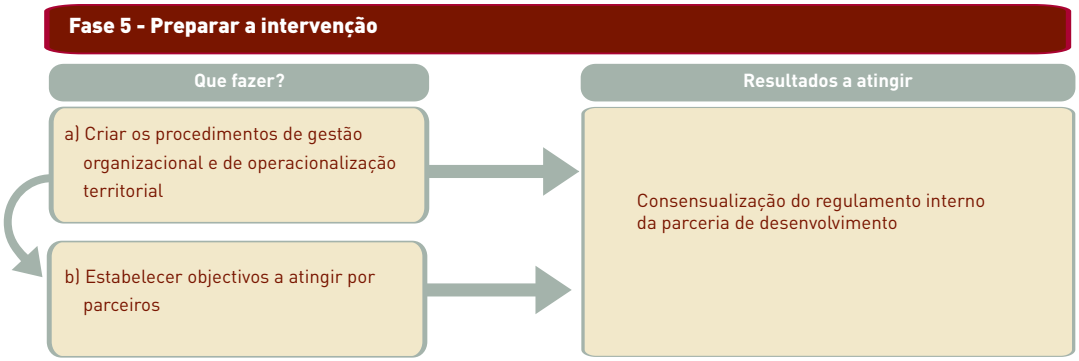
Resumo do Projecto

FASE 5 - PREPARAR A INTERVENÇÃO

A PD deve preparar-se internamente para a implementação do projecto, no que se refere à criação dos procedimentos de gestão organizacional da Parceria e de operacionalização territorial do projecto delineado.

Deverá conceber-se um **Regulamento Interno da PD**, aprovado em reunião plenária, que:

1. Defina e determine o enquadramento do projecto, bem como as regras e normativos segundo os quais se rege a PD em termos de funcionamento organizacional.
2. Estabeleça os objectivos a atingir por parceiro, os métodos, metodologias e estratégias a seguir em termos individuais e globais, bem como os critérios, condições, normas e regras de funcionamento interno.
3. Facilite e estimule a produtividade global e individual no sentido de serem optimizadas as sinergias de cada um e do todo, para de forma eficaz e eficiente se implementar o projecto.
4. Deve ser um manual que regule objectivamente a actividade de cada Parceiro e a actividade global da Parceria.
5. Instrumento aberto e adaptável, cujas alterações deverão ser analisadas, discutidas e aprovadas em plenário de entidades da PD.



MENSAGEM-CHAVE

Importante criar mecanismos e instrumentos de gestão da Parceria, por todos partilhados, conhecidos e aprovados em plenário da PD.

FERRAMENTAS DE APOIO AO MÉTODO

Para esta fase do Método Ex-Libris, sugerimos a utilização do seguinte modelo de regulamento interno:

- Regulamento Interno da Parceria

REGULAMENTO INTERNO DA PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO

Enquadramento

Capítulo I

- Âmbito
- Objecto

Capítulo II

- Parceria de Desenvolvimento (PD)
- Constituição da PD Nacional
- Constituição da PD Transnacional

Capítulo III

- Identificação do Projecto Nacional
- Identificação do Projecto Transnacional
- Projecto Nacional – Obrigatoriedades
- Projecto Transnacional – Obrigatoriedades

Capítulo IV

- Composição (Organigrama Funcional)
- Gestão da PD
- Funcionamento da PD/Responsabilidades de cada parceiro
- Responsabilidades colectivas da PD
- Responsabilidades Técnico-burocráticas da Entidade
- Responsabilidades Técnico-burocráticas das Entidades da PD
- Procedimentos Financeiros
- Dossiers Contabilísticos e Técnico-pedagógicos
- Informação e publicidade
- Relatórios anuais
- Deslocações
- Reuniões
- Representação

Capítulo V

- Disposições do regulamento interno da PD
- Entrada em vigor
- Revisão

FASE 6 - PROJECTO FINAL

O Projecto final pode ser configurado com as seguintes características (o que se apresenta tem como quadro de referência a Configuração do Projecto "Ex-Libris"):

- A partir das problemáticas identificadas, definir qual o parceiro que reúne condições e know-how para coordenar o grupo de trabalho responsável pela actividades delineadas. Deverão ser ponderados objectivos precisos e identificados resultados/produtos concretos.

PROBLEMÁTICAS	PARCEIRO RESPONSAVEL	ACTIVIDADES	OBJECTIVOS	PRODUTO EQUAL
Inexistência de procedimentos de certificação da qualidade do produto; Inexistência de estudos científicos sobre o Bordado.	Museu	Criação de procedimentos, normas e especificações técnicas do produto.	Conceber e testar procedimentos, mecanismos e estratégias de reconversão da actividade, activos e actores, com vista à sua certificação.	**Livro Branco para a valorização das actividades tradicionais**
Formação de activos deficiente/Formadoras com competências insuficientes/Inexistência de controlo da qualidade pedagógica, de procedimentos técnicos associados à fileira formativa, de procedimentos de certificação de competências e perfis profissionais.	ADRACES	Criação de procedimentos, normas e especificações técnicas da formação		
Inexistência de procedimentos tecnológicos inovadores associados à actividade.	IPCB	Concepção de software específico associado ao risco/desenho	Sensibilizar, informar, mobilizar, envolver e motivar activos e actores para a importância da certificação.	
Deficiente valorização e promoção estratégica do produto enquanto imagem de marca regional/Ineficácia da afirmação da actividade enquanto potencial de desenvolvimento económico por inexistência de planos de desenvolvimento e enquadramento da actividade a médio/longo prazo.	CM Castelo Branco	Estudo dos mecanismos/estratégias para a valorização e promoção da actividade	Promover estratégias e mecanismos de valorização e promoção da actividade, activos e actores.	
Individualismo das entidades com responsabilidades na área, na resolução de situações relacionada com a mesma, não existindo efeito de conjunto, factor que provoca inércia de resultados.	Transversal	Conferências/fóruns/concursos de inovação regionais e nacionais		
		Testagem de procedimentos		
		Produtos		

Fase 6 - O projecto final

Que fazer?	Resultados a atingir
a) Projecto final que determina as actividades, o parceiro responsável pela sua implementação, os objectivos e resultados a atingir	Criar Comissões Técnicas Temáticas, coordenadas por cada um dos parceiros, que operacionalizem as acções delineadas Estabelecer interactividade entre as diversas Comissões Técnicas Criar Comissão de Validação Envolver os beneficiários nas Comissões Técnicas e de Validação
b) Implementação das acções operacionais e estratégicas do projecto: • conceber e testar procedimentos, mecanismos e estratégias de reconversão da actividade, activos e actores • sensibilizar, informar, mobilizar, envolver e motivar activos e actores • promover estratégias e mecanismos de valorização e promoção da actividade, activos e actores	
c) Produto final (disseminável)	

MENSAGEM-CHAVE

A qualidade dos resultados, sejam tangíveis ou não, efectiva-se a partir da participação activa e efectiva dos Beneficiários Finais em todo o processo, desde a análise, concepção, testagem e decisão final sobre todos os instrumentos criados e sequência evolutiva da implementação temporal do projecto.

Este modelo de intervenção participada, através da interacção entre os diversos intervenientes/agentes, permite uma eficaz implicação no projecto e suas diversificadas intervenções e a consequente apropriação do mesmo, factores facilitadores da sustentabilidade e futuro das actividades, dos produtos/instrumentos criados e da actividade/sector.

Importante salientar que o Projecto "Ex-Libris" conhecia profundamente as características das beneficiárias finais (artesãs atípicas em relação ao comummente conhecido em termos de artesãos - elevado número de artesãs, com elevada auto-estima porque se consideram produtoras de arte, factor que lhes confere uma postura mais interventiva e reivindicativa, muito competitivas, muitas de uma faixa etária baixa).

Este alerta serve apenas para referenciar que o sucesso do projecto se deveu em muito ao facto de se saber aproveitar essas sinergias e características, factores com que nem todos os territórios e artes artesanais contam, pelo que é fundamental conhecer bem os públicos para se delinearem estratégias de mobilização adequadas.

FASE 7 - PERSPECTIVAS DE FUTURO/SUSTENTABILIDADE

As práticas metodológicas implementadas em todo o processo devem permitir abrir o diálogo sobre a actividade, suas dificuldades e virtualidades e, proporcionar uma crescente participação de públicos. Estes factores, juntamente com uma parceria forte e eficaz, permitem uma cada vez maior credibilização das intenções do mesmo e das instituições que o promovem, fazendo com que os Beneficiários Finais, gradualmente, se mobilizem para a participação activa e efectiva em todo o processo.

Para a sustentabilidade do projecto e aproveitamento das dinâmicas criadas durante a implementação do mesmo, a PD juntamente com outras instituições directa e indirectamente ligadas ao sector devem delinear, paralelamente à sua implementação, um plano estratégico de intervenção que preveja a aplicabilidade dos instrumentos criados, no sentido de se cumprir o objectivo geral do projecto, ou seja, tornar a actividade viável do ponto de vista socio-económico e cultural.

Fase 7 - Perspectivas de futuro/sustentabilidade

Que fazer?	Resultados a atingir
a) Definir plano estratégico de intervenção futura b) Operacionalizar um centro para a promoção e valorização da actividade c) Definir participação de cada parceiro d) Tomar medidas para operacionalizar o plano	Reuniões da PD com entidades territoriais e nacionais com capacidades para assegurar o futuro da actividade Planos de acção conjunta Aplicar os instrumentos/mecanismos criados

MENSAGEM-CHAVE

A participação dos Beneficiários em todo o processo de implementação, além de ser decisivo para o sucesso do processo e da qualidade dos produtos, promove e fomenta a valorização desse público e da actividade, despertando ainda a comunidade em geral para as necessidades de potenciar a mesma, colocando em evidência as obrigatoriedades de sustentabilidade do sector.
A participação directa dos beneficiários constitui ainda um factor decisivo para a adaptabilidade e qualidade de todos os instrumentos/produtos concebidos, mobilizando-os para as mais valias da sua apropriação e consequente utilização.
Fundamental ainda que a PD tenha um posicionamento de confiança no futuro da actividade e que toda a sua acção seja efectivada e perspectivada em consonância com a sustentabilidade do projecto, com ideias claras sobre o futuro da actividade que deve partilhar com os públicos ao longo do processo, no sentido de estes se irem apropriando do significado e potencialidades das mesmas, bem como de os co-responsabilizar com toda a evolução perspectivada.

Bordado Castelo Branco

MAIS-VALIAS GERADAS PELA APLICAÇÃO DO MÉTODO "EX-LIBRIS"

Projectos integrados de cariz territorializado devem potenciar e congregar eficazmente o potencial de aprendizagens e de inovação que o trabalho em rede de parceiros, o *empowerment* e o envolvimento dos diversos actores e comunidades em regime de IO conferem a processos com esse cariz. A aplicação de qualquer outra metodologia que não articule aqueles princípios e orientações, carece de substrato e sustentação territorial, factor que reduz consideravelmente os efeitos e resultados e, aumenta as dificuldades de aplicação dos instrumentos criados, comprometendo o futuro e sustentabilidade da actividade.

A aplicação articulada daqueles princípios influencia os resultados gerados, pois o envolvimento activo e efectivo da PD, dos beneficiários, dos actores e da comunidade implica complementaridade de vontades e competências no cumprimento de objectivos comuns que se pretende sejam promotores de mudanças, acrescentem valor à actividade e funcionem como soluções para as problemáticas identificadas. O sucesso dos projectos implica a partilha de competências e aprendizagens, num investimento conjunto que potencie todas essas sinergias.

Beneficiários:

- Competências de co-decisão partilhada e co--responsabilização pelas decisões tomadas.
- Reconhecimento das vantagens do trabalho em equipa.
- Partilha de aprendizagens e informação.
- Maiores coeficientes de auto-estima e confiança, promotoras de maior autonomia, auto-valorização e tomada de decisão.
- Desenvolvidas competências de diálogo, participação, negociação, análise, decisão e comunicação.
- Capacidade de auto-avaliação e monitorização das intervenções.
- Capacidade de reconhecer direitos e exercer cidadania activa.

Parceria:

- Conhecimento profundo da actividade e dos grupos de beneficiários, factor que permite o aperfeiçoamento e adequação das intervenções.
- Capacidade de análise de resultados e contributos dos beneficiários e restantes actores e, sua incorporação no projecto e instrumentos.
- Maior abertura ao exterior.
- Conhecimento e aplicação de modelos que facilitam a participação e aprendizagens partilhadas.
- Gerar sinergias entre os diferentes actores, gerindo complementaridades.
- Gestão prospectiva das intervenções.
- Aquisição de competências de partilha e trabalho em equipa multidisciplinar e interinstitucional, incentivadoras da inovação e participação e, suscitadoras da implicação e mobilização de todos os actores da actividade de forma paritária.

Actividade:

- O trabalho conjunto da PD, dos beneficiários e outros actores reverte positiva e eficazmente para os resultados e acções do projecto e, consequentemente para a actividade que se pretende reconverter e valorizar. Só com esse envolvimento é possível perspectivar a viabilidade e sustentabilidade da actividade.
- O envolvimento e participação de todos os actores reforçam as acções e contribuem desde logo para a valorização da actividade e seus activos, porque se dá início e impulsiona o diálogo sério e sistematizado sobre a actividade, suas dificuldades e expectativas, perspectivando-se conjuntamente o seu futuro.

- A implementação de processos integrados e colaborativos de desenvolvimento de mecanismos e estratégias de reconversão e valorização de uma actividade artesanal, criam um relacionamento de comprometimento entre uns e outros que beneficia todos e, consequentemente a actividade na sua globalidade.

Região:

- As práticas metodológicas colaborativas promovem uma nova cultura de parceria, factor que beneficia a região que, desse modo, ultrapassa atitudes imobilistas e individualistas, ganhando o colectivo.
- O papel do artesanato enquanto promotor da empresarialidade nas zonas rurais e da actividade turística de uma região, deve constituir objecto de reflexão e análise ao longo de todo o processo do projecto, assumindo transversalidade na definição das estratégias e medidas de intervenção - os projectos devem ser enquadrados no contexto territorial, por forma a se equacionarem estratégias que sirvam directamente a requalificação da actividade, integradas numa premissa mais global, como é o desenvolvimento da economia regional.

FACTORES CRÍTICOS DE SUCESSO

1. **Capacitação dos actores envolvidos**: poderá nalguns projectos constituir o ponto de partida que motive/obrigue ao desenvolvimento de um projecto com a aplicação do método "Ex-Libris"
2. **Actuações e atitudes de carácter pró-activo** e consequente acréscimo da capacidade de pensar e agir com autonomia
3. **Conjunto de entidades e actores (PD)** com competências muito distintas mas sincronizadas e comprometidas com objectivos comuns
4. **Território fortemente mobilizado e implicado** com o projecto e seus objectivos: factor determinante para o sucesso dos projectos - a capacitação confere empoderamento e auto-estima. O sucesso da implementação de um projecto pressupõe que o território alvo da sua implementação esteja envolvido de forma positiva para garantir o seu sucesso, sendo a base para garantir o alcance dos objectivos pré estabelecidos
5. **Cultura de diálogo e partilha** de conhecimentos e interrogações: é o motor do método, pois trata-se de colocar as competências e conhecimentos de cada um ao serviço do projecto, visando a busca de soluções. O confronto das diversas competências em áreas distintas (correspondentes a cada um dos elementos que integra o grupo de trabalho), obriga a alargar a visão de cada membro muito para além do trabalho diário que cada um desenvolve
6. **Metodologias participativas -** abordagens que envolvem activamente os beneficiários, actores e comunidade, em interacção e confronto de perspectivas e co-responsabilização por decisões e resultados: o diálogo e a partilha é, no método "Ex-Libris", alargada a todos os sujeitos, indo muito para além dos elementos da parceria. Uma vantagem significativa deste modelo tem a ver com o facto de a sua aplicação permitir conhecer as expectativas e as necessidades (práticas) dos beneficiários e da comunidade
7. **Participação dos públicos-alvo em todo o processo**, tornando-os agentes efectivos de mudança por via da apropriação e participação activa nos processos
8. **Qualidade das relações institucionais e pessoais dos membros e actores**: se não houver um bom relacionamento institucional e pessoal dos membros e actores, não será possível fazer funcionar a parceria, mobilizar e motivar os beneficiários e a comunidade (território). Da coesão do grupo de trabalho e da sua sintonia depende o sucesso do método. A existência de um líder de grupo forte, motivador e com capacidade agregadora, é essencial para manter o ritmo e conseguir passar todas as etapas do método, evitando a dispersão e a tendência para o trabalho individualizado (ou centrado na instituição de cada um). O método exige que cada instituição/parceiro se desligue um pouco da forma habitual de trabalhar e haja uma partilha de conhecimentos e competências que se adequam ao projecto ao qual é aplicado o método.

02

Voltar para o índice

Parte B — Operacionalização do método

Esta etapa do Livro Branco tem a intenção de estruturar as acções relevantes e fundamentais para a operacionalização do método proposto, no sentido de originar aprendizagens ordenadas e resultados estruturados. Está organizado por temas-chave, em fichas temáticas, para que qualquer incorporador/utilizador tenha facilidade de organizar metodológica e tematicamente as acções, de forma integrada ou parcelar, de acordo com as suas necessidades.

SÍNTESE DAS ACÇÕES/PRÁTICAS RELEVANTES

GESTÃO DE PROJECTO / ADEQUAÇÃO DAS PD

1. Gestão de Projecto
2. Parceria de Desenvolvimento
3. Avaliação
4. Balanço de Competências

EMPOWERMENT / IO

5. Envolvimento de Públicos e Comunidade

PROCESSOS DE CONTROLO E CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE

6. Especificações para a Certificação da Qualidade dos produtos Artesanais
7. Acções complementares (Imagem de Marca e Caderno de Normas de Utilização;...)

DISPOSITIVOS DE QUALIFICAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO

8. Criação de Perfis Profissionais e Referenciais Formativos

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

9. Associação das Novas Tecnologias às Actividades Tradicionais

REDES DE PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO PRODUTO/PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO TERRITORIAL

10. Estudo de Mercado e Estabelecimento de Cenários

Acções Operacionais

GESTÃO DE PROJECTO / ADEQUAÇÃO DAS PD

GESTÃO DE PROJECTO

1 - Caracterização da prática

A Gestão de projecto consubstancia-se num conjunto de actividades de planeamento, coordenação e monitorização que visam garantir e optimizar o bom desenvolvimento do projecto em todas as suas vertentes.

Pretende-se aqui demonstrar as dificuldades de gestão em rede de parceiros de um projecto integrado mas, principalmente, os benefícios das aprendizagens que tal procedimento reflecte, com repercussões evidentes nos resultados, comportamentos individuais e colectivos e participação dos públicos.

2 - Objectivos e finalidades

- Cumprir requisitos e obrigatoriedades técnicas e financeiras que permitam conferir qualidade e eficácia ao projecto e seus produtos.
- Respeitar calendarizações-chave que permitam cumprir prazos, imprimam ritmos e dinâmicas e facilitem a captação e maximização de sinergias.

3 - Pré-Requisitos

- Clara definição de objectivos, enquadrados num planeamento estratégico abrangente de médio/longo prazo.
- Adequada preparação das fases de execução.
- Equipa de gestão com autonomia.
- Regulamento Interno da Parceria e do projecto, como instrumento fundamental da intervenção em termos processuais.
- Compatibilizar o projecto com o planeamento estratégico de cada instituição da PD.

4 - Questões Orientadoras

- Os intervenientes têm que conhecer profundamente o projecto e seus contornos técnicos e financeiros.
- Determinar *inputs* e *outputs* de cada interveniente no processo e, em cada momento, definir dificuldades e insuficiências em termos de competências para, de forma rápida e eficaz, se contornarem esses obstáculos através da junção à parceria das mais-valias necessárias.
- Interactividade entre os diversos intervenientes no projecto para troca e partilha de informação, inter--ajuda e colaboração, pois disso resulta a qualidade dos produtos.
- Trabalho em equipa pluridisciplinar e interinstitucional.
- A prática do *empowerment* e IO tem que ser transversal a todo o processo.
- Realização de reuniões regulares pré-calendarizadas, com objectivos claros e plano de trabalhos que permitam eficácia e eficiência nas decisões.
- Acolher, reflectir e executar as recomendações emergentes da avaliação.

5 - Etapas e Metodologias Relevantes

- Concepção do Regulamento interno da Parceria e do projecto, com a participação de todos os Parceiros, aprovado em plenário.
- Constituição de Comissões Técnicas de Trabalho para desenvolver as actividades basilares do projecto. Cada comissão deve ser constituída por elementos de todos os parceiros e coordenada pelo parceiro com maiores competências na temática em causa.
- Reuniões mensais com todos os intervenientes para análise, decisão e perspectivação das etapas seguintes, de acordo com os resultados apresentados.
- Estabelecimento dos contactos externos necessários à eficaz exequibilidade do trabalho técnico a desenvolver.

- Atribuição clara de papéis a todos os intervenientes, para que todo o esforço seja concentrado na contribuição mais eficaz de cada um para o projecto.
- Planos de trabalho calendarizados, com perspectivação das metas a atingir e contributos de cada parceiro para a sua exequibilidade.
- Monitorização sistematizada do projecto, tanto interna como externa, para garantir que as intervenções decorrem de acordo com o estipulado e os objectivos não foram desvirtuados.
- Comunicação interna eficaz entre todos os intervenientes do projecto, utilizando as TIC e as reuniões programadas para troca de informação sobre o projecto e, externa, para comunicação de resultados aos públicos e comunidade.
- Auto-motivação em todas as fases do processo, principalmente em alturas decisivas e de dificuldades.

6 - Factores Críticos

- O início do projecto é determinante, pois é nessa fase que se estabelecem as bases e se determina toda a sua evolução. A equipa de gestão enfrenta aqui a maior intensidade e dificuldade da sua função.
- Gestão flexível para permitir realizar as articulações necessárias à execução das intervenções, tanto entre as entidades da PD como outras igualmente importantes para a consecução das actividades.
- O modelo de gestão tem que ser participado e baseado na colaboração e intervenção de várias e diversificadas entidades territoriais e nacionais, bem como na implicação efectiva dos beneficiários nos processos de análise e decisão.
- A interactividade entre todos os intervenientes é fundamental para a qualidade dos resultados e produtos.
- A avaliação interna e externa e o balanço de competências proporcionam a análise individual e colectiva dos desvios e emitem recomendações que propiciam momentos colectivos de partilha e reflexão fundamentais ao desenvolvimento do projecto.

7 - Resultados gerados pela aplicação da prática

Tangíveis:

- Regulamento Interno de funcionamento da PD e do projecto

Intangíveis:

- Gestão eficaz e eficiente do projecto aos níveis técnico e financeiro.
- Coesão e motivação da PD durante todo o processo.
- Nova Cultura de Parceria - Trabalho em equipa pluridisciplinar e interinstitucional.
- Domínio das práticas associadas ao *empowerment* e IO.
- Análise pluridisciplinar, planeamento de acções e gestão de recursos.
- Domínio das ferramentas de gestão e visão multidisciplinar dos procedimentos.

GESTÃO DE PROJECTO / ADEQUAÇÃO DAS PD

PARCERIA DE DESENVOLVIMENTO

1 - Caracterização da Prática

Uma Parceria de Desenvolvimento é uma Comunidade de Práticas. Os seus elementos partilham o mesmo interesse (no caso, contribuir activa e colaborativamente para a requalificação e valorização de uma actividade tradicional com efectivas repercussões socioeconómicas para o território), em torno do qual interagem e constroem relações entre si, através da partilha de experiências, competências e práticas, num processo pro-activo de aprendizagem por via da implementação de práticas colaborativas inovadoras.

2 - Objectivos e finalidades

- Estabelecer uma nova cultura de trabalho em rede, cujas intervenções e decisões são tomadas em regime de *empowerment* e IO.
- Ser um centro de produção de conhecimento, inovação e criação de respostas aos públicos-alvo de sua intervenção, detendo por isso um "capital social" de fundamental importância.
- Desenvolver práticas e produzir resultados consubstanciados em produtos finais susceptíveis de serem transferidos para outros contextos e territórios.
- Potenciar e reforçar competências e conhecimentos de todos os agentes envolvidos para conferir maior eficácia e eficiência às intervenções, bem como conferir maior visibilidade às problemáticas e sectores intervencionados.
- Assegurar a viabilidade e auto-sustentabilidade dos projectos, acções e produtos.

3 - Pré-Requisitos

- PD constituída por entidades com fortes ligações e conhecimentos sobre a actividade e/ou componentes específicas da mesma.
- Actividades/intervenções basilares desenvolvidas por Comissão Técnica específica, com competências técnicas determinadas pela PD e que cada Parceiro disponibiliza, bem como por um grupo restrito mas representativo de beneficiários finais e participações pontuais de peritos que no decurso do processo se revelem fundamentais para a prossecução dos objectivos.
- PD preferencialmente pequena, integrando entidades distintivas e muito complementares em termos de competências e recursos, com responsabilidades técnicas e financeiras bem delimitadas do início à conclusão do projecto, com regras de funcionamento precisas e por todos validadas.
- A Parceria, para se mostrar eficaz e se credibilizar perante os públicos deve, desde o início, mobilizar e sensibilizar para uma participação expressiva, as várias entidades intervenientes no sector/actividade, tanto territoriais como nacionais.

4 - Questões Orientadoras

- As necessárias negociações entre Parceiros podem encontrar fortes resistências iniciais (essencialmente receio de perder autonomias, incertezas face à mudança, insuficientes práticas de trabalho em rede,...). Para que a negociação seja possível e a parceria comece a registar níveis de coesão que facilitem e credibilizem a intervenção, é necessário criar um clima de confiança, devendo ter-se em conta todas as relações de força existentes, as diferenças e, as sensibilidades.
- Promover a negociação consensual e envolver os diferentes agentes e intervenientes no processo, pois trata-se de processos inovadores nas formas e métodos, sendo a inovação ainda vista como um movimento virtual. Necessário que os decisores das entidades envolvidas confiram às equipas de trabalho confiança e definições estratégicas claras para que o processo se estabilize progressivamente e se atinjam os objectivos delineados.

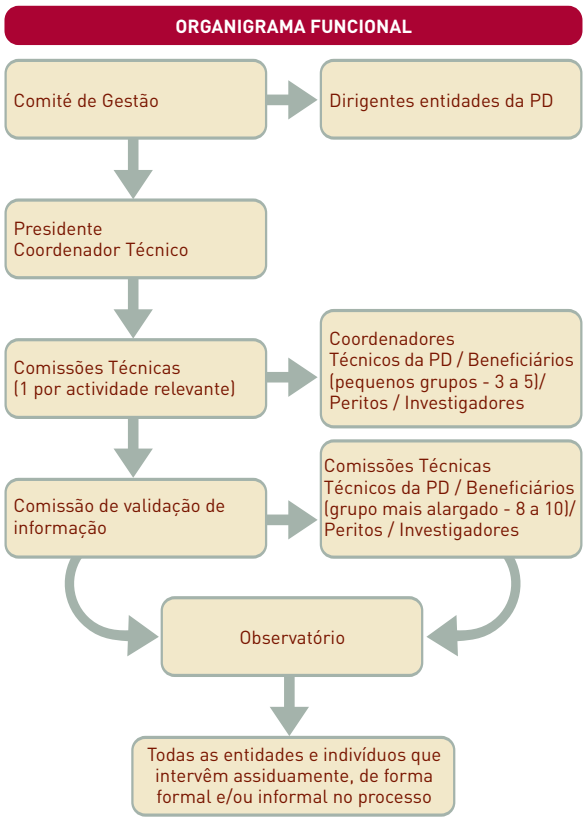
- Relativamente ao projecto, a PD deve ter uma preocupação constante relacionada com a coerência do mesmo. Importa reflectir de forma continuada e participada o efeito das diferentes actividades/acções realizadas na concretização dos objectivos estabelecidos.
- Os agentes da Parceria têm que revelar níveis de coesão, empenho e participação regulares, mantendo a objectividade e racionalidade nos objectivos iniciais, sabendo ainda ajustar e aperfeiçoar métodos e práticas.
- A PD deve utilizar o princípio da racionalidade no envolvimento dos públicos-alvo, na medida em que só devem ser envolvidos todos os agentes e organizações em acções que o justifiquem, designadamente em acções de carácter público. Para as equipas de trabalho devem ser mobilizados pequenos grupos de beneficiários representativos do público-alvo, para que as acções, análises e decisões sejam exequíveis.
- A PD deve reflectir profundamente sobre as recomendações emanadas pela avaliação externa, muito especificamente sobre a actuação da própria PD. As questões levantadas originam muitas vezes crises, especialmente quando incidentes nas insuficiências mas, são muito úteis porque obrigam à reflexão sobre o papel de cada um e do todo, obrigando cada um a reagir e a se reposicionar.

5 - Etapas e Metodologias Relevantes

A PD pode criar três **tipologias de equipas** de trabalho:

1. **Comité de Gestão**, constituído pelos dirigentes de cada instituição, com tarefas de decisão e definição de estratégias.
2. **Comissões Técnicas Temáticas,** 1 por cada actividade relevante, pluridisciplinares e interinstitucionais. Têm que trabalhar em interface umas com as outras, mantendo espaços de autonomia e criatividade relevantes. Devem integrar um grupo restrito de Beneficiários e as mais-valias e competências externas que ao longo do processo se verifiquem adequadas e necessárias.
3. **Comissão de Validação de Informação,** constituída por todos os anteriores e um grupo mais amplo de beneficiários. É nesta Comissão que toda a informação produzida é analisada e gradualmente validada, tomando-se as medidas de decisão em regime de IO e *empowerment*.

- As equipas devem ser claramente definidas desde o início do projecto: que elementos específicos as integram, suas competências e expectativas, com atribuições bem definidas e, calendarizações pré-estabelecidas. A organização de origem de cada elemento tem que acomodar o técnico e suas novas funções na estrutura para que haja eficácia e eficiência no trabalho individual e conjunto a desenvolver.
- As entidades e pessoas que intervêm no processo de parceria alargada e não formal, devem constituir o "observatório territorial" do projecto, conferindo-lhe valias de regulador a partir de reflexões temáticas regulares, utilizando diferentes metodologias de intervenção (Porta Aberta, workshops, reuniões, fóruns,...). Essas acções devem ser promovidas pela Parceria que, poderá ainda recorrer a peritos externos e acreditados nas temáticas de interesse para a actividade para fazer passar mensagens, mobilizar os públicos e a comunidade e manter o interesse no processo.
- Criar um sistema eficaz de informação e comunicação entre parceiros e entre estes e os públicos e comunidade.



6 - Factores Críticos

- **Culturas Institucionais**: a PD tem que contar com dificuldades iniciais de trabalho em rede, originadas pela falta de hábitos e instrumentos que facilitem e façam a intermediação entre vontades e obrigatoriedades. Adicionadas a essas dificuldades, encontram-se ainda diferenças organizacionais e de culturas institucionais, bem como dificuldade em consensualizar linguagens e mecanismos de organização do trabalho. São obstáculos facilmente contornados, desde que se verifique persistência e motivação da equipa de gestão, bem como uma correcta postura de aprendizagem assumida por cada parceiro. Reunidas estas condições, esses obstáculos são ultrapassados ao longo do processo, contribuindo esse percurso para o reforço de competências dos intervenientes e coesão interna da PD.
- **Complementaridades**: ao longo do percurso a PD vai detectar insuficiências de conhecimento e de competências para a consecução eficaz de tarefas e acções determinantes para o sucesso do projecto. Em cada momento, devem ser identificadas e mobilizadas as mais-valias consideradas oportunas em cada fase do processo.
- **Comunidade/Território**: a comunidade tem que ser envolvida através de um conjunto significativo de actividades de cariz público e reflexão temática, factor fundamental para a implicação e apropriação territorial das acções que perspectivam mudança e, consequentemente para a visibilidade da actividade, auto-sustentação e viabilidade dos seus produtos.
- **Relações interinstitucionais e interpessoais**: o entendimento pessoal e interinstitucional entre os membros da PD e, entre estes e os beneficiários e actores, é determinante para o posicionamento favorável de todos e cada um em relação ao projecto e suas acções, permitindo o decurso eficaz do mesmo. A predisposição positiva emanada de um bom relacionamento favorece a viabilidade e sustentabilidade das acções.
- **Tomada de decisão**: as decisões têm que ser céleres para não se perderem dinâmicas e motivações, pelo que deve ser implementado um sistema decisional democrático, em que decisores, técnicos e públicos analisam e decidem de forma paritária, sem hierarquização decisional. Este facto torna os processos e procedimentos mais simples, confere confiança e credibilidade às intervenções e não se perdem dinâmicas.
- A **equipa de gestão** do projecto deve mobilizar, entre outras, as seguintes competências:
  a. experiência de coordenação e gestão de projectos em parceria, respeitando as especificidades de todos e de cada um;
  b. capacidade de mobilização e motivação;
  c. conhecimento profundo de processos e procedimentos técnicos, administrativos e

financeiros e, ter capacidade de transferência desses conhecimentos aos parceiros, demonstrando-lhes a importância fulcral dos mesmos;

d. capacidade de promover relações inter-pares e inter-pessoais;

e. capacidade de delegar responsabilidades e estimular o envolvimento de técnicos e beneficiários em IO;

f. potenciar as boas práticas e sinergias de cada parceiro para o projecto.

7 - Resultados gerados pela aplicação da prática

- Os processos de aprendizagem em parceria permitem fixar e sistematizar progressivamente novos conhecimentos e competências nas Instituições e nos agentes envolvidos, que incidem nas técnicas, nos métodos de trabalho e nos produtos/instrumentos/resultados.
- À medida que o processo evolui, os actores envolvidos aprendem a trabalhar em conjunto e a partilhar responsabilidades, criando uma nova cultura organizacional, assente na partilha do conhecimento e trabalho em rede, no empowerment, responsabilização, participação e autonomia, inovação e qualidade, transferibilidade e incorporação de práticas, perspectivando a implementação de soluções integradas de desenvolvimento da actividade e do território.
- Conhecimento profundo dos grupos de beneficiários e da actividade/sector.
- Elevados níveis de competências associadas aos princípios da liderança, gestão de recursos humanos e de projecto.
- Maior abertura ao exterior.

GESTÃO DE PROJECTO / ADEQUAÇÃO DAS PD

AVALIAÇÃO

1 - Caracterização da Prática

A Avaliação Independente assenta, para além da visão da Equipa Técnica contornada pelo acompanhamento do Projecto, numa articulação com a Auto-avaliação e com o Balanço de Competências.

Na prática, a avaliação permite responder a uma necessidade do Projecto e dos actores intervenientes (directa ou indirectamente) que se prende com a visibilidade dos resultados atingidos em cada fase, dos problemas e dificuldades encontradas e das soluções identificadas, e também com a confrontação dos actores face aos aspectos menos bem sucedidos da intervenção e das fragilidades do Projecto. A utilidade da avaliação é tanto mais evidente quanto mais conseguir influenciar a acção, i.e. os parceiros reconhecem a sua importância se o processo e mecanismos adoptados assumirem a capacidade para espelharem a dinâmica e a realidade da intervenção, demonstrando potencialidades, fragilidades, desvios, soluções e recomendações para melhoria da acção…

2 – Etapas e Metodologias Relevantes

Dois processos complementares e que se articulam entre si, sendo que o primeiro deverá produzir *inputs* para o segundo:

1. Acompanhamento do Projecto - verificar e analisar ao longo do desenvolvimento do Projecto os recursos, realizações e os resultados das actividades e acções desenvolvidas.
2. Avaliação do Projecto – recolha contínua de informação sobre resultados, processos e mecanismos de execução e na sua consequente análise crítica, que permita responder aos critérios-chave de análise da actividade/projecto:
   a) relevância (importância do Projecto)
   b) pertinência/coerência (adequabilidade do projecto face aos problemas identificados)
   c) qualidade (vantagens e aspectos inovadores)
   d) eficácia (objectivos realizados vs. objectivos programados)
   e) eficiência (resultados vs. custos)
   f) impactos (utilidade).

A metodologia pode assumir como objectivo avaliar não apenas o Projecto como um todo mas, também, avaliar cada uma das suas fases de desenvolvimento e ciclos de evolução (ex-ante, on-going e ex-post). Além disso, fazer incidir a análise nas seguintes componentes/dimensões do Projecto: (i) actividades desenvolvidas; (ii) constituição e funcionamento da parceria; (iii) efeitos e impactos produzidos; (iv) e recursos técnico-pedagógicos e práticas bem sucedidas, produtos desenvolvidos, etc....

Em síntese, o acompanhamento consiste num processo contínuo ao longo do Projecto e a avaliação traduz-se na elaboração de relatórios e pareceres pontuais de apreciação sobre o andamento do Projecto (de monitorização) em momentos chave do mesmo.

Fases de Avaliação

Fase de Preparação do Projecto

O quadro de funções da entidade avaliadora, no âmbito da fase de preparação do Projecto contempla uma intervenção nas seguintes vertentes do Projecto:

- Participação em reuniões de PD para trabalhar mecanismos de comunicação, caderno de encargos, diagnóstico e avaliação.
- Apresentação de uma proposta de avaliação global do Projecto, integrando a concepção do instrumento do Balanço de Competências.
- Estabelecimento de contactos informais e regulares com a Entidade Interlocutora como forma de partilha de informação sobre o desenvolvimento do processo (constituição da PD e elaboração do diagnóstico).

No contexto dessas reuniões, assume-se como finalidades possíveis:

— Apresentar a Equipa de Avaliação às entidades da PD.
— discutir metodologias e mecanismos de comunicação entre a PD e a Equipa de Avaliação.
— identificar os momentos-chave de acompanhamento da implementação do projecto, num ciclo de avaliação sistemática.
— recolher informação e documentação útil para o arranque de actividades de acompanhamento e avaliação.
— analisar resultados da implementação do diagnóstico de necessidades.
— apresentar instrumento, objectivos e metodologia-base do Balanço de Competências.
— Especificar objectivos da Avaliação do Projecto ("quebrar preconceitos" existentes acerca das funções da Avaliação Externa).
— Balanço do funcionamento em parceria (grau de envolvimento e participação dos parceiros durante a fase de preparação do projecto).

Fase de Implementação do Projecto

A avaliação do projecto desenvolve-se em três fases distintas:

- **Avaliação Ex-Ante (inicial)** – Consiste em avaliar o programa ou projecto em si mesmo, mediante uma análise crítica de: fundamentos e objectivos; pertinência; viabilidade e eficácia potencial. A avaliação ex-ante decorrerá, em média, 6 meses após o início das actividades e centra-se nas dimensões de concepção do Projecto, tais como a avaliação da constituição e funcionamento da PD, da pertinência e coerência (interna e externa) do Projecto, integrando indicadores que permitam medir desvios na programação de actividades e apontando recomendações para o desenvolvimento das fases de execução.
  Para estes efeitos, a Equipa Técnica deverá acompanhar o Projecto durante o seu ciclo e aproximar-se das entidades da PD, na figura dos técnicos e dirigentes envolvidos no Projecto. Este momento pode ainda servir para definir os restantes públicos-alvo a envolver no processo de avaliação.
  Nesta fase de avaliação inicial, reveste-se de sentido iniciar o processo de aplicação do *Balanço de Competências*, o qual poderá envolver os técnicos da PD com funções-chave e, eventualmente, a outros agentes directamente envolvidos nas actividades do Projecto e que o acompanharão desde a sua fase de implementação até à sua execução efectiva.
- **Avaliação on going (intercalar)** – Também designada de avaliação da gestão, avaliação concorrente ou monitorização. É efectuada durante a fase de execução, fornecendo informação sobre o andamento do projecto com uma ponderação de resultados. Assume os seguintes objectivos: avaliar as mudanças situacionais, i.e., estabelecer até que ponto se está a cumprir os objectivos de partida do projecto e de acordo com a proposta inicial. Esta fase implica uma avaliação com base nas taxas de execução física e financeira, tendo presente a importância em manter a coerência e pertinência do Projecto. Assim, a Equipa Técnica assumirá um papel de controlo da prossecução das actividades do Projecto, sem descurar dimensões como a coesão da PD, os efeitos e resultados atingidos até ao momento, identificação de problemas, dificuldades e formas encontradas para superar obstáculos, assim como a identificação de aspectos bem sucedidos do Projecto.
  A importância desta fase de avaliação intermédia prende-se com a utilidade de disponibilizar informação à PD que lhe permita corrigir erros ou imprimir maior grau de inovação ao Projecto, promovendo um exercício de auto-reflexão sobre o papel desempenhado por cada parceiro e sobre a

PD no global. A avaliação é acompanhada pelo Balanço de Competências Intermédio que permite monitorizar a evolução de competências individuais e organizativas.

Assim, nesta fase de avaliação pretende-se:

— analisar a adequabilidade dos meios afectos ao projecto e dos modos de organização definidos pela PD, tendo em conta as características do projecto.
— realizar o balanço das actividades previstas e das actividades desenvolvidas.
— analisar o grau de participação e envolvimento dos destinatários do projecto.
— analisar os desvios de execução face ao inicialmente previsto e as respectivas causas.

- **Avaliação ex-post (avaliação final)** – Em sentido estrito, há que diferenciar a avaliação do fim do Projecto e a avaliação ex-post. A primeira efectua-se uma vez concluída a fase de execução, a segunda é conduzida quando o projecto alcançou a seu pleno desenvolvimento (podem ser meses ou anos após a execução). Em última instância, trata-se de duas formas de avaliação resultados que dão informação sobre a execução, funcionamento e resultados ou efeitos de um programa.
  Ambas têm como objectivos: (i) avaliar a mais valia dos resultados gerais, em termos de eficiência, de qualidade dos produtos, de natureza dos efeitos e impactos; e (ii) adquirir conhecimento e experiências para outros programas ou projectos futuros.
  Em síntese, a avaliação final do Projecto visa demonstrar os efeitos e impactos verificados após o desenvolvimento das actividades previstas e assim, divulgar os contributos destas para a mudança preconizada nos objectivos.
  O Balanço de Competências de chegada corresponde a esta fase e pretende verificar se os agentes e as organizações atingiram o nível e o tipo de competências definido à priori, tendo por base elementos de ilustração dos mesmos no âmbito do Projecto.
  Os resultados do balanço de competências serão vertidos para os documentos de avaliação, sempre que se justifique e se revele pertinente identificar como resultados do Projecto a aquisição/desenvolvimento de competências-chave.

6 – Factores críticos

Factores positivos

1. Estabelecer uma relação próxima e de confiança com a Parceria;
2. Fazer incorporar os princípios da avaliação, a sua funcionalidade e utilidade no Projecto;
3. Influenciar de modo positivo a acção do Projecto;
4. Suscitar debate crítico sobre aspectos menos bem sucedidos;
5. Contribuir com recomendações e sugestões (apostando num modelo de acompanhamento).

Factores negativos

1. Carga do conceito "avaliação" – prática ainda não incorporada pelas organizações (sentimento de desconfiança e receio das parcerias principalmente nos momentos iniciais e finais da Avaliação);
2. Falta de colaboração dos actores-chave nos processos de recolha de informação e na participação em discussões críticas sobre o Projecto;
3. Desvalorização das actividades relacionadas com a avaliação no conjunto das actividades do Projecto.

GESTÃO DE PROJECTO / ADEQUAÇÃO DAS PD

BALANÇO DE COMPETÊNCIAS

1 - Caracterização da Prática

A avaliação das competências é um processo complexo, porque as competências não são visíveis no sentido de não serem materiais. No fundo, o que se está a avaliar é o que é designado por competência pelo dispositivo de avaliação proposto, ou seja, por relação a um referencial. Para se poder proceder a essa avaliação, são necessárias "provas" ou demonstrações que possibilitem a sua comprovação.

Para Guy Le Boterf (2005) as competências resultam de três factores:

- *Saber agir* – supõe saber combinar e mobilizar recursos pertinentes (conhecimentos, saber fazer, redes, ...);
- *Querer agir* – refere-se à motivação e ao compromisso pessoal do sujeito; e
- *Poder agir* – remete para a existência de um contexto, de uma organização do trabalho ou de condições sociais que tornem possíveis e legitimas a assunção de responsabilidades pelo sujeito.

O que está em causa é a construção de competências e não a validação de competências. Como refere o mesmo autor "*é, portanto, progressivamente que o sujeito se treinará em verbalizar o que faz e como age. Os momentos de recuo e de distanciação assinalam o seu percurso de aprendizagem*" (p. 69). Isto porque avaliar competências inclui um processo de aprendizagem do indivíduo sobre si próprio.
Em síntese, e segundo Guy Le Boterf, a avaliação das competências "*deve servir para que as pessoas aprendam a agir com mais eficácia. Para o conseguir, a avaliação deve permitir-lhes reflectir, elas próprias, sobre as questões seguintes: Que efeitos queria eu atingir? Consegui-os? Como actuei para atingir esses resultados? Porque actuei desta forma? (...) Um processo de avaliação só tem interesse se permitir a uma pessoa conhecer melhor as suas estratégias de acção e melhorá-las*" (p. 69).
No caso particular deste exercício de Balanço de Competências foram aplicadas duas abordagens para avaliar as competências:

i) Uma, que incide na demonstração da competência por parte do sujeito;
ii) Outra, que incide no reconhecimento do esquema operatório construído pela própria pessoa para realizar determinada actividade prescrita, ou seja, não tem o referencial de competências requerido, mas está associado às actividades e à interpretação singular dos sujeitos relativamente à actividade.
iii) Neste sentido, é necessário que fique claro que no processo de Avaliação das Competências dos Agentes e Organizações envolvidas nos projectos, "ninguém corre o risco de ser considerado incompetente", porque a avaliação de competências não se reduz ao controlo de desvios, a avaliação de competências deve, sim, ser encarada como um processo de aprendizagem para se agir melhor e de forma mais eficaz.

O BC de partida

O Balanço de Competências de Partida corresponde à primeira das três fases de desenvolvimento do dispositivo. Este exercício, realizado no início do Projecto, tem como principal objectivo identificar, por um lado, as competências de partida e as competências a adquirir de acordo com os objectivos específicos do Projecto e, por outro lado, as competências centradas susceptíveis de serem mobilizadas ou desenvolvidas pelos intervenientes do Projecto.

Os procedimentos foram assumidos de acordo com as especificidades de cada Grupo-Alvo:

Coordenadores do Projecto e Técnicos da PD

1. Análise do conteúdo funcional das suas actividades no Projecto;
2. Construção de Grelhas de Competências;
3. Validação inicial e sugestão de novas competências por parte dos intervenientes;
4. Validação final do BC de Partida

Organizações da PD

1. Construção de Grelhas de Competências;
2. Validação inicial e sugestão de novas competências por parte dos representantes das Organizações;
3. Validação final do BC de Partida.

O BC intermédio

O Balanço de Competências Intermédio tem por objectivo a avaliação da evolução das competências (progressos e dificuldades sentidas) dos Técnicos do Projecto, de forma a permitir a recomendação de medidas correctivas e/ou a reorientação de actividades. Esta Fase intercalar pressupõe os seguintes procedimentos por parte da Equipa Técnica do BC:

1. Análise da evolução das competências dos Técnicos na sequência da sua participação no Projecto;
2. Avaliação do desenvolvimento de novas competências face às actividades já realizadas;
3. Identificação de desvios e obstáculos ao desenvolvimento previsto das competências;
4. Formulação de recomendações e orientações.

O BC de chegada

Com o Balanço de Competências Final torna-se possível determinar o impacto do Projecto ao nível das competências dos Destinatários, Agentes e Organizações envolvidas e, consequentemente, avaliar a importância do próprio Projecto no âmbito dos objectivos a que se propôs inicialmente.
Neste momento final procede-se, então, à:

1. Identificação e análise das competências desenvolvidas ao longo do período de implementação do Projecto em cada grupo-Alvo;
2. Análise das competências adquiridas ao longo do período de implementação do Projecto em cada grupo-Alvo;
3. Identificação dos factores críticos e dos factores facilitadores do desenvolvimento de competências para cada grupo-Alvo;
4. Apresentação de conclusões e recomendações à Gestão do Projecto.

2 - Objectivos e finalidades

A aplicação do Balanço de Competência fundamenta-se, a montante, na necessidade de um acompanhamento permanente do desenvolvimento dos projectos (com a função de monitorização) e a jusante, na possibilidade de rentabilização dos saberes-fazer em futuras intervenções (transferibilidade). O Balanço de competências pode constituir para todos os intervenientes uma oportunidade para apreciar como chegaram, aonde chegaram e onde precisamente se encontram, para além de permitir delinear percursos futuros. (Cf. Marques, 2000, pág. 26.)
O BC pretende constituir um instrumento para as PD criarem o seu próprio dispositivo de avaliação de impactos dos seus projectos ao nível das competências: competências das entidades envolvidas (parceiras e beneficiárias) e competências das pessoas (destinatários ou agentes).
Assim, o Balanço de Competências consiste num exercício dinâmico que possibilita o auto-conhecimento em matéria de capacidades e potencialidades, quer pessoais, quer profissionais, como individuais ou colectivas.

3 – Etapas e Metodologias Relevantes

O BC deve ter uma dupla abordagem na sua aplicação: individual e organizacional. Assim, nos Projectos, o Balanço de Competências poderá ser aplicado aos seguintes públicos-alvo:

— Coordenadores
— Técnicos da PD
— Organizações da PD
— Destinatários finais

Fases de aplicação do BC

O BC do Projecto pode ser desenvolvido em três fase, a saber:

1ª Fase (no início das actividades do projecto): definir BC de Partida

Este trabalho deve incidir sobre cada grupo-alvo do BC, e consiste em traduzir em competências que fundamentaram, total ou parcialmente, a realização do próprio Projecto. Para tal, a PD deve promover sessões de trabalho tendo em vista a elaboração do referencial de competências, garantindo uma participação activa de todos quantos vão estar envolvidos no Projecto.

2ª Fase (a meio das actividades do projecto): acompanhamento de resultados - BC Intermédio

A PD deve repetir sessões de trabalho com os grupos-alvo do BC e, em resultado deste acompanhamento, deverá efectuar uma apreciação crítica do estado de desenvolvimento das actividades, no que ao desenvolvimento das competências diz respeito e introduzir alterações, melhorias consideradas adequadas.

3ª Fase (final da actividades do projecto): definir BC de Chegada

Devem ser repetidas as sessões de trabalho com os grupos-alvo do BC e comparada a informação relevante recolhida no Diagnóstico (BC Partida). A PD deverá ainda proceder a uma apreciação crítica das respostas obtidas para as questões colocadas, identificando as correcções/ajustamentos a aplicar em futuros Projectos.

A partir dos dados obtidos através da aplicação do BC de Partida, proceder-se a uma análise quantitativa com base na média e frequência de respostas que tornará possível o posterior acompanhamento e avaliação dos progressos conseguidos, ao longo do período de vigência, quer no Projecto, como do Projecto.
A escala utilizada resulta da distinção entre níveis de proficiência (posição do indivíduo face ao domínio da competência):

0 - Prática não valorizada (Competência que não se espera vir a adquirir por não se aplicar - **CNA**) – *tipo de acção não praticada e que não considera importante adoptar;*

1 – Prática a adoptar (competência a adquirir - **CA**) – *tipo de acção não praticada mas que pretende adoptar*;

2 – Prática valorizada mas pontual (competência adquirida mas a desenvolver - **CD**) - *tipo de acção reconhecida mas utilizada ainda de forma pontual;*

3 – Prática valorizada e corrente (competência profunda, bem desenvolvida - **CP**) – *tipo de acção reconhecida e utilizada de forma regular/sistemática.*

4 – Factores críticos

Factores positivos

1. Estabelecer uma relação próxima e de confiança com a Parceria;
2. Fazer incorporar o conceito de Balanço de Competências, a sua funcionalidade e utilidade no Projecto;
3. Influenciar de modo positivo a acção do Projecto e a "prestação" dos públicos-alvo;
4. Suscitar debate crítico sobre aspectos menos bem sucedidos;
5. Estabelecer uma relação de reciprocidade entre o BC e o Projecto;
6. Contribuir com recomendações e sugestões (apostando num modelo de acompanhamento).

Factores negativos

1. Falta de colaboração dos actores-chave nos processos de recolha de informação e na participação em discussões críticas sobre o Projecto;
2. Desvalorização das actividades relacionadas com processos de avaliação no conjunto das actividades do Projecto;
3. Falta de reconhecimento da utilidade do BC no âmbito do Projecto.

EMPOWERMENT / IO

ENVOLVIMENTO DE PÚBLICOS E COMUNIDADE - PLATAFORMA/OBSERVATÓRIO REGIONAL

1 - Caracterização da prática

Processos que pretendam gerar inovação e contribuir de forma activa para a introdução de mudanças estruturais numa actividade, têm que prever a interacção entre os diferentes intervenientes e actores-chave, alicerçada no contexto territorial, nas dinâmicas existentes e/ou criadas, nos conhecimentos e competências dos diversos agentes e, em larga medida, na eficácia e eficiência do processo de aprendizagem comum.

Todos estes preceitos e requisitos têm que ser estabelecidos e implementados desde o primeiro dia do projecto ou acção, através de uma PD que transmita sinais claros de diferença, contagiando através da sua acção aqueles que pretende envolver.

2 - Objectivos e Finalidades

- Introduzir mudanças nos modelos de gestão e implementação de projectos, traduzidas na aplicação das metodologias participativas e colaborativas.
- Articular o planeamento estratégico com o planeamento operacional, através do envolvimento directo dos públicos-alvo e valorização da multiplicidade das suas perspectivas, saberes e competências, correlacionadas com estratégias de médio/longo prazo para a actividade.
- Gerir e gerar expectativas e motivações dos públicos-alvo e da comunidade, através de processos de negociação dos *inputs* e *outputs* de uns e outros e da incorporação dos mesmos no percurso e resultados do projecto.
- Combater visões imobilistas e individualistas das artes e actividades tradicionais, inclusive e, principalmente, dos próprios artesãos.
- Criar uma plataforma regional que funcione como observatório das intervenções e se co--responsabilize colectivamente pelos resultados e impactos.

3 - Pré-Requisitos

- As PD têm que afinar o diapasão em termos de linguagem pública, comunhão de estratégias e objectivos. Tem que se apresentar publicamente forte, confiante, coesa, completa, argumentativa e positivamente expectante em termos da resolução das problemáticas existentes para um futuro promissor da actividade e consequentemente dos seus activos.
- Necessário capitalizar no curto prazo e trabalhar em direcção à mudança de longo prazo, ou seja, é fundamental que os públicos percepcionem claramente que os seus contributos são vertidos para as intervenções, as quais são perspectivadas na sua aplicabilidade e sustentabilidade de longo prazo.
- Quando há necessidade de emitir mensagens para os públicos, uma das estratégias passa por envolver peritos externos credíveis que o façam eficazmente, pois são melhor apreendidas, emergindo ainda factores relacionados com a valorização de fora para dentro da actividade e seus activos.
- Fundamental implementar estratégias de acompanhamento e envolvimento permanentes para que as dinâmicas e ritmos não registem quebras.

4 - Questões Orientadoras

- As PD devem utilizar o princípio da racionalidade no envolvimento dos públicos-alvo, para que sejam potenciadas competências e conhecimentos de cada elemento interveniente e se processem convergências entre processos, práticas e saberes que permitam atingir os objectivos propostos.

- Os públicos têm que ter noção da globalidade das intervenções.
- As PD têm um papel fundamental na mobilização e reconhecimento do *know-how* dos públicos, integrando-o como mais-valia fundamental para o sucesso do projecto e, consequentemente, para as mudanças estruturais esperadas que afectam positivamente a todos.
- Os públicos têm que ser envolvidos desde o início do processo nas tomadas de decisão para que se verifique real envolvimento e corresponsabilização partilhada, em regime paritário, entre todos os intervenientes.

5 - Etapas e Metodologias Relevantes

- **Estratégia**: Preparação da PD em termos de delineação de estratégias e objectivos das intervenções a efectuar neste domínio, determinando ainda os papéis e posicionamentos de cada um e do todo.
- **Fóruns temáticos trimestrais** restritos a públicos específicos de acordo com a temática em causa, com um perito/moderador nessa temática que permita e incite a participação de todos os intervenientes.
- **Conferências Nacionais e Internacionais semestrais**, com envolvimento de toda a PD e beneficiários envolvidos nas Comissões Técnicas, para apresentação de resultados a toda a comunidade.
- **Acompanhamento** permanente, factor que possibilita o conhecimento de questões colaterais que muitas vezes as parcerias, ou elementos da PD, têm capacidades e competências para solucionar, não estando restringidos exclusivamente às acções do projecto - a capacidade de resposta e o interesse é muito importante na mobilização e manutenção do interesse dos públicos.

ENVOLVIMENTO DE PÚBLICOS E COMUNIDADE

6 - Factores críticos

- O grande desafio do projecto passa pela envolvência dos públicos e comunidade em processos harmoniosos de gestão de conflitos, expectativas e interesses. A **resposta colectiva aos modelos individualistas de gestão de projectos, actividades e práticas**, tem que ser implementada desde o início do processo, através de sinais claros de diferença processual e de contexto. Essa diferença é desde logo percepcionada se a PD se apresentar de forma colectiva, ultrapassando os individualismos, protagonismos e representatividades.
- Inicialmente os públicos podem mostrar relutância em participar no projecto e suas acções por desconfiança em relação aos resultados. Essa participação advém da **insistência, da clarividência de processos, de acções públicas para desmistificação de preconceitos, apelos à participação, demonstrações de interesse pelas problemáticas** de cada um e tentar, sempre que possível, solucioná-las - dessa forma vão-se angariando apoios e mobilizando vontades que, pelo efeito da demonstratividade, vão sendo disseminadas pelos próprios.

- Não se deve implicar nos projectos, com características experimentais, inovadoras e piloto, um elevado número de actores e de públicos, pois corre-se o risco de a implicação na concepção e decisão ser nula, além de os princípios básicos do *empowerment* e IO se tornarem de difícil aplicação. Deve-se portanto **seleccionar criteriosamente um pequeno grupo representativo dos públicos, da classe ou da actividade**, no sentido de serem implicados em toda a fileira do processo e respectivas actividades, tornando-se o disseminador interno das práticas e processos.
- Os públicos têm que perceber que a PD se encontra em perfeita comunhão de objectivos e estratégias de intervenção presente e futura. Fundamental que nas sessões públicas a PD se faça representar na sua totalidade e ao mais alto nível. **Importante que os elementos Directivos da PD estejam profundamente implicados no projecto,** tenham uma atitude positiva e mobilizadora através da perspectivação de futuro e preservação dos interesses dos públicos.
- Sendo o público-alvo directamente beneficiado pelos resultados dos projectos e acções neles inscritas, a sua participação activa e efectiva em regime de *empowerment* não pode ser negligenciada, pois desse envolvimento vai depender a aceitação, aplicabilidade e sustentabilidade das acções e produtos. Essa **envolvência é ao mesmo tempo uma metodologia de trabalho e um objectivo a alcançar e resultará no empoderamento de todos os envolvidos**, em IO, para um grupo considerado de importância social "menor" - os artesãos/beneficiários.
- Importante promover **momentos públicos de partilha de informação que envolvam toda a comunidade,** para que esta se comprometa com as práticas, projecto e resultados e funcione ainda como "observatório" territorial do projecto, co-responsabilizando-se com o mesmo, exigindo à PD concretizações e imprimindo-lhe ritmo de execução e demonstração de resultados.
- O público-alvo deve ser extensivo não apenas aos beneficiários finais e directos dos instrumentos criados pelo projecto mas, **envolver activamente, os utilizadores dos instrumentos criados** pelo mesmo e outras organizações e/ou pessoas, internas ou externas ao território, cujas mais-valias e competências sejam vertidas para o projecto em momentos-chave do mesmo.
- Os factores do método "Ex-Libris" que mais contribuíram para o empoderamento e IO foram a **configuração e ajuste das metodologias, dos equipamentos, dos processos e das linguagens utilizadas, aos conhecimentos e competências das beneficiárias**, evitando cair ou reforçar algum estereótipo existente relativamente às mesmas, indo no sentido de facilitar a sua integração no projecto e a apropriação dos resultados finais.
- Os **laços identitários dos públicos em relação às artes tradicionais**, seja pela inserção territorial, pelos laços afectivos ou pela via profissional, são factores determinantes e exploratórios para a mobilização dos públicos.

7 - Resultados Gerados pela Aplicação da Prática

Tangíveis:

- Da aplicação desta prática resultam todos os tangíveis do projecto, instrumentalizados em publicações específicas, cuja aplicação e sustentabilidade permitirão a introdução de mudanças e inovação nas actividades tradicionais.

Intangíveis:

- Credibilidade e confiança no projecto e seus produtos, originada pela reciprocidade entre PD e os diversos públicos.
- Atitudes pro-activas e em Parceria territorial alargada que criam dinâmicas, credibilizam as intervenções e valorizam a actividade.

Mudança de atitude de todos os intervenientes, detentores de conhecimentos aprofundados sobre os procedimentos necessários à requalificação e valorização da actividade, co-responsabilizando-se com a execução dos mesmos.

PROCESSOS DE CONTROLO E CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE

ESPECIFICAÇÕES PARA A CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE DOS PRODUTOS ARTESANAIS

1 - Caracterização da Prática

A prática consubstancia-se numa publicação onde estão inscritos os procedimentos técnicos, com base no conhecimento científico da actividade e do produto, que permitem a uma entidade de certificação aferir e certificar um produto artesanal.

2 - Objectivos e finalidades

- Proteger, preservar e valorizar as produções artesanais.
- Atribuir às produções artesanais o seu reconhecimento enquanto legado histórico e memória social de um território.
- Construir/conceber os critérios técnicos para a atribuição de selo de qualidade, com base no conhecimento científico rigoroso e especializado.
- Proteger o consumidor, através da disponibilização de informação credível, originada por investigações históricas e trabalho técnico de definição das características que diferenciam o produto artesanal, dando ao consumidor a possibilidade de optar.
- Proteger o artesão das pressões de mercado que concorrem para a desvalorização, desqualificação e descaracterização do produto artesanal, ao definir claramente as suas características, limites e caminhos de inovação.
- Alterar comportamentos e mentalidades dos artesãos, das entidades, da região.

3 - Pré-requisitos

- Recolha bibliográfica para se ter conhecimentos básicos da actividade e do produto, que permitam definir as necessidades em termos de investigação científica e selecção do grupo de investigadores. Importante definir critérios claros de selecção e intervenção de cada um.
- Conhecer as necessidades dos públicos, suas características, tipologia de produto, situação da actividade, ameaças da actividade e do produto e potencialidades do mesmo (Análise Swot).

4 - Questões Orientadoras

- Envolver o público-alvo que beneficiará dos resultados, recorrendo aos seus conhecimentos, saber-fazer e opiniões, devendo os beneficiários perceber claramente a importância da sua participação e que esta é vertida para os instrumentos criados.
- Promover encontros e reuniões com peritos e profundos conhecedores da tipologia de caderno de especificações a desenvolver, considerando que existem normas técnicas gerais que é preciso acomodar no trabalho a desenvolver.
- Definição clara dos trabalhos a desenvolver por cada investigador, apelando à partilha de informação para que não se verifiquem repetições, desconexões ou lacunas de informação.
- Estabelecimento de parcerias complementares com entidades e/ou pessoas-recurso para ultrapassar insuficiências de conhecimento e informação registadas pela PD.
- Desmistificar linguagens e preconceitos em relação à certificação, pois existe no início uma forte desconfiança em relação a esse procedimento.

5 - Etapas e Metodologias Relevantes

Há duas formas possíveis de executar o processo:

1ª - Contratualizar um(a) perito(a) que, em "laboratório", analisa o produto e elabora as especificações técnicas do mesmo. Este processo pode ter um tempo de execução de 4/6 meses.

Factores Críticos do modelo:

Factor Positivo:

- O tempo de execução e os reduzidos meios materiais e humanos disponibilizados ao processo.

Factor Negativo:

- Processo essencialmente concebido em gabinete. Não envolve eficazmente públicos nem comunidade. Dificuldades de implementação e aplicação eficaz dos procedimentos de certificação, por não implicar os beneficiários que, por esse facto, não se apropriaram gradualmente do processo, suas implicações e importância,...

Esta metodologia é menos eficaz porque se os artesãos não entendem as mais valias do processo para submeterem a sua produção à certificação, as comissões de certificação têm dificuldades acrescidas na aplicação do processo, mesmo que o manual de especificações técnicas esteja tecnicamente bem elaborado.

Este modelo é substantivamente mais difícil e moroso de aplicar. Mas, não havendo outra possibilidade, poder-se-á optar por numa metodologia mista, ou seja, ao mesmo tempo que o(a) perito(a) desenvolve o processo técnico, pode realizar-se um trabalho paralelo de mobilização dos artesãos e do território para a importância e mais valias do processo de certificação do produto, explicando e demonstrando claramente quais as vantagens decorrentes destes processos para o artesão e para o território. Isso poderá ser feito através de sessões públicas com a presença do perito responsável pela elaboração das especificações e, de técnicos e artesãos de outros territórios que tenham esse processo em decurso e que possam atestar e demonstrar essas mais valias.

2ª - Procedimento "Ex-Libris" - parceria territorial constituída por entidades directamente ligadas à actividade. Envolvência directa, em todo o processo, dos artesãos da actividade e toda a comunidade/território. Durante o percurso envolver ainda entidades e pessoas-recurso que possam contribuir de forma efectiva para o sucesso do processo. No "Ex-Libris" este processo desenvolveu-se durante 2 anos, considerando que esta actividade assumiu forte centralidade em relação às restantes intervenções, estando essas correlacionadas com esta. Caso se trate apenas do processo de certificação, sem outras implicações e actividades com ela conectadas, cremos ser possível desenvolvê-la durante 1 ano (mas isso dependerá do grau de envolvência dos parceiros, da eficácia da equipa técnica, dos conhecimentos mais ou menos aprofundados sobre a actividade, da capacidade de mobilização e motivação dos públicos e do território, da eficácia do trabalho em equipa pluridisciplinar e interinstitucional, da capacidade de monitorização de evoluções, efeitos e resultados, da capacidade de gerir conflitos e interesses, da mobilização e motivação do território para a importância da certificação,...).

Factores Críticos do modelo:

Factor Negativo:

- Tempo de execução longo, com envolvência de consideráveis meios técnicos e financeiros.

Factores Positivos:

- Envolvência activa dos públicos-alvo que beneficiarão dos resultados, recorrendo aos seus conhecimentos, saber-fazer e opiniões, vertendo-se para os documentos essas mais valias, valorizando-se publicamente a sua participação.
- Metodologias participativas e colaborativas entre componente científica, técnica e saber-fazer - partilha de informação e conhecimentos.
- Junção ao longo do processo das mais-valias técnicas, científicas ou outras que se revelem de importância vital para o decurso da acção.
- Conhecimento profundo dos públicos e suas necessidades, situação da actividade e suas potencialidades.
- Realização de acções complementares, designadamente reuniões e fóruns, com recursos a

experts e investigadores, para desmistificação de linguagens e preconceitos relacionados com a certificação e esbater défices de conhecimento e informação.

- Gradual mudança de mentalidades pessoais e institucionais - combate ao imobilismo e individualismo na valorização do produto, produtores, actividade e região.
- Gradual alteração de comportamentos e mentalidades dos artesãos, por via do trabalho incisivo em termos da sua mobilização para o processo e desmistificação de preconceitos relacionados com as valias da certificação.

Etapas do Processo:

- **Investigação científica** do percurso histórico, cultural, social e económico da actividade e produto (vai preencher um conjunto de lacunas de informação e conhecimento, permitindo determinar as características técnicas específicas que serão o garante de qualidade e autenticidade do produto). A investigação dá suporte científico às especificações técnicas, devendo verter-se para estas algumas dessas orientações (isso tem ainda outra mais valia - "protege" o grupo técnico responsável pela elaboração técnica das especificações, pois estão suportadas em investigação científica - é a salvaguarda para as questões mais controversas - em alguns casos a investigação pode contradizer o que está instituído e se julga saber sobre o produto, tornando necessária a reformulação do discurso técnico). Por tudo isso, deve ser realizada previamente ao início do processo de elaboração das especificações técnicas, ou seja, é a primeira acção a desenvolver e poderá seguir a seguinte formologia:
    - Recolha bibliográfica existente sobre a actividade e produto, para que o grupo técnico tenha conhecimentos básicos sobre a actividade que lhe permitam definir claramente as necessidades em termos de investigação e, por essa via, seleccionar o grupo de investigadores mais adequado. Esse conhecimento vai ainda permitir definir eficazmente o trabalho a desenvolver por cada um, para que no final o trabalho tenha um fio condutor e não seja apenas um conjunto de peças soltas que depois não conseguem integrar-se como mais-valia científica nas especificações técnicas.
    - Após selecção da equipa de investigadores, definir critérios de intervenção e execução do trabalho, exigindo partilha de informação para que não se verifiquem repetições, desconexões ou lacunas de informação.
    - Um dos membros da PD deve ser o coordenador científico do trabalho a desenvolver, e coordenar os trabalhos dos diversos intervenientes. Promover reuniões conjuntas entre equipa técnica e investigadores para imprimir ritmos, aferir resultados, partilhar informação e definir calendarizações.
    - Os investigadores devem ser envolvidos nas conferências e fóruns para darem conta aos públicos e comunidade das evoluções das investigações, constituindo momentos importantes para a passagem de algumas mensagens relevantes. Ao mesmo tempo valoriza-se a actividade e o produto e, gradualmente, beneficiários e território vão adquirindo novas posturas e maior auto-estima colectiva em relação à actividade.

- **Criação de um Grupo de Trabalho**, constituído por técnicos das diversas entidades da PD e por um grupo restrito de Beneficiários finais (3/5), coordenado pelo parceiro que mais *inputs* possa conferir à sua eficaz exequibilidade. Sempre que necessário, envolver ainda alguns dos investigadores (sempre que a temática a tratar assim o exija).
    - Esse grupo de trabalho será o responsável pela construção e concepção do caderno de especificações. Deve ter um plano de intervenção calendarizado e, trabalhar por objectivos. Devem ser programadas reuniões mensais com todos os

elementos, com o objectivo de proceder à análise e discussão conjunta das matérias tratadas/elaboradas nesse período, vertendo para o instrumento todas as mais valias geradas nessa análise conjunta.

- Recolha de informação para a elaboração das especificações, baseada na observação de um conjunto representativo de peças do produto em causa, para definição das características técnicas, estéticas, de produção, matérias-primas, etc,....
- Observação directa do processo de produção artesanal, para definição das etapas de produção, recorrendo a grupo de artesãos;
- A envolvência directa dos artesãos é fundamental em todo este processo de observação, recolha e tratamento de informação.

- Criar um **Grupo de Validação** de toda a informação produzida, constituído pelos técnicos do Grupo Técnico, por um grupo mais alargado de beneficiários (8/10 ou mais), os investigadores que mais directamente possam influenciar resultados, instituições locais directamente ligadas ao sector/actividade, técnicos do PPART, CRAT e outras entidades que possam conferir mais valias ao processo de análise e decisão.

Essa validação deve ser efectuada de forma gradual, com reuniões presenciais trimestrais. Estas sessões, além de permitirem reflexões sistematizadas e imprimirem ritmo à equipa técnica, possibilitam ainda a aferição, sob vários olhares, da qualidade da informação produzida e, ainda, envolver os públicos e entidades territoriais e nacionais.

Território e beneficiários, através destas sessões, vão-se apropriando da importância e mais valias do instrumento, ficando mobilizados para a futura aplicação do mesmo. Além de todos esses importantes factores, essa envolvência e participação directa na análise e decisões, promove a cidadania activa e a corresponsabilização dos diversos actores por todo o processo, retirando da PD e grupo técnico o ónus da decisão unilateral sobre matérias de interesse alargado e de cariz público.

- Realização de **conferências e fóruns trimestrais** para abordagem das temáticas relevantes da actividade, com participação de investigadores e outros especialistas. Com esta actividade colateral vão-se dando indicadores claros ao território e grupo alargado de beneficiários das evoluções do trabalho, mentalizando-os para as novas abordagens e metodologias. É uma actividade muito importante para credibilizar o trabalho da PD e manter o interesse do território e, principalmente dos beneficiários, construindo-se paulatinamente o cenário que facilita a aplicação e sustentabilidade do instrumento.

- **Testagem em situação real das especificações técnicas** para aperfeiçoamento do produto final (essa testagem deve ser efectuada em produções dos artesãos que fazem parte do Grupo de Trabalho e da Comissão de Validação - é uma forma de valorizar os seus trabalhos e conferirem a aplicação dos resultados da sua participação no grupo de trabalho).

- **Apresentação pública e mediatizada do produto final**, colocando no painel de oradores uma participante/beneficiária para falar da sua experiência enquanto participante activa na construção daquele importante instrumento. Nesta conferência final devem ser abordadas as perspectivas de futuro e modelos de implementação do instrumento, pelo que a PD tem que previamente preparar essa estratégia de intervenção futura.

6 - Factores Críticos da Intervenção

- **Constituição da PD e respectivo grupo de trabalho**: colocar um conjunto de instituições e/ou pessoas a desenvolver uma estratégia e um programa de trabalho comum, em que cada elemento tem que dar contributos efectivos e trabalhar em equipa pluridisciplinar, interinstitucional e em regime colaborativo, é efectivamente uma tarefa difícil no início, porque é muito insípida ou não existe uma cultura organizacional e de parceria com estas características. É então necessário:

- Ultrapassar o distanciamento entre entidades e suas diversificadas culturas institucionais, através da realização de um trabalho preliminar de consolidação de objectivos e estratégias de cada um e, de cada um para o projecto a desenvolver em comum, consensualizando-se discursos institucionais;
- As instituições da PD devem reconhecer e perceber as vantagens da cooperação em termos de imagem institucional e de credibilidade no território;
- Os responsáveis devem envolver-se activamente no processo para poderem mobilizar e motivar as suas equipas de trabalho, determinar as regras dessa participação e estabelecer o quadro e enquadramento estratégico de actuação da entidade perante o desenvolvimento e acolhimento deste novo processo e mais valias que ele confere à instituição;
- Devem ser estabelecidos graus equitativos de compromisso;
- Devem ser geradas relações inter-pessoais e institucionais capazes de manter os níveis de empenhamento necessários.
- Com estes requisitos de base, a PD e o Grupo de Trabalho vão adquirindo gradualmente um grau de maturidade que permite a implementação eficaz dos processos técnicos e institucionais.

- **Envolvimento e participação dos beneficiários**: A qualidade dos resultados e efeitos gerados é indissociável da participação dos beneficiários na concepção e desenvolvimento dos instrumentos que serão aplicados ao produto do seu trabalho.

A partilha do conhecimento, das decisões e da elaboração dos instrumentos deve ser resultante de um investimento conjunto, factores que contribuem para o fortalecimento das relações de confiança entre quem conduz o projecto e quem ajuda a fabricá-lo. A participação capacita e valoriza os diferentes papéis e funções que se complementam.

O envolvimento dos beneficiários deve ser intenso e constante e tem que centrar-se na troca de mais-valias e na gestão de expectativas futuras. Não é difícil envolver os públicos desde que percebam todas essas componentes e a importância da sua participação.
No início é necessário gerir as naturais desconfianças relacionadas com qualquer processo que implique mudanças estruturais. É necessário ir esbatendo essas desconfianças e isso é feito a partir da sua envolvência directa nos processos e, publicamente, através da apresentação de objectivos e metodologias de intervenção claras, apontando desde logo perspectivas de futuro, no sentido da melhoria das condições da actividade e competitividade da mesma, apresentando cenários credíveis de situações com e sem certificação, recorrendo à apresentação de casos concretos (se possível).

- A **conciliação entre conhecimento científico, técnico e saber-fazer** pode, em alguns momentos, tornar-se de execução difícil, pois nalguns casos uns podem contradizer os outros. É necessário efectuar análises e discussões aturadas e aprofundadas sobre essas dúvidas entre todos os elementos, envolvendo peritos que possam clarificar conceitos e colaborar nas decisões finais. Nunca devem ser tomadas decisões de forma unilateral. Sempre por consenso e porque todas as dúvidas ficaram clarificadas, mesmo que para isso tenha que se recorrer diversas vezes a pessoas recurso diferenciadas.

7 - Resultados Gerados pela Aplicação da Prática

Os resultados e produtos advêm da interactividade em todo o processo realizada entre os diversos parceiros e entre estes e os beneficiários e toda a comunidade.

Tangíveis:

- Narrativa científica do Percurso histórico e cultural do produto e da actividade.
- Caderno de especificações do produto que possibilita a certificação do mesmo.

Intangíveis:

- Mobilização dos públicos-alvo para o exercício activo da cidadania, defendendo os seus interesses a partir da partilha de conhecimento e da participação paritária em processos interactivos de concepção partilhada de instrumentos de fulcral importância para o futuro da actividade e sua valorização global.
- Eficácia demonstrada da interactividade entre trabalho científico, técnico e de saber-fazer.
- Abertura ao exterior das entidades responsáveis pela concepção e sistematização da informação.
- Nova postura dos beneficiários finais em relação à actividade.
- Aquisição de competências e reforço de outras ao serviço da requalificação e valorização da actividade.

PROCESSOS DE CONTROLO E CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE

ACÇÕES COMPLEMENTARES

1 - Caracterização da prática

Acções que vão sendo desenvolvidas em directa correlação com as intervenções basilares do projecto, através do aproveitamento das dinâmicas geradas por essas intervenções e em resposta directa a solicitações e necessidades que vão emergindo da sua implementação.

2 - Objectivos e finalidades

- Valorizar as intervenções do projecto, explorando as sinergias, resultados e dinâmicas emergentes da implementação do mesmo.
- Protagonizar acções com dimensionalidades que transcendam o próprio projecto, em manifesta convergência com o mesmo e indutoras da modificação de mentalidades e comportamentos, imobilismos e individualismos, em prol de um objectivo comum - valorizar e promover a actividade artesanal em causa.
- Atender a solicitações dos beneficiários originadas pelo seu envolvimento activo e directo no projecto.
- Envolver activamente os jovens das áreas de design e mobilizá-los para as artes artesanais, desmistificando as imagens tipificadas que nutrem em relação ao artesanato, mostrando-lhes as possibilidades e potencialidades das artes artesanais.
- Desenvolver acções de carácter territorial, nacional e internacional de promoção e valorização da actividade e arte artesanal em causa, envolvendo os beneficiários finais de forma activa.

3 - Pré-requisitos

- A equipa de projecto tem que se concentrar no projecto base e estar sistematicamente atenta a todas as informações, solicitações, perspectivas, potencialidades,..., que advêm da participação activa dos públicos e comunidade, devendo estabelecer prioridades, analisar os efeitos das intervenções e implementar as acções com eficácia.
- A envolvência de todos os elementos da Parceria é de fulcral importância para se estabelecerem prioridades e possibilidades, planificar e delegar funções, pois se cada parceiro realizar as acções para as quais denota maiores competências as hipóteses de sucesso são mais evidentes.
- Planificar, calendarizar e estabelecer equipas interinstitucionais e pluridisciplinares de intervenção rápida e eficaz.
- Analisar e avaliar os efeitos e resultados de cada intervenção, produzir recomendações que sirvam para melhorar as intervenções seguintes.

4 - Questões Orientadoras

- Definir e conhecer as problemáticas que cada acção tenta solucionar e analisar os efeitos e resultados para o projecto, para os públicos, actividade e território.
- Definir claramente os beneficiários e mobilizá-los para a participação.
- Definir quem pode facilitar as intervenções, principalmente as de carácter público.
- Definir o tipo de logística e recursos para cada intervenção.

5 - Etapas e Metodologias Relevantes

- A PD tem que analisar o cariz das solicitações e necessidades e estabelecer prioridades.
- Definir equipas de projecto, estabelecer regras e calendarizações, planificar e implementar as acções.
- A metodologia mais relevante prende-se com a envolvência dos jovens estudantes em todas as actividades complementares, factor que vai despoletar uma forte interactividade entre aqueles, a PD e principalmente, os beneficiários finais - Negociar as condições de participação dos alunos

com os estabelecimentos de ensino e introduzir as intervenções nas acções curriculares dos diversos cursos.

- Realizar acções públicas trimestrais para reflexão e debate sobre questões fundamentais do projecto - Envolver peritos e artistas plásticos em algumas das componentes do processo é uma mais valia determinante para a valorização da arte e beneficiários e consequente mobilização dos públicos jovens.
- Realização de relatórios das intervenções para análise e avaliação conjunta dos efeitos e resultados das mesmas.
- A mediatização das acções é de fulcral importância e, para isso, os órgãos de comunicação regional têm um papel muito importante, nunca devendo ser esquecidos ao longo do projecto e da execução das intervenções.

6 - Factores críticos

- A intervenção junto dos alunos dos diversos níveis de ensino é fundamental para o sucesso das diferentes actividades, sendo necessário combater a sua resistência inicial em desenvolver projectos que tenham por base as artes tradicionais. Necessário desenvolver estratégias de "aliciamento"/motivação através da valorização da sua intervenção em termos curriculares, promover concursos e investigação e facultar toda a informação. A PD tem que acompanhar todo o processo e fazer-lhes sentir que estão a desenvolver um projecto académico de interesse e utilidade para a região.
- Os eventos públicos devem ser organizados, se possível, em território neutro, ou no território do parceiro com menores relações directas à actividade (instituições de ensino), para que os beneficiários e comunidade não sintam que a escolha da localização foi intencionada para auto-promoção ou influência de resultados.
- As intervenções têm que ser rapidamente planificadas, preparadas e implementadas para que não se percam sinergias, vontades nem *timming's* adequados.
- A envolvência de artistas plásticos, estilistas de renome nacional e internacional e cientistas (investigadores) é fortemente contributivo da valorização da arte para os beneficiários.
- A envolvência da comunicação social é fundamental, pois é ela que faz eco das intervenções ao nível alargado, disseminando e valorizando as intervenções e seus actores.

7 - Resultados Gerados pela Aplicação da Prática

Tangíveis:

- Estudo de Imagem de Marca para a arte artesanal.
- Estudo luminotécnico e ergonómico.
- Produções inovadoras associadas à arte artesanal.

Intangíveis:

- Nova avaliação das artes artesanais e suas potencialidades pelos jovens, a partir do seu envolvimento directo no processo.
- Possibilidades de os estabelecimentos de ensino incluírem nos seus planos curriculares componentes relacionadas com as artes tradicionais locais.
- A Interactividade dos beneficiários com outros actores permite a renovação e inovação da actividade e, posturas, mentalidades e comportamentos mais abertos ao exterior e à implementação de acções inovadoras relacionadas com a arte artesanal.
- Forte trabalho em equipa e melhor (re)conhecimento de apetências, competências e inter-relações - Trabalho com múltiplos interlocutores ficando-se atento às suas especificidades.
- Maiores competências de decisão partilhada, resolução de problemas, desvios e imprevistos.

DISPOSITIVOS DE QUALIFICAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO

CRIAÇÃO DE PERFIS PROFISSIONAIS E REFERENCIAIS FORMATIVOS

1 - Caracterização da prática

Referencial Formativo organizado e harmonizado com as políticas nacionais para o sector, com dupla funcionalidade: aumento da escolaridade e aumento das qualificações profissionais necessárias ao exercício da actividade específica, tanto para os activos da actividade como para os jovens que pretendam desenvolver proficientemente actividade no sector.

2 - Objectivos e finalidades

- Responder a necessidades formativas específicas da actividade artesanal em causa, onde não exista uma resposta formativa organizada e consentânea com as exigências do sistema formativo em vigência.
- Formar profissionais já dotados de um conjunto alargado e abrangente de competências profissionais, com o domínio das técnicas de execução, capacidade de criação e recriação e, organização e gestão do seu posto de trabalho e unidade produtiva.
- Facilitar a prossecução de percursos escolares e profissionais. O desenvolvimento desta tipologia de percursos formativos e o seu reconhecimento no âmbito do sistema nacional de formação facilita a continuidade de estudos e a prossecução de percursos formativos cada vez mais qualificantes.

3 - Pré-requisitos

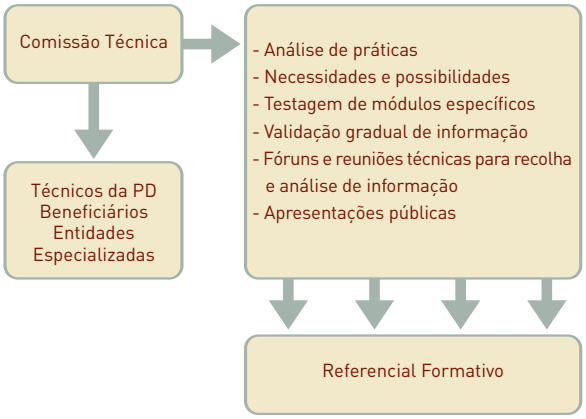
- Análise aprofundada das políticas nacionais e comunitárias para a formação e para o sector das actividades tradicionais.
- Identificação e definição clara de problemas/necessidades e expectativas.
- Conhecimento detalhado dos públicos-alvo.
- Introduzir na PD entidades e técnicos de reconhecido *know-how* nas áreas da concepção de referenciais formativos e consequente experimentação dos mesmos, para cooperação activa na concepção dos referenciais formativos específicos para a actividade.

4 - Questões orientadoras

- A equipa de trabalho deve conter elementos dos vários elementos da PD, mesmo sem competências específicas no sector e, contar com a participação de um pequeno grupo de Beneficiários Finais (especialmente Formadores e Técnicos de Formação) que devem fazer parte integrante da equipa, em estrita igualdade de oportunidades e processo de *empowerment* no que se refere à análise, testagem e decisão sobre todos os processos e procedimentos.
- Importante sinalizar no início do projecto um conjunto de pessoas-recurso que possam colaborar com a PD na operacionalização de todo o processo

5 - Etapas principais

- Criação de grupo de trabalho (Comissão Técnica).
- Análise e interpretação dos dados do diagnóstico para determinação de necessidades específicas.
- Conferência/Fórum inicial com os actores da temática (IEFP, Entidades Formadoras, Formadores, Artesãos) para apresentação do projecto e recolha de informação e propostas.
- Envolver na PD entidades de reconhecido know--how na construção de referenciais formativos.
- Determinar e decidir a tipologia de referencial a desenvolver, inserido no esforço e política nacional de organização e harmonização da oferta formativa.
- Testar componentes do percurso mais específicas para aperfeiçoamento e adaptação do mesmo aos públicos.
- Realizar fóruns temáticos, para análise e discussão pública de resultados e, recolha de informação - Apresentação final dos resultados a toda a comunidade.



6 - Factores críticos

- O referencial formativo tem que ser desenvolvido na perspectiva do exercício da actividade artesanal e da aquisição de competências profissionais essenciais ao seu exercício profissional, independentemente das especificidades e/ou particularidades de algumas produções artesanais.
- O referencial formativo deve ser um percurso integrado no qual coexistem a transmissão de saberes tradicionais com as inovações produtivas, os conhecimentos sobre criação, organização e gestão de empresas com as técnicas de aproximação, relacionamento e convivência com o mercado, tendo como pano de fundo o permanente exercício da leitura e da vivência do ambiente socio-económico e cultural envolvente.
- A testagem, pelas Beneficiárias finais, de algumas das componentes mais específicas do referencial formativo é fundamental para aferir detalhes e pormenores e aperfeiçoar o referencial, além de que as envolve mais directamente com o produto e resultados finais. Visualizam desde logo as possibilidades e potencialidades do instrumento, sentindo que estão a contribuir directa e efectivamente para o seu aperfeiçoamento, factor que as mobiliza desde logo para a implementação e sustentabilidade do mesmo.
- A mobilização dos Beneficiários e os níveis de participação conseguem-se através de mecanismos simples de valorização, designadamente:
  - Promover a auto-estima dos Beneficiários finais através da sua inclusão na Comissão Técnica de trabalho;
  - Nas acções públicas dar destaque ao trabalho das Beneficiárias na preservação da arte, valorizar a arte em geral e a necessidade de se produzirem mudanças e, estas, só ocorrerem se houver participação activa dos beneficiários;
  - Incluir peritos nacionais e internacionais que valorizem a arte em geral e, o papel dos beneficiários, em particular.

7 - Resultados Gerados pela Aplicação da Prática

Tangíveis:

- Referencial Curricular de Nível II
- Perfil profissional específico
- Percursos formativos diversificados
- Integração do Referencial, após aprovação, no Catálogo Nacional de Qualificações

Intangíveis:

- Mobilização dos profissionais do sector para a formação e respectiva profissionalização.
- Desenvolvidas novas competências pelas práticas de participação dos públicos nos processos de reflexão, processuais e decisionais.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

ASSOCIAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS ÀS ACTIVIDADES TRADICIONAIS

1 - Caracterização da prática

Ferramenta Digital, emergente da investigação e estudo de necessidades manifestadas pelos artesãos, que permite:

- Criar novos hábitos de trabalho
- Minimizar os tempos de execução técnica
- Maximizar a competitividade da actividade sem desvirtuar a tradição
- Criar um novo relacionamento entre bordadora e consumidor
- Constituir-se um importante instrumento de marketing comercial
- Captar a atenção de jovens para a actividade.

Ferramenta criada de acordo com as competências e apetências das beneficiárias para as TIC. Concebida uma interface à medida da artesã, criando símbolos visuais que permitem uma ligação intuitiva entre a utilizadora e as acções oferecidas pela ferramenta, no sentido de a utilizarem directamente sem necessitarem da mediação de um técnico.

Sistematizando:

- **O software** é uma aplicação informática que permite a realização de desenhos característicos da arte artesanal em causa. Permite aceder à ferramenta *Gerir Biblioteca* onde o utilizador pode administrar a biblioteca local, gravar, alterar e eliminar motivos, sendo uma biblioteca independente, que poderá ser, ou não, actualizada a partir do web-site.
- **O web-site** permite a criação de uma comunidade virtual de artesãos que, através desta aplicação, terão acesso a uma "biblioteca oficial" com desenhos certificados pela comissão certificadora e "biblioteca livre" com desenhos próprios ou de outros utilizadores. A gestão e actualização da "biblioteca oficial" é da responsabilidade da comissão certificadora. O acesso é livre, considerando que a utilização de um desenho certificado não significa que o trabalho final seja certificado, pois tem que cumprir todos os restantes requisitos estipulados no Caderno de Especificações Técnicas do Produto.

2 - Objectivos e finalidades

- Criar novos hábitos de trabalho nas actividades tradicionais através da introdução dos meios digitais, integrando as novas tecnologias nos processos de laboração.
- Minimizar os tempos de execução e maximizar a competitividade, sem desvirtuar a tradição, permitindo ainda a recriação e inovação.
- Personalizar o produto ao consumidor através de processos interactivos entre este e os produtores, podendo o consumidor intervir directamente no processo criativo.
- Captar novos públicos em geral e, público jovem em particular, para as actividades tradicionais, por via da atractividade que as TIC imprimem e atribuem aos sectores tradicionais, bem como a possibilidade de inovar que as ferramentas podem oferecer.
- Envolver novos públicos na concepção, designadamente docentes e alunos das áreas em referência.

3 - Pré-requisitos

- Conhecer as necessidades dos públicos para se poderem conceptualizar ferramentas adequadas, adaptadas e de qualidade.
- PD detentora de competências técnicas e tecnológicas adequadas.
- Seleccionar um grupo muito restrito de beneficiários para fazer parte da Comissão Técnica e participar em todas as etapas da actividade.

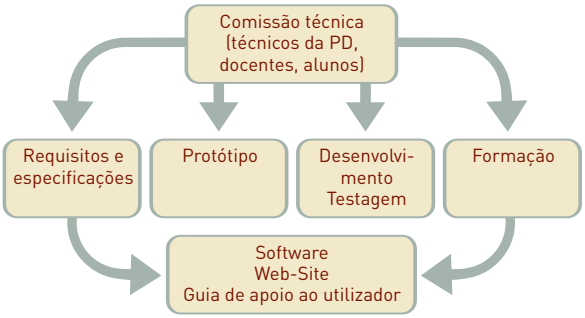
- Produção de reflexões técnicas especializadas, com a participação dos públicos, para determinação de dificuldades, possibilidades e proficiências.
- Apresentações públicas regulares das evoluções das ferramentas para proceder à disseminação interna das mesmas e garantir a sua viabilidade e sustentabilidade.

4 - Questões orientadoras

- Os beneficiários têm que familiarizar-se previamente com a equipa e com os equipamentos.
- Planificação adequada das sessões de partilha e testagem das evoluções da ferramenta, ter os equipamentos adequados e necessários e, informalizar o ambiente de trabalho.
- Investigar e estudar a tipologia de hardware mais indicada para os públicos e seus hábitos de trabalho, para que as acções sejam intuitivas.
- Filmar as sessões de testagem das ferramentas para que os docentes/investigadores posteriormente analisem as reacções, adeqúem e adaptem as ferramentas.

5 - Etapas e Metodologias Relevantes

- Constituição de Comissão Técnica, coordenada pelo parceiro com competências específicas na temática e, constituída por docentes e alunos das áreas tecnológica e de design e pelos beneficiários seleccionados para o efeito, bem como elementos da restante Parceria para as necessárias reflexões complementares, partilha de informação, conceptualização global e decisões estratégicas.
- Requisitos e Especificações
    - Familiarização com o processo técnico da actividade, através da avaliação dos processos tradicionais para perceber fluxos de trabalho e poder recriá-los no processo digital e, consequente familiarização dos beneficiários com a equipa e com os equipamentos
    - Levantamento dos requisitos necessários à concepção e desenvolvimento de experiências em módulos de programação
    - Especificações e projecto de protótipo
- Construção do protótipo
    - Especificação de interface
    - Implementação da base de dados
    - Construção de programa de digitalização
    - Digitalização de padrões
    - Construção do protótipo
- Desenvolvimento/Testes
    - Finalização da interface
    - Testes do protótipo
    - Desenvolvimento da aplicação final
- Formação
    - Criação de Manuais
    - Criação de tutorias
    - Formação de formadores



- Apresentações públicas diversas (semestrais, nas conferências nacionais e internacionais) para apresentação das ferramentas, suas potencialidades e evoluções.
- Testagem junto do público-alvo das componentes da ferramenta, a partir da qual foram sendo produzidas e introduzidas alterações e adaptações.
- Concepção do Guia de apoio ao Utilizador efectuado de forma colaborativa pela Comissão técnica, testado junto do público-alvo, para atestar a sua proficiência.

6 - Factores críticos

- Fortes resistências iniciais do público-alvo, considerando que as TIC constituem uma barreira tecnológica acentuada para esta tipologia de públicos. Forma de ultrapassar: envolver os públicos na fase inicial do processo que consta do estudo de necessidades e possibilidades e, o levantamento, catalogação e ordenação dos elementos visuais que vão constar no software. Durante este procedimento vão-se familiarizando com a equipa de projecto e com os equipamentos de forma muito informal, com os objectivos, particularidades e potencialidades da ferramenta. Quando se passa à fase de testagem dos protótipos a sua participação é voluntária, porque isso promove a auto-estima e estatuto.
- As dificuldades e barreiras tecnológicas dos beneficiários e as especificidades da informação que é necessário produzir para constar na ferramenta para que ela seja útil, congregando isso com o estabelecimento de rotinas e condições da programação, é também um obstáculo a ultrapassar. Este deve ser superado a partir da testagem gradual das diversas fases do processo, durante o qual se filmam todas as acções, para posterior análise pelos peritos em programação das reacções dos beneficiários, e consequente adaptação da ferramenta.
- A concepção de um guia de apoio ao utilizador também se reveste de muitas particularidades de linguagem e de símbolos visuais que permitam uma melhor apreensão por todos os públicos. Essa dificuldade deve ser ultrapassada com a testagem da sua proficiência junto dos diversos públicos, adequando e adaptando a ferramenta de acordo com os resultados.
- Todas as informações, alterações e sugestões devem ser processadas em interactividade permanente com os beneficiários.
- Deve ser seleccionado um grupo muito restrito de beneficiários para que as acções sejam exequíveis.
- A equipa de projecto tem que ter atitudes muito informais, de facilitação, e manifestar um forte espírito de aprendizagem, bem como muita flexibilidade para apreender necessidades, dificuldades e perspectivar alterações e adaptações.
- Necessária uma forte interactividade entre esta actividade e a equipa responsável pela concepção do caderno de especificações, pois uma concorre para a outra em termos de elementos de certificação que constarão na biblioteca partilhada.
- As linguagens e conceitos de programação são um obstáculo inicial. É necessário que os programadores e restante equipa de projecto procedam à devida adequação das linguagens aos públicos, caso contrário isso pode constituir um elemento forte de desmotivação para a participação. De qualquer modo, é conveniente que se verifique uma adaptação gradual às linguagens técnicas e específicas.

7 - Resultados Gerados pela Aplicação da prática

Tangíveis:

- Software específico e de acordo com as necessidades dos beneficiários, através do qual os utilizadores podem aceder a base de dados que obedece a regras estandardizadas de acordo com o caderno de especificações no que se refere aos desenhos certificados.
- Web-site que permite a ligação do software a uma página de Internet, onde se encontram as novidades (novos desenhos) que podem ser descarregados para a área pessoal de cada utilizador, possibilitando a criação de uma comunidade de utilizadores que partilham imagens.
- Guia de Apoio ao Utilizador que, conjuntamente com as ferramentas, tem preparada uma estratégia de ensino sobre os conteúdos e operacionalidades das mesmas e que servirá aos formadores qualificados darem aulas ao público interessado.

Intangíveis:

- Captação da atenção de públicos pouco envolvidos com as artes artesanais, designadamente as entidades de ensino, docentes e alunos.
- Mobilização para a partilha de informação e da decisão entre todos os intervenientes - Forte conjugação de competências.
- Aproximação efectiva do ensino académico, científico e tecnológico à região e suas necessidades.
- Utilização e consequente domínio das TIC, considerando que as ferramentas desenvolvidas de forma adaptada aos seus utilizadores, evita, quanto possível, as barreiras tecnológicas sentidas pelos beneficiários.
- Melhoria das condições técnicas de trabalho, rentabilizando a produção por minimização do tempo de produção de componentes que não desvirtuam a tradição e melhoram a qualidade final.
- Importante elemento de marketing comercial, por permitir ao consumidor acompanhar e/ou executar todo o processo criativo do produto em interactividade com o produtor, visualizando de imediato os resultados em termos de produto final, personalizando-o ao consumidor.
- Auto-estima e estatuto social por domínio de ferramentas não utilizadas.
- Modernização da actividade.

8 - Mais-Valias Específicas por Grupos de Interesse

Artesãs(os)

A envolvência directa no processo confere-lhes auto-confiança, auto-estima individual e estatuto social, porque passam a dominar ferramentas que não fazem parte da sua rotina e reconhecem as suas mais valias:

- Domínio das TIC, factor que lhes confere um novo estatuto social
- Comunidade virtual
- Melhoria das condições técnicas de trabalho
- Elemento de marketing comercial
- Biblioteca de desenhos certificados, arquivo e troca de desenhos entre a comunidade de utilizadores
- Modernização da actividade
- Expressiva redução do tempo de produção, factor que possibilita o estabelecimento de preços mais acessíveis e maior rentabilização da actividade
- Recriar e inovar o produto
- Captação de novos públicos para a actividade

Consumidores

Interacção com a artesã(ão), podendo interferir em todo o processo criativo e criar o seu próprio produto, visualizando o produto final. O consumidor vai ajudar a influenciar e contribuir para que os artesãos se modernizem e adoptem as novas tecnologias específicas ao dispor de ambos.

Actividade/Sector

À modernidade associa-se a competitividade, factores que contribuirão gradualmente para a captação do interesse de novos públicos e de públicos jovens para a actividade. O projecto deve captar a atenção de públicos pouco envolvidos com as artes artesanais, designadamente as entidades de ensino ligadas às artes e design. Deve ainda coexistir e promover-se a aproximação efectiva do ensino académico, científico e tecnológico enquanto factores de valorização da actividade.

REDES DE PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO PRODUTO/PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO TERRITORIAL

ESTUDO DE MERCADO E ESTABELECIMENTO DE CENÁRIOS

1- Caracterização da Prática

Esta tipologia de estudo pretende ser um instrumento de fundamentação e orientação das várias actividades, quer das já definidas no âmbito do Projecto, quer de novas propostas que decorram do próprio Estudo: sua componente mais importante. A este nível deverá ser dada especial ênfase ao desenvolvimento de estratégias direccionadas para:

- a qualificação da produção, a montante dos processos de fabrico (investigação e desenvolvimento, assistência técnica, organização da produção, formação profissional, certificação,…);
- a comercialização e promoção/"marketing" dos produtos, a jusante do processo de produção (certificação integrada com a orientação para o mercado baseada numa estratégia de "marketing" e promoção), à luz das necessidades diagnosticadas;
- a intensificação de complementaridades entre as diversas actividades relacionadas com a valorização dos recursos endógenos (p.e. gastronomia, património natural e edificado, feiras e romarias, artesanato).

2 - Objectivos e finalidades

O Estudo deve assentar numa abordagem estratégica de valorização e promoção da actividade e produto em causa que concorra para activar, do ponto de vista socioeconómico, o património cultural para consumo turístico e para o desenvolvimento da Região. Para o efeito, assenta numa análise de dimensões estruturantes no que concerne à caracterização da actividade e do produto, assim como ao seu enquadramento institucional, territorial e económico. Por esta via, podem ser consideradas metas operacionais do Estudo as seguintes:

- Caracterizar o sector do artesanato em Portugal.
- Identificar experiências de valorização e certificação de outras produções artesanais – Estudos de Caso.
- Analisar, comparativamente, um conjunto de iniciativas externas no domínio do artesanato (formas de comercialização e promoção, estratégias e actores) – Boas Práticas.
- Incorporar no modelo de valorização e promoção, elementos catalisadores da mudança, a partir das iniciativas externas estudadas (tipologia de organização de actores, estratégias de comercialização, acções de promoção e divulgação).
- Caracterizar o contexto económico e territorial de implementação.
- Definir recursos de iniciativa locais e forças mobilizadoras para a mudança.
- Cenarizar o quadro de intervenção estratégica para a valorização e promoção.

3 – Metodologias de implementação relevantes e etapas principais

A elaboração do Estudo poderá assentar em duas componentes metodológicas, que correspondem também a fases diferenciadas.

Fase I – Análise e diagnóstico

Gizar um enquadramento do tema no contexto territorial, de forma a equacionar estratégias que sirvam directamente a requalificação, sem deixar que estas se integrem numa premissa mais global, como é o desenvolvimento da economia regional.

A este nível, o papel do artesanato enquanto promotor da empresarialidade nas zonas rurais e da actividade turística de uma região, constituiu objecto de reflexão e de análise ao longo do relatório e assume transversalidade na definição das estratégias e medidas de intervenção.

O diagnóstico deve centrar-se na caracterização dos sistemas de produção e de consumo (na óptica da oferta e da procura), bem como dos canais de divulgação, regulação e distribuição.

Com o objectivo de produzir elementos susceptíveis de proceder à análise de competitividade do Bordado, foram tidas em linha de conta as conexões que se estabelecem com outras actividades, designadamente com o turismo cultural em espaço rural. Também através da análise de iniciativas similares a partir do exterior, são elaborados Estudos de Caso, capazes de privilegiar uma abordagem aos factores externos ao sistema regional, como sejam as Boas Práticas passíveis de serem identificadas no país e no estrangeiro.

Na sequência da caracterização das diversas componentes previstas, é efectuada uma avaliação e diagnóstico (matriz SWOT), incorporando as seguintes dimensões analíticas: empresarialidade, complementaridade com outras actividades, certificação e qualidade dos produtos, regulação, aspectos técnicos/modos de produção, produtores, formação, associativismo, circuitos de distribuição, penetração nos mercados, concorrência, estratégias de divulgação e "marketing", etc.

A fase de diagnóstico, suportada pela auscultação de diferentes actores e análise de várias fontes de informação, permite formular um conjunto de estratégias que cenarizam o futuro de valorização e promoção do produto e actividade.

Fase 2 – Orientações estratégicas

Esta fase tem por base os elementos de fundamentação produzidos na anterior, os quais permitiram desenhar as estratégias adequadas à valorização do produto. O modelo operativo para esta fase repousa em três momentos distintos, mas complementares:

- Um momento de análise, reflexão e reavaliação dos diversos segmentos do complexo de actividades - produção/consumo - tendo em atenção a matriz SWOT anteriormente constituída;
- um momento de integração, avaliação de opções de estratégias tendentes ao cumprimento dos objectivos central e operativos do Estudo; e
- a formulação de uma estratégia de intervenção, materializada através de projectos ou acções que concorram para a promoção do produto no contexto de um cenário pró-activo (expectável).

capitulo III

A FILOSOFIA DE INTERVENÇÃO EQUAL: APLICAÇÃO DOS SEUS PRINCÍPIOS

03

ADEQUAÇÃO DAS PD

EMPOWERMENT

PARCERIA TRANSNACIONAL

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

INOVAÇÃO

TRANSFERIBILIDADE E DISSEMINAÇÃO

Voltar para o índice

03

Voltar para o índice

A Iniciativa Comunitária EQUAL é um programa financiado pelo Fundo Social Europeu, no período 2000-2006, que visa combater as discriminações no acesso e no mercado de trabalho, através do apoio a projectos inovadores e de carácter experimental"[1], consubstanciados na criação de Parcerias de Desenvolvimento (PD), compostas por entidades de natureza diversa e complementar, capazes de implementar projectos com valor acrescentado, sobretudo em áreas que visem o desenvolvimento dos recursos humanos e a facilitação de processos de (re)integração no mercado de trabalho.

A IC EQUAL caracteriza-se ainda por:

– congregar e potenciar um forte potencial de aprendizagem e inovação, designadamente no que se refere ao trabalho em rede de parceiros, a novas práticas de *empowerment* e ao envolvimento dos diversos actores e comunidades locais;

– permitir a construção de verdadeiras parcerias, assentes no envolvimento activo e efectivo de todos os parceiros na concepção dos projectos, na especificação e assumpção de responsabilidades e contributos para o projecto, bem como na identificação das mais valias que cada um retira da sua participação;

– promover a Igualdade de Oportunidades, devendo as PD promover reflexões e prever acções específicas para o efeito através, essencialmente, do envolvimento dos públicos em todo o processo de partilha e decisão;

– disseminar a inovação produzida para outros contextos, através da concepção de produtos que constituam os "*output's visíveis (recursos técnico-pedagógicos e narrativas de práticas) dos projectos, que funcionem como "instrumentos de apoio" ou "soluções" novas para os beneficiários intermédios ou destinatários finais das Parcerias de Desenvolvimento*"[2]. Só os bons projectos produzem bons produtos e, é a partir de um produto de qualidade é que é possível inovar e encontrar "soluções adaptadas aos problemas".

A grande inovação da IC EQUAL assenta então na aplicação articulada de um conjunto de orientações e princípios, cuja apropriação e adopção pelas PD, permitem conferir contributos directos e eficazes para o sucesso territorial dos projectos.

Senão, vejamos os princípios mais estruturantes da Iniciativa e seu contributo para a criação de inovação nos projectos:

[1] Dr.ª Ana Vale, Gestora da IC EQUAL, in Revista VIVER, nº 1/06, pp 47.

[2] cf. IC EQUAL, "Guia de Apoio ao Utilizador", 2ª fase, PIC EQUAL, Ed. Gabinete de Gestão, 2004.

Adequação das PD: a estrutura de desenvolvimento dos projectos EQUAL assenta sobretudo nas PD e sua composição distintiva e complementar, para que desenvolvam uma estratégia e um programa de trabalho comum, bem como façam a gestão do respectivo plano de financiamento, no âmbito do qual cada parceiro dá o seu contributo efectivo. Não existindo uma cultura organizacional e de parceria com estas características, o trabalho inicial não é simples nem fácil. É pois necessário ultrapassar o distanciamento entre as entidades e suas diversificadas culturas organizacionais, através da realização de um trabalho preliminar de consolidação de objectivos das entidades, até estabelecer um objectivo comum com vista ao mesmo fim geral e, consensualizar o discurso, através da adopção de uma linguagem comum e única no âmbito do projecto (esta a componente que exige maior trabalho conjunto e, cujas dificuldades são mais difíceis de ultrapassar). São objectivos de difícil consecução mas, possíveis de alcançar no curto prazo. É a partir destas premissas e da constituição adequada da PD que todo o projecto se vai construir e desenvolver. É ainda fundamental que uma PD reconheça as vantagens da cooperação e queira trabalhar em parceria; que os responsáveis se envolvam activamente; sejam estabelecidos graus equitativos de compromisso; se propicie a articulação dos diversificados trabalhos técnicos; se criem equipas técnicas pluri-institucionais que fomentem relações inter-pessoais capazes de manter os níveis de empenhamento necessários e, ainda, que os parceiros detenham uma ampla rede de contactos que colmatem insuficiências e complementem conhecimentos e aprendizagens. Contemplados estes requisitos, as PD vão gradualmente atingindo um grau de maturidade que permite a implementação eficaz dos processos e perspectivava a sustentabilidade e viabilidade das PD.

"O trabalho até agora realizado tem sido excelente, oxalá hajam depois pessoas que queiram continuá-lo. Se não houver gente interessada em dar continuidade ao trabalho, isto vai morrendo aos poucos".

Maria de Jesus Pinto, 52 anos
Bordadora (Oficina/Escola do Museu FTPJ)

Empowerment: é um princípio que caracteriza a essência da IC EQUAL "*todos os projectos têm que promover a participação activa e a responsabilização das pessoas, comunidades e organizações, no sentido da apropriação sustentada dos processos de mudança em que estão envolvidas, com base na gestão das suas próprias necessidades, recursos e aptidões*"[3]. Os projectos devem ser laboratórios deste princípio, pois a qualidade dos efeitos gerados é indissociável da participação dos beneficiários na concepção e desenvolvimento dos produtos. A partilha do conhecimento, das decisões e da elaboração dos produtos deve ser resultante de um investimento conjunto, factores que contribuem para o fortalecimento das relações de confiança entre quem conduz o projecto e quem ajuda a fabricá-lo. Estes mecanismos de participação capacitam os públicos-alvo e valorizam os diferentes papéis e funções que se complementam num processo que visa requalificar as actividades tradicionais, concorrendo para a sustentabilidade do mesmo. O envolvimento dos públicos-alvo deve ser intenso e constante e tem que centrar-se na troca de mais-valias (*input's* e *output's*) e, na gestão de expectativas futuras. A atitude das PD é de fulcral importância, pois todos os parceiros têm que estar fortemente envolvidos na implementação e no processo de decisão dos processos, para que os beneficiários sintam essa interacção e sejam criados os laços e afectividades entre uns e outros, também muito importantes para o desenvolvimento dos processos de empoderamento.

"Nunca pensei que se pudesse envolver tanta gente num projecto destes".

"É claro que entrei para o projecto com uma perspectiva positiva. Não andaria a perder tempo nas reuniões se pensasse o contrário."

Maria Alice Gordino, 48 anos
Bordadora (Escalos de Cima)

[3] idem.

"Qualquer assunto deve ser discutido, ainda para mais no caso do Bordado, que vai ficar registado num livro, a partilha de opiniões só pode ser benéfica. É do confronto de ideias que se consegue chegar à base a partir da qual o projecto ganha pernas para andar, um confronto de ideias entre os teóricos do Bordado e aquelas que o sabem executar".

Maria de Jesus Pinto, 52 anos
Bordadora (Oficina/Escola do Museu FTPJ)

Parceria Transnacional: *"A transnacionalidade constitui característica fundamental da EQUAL, devendo dar um contributo e efectivo valor acrescentado aos projectos e Parcerias de Desenvolvimento. Para que tal ocorra, as actividades transnacionais devem ir mais longe do que a simples troca de informações e experiências"*[4]. São objectivos desta dimensão aprofundar as experiências, importar e exportar práticas metodológicas com resultados reconhecidos, testar novas metodologias, instrumentos e recursos. Trata-se de uma dimensão problemática, considerando que a selecção dos parceiros deve ser efectuada num curto espaço de tempo a partir de uma listagem global de projectos, através da qual não é fácil perceber o rigor e a qualidade dos projectos e parceiros. A transnacionalidade deve ser um princípio susceptível de gerar inovação e novas respostas com valor acrescentado para os projectos nacionais de cada PD em geral e, para o trabalho de cada um dos parceiros, em particular, pela troca de informação e experiências. É importante que todos os membros das PD estejam envolvidos para que o seu trabalho e funcionamento sejam valorizados.

Igualdade de Oportunidades: *"A questão que se coloca a cada projecto é a de definir as acções a desenvolver que contribuam activamente para o objectivo de promover o princípio da Igualdade entre homens e mulheres. Não basta dizer que o projecto não discrimina ninguém, tal como não basta dizer que a maioria do público-alvo ou dos técnicos do projecto são Mulheres. Por isso, e para que se possa dizer que o projecto contribui activamente para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, cada PD tem de assumir um compromisso relativo a acções a desenvolver com este objectivo específico, meios a disponibilizar e resultados esperados"*[5]. Trata-se de um princípio que deve ser assumido pelas PD com elevado relevo e preocupação, considerando que nas actividades tradicionais a perspectiva de género é transversal às necessidades dos destinatários. A partilha de informação e conhecimento, as decisões e a concepção dos produtos deve ser executada em estrito nível de paridade entre técnicos e beneficiários, captando-se os *inputs* e sinergias de uns e outros para a qualidade e rigor dos produtos, factores que proporcionam auto-estima e confiança, apropriação dos processos e procedimentos e ainda a auto-sustentabilidade dos mesmos.

"Até iniciar este projecto, nunca nenhuma instituição me tinha procurado para ouvir as dificuldades por que passam as pessoas que vivem do Bordado de Castelo Branco. Com este projecto, pudemos nós, bordadoras, aprender aspectos mais técnicos do projecto e acompanhar o andamento do mesmo, bem como os especialistas puderam aprender connosco a parte mais prática da execução do Bordado".

Maria Alice Gordino, 48 anos
Bordadora (Escalos de Cima)

"Desde que fui convidada a ir a um fórum, estava tão interessada em participar no projecto, que nunca mais falhei um convite. Acho que já tinha perdido muitos anos aqui fechada em casa, precisava mesmo de me aventurar e de desenvolver as minhas capacidades no Bordado. Até porque, antes de me iniciar neste projecto, eu era muito acanhada e tinha complexo de inferioridade em relação à actividade que exercia".

"Gostei muito de ter entrado no projecto. Tenho-me sentido muito mais valorizada no meu trabalho. Só o facto de me sentir mais realizada e valorizada no meu trabalho, para mim, já é excelente".

Gracinda Marques, 52 anos
Bordadora (Escalos de Cima)

[4] idem.
[5] idem.

Inovação: Conceito associado ao carácter experimental das acções a desenvolver pelos projectos e *"tem implícita a adequação ao contexto social, em particular a adequação aos públicos e, ainda, as dimensões da qualidade, da utilidade e da eficácia"*[6]. Inovação pressupõe mudanças e acontece em processo continuado de trocas, reconhecido socialmente pelos agentes e públicos. A inovação deve ser visível ao nível do funcionamento e intervenção das PD, através da conjugação de competências distintas e troca de experiências e conhecimentos; nos processos e métodos de trabalho, sua utilidade e pertinência (adequação aos públicos e problemas) e; pelas intervenções de base territorial e de proximidade. Os produtos têm que responder às necessidades dos públicos e serem reconhecidos por estes através do processo de *empowerment*.

"Quando começámos a testar o desenho assistido por computador - o software RISCO - não acreditava muito no sucesso desse projecto. Mais tarde, vim mudar de opinião. Hoje, acredito que é um projecto que tem pernas para andar, sobretudo porque consegue integrar os jovens no Bordado de Castelo Branco".

Maria de Jesus Pinto, 52 anos
Bordadora (Oficina/Escola do Museu FTPJ)

"Este software também vem facilitar as exigências dos clientes. Na hora, o cliente pode ver como ficará a peça final, pode mudar a cor de uma flor se não lhe agrada, ou mudar um ponto e ver imediatamente as alterações no computador. É muito mais fácil para o cliente poder fazer as suas escolhas".

Gracinda Marques, 52 anos
Bordadora (Escalos de Cima)

Transferibilidade e Disseminação: *"A EQUAL coloca forte acento tónico na disseminação da inovação produzida pelos projectos. (...). Os resultados devem estar consubstanciados em "produtos finais" tangíveis, susceptíveis de serem transferidos e disseminados"*[7]. As PD devem revelar capacidade em produzir resultados com qualidade, materializados em produtos dissemináveis para outros contextos.

Produtos de qualidade são aqueles que revelem elevados níveis de inovação, *empowerment*, adequabilidade, utilidade, acessibilidade e transferibilidade. Caso reúnam estes requisitos, os produtos apresentam potencial de disseminação para outros contextos, territórios e utilizadores. Todos os parceiros devem ser envolvidos na definição e caracterização dos seus produtos de forma a torná-los o mais claros e compreensíveis possível. Principalmente têm que ser consensuais dentro e fora da PD, pois têm que passar por um processo de validação pelos próprios, pelos pares (Rede Temática), por peritos externos e por incorporadores.

As PD e todos os actores envolvidos na implementação dos projectos têm que deter elevados níveis de reconhecimento, apropriação e adopção destas práticas de intervenção, que têm que ser aplicadas de forma integrada e gradual, para que os resultados tenham a qualidade, eficácia e resultados delimitados e objectivados no início da intervenção. Os princípios enunciados têm que ser sentidos e praticados de forma consensual pelos intervenientes para que os projectos sejam laboratórios dos mesmos, potenciando saberes e saberes-fazer de acordo com os objectivos definidos e para que sejam consolidadas as bases de realização de verdadeiras intervenções de reconversão das actividades tradicionais.

O modelo exposto neste Livro Branco traduz uma tentativa positiva e de sucesso de articulação de todas estas premissas EQUAL que, embora não isenta de dificuldades e, uns princípios terem sido mais bem conseguidos que outros, não conheceu fortes constrangimentos ou obstáculos inultrapassáveis, muito pela postura individual e colectiva de todos os membros da PD e vontade de produzir mudanças de todos os intervenientes, especialmente dos beneficiários finais. Todos os parceiros se apropriaram das práticas e princípios, através dos quais criaram laços e relações que permitem a sustentabilidade das acções e produtos do projecto. Alguns adoptaram internamente as práticas metodológicas nas suas organizações porque reconhecem que são uma mais valia na promoção do desenvolvimento local integrado e participado.

[6] idem.
[7] idem.

Elucidário 04

Voltar para o índice

04

Voltar para o índice

- **Actividades**: Intervenções/acções implementadas no âmbito de um projecto com o objectivo de produzirem efeitos e resultados.

- **Actores**: Instituição, grupos ou pessoas que a partir das suas acções e atitudes podem influenciar, de forma directa ou indirecta, os resultados do projecto.

- **Avaliação**: Análise dos resultados, efeitos e impactos emergentes da implementação das intervenções de um projecto, cujas recomendações fornecem indicadores aos projectos da necessidade de reajustes de estratégias - monitorização, interna e externa, dos resultados do projecto.

- **Beneficiários/Públicos-alvo/Destinatários**: públicos a partir dos quais são estipuladas necessidades e oportunidades e se concebem as intervenções, cujos resultados e inovações produzidas são objecto da sua intervenção e participação directa e contributivas das mudanças estruturais da sua respectiva situação laboral. São portanto o grupo-alvo do projecto, para o qual as actividades são dirigidas e no qual o projecto deve ter impacto.

- ***Benchmark***: sinalização de práticas ou produtos análogos concretizados por outros territórios e/ou organizações que sejam comparáveis aos que se pretendem produzir e conceber, que possam servir de padrão no que se refere a desempenhos, pontos críticos, desenvolvimentos e progressos dos projectos e produtos.

- **Boas-Práticas**: práticas metodológicas que constituem soluções efectivas para as problemáticas identificadas e que devem reflectir uma boa gestão na implementação de medidas eficazes e inovadoras que minimizem ou anulem os problemas identificados, devem conter benefícios identificáveis e duradouros, demonstrar uma envolvência e participação dos públicos visados e de um conjunto de entidades ligadas ao sector ou actividade, demonstrando ainda, através de exemplos práticos, os benefícios de seguir, adoptar ou adaptar essas práticas.

- **Catálogo Nacional de Profissões**: Instrumento fundamental na gestão estratégica das qualificações profissionais de nível não superior, na regulação da

Voltar para o índice

oferta formativa de dupla certificação e na promoção da eficácia do financiamento público.

- **Certificação**: Sistema de qualificação e certificação de produtos artesanais tradicionais da área não alimentar, que permite promover a genuinidade e qualidade dos mesmos, salvaguardando o artesanato da contrafacção e concorrência desigual de produtos similares, manufacturados em contextos sócio-culturais distintos. A certificação é o garante da qualidade e autenticidade da produção, bem como uma forma de diferenciar e singularizar um produto com características próprias no quadro de uma determinada cultura.

- **Comissão Técnica**: órgão de gestão, funcionamento e implementação das actividades basilares do projecto (uma Comissão técnica por actividade central do projecto). Cada Comissão é coordenada pelo parceiro que maiores *input's* pode conferir à intervenção e é constituída por técnicos dos diversos parceiros, por um grupo restrito de beneficiários e, pelas mais valias técnicas que em todo o momento se considerem relevantes para a prossecução dos objectivos. As diversas comissões Técnicas têm que funcionar em rede para partilharem informações e conhecimento, coordenarem e interligarem as actividades e acções, captarem sinergias de umas para as outras. As reuniões têm cadência mensal.

- **Comissão de Validação**: órgão que valida gradualmente toda a informação produzida. É constituída pelos técnicos que integram as diversas Comissões Técnicas, investigadores e outros peritos que são introduzidos de acordo com a informação a validar e, principalmente por um grupo alargado de beneficiários. As reuniões começam por ter cadência trimestral mas, com o decorrer do projecto podem ter que passar a mensais.

- **Comité de Gestão**: órgão de gestão do projecto que toma as decisões, composto por um representante mandatado por cada Parceiro, com capacidade de decisão. O processo de tomada de decisão deve seguir a seguinte formologia: ter sempre em consideração os objectivos definidos, as informações cedidas pelo Comité de Coordenadores (de cada Comissão Técnica) e as aportações que a auto-avaliação e avaliação externa efectuam. O instrumento principal para a tomada de decisão é a procura de consenso e pelo método de votação. A cada Parceiro corresponde um voto, sendo requisito de aprovação a maioria simples. Em caso de empate ou falta de consenso, o Presidente da Parceria (eleito em plenário de Parceiros para a coordenação geral do Comité e do projecto), tem voto de qualidade. As reuniões têm cadência mensal.

- **Comunidade de Práticas (COP)**: conceito desenvolvido pelo teórico organizacional Etienne Wenger. São comunidades que reúnem pessoas que partilham e aprendem interagindo umas com as outras com o objectivo ou necessidade de resolver problemas, trocar experiências, técnicas e metodologias para melhorarem as suas práticas e/ou das suas organizações.

- **Co-Responsabilização**: Mecanismo/processo de co-responsabilizar os diversos actores e públicos pelas suas acções/intervenções dentro do projecto. Esse mecanismo pode ser evidenciado a partir da partilha de informação, *input's* conferidos às acções/intervenções e projecto e, co-decisão sobre estratégias, acções e resultados.

- **Diagnóstico**: processo de levantamento, análise e caracterização da situação, problemas, necessidades, expectativas, oportunidades, ameaças, pontos fortes e fracos da actividade e

dos grupos-alvo objecto da intervenção que se pretende conceber. Existem inúmeras formas de executar o diagnóstico, podendo recorrer-se à análise documental e inquéritos personalizados.

- **Disseminação**: as PD devem identificar, à partida, os produtos que vão desenvolver durante a implementação do projecto para os disseminar para outros contextos e territórios. Os resultados devem estar consubstanciados em "produtos finais" tangíveis (recursos técnico-pedagógicos ou narrativas de práticas), susceptíveis de serem transferidos e disseminados, para que outros aproveitem das dinâmicas e inovações produzidas.

- **Eficácia**: Medidas/acções implementadas para atingir os objectivos delineados. Medição do grau e níveis das soluções encontradas para as necessidades identificadas - relação entre *input's* e objectivos.

- **Eficiência**: Medição dos níveis de concretização das acções programadas para atingir determinado resultado - relação entre *input's* e resultados.

- ***Empowerment***: promoção da participação activa, da responsabilização e da autonomia das pessoas, comunidades e organizações, no sentido da apropriação sustentada dos processos de mudança em que estão envolvidos, com base na gestão das suas próprias necessidades, recursos e aptidões. Deve ser aplicado nos seguintes níveis de intervenção: parcerias de desenvolvimento (todos os intervenientes devem participar nos processos de decisão); grupos-alvo (participação activa dos públicos na concepção, desenvolvimento e avaliação dos projectos, como forma de melhor adequar as intervenções às suas necessidades e expectativas).

- **Ensino Profissionalizante**: Cursos técnicos destinados a formar profissionais de nível técnico.

- **Equal**: A Iniciativa Comunitária Equal é um programa financiado pelo Fundo Social Europeu, no período 2000-2006, que visa combater as discriminações no acesso e no mercado de trabalho, através do apoio a projectos inovadores e de carácter experimental.

- **Estatuto do Artesão / Unidade Produtiva Artesanal**: Instrumento jurídico de base, que define e regula o conjunto de actividades económicas associadas às artes e ofícios, contribuindo para a dignificação do sector e seus profissionais.

- **Factores Críticos**: Questões positivas e/ou negativas que podem influenciar a implementação da acção e seus resultados.

- **Governança**: Eficácia e transparência organizacional na gestão de projecto, com partição de responsabilidades entre os membros constituintes.

- **Igualdade de Oportunidades**: acções que visem eliminar as discriminações que atingem as mulheres e restabelecer o equilíbrio entre homens e mulheres. A noção de sexo tem por referência as diferenças biológicas universais entre mulheres e homens, enquanto a noção de género tem por referência os papéis sociais atribuídos a cada sexo e as relações sociais entre os sexos. Os projectos têm que se preocupar com esta vertente e definir acções que contribuam activamente para o objectivo de promover o princípio da igualdade de forma transversal a todo o projecto.

- **Impacto**: Efeitos e implicações, positivas ou negativas, de médio/longo prazo, gerados pela implementação das medidas e acções do projecto.

Voltar para o índice

- **Iniciativa Novas Oportunidades**: Iniciativa destinada a fazer do 12º ano o referencial mínimo de formação de todos os jovens; colocar metade dos jovens do ensino secundário no ensino tecnológico e profissional - uma oportunidade nova para os jovens - uma nova oportunidade para os adultos. Tem como medidas prioritárias aumentar a oferta de formação nas redes do Ministério da Educação, do Trabalho e nas redes dos operadores privados; assegurar uma gestão territorial integrada de cursos e rede de estabelecimentos; criar um sistema integrado de informação e orientação escolar e profissional; rever as estruturas curriculares e articular cargas horárias entre as diferentes ofertas; desenvolver sistema de avaliação da qualidade; alargar o referencial de competências-chave aplicado no sistema de RVCC ao 12º ano; promover uma melhor adequação da educação e formação de adultos às expectativas e condições de participação da população activa; aumentar a realização de formação em horário pós-laboral.

- **Inovação**: conceito que tem implícita a adequação ao contexto social, em particular a adequação aos públicos e, ainda, as dimensões da qualidade, utilidade e eficácia. Trata-se de uma mudança que se inscreve num processo (fazer o caminho caminhando) de trocas, negociações e compromissos, requerendo ainda condições pessoais, culturais e institucionais que a validem, aceitem e integrem.

- ***Inputs***: Recursos utilizados de modo a atingir resultados e objectivos.

- **Intangíveis**: resultados imateriais emergentes da implementação dos projectos e intervenções.

- **Livro Branco**: Conjunto de abordagens, metodologias e estratégias adoptadas por um projecto para favorecer a reconversão e valorização das actividades tradicionais.

- **Método**: Caminho ou direcção escolhida para atingir um objectivo, através de práticas ordenadas e bem definidas, cujas normas de aplicação podem dar garantias de eficácia e sucesso, quando originadas por um processo eficiente de testagem.

- **Método "Ex-Libris"**: Conjunto de técnicas e práticas implementadas e testadas, cuja análise permitiu fazer emergir um método fundamentado nas metodologias participativas, colaborativas e integradas, que apresenta potencialidades susceptíveis de serem fortemente contributivas da reconversão e valorização das actividades tradicionais (no caso).

- **Metodologias Participativas**: processos cujas abordagens envolvem activamente os beneficiários, actores e comunidade, em interacção e confronto de perspectivas e co-responsabilização por decisões e resultados.

- **Observatório**: Plataforma Regional, heterogénea nas características e complementaridades mas, homogénea nos interesses e intenções, constituída pelos actores-chave da actividade/sector, directa ou indirectamente ligados à mesma, funcionando como reguladora da boa implementação do projecto.

- ***Outputs***: Resultados imediatos emergentes de um projecto ou actividade.

- **Parceria de Desenvolvimento**: uma PD deve ter carácter regional e/ou sectorial, agrupando actores relevantes de um dado território e/ou sector de

actividade. Devem ser compostas por entidades de natureza diversa, cujo contributo e perfil específicos devem ser complementares e confluir para o objectivo global e comum do projecto. A natureza e perfil de competências das entidades parceiras varia com a natureza do projecto.

- **Participação Colaborativa**: Trabalho conjunto, em regime de *empowerment* e IO, entre equipas de trabalho pluridisciplinares e interinstitucionais para o cumprimento de objectivos comuns.

- **Pessoas-recurso**: Indivíduos com conhecimentos específicos numa determinada área ou temática.

- **Pré-requisitos**: Preceitos e requisitos que é necessário concretizar/satisfazer para que a actividade se concretize com sucesso.

- **Princípios EQUAL**: a grande inovação da IC EQUAL assenta na aplicação articulada de um conjunto de orientações e princípios, cuja apropriação e adopção pelas PD, permitem conferir contributos directos e eficazes para o sucesso territorial dos projectos e consequente criação de inovação. Os seus princípios estruturantes são: trabalho em parceria, *empowerment*, igualdade de género, cooperação transnacional, inovação, transferibilidade e disseminação.

- **Produtos Culturais**: Conjunto de manifestações das diversas artes, eruditas e/ou tradicionais, transmitidas de geração em geração, cujas actividades reproduzem a experiência individual ou colectiva da actividade humana. Tais manifestações contribuem para a construção da identidade cultural de um território, reconstruindo o que é característico, histórico e cultural, e demonstrando que se devem recuperar as especificidades locais, em incessante procura de identidades, origens e tradições, porque são essas especificidades que diferenciam os territórios e, os valorizam.

- **Produto EQUAL**: *output's* visíveis dos projectos EQUAL (Recursos Técnico-pedagógicos ou narrativas de práticas), que funcionam como instrumentos de apoio ou soluções novas para os beneficiários intermédios ou destinatários finais das parcerias de desenvolvimento. Um produto EQUAL tem qualidade quando respeita os requisitos de inovação, *empowerment*, adequabilidade, utilidade, acessibilidade e transferibilidade e, apresentam efectivo potencial de disseminação.

- **Projecto "Ex-Libris":** Conjunto de estratégias, intervenções e práticas metodológicas para Reconverter/Adaptar/Certificar o Bordado de Castelo Branco.

- **Projecto Integrado**: articulação de esforços de diversificadas entidades e competências que, de forma dinâmica e participativa, promovem um conjunto complementar e articulado de intervenções, através das quais desenvolvem e constroem instrumentos capazes de requalificar uma actividade na sua globalidade e não apenas partes ou fileiras dessa actividade.

- **Proficiência**: conjunto de habilidades e competências para desenvolver determinada tarefa.

- **Questionário**: Instrumento/mecanismo estruturado, cujas questões permitem recolher informação geral e específica sobre uma temática, actividade/sector, e/ou públicos.

- **Questões orientadoras**: Questões que orientaram a actividade nas diferentes fases do ciclo de concepção e preparação.

Voltar para o índice

- **Recursos**: Conjunto de meios humanos, técnicos, financeiros e materiais, mobilizados para o desenvolvimento de um conjunto de intervenções/acções de um projecto, com a missão de cumprir os objectivos determinados.

- **Referencial Formativo**: referencial curricular destinado à qualificação profissional. Pode ser organizado em unidades de formação capitalizáveis e módulos com dupla funcionalidade, designadamente o aumento da escolaridade e das qualificações profissionais necessárias ao exercício da actividade específica, tanto para os activos da actividade como para os jovens que pretendam desenvolver proficientemente uma actividade. Esta organização permite a integração deste tipo de referenciais no Catálogo Nacional das Qualificações e, a organização de uma pluralidade de percursos formativos flexíveis e integráveis nas várias modalidades de formação de Jovens e Adultos (Cursos EFJ ou EFA), ou a sua adaptação a processos de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais.

- **Resultados**: Conjunto de tangíveis e intangíveis que o projecto produz para atingir os objectivos delineados.

- **Sustentabilidade**: Capacidade que as acções, intervenções e tangíveis do projecto demonstram, ao longo do tempo da sua implementação, para manter os seus efeitos após as intervenções específicas que lhes deram origem. Isso reflecte-se a partir dos esforços que a PD e actores vão desenvolvendo, ao longo do processo de implementação, para a sua sobrevivência e consecução a médio/longo prazo, através de acordos formais ou informais de continuidade.

- **Tangíveis**: resultados visíveis dos projectos, consubstanciados em produtos, que podem ser disseminéveis ou não.

- **Transnacionalidade**: a transnacionalidade estabelece-se com pelo menos um país membro e deve dar um contributo e efectivo valor acrescentado aos projectos das PD envolvidas. Para que tal ocorra, as actividades do projecto transnacional estabelecido devem ir para além da simples troca de informação e experiências. Os projectos envolvidos devem ter uma forte dimensão comum, devem desenvolver abordagens comuns com impacto a nível europeu, desenvolver actividades e produtos comuns, e explorar novas formas de trabalho, nomeadamente recorrendo às TIC e redes virtuais.

- **Utilizadores**: entidades, grupos ou pessoas que auferem capacidades e competências para (re)utilizar os resultados e produtos emergentes do projecto, adoptando as práticas e adaptando-as às suas necessidades específicas. No caso, os utilizadores serão todos aqueles que pretendam encetar processos de reconversão e valorização de uma actividade tradicional, noutro contexto e noutro território, e que beneficiarão das práticas metodológicas inscritas neste Livro Branco.

- **Validação**: Mecanismo de informação e co-responsabilização de públicos e actores pelos resultados do projecto, através da partilha e co-decisão sobre toda a informação produzida pelos grupos técnicos do projecto.

siglas 05

Voltar para o índice

05

Voltar para o índice

- **CPE**: Centro Piloto e Experimental
- **EFA**: Educação e Formação de Adultos
- **EFJ**: Educação e Formação de Jovens
- **INE**: Instituto Nacional de Estatística
- **IO**: Igualdade de Oportunidades
- **OCDE**: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- **PD**: Parceria de Desenvolvimento
- **RVCC**: Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (Enquadrado na Iniciativa Novas Oportunidades)
- **PD**: Parceria de Desenvolvimento
- **EPW**: *Empowerment*
- **TRA**: Transferibilidade
- **RTP**: Recurso Técnico-Pedagógico
- **PBS**: Práticas bem sucedidas
- **IC Equal**: Iniciativa Comunitária Equal
- **BC**: Balanço de Competências
- **CNA**: Competência que não se espera vir a adquirir por não se aplicar
- **CA**: Competência a adquirir
- **CD**: Competência adquirida mas a desenvolver
- **CP**: Competência profunda, bem desenvolvida

Voltar para o índice

anexos 06

Voltar para o índice

06

Voltar para o índice

Anexos

Caderno de especificações

Software Risco - Guia Prático de Utilização

BORDADO DE CASTELO BRANCO

caderno de especificações técnicas

Ficha Técnica

Título
BORDADO DE CASTELO BRANCO
caderno de especificações técnicas

Elaboração Técnica/Autor
IMC/Museu de Francisco Tavares Proença Júnior
ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul
Jesus Pinto, Matilde Borronha, Júlia Bispo, M.ª do Rosário Pecador e Manuela Aleluia (Bordadoras do MFTPJ)

Coordenação
IMC/Museu de Francisco Tavares Proença Júnior

Entidades Promotoras
ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul
IMC/Museu de Francisco Tavares Proença Júnior
Instituto Politécnico de Castelo Branco
Câmara Municipal de Castelo Branco

Enquadramento
Actividade n.º1 da Acção 2/Fase 2 do Projecto "Ex-Libris" – Reconverter/Adaptar/Certificar o Bordado de Castelo Branco, cuja entidade interlocutora é a ADRACES.

Co-financiamento
Iniciativa Comunitária EQUAL

Design e Produção Gráfica
OficialDesign, Lda.

Fotografias
IMC/DDF (Divisão de Documentação Fotográfica) – José Pessoa [páginas: 28, 81, 82, 83 (Inv. CMAM 2505; Inv. 2002.2 MFPTJ), 84 (Inv. 1255 CMAG; Inv. 70.9 MFTPJ), 85 (Inv. 70.9 MFTPJ), 86 e 87 (Inv. 70.19 MFTPJ; Inv. 2002.2 MFTPJ)];
Paulo Sintra [páginas: 30, 84 (Inv. 2000.60 MFTPJ), 85 (Inv. AR676), 87 (Inv. 2000.60 MFTPJ)];
Laura Castro Caldas [páginas: 30, 83 (Inv. 2000.60 MFTPJ), 84 (Inv. 2000.60 MFTPJ), 85 (Inv. AR676), 87 (Inv. 2000.60 MFTPJ)];
Luis Pavão [página: 83 (Inv. MNAA 3465Tec)]
ADRACES – Gerardo Ribeiro e Sara Valério [páginas: 8, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 31, 81, 96, 97 e 98]
IPCB/ESART – João Paulo Martins [páginas: 33-80]

Editores
Parceria "Ex-Libris" – Constituída pela ADRACES – Associação de Desenvolvimento da Raia Centro-Sul, IMC/Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, Câmara Municipal de Castelo Branco e Instituto Politécnico de Castelo Branco

Iª Edição
Outubro de 2007

Tiragem
500 exemplares

ISBN
978-989-95138-3-9

BORDADO DE CASTELO BRANCO

caderno de especificações técnicas

Bordado
Castelo
Branco

Agradecimentos

Este caderno contou com sucessivas leituras e olhares críticos de múltiplos actores e instituições, aos quais não podemos deixar de agradecer o seu contributo de melhoria do produto final.

Agradecemos a todos os que tornaram possível este trabalho.

Um especial agradecimento a todas as bordadoras, quer as que se dedicam à actividade de uma forma permanente, quer àquelas que por um motivo ou outro já não o podem fazer, mas continuam generosamente a partilhar o seus conhecimentos.

Ainda os nossos agradecimentos, à Dr.ª Ana Pires, Dr.ª Graça Ramos, Prof.ª Luísa Arruda e ao Dr. Fernando Gaspar, pela disponibilidade e generosidade com que sempre aceitaram contribuir.

A todos os que de forma directa ou indirecta contribuíram para este trabalho, o nosso muito bem-hajam.

Índice

Prefácio

O Bordado de Castelo Branco é hoje um elemento patrimonial definidor da identidade cultural de Castelo Branco, capaz de assumir um papel estruturante no desenvolvimento regional.

Percorreu um longo caminho, temporal e geograficamente, técnica e esteticamente, para chegar até nós com as características que lhe conhecemos.

Mas nesse percurso sofreu evoluções, influências novas, reinventou-se, umas vezes em renovadas e cativantes formas, outras vezes com resultados menos sedutores.

Resulta daqui a necessidade deste Caderno de Especificações para proteger o Bordado de Castelo Branco sem o cristalizar, requalificar sem desvirtuar e inovar sem lhe destruir a identidade.

O Caderno de Especificações do Bordado de Castelo Branco pretende ser um trabalho em aberto, um conjunto de referências relativamente aos pontos utilizados, à gramática decorativa, à organização das composições, às cores e às matérias-primas, sem constituir normas restritivas e limitativas da inovação e da criatividade.

Esperamos que este documento, ao definir o Bordado de Castelo Branco à luz das mais recentes investigações, contribua para o processo de Certificação dos trabalhos produzidos, garantindo a preservação, a valorização e a continuidade desta "Arte".

Aida Rechena
Directora do Museu de
Francisco Tavares Proença Júnior

Capítulo I. *Introdução*

O Caderno de Especificações do Bordado de Castelo Branco é um documento onde se estabelecem as regras e os princípios gerais para uma boa prática para a preservação do Bordado de Castelo Branco.
A sua elaboração surge por se considerar que existem riscos de caírem no esquecimento alguns princípios respeitadores das origens históricas do Bordado de Castelo Branco, ficando dessa forma sujeito a uma descaracterização por falta de conhecimento e/ou desrespeito pelas técnicas e motivos tradicionais.
Um Caderno de Especificações não é, nem pretende ser um documento definitivo. Sujeito a revisão, nele devem ser introduzidos os novos princípios resultantes dos dados da investigação histórica, bem como da análise das preferências e necessidades do que é contemporâneo.

Para a elaboração deste Caderno de Especificações tomaram-se como referência para a caracterização do Bordado de Castelo Branco, as colchas que integram a colecção de têxteis do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, constituída por peças datadas entre os séculos XVIII e o XX.
Trata-se dum universo diversificado e heterogéneo de peças que nos permitiu efectuar um levantamento e caracterização exaustivos dos elementos decorativos, de composições, de cores, de técnicas e das matérias-primas, tanto utilizados no passado como no presente.
Por opção, não apresentamos separadamente os elementos caracterizadores das colchas históricas, dos elementos que caracterizam as colchas contemporâneas (produzidas no século XX e XXI), apesar de existirem grandes diferenças entre umas e outras. Decidimos antes considerar o Bordado de Castelo Branco no seu *continuum* evolutivo, como uma entidade individual e única, sujeita às variações temporais próprias de qualquer produção artesanal.

São objectivos deste Caderno de Especificações preservar modos de fazer e os procedimentos inerentes a esses modos de fazer. Pretende-se, por um lado, reconduzir o Bordado de Castelo Branco à sua matriz histórica ou clássica, repor a harmonia existente nessas composições, dar ao ponto de Castelo Branco o lugar de primazia que ocupava nos trabalhos dos séculos passados e insistir nas tipologias de colchas dessas épocas. Pretende-se, por outro lado, possibilitar a reinvenção do Bordado de Castelo Branco através de um processo de inovação consciente, mantendo a genuinidade da "Arte".

São também objectivos deste Caderno de Especificações, uniformizar a linguagem que permita a certificação do Bordado de Castelo Branco. Finalmente, visa a qualificação dos profissionais do bordado e a protecção do consumidor através duma informação aberta e acessível a todos.

O estudo e a investigação sobre o Bordado de Castelo Branco levaram-nos a considerar, neste Caderno de Especificações, três categorias de trabalhos, que poderão ser submetidos à Certificação: os Bordados de criação clássica, os Bordados de recriação clássica, os Bordados de criação contemporânea. As Colchas são o formato de referência para a Certificação do Bordado de Castelo Branco, embora sejam admitidos outros.

Os trabalhos incluídos na primeira categoria – Bordados **clássicos** – referem-se às reproduções de bordados antigos.

Os Bordados **de recriação clássica** são aqueles produzidos com inspiração nos bordados antigos mas que lhe introduzem algumas alterações.

Finalmente, na categoria dos Bordados **de criação contemporânea** abre-se o caminho à inovação.

As Colchas de Castelo Branco produzidas nos séculos XVII, XVIII e XIX são neste Caderno de Especificações mencionadas como ***Históricas***.

Capítulo II.

1 - Enquadramento histórico do Bordado de Castelo Branco

As mais antigas colchas a Bordado de Castelo Branco aparecem datadas do século XVIII, embora a possibilidade de terem sido produzidas e comerciadas desde o século XVII constitua uma forte possibilidade, que tem vindo a ser confirmada através da investigação.

Resultantes do encontro de culturas entre o Ocidente e o Oriente e também de influências vincadamente europeias, as colchas de Castelo Branco são na sua origem objectos sumptuários, com distintas utilizações além da função de colcha.

Apresentam como características distintivas de outros Bordados a existência de um desenho ou debuxo visível sobre o pano, a utilização preferencial do ponto hoje denominado "de Castelo Branco", uma gramática decorativa muito característica e o linho e a seda naturais como matérias-primas de eleição.

Eram na sua origem e até meados do século XIX trabalhos produzidos em contexto oficinal com recurso a desenhadores (debuxadores) profissionais o que indicia a existência de um vasto mercado para esta produção.

Na segunda metade do século XIX e no século XX há uma generalização da produção com características não oficinais, se bem que não exista comprovação de uma criação exclusivamente doméstica. Em simultâneo, dá-se início no século XX ao fabrico empresarial conciliando a produção manufactureira com a mecanizada.

A designação "Colchas de Castelo Branco" ou "Bordado de Castelo Branco" foi utilizada pela primeira vez, sob a forma escrita, em 1891, num artigo do Jornal Correio da Beira, ficando associado, desde essa altura, este tipo de Bordado à cidade de Castelo Branco.

Nos anos 20 do século XX, verificou-se um aumento da "urbanização" do bordado de Castelo Branco com a transposição do saber bordar para a capital do Distrito. Até então, o bordado aparecia disperso e raramente relacionado com a cidade de Castelo Branco. A vinda deste tipo especifico de trabalho para Castelo Branco, deve-se à dona Piedade Mendes, natural da Freguesia do Estreito, concelho da Oleiros, que durante as suas vindas à cidade reunia com um grupo de senhoras locais, a quem ensinava e com quem trocava ideias e possíveis riscos. Assim se perpetuou a arte de saber bordar a "ponto frouxo" ou "ponto de Castelo Branco". O relacionamento e correspondência que dona Piedade manteve com D. Purificação Carneiro, Mestra de Bordado de Castelo Branco na Mocidade Portuguesa Feminina contribuíram igualmente para esta fase de reactivação do bordado.

Na décadas de 1940 e 1950, a actividade doméstica de bordar a Castelo Branco, tomaria uma nova dimensão, passando do pequeno ciclo doméstico para unidades oficinais, sendo de referir a Oficina da Mocidade Portuguesa Feminina e a Casa Mãe de Elísio José de Sousa. O contexto histórico do Estado Novo e o uso que este fez das «tradições culturais», nomeadamente a nível das tradições tecnológicas, solidificou o conceito de «bordado de Castelo Branco» como uma arte da cidade. Enquanto Elísio José de Sousa criou uma «fábrica oficina» que reunia a tecnologia moderna com o bordado dito tradicional, a Mocidade Portuguesa Feminina deu continuidade à ideia de bordado tradicional produzido de forma artesanal, num contexto feminino.

Em 1976, com a extinção da Mocidade Portuguesa Feminina por ocasião da Revolução de 25 de Abril de 1974, era constituída no Museu de Francisco Tavares Proença Júnior a Oficina Escola de Bordados Regionais, que se mantém até ao presente como unidade de produção e investigação sobre o Bordado de Castelo Branco. Esta Oficina Escola absorveu algumas das bordadoras[1] formadas pela Oficina da Mocidade Feminina e outras que tinham igualmente trabalhado na Casa Mãe.

Durante o regime do Estado Novo, num contexto de afirmação do regionalismo beirão, tenta-se a recuperação da produção de Bordado de Castelo Branco, processo liderado por Sales Viana, Luís Chaves e Pe. Ribeiro Cardoso que construíram o "discurso oficial" de enquadramento e explicação do Bordado de Castelo Branco, que temos vindo a repetir até hoje e influenciaram as grandes alterações que o Bordado sofreu neste século ao nível da composição, da técnica, das matérias-primas e da cor. O processo de apropriação identitária do Bordado pela região e pela cidade de Castelo Branco, levou inclusive a incluir nesta designação, muitas peças que a investigação comprova hoje não o serem.

Recentemente a investigação[2] que decorreu paralela à elaboração deste Caderno de Especificações, coloca a hipótese de considerar como a grande produção regional do Bordado de Castelo Branco, as designadas "Colchas dos cravos abertos" atribuindo outras origens (como Oficina de Lisboa, por exemplo) às diferentes tipologias de colchas actualmente também designadas como de Castelo Branco.

2 - Delimitação da área de produção

Considera-se o Distrito de Castelo Branco como a área de produção do Bordado de Castelo Branco fundamentado quer pela presença de peças históricas identificadas neste território, quer pela existência de produção actual.

Assim, só poderão ser certificados os trabalhos a Bordado de Castelo Branco com origem comprovada no distrito de Castelo Branco. A exclusão de trabalhos a Bordado de Castelo Branco produzidos noutras localidades do País,

[1] ***Bordadora*** é o termo usado quando nos referimos a um contexto oficinal, enquanto bordadeira se refere a um contexto doméstico. Na legislação onde se constitui a Oficina Escola de Bordados Regionais do Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Decreto-Lei nº 805/76 de 8 de Novembro) o vocábulo utilizado para designar a artesã é o de bordadora.

[2] **Arruda**, Luísa (2007) – "Bordado de Castelo Branco. Estética e desenho", in ***Colchas de Castelo Branco – Percursos por Terra e Mar.***

contribui para a delimitação de uma região "demarcada" na qual o produto será valorizado, tendo associado importantes factos históricos e valores patrimoniais que justificam a equiparação do produto a um bem cultural identitário.

3 - Perfil de Bordador(a) de Bordado de Castelo Branco

O/A Bordador/a do Bordado de Castelo Branco é o/a profissional que, no domínio das técnicas e procedimentos adequados e no respeito pelas normas de ambiente, higiene e segurança, borda manualmente artigos de natureza diversa, entre os quais se podem identificar: colchas, painéis, almofadas, napperons, pequenas peças de diversas aplicações e vestuário.

As matérias-primas utilizadas por estes profissionais são as telas alinhadas ou linhos a 100%, e a seda natural de diversas cores, o que implica o seu conhecimento.

O trabalho é desenvolvido segundo padrões e técnicas tradicionais determinadas e no respeito pelas normas e especificações técnicas do Bordado.

O/A Bordador/a faz a gestão da sua actividade no domicílio, de forma individual, ou integrado/a numa cooperativa ou rede de artesãos, com produção orientada. Pode ainda desenvolver a sua actividade em feiras, exposições e/ou outros locais.

Capítulo III. Matérias-primas e equipamentos

O Bordado de Castelo Branco é executado em linho bordado a seda.

O linho pode apresentar-se em tom escuro ou moreno (no caso das peças históricas e das peças clássicas) ou claro e branqueado (no caso das peças de recriação clássica e nas de criação contemporânea). Pode em alguns trabalhos ser tingido de azul ou castanho.

No bordado histórico aparecem alguns exemplares de Colchas de Castelo Branco em seda bordada a seda e em linho bordado a fio de linho.

A seda apresenta-se na tonalidade natural ou tingida. Nalguns trabalhos datados do séc. XX, o bordado aparece executado com viscose, fibra química erradamente chamada de seda vegetal.

1. Linho

[Flor do Linho. ADRACES. 2006]

O linho é utilizado desde tempos recuados na história da Humanidade, facto comprovado pelas referências que a ele se fazem no Antigo Testamento. Já no Antigo Egipto as múmias eram por vezes envoltas em tiras deste pano, o que prova a sua produção e utilização ancestrais. No que diz respeito à localização geográfica de produção, esta fibra pertence às civilizações da Europa do Norte e toda a bacia do Mediterrâneo.

Em Portugal o cultivo do linho remonta a período ainda anterior à Nacionalidade. Na Idade Média inúmeras rendas eram pagas em linho, em fio ou tecido como prova a Lei de 26 de Dezembro de 1253 que distinguia três qualidades deste tecido – o bragal, o bom pano de linho e o mais fino – fixando o respectivo preço para cada um deles.

Durante vários séculos o linho continuou a ocupar um lugar de primazia até à chegada do algodão. A fácil industrialização do algodão e as grandes quantidades que eram colocadas no mercado tornou esta fibra muito concorrencial em relação ao linho.

No século XIX, com a Revolução Industrial, os fabricantes de linho não conseguem suportar uma indústria que ainda mantinha características tradicionais. No entanto a produção rural de linho

dispersa ao domicílio, manteve-se até há poucas décadas, permanecendo na memória de muitos as tarefas ligadas à sua cultura e produção.

Actualmente o linho utilizado nos bordados de Castelo Branco, na Oficina-Escola de Bordados Regionais do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, é tecido manualmente com teia de algodão e trama de linho, ambos adquiridos no mercado. Por uma questão de sobrevivência do próprio bordado, não se deve exigir que o linho seja tecido manualmente nem que a tela seja 100% linho, uma vez que desde o século XIX deixou de o ser. A introdução do fio de algodão veio aumentar a resistência da teia evitando a constante quebra do fio, uma vez que o fio de linho é pouco resistente à tensão.

A referência da origem do linho, bem como a designação por que é conhecido e qual a percentagem de outra fibra que possui, assim como a sua espessura, deve constar na ficha de identidade da peça de bordado de Castelo Branco (consultar ficha de identidade no último capítulo do regulamento).

As colchas históricas apresentam um pano de linho mais fino que o actual, mas que dá mais beleza e graciosidade à peça.

A espessura dos linhos e telas alinhadas que hoje se utilizam no Bordado de Castelo Branco, consideravelmente mais grosseiras, poderão continuar a ser utilizados nos trabalhos de recriação clássica e nos trabalhos da categoria de inovação. Os bordados clássicos devem obrigatoriamente utilizar telas de linho fino idêntico ao utilizado nas peças históricas que reproduzem.

[Bobina de linho branqueada e meada de linho na cor natural. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[Vários linhos. MFTPJ.
ADRACES. 2006]

2. Seda

A origem da seda está envolta em mistério, diz a lenda que foi há 5 000 anos que Xiling Shi mulher do Imperador Huangdi, descobriu o segredo daquele que se viria a tornar o mais valioso e característico dos produtos da China.

A seda foi, de facto, apenas um dos bens mais preciosos trocados entre o Oriente e o Ocidente ao longo das diversas vias que seriam mais tarde conhecidas como as Rotas da Seda.

Durante vários séculos os chineses protegeram cuidadosamente o segredo da produção de seda. Só no século V e VI se começa a produzir seda na corte do Imperador bizantino Justiniano I. Terão sido monges que trouxeram, escondidos nas suas bengalas ocas, bichos da seda e, desta forma terá começado na Ásia Central a sericicultura. A partir daqui espalhou-se gradualmente pela Europa e por volta do século XV, a Itália e a França tinham-se tornado os principais produtores europeus de seda.

Na Península Ibérica a produção e comércio da seda foram desenvolvidos pelos muçulmanos, chegando a ser famosas as sedas do reino de Granada exportadas para o nosso país. Em Portugal as notícias mais antigas de produção de seda remontam a 1253, altura em que D. Afonso III fixa em 3 soldos a melhor corda grossa de seda fabricada no País.

No século XVIII o Marquês de Pombal publicou leis que obrigavam à plantação de amoreiras.

[Amoreira. APPACDM. ADRACES. 2006]

[Lagartas do bicho-da-seda. APPACDM. ADRACES. 2006]

A produção de seda nacional decai no século XIX por causa das pragas que atingiam quer a árvore quer a lagarta. Com a implantação da República há uma nova tentativa de reabilitação desta Indústria mas, nunca esta produção viria a ter peso na Economia Nacional.

Actualmente em Castelo Branco, a APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) produz anualmente 15 quilogramas de seda de qualidade extra e 15 quilogramas de seda selvagem.

A seda utilizada no Bordado de Castelo Branco é produzida pela larva Bombyx Mori, mais conhecida por bicho-da-seda.

[Bobines de Seda na cor natural. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[Meadas de seda tingidas. MFTPJ. ADRACES. 2006]

Por vezes aparecem trabalhos executados com "seda vegetal" sendo uma forma incorrecta de referir a viscose, fibra química muito utilizada no Bordado de Castelo Branco na década de 50 do século XX, por ser consideravelmente mais económica.

Fazemos aqui um alerta para o facto de a seda ser uma fibra facilmente falsificável, o que poderá retirar qualidade ao Bordado final considerando que a boa qualidade das matérias-primas é a grande mais valia de uma peça, a par da sua dimensão estética e patrimonial. Podemos distinguir a viscose da seda por ser mais brilhante, ser mais grossa e no teste de combustão cheirar a plástico.

A seda pode ser adquirida na sua cor natural sendo posteriormente tingida nas cores pretendidas ou adquiri-la já na cor desejada. Deve ser solicitado o certificado de origem e qualidade da seda para acompanhar a peça a certificar.

3. Bastidor

No Bordado de Castelo Branco utiliza-se o bastidor horizontal, com uma estrutura muito simples, composto por duas ripas perfuradas que encaixam noutras duas, nas quais se vai enrolar o linho a bordar. Por sua vez, as ripas vão encaixar no topo de dois "pés" que são estabilizados por uma ripa colocada entre eles rente ao chão.

No topo dos pés existe um elemento a que as bordadoras chamam "cavilha", que permite mudar a posição do trabalho.

Não é permitida a utilização do bastidor circular, por quebrar a linha de seda e produzir vincos no trabalho, que não se conseguem eliminar com a engomagem.

Após desenhar na tela os motivos pretendidos segue-se a fase de montagem da tela no bastidor para poder ser bordada.

No caso de se desejar uma peça com pequenas dimensões, deverá utilizar-se bastidores rectangulares de menores dimensões. Existe ainda a possibilidade de coser tiras de pano em volta da peça para a poder colocar num bastidor de maiores dimensões.

[Pormenor do bastidor horizontal. Cavilha. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[Bastidor horizontal. MFTPJ. ADRACES. 2006]

Processo de montagem da tela no bastidor:

1. Coser os extremos da tela nas tiras de pano que estão fixas nas ripas laterais [Foto 1 e 2], prestando atenção ao alinhamento da tela. Convém efectuar este procedimento com cuidado para que o desenho não fique distorcido.
2. De seguida enrola-se o topo da tela numa das ripas [Foto 3]. O trabalho de bordar inicia-se sempre pela base.
3. Esticar a tela e trancar com pregos as ripas perfuradas na zona onde encaixam as ripas laterais [Foto 4].
4. Coser tiras de pano [Foto 5 e 6] nos lados da tela que já está esticada no bastidor; estas tiras têm orifícios [Foto 7] por onde vão passar cordões que se atam nas laterais do bastidor [Foto 8] de forma a esticar a tela na horizontal [Foto 9].
5. À medida que o trabalho vai avançando, esta tira vai sendo descosida e cosida sucessivamente para que a tela esteja sempre esticada [Foto 10].

Processo de libertação do trabalho do bastidor:

1. Libertar os cordões que esticam na horizontal [Foto 11].
2. Descoser as tiras.
3. Destrancar as réguas perfuradas, tirando os pregos [Foto 12].
4. Desenrolar a tela;
5. Descoser a tela no topo e na base da tira de tecido que está fixa às ripas laterais.


[1]


[2]


[3]


[4]

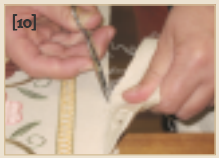

[5]


[6]


[7]


[8]


[9]


[10]


[11]


[12]

[1. Fixação da tela no bastidor. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[2. Pormenor das ripas laterais com a tela montada. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[3. Aspecto geral da tela fixa. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[4. Esticar e montar a tela no suporte do bastidor. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[5. Pormenor da tela esticada. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[6. Início do processo de estabilização da tela. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[7. Pormenor dos cordões laterais. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[8. Forma de esticar a tela na horizontal. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[9. Forma final como se apresenta a tela nas laterais . MFTPJ. ADRACES. 2006]

[10. Libertar a tela do bastidor. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[11. Soltar os cordões das bases laterais. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[12. Destrancar as réguas do suporte. MFTPJ. ADRACES. 2006]

4. Tear de franjas

De estrutura muito simples, é composto por três elementos: uma caixa com medidas aproximadas de 10x30 cm onde, no topo, se encaixa uma tábua com cerca de 28 cm de altura com orifícios equidistantes a meio e entre cada orifício duas ranhuras; no outro extremo da caixa está um pequeno órgão com manivela e um orifício, que serve para introduzir a cavilha e trancar o mesmo.

[Tear de franja. Aspecto da manivela do órgão. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[Tear de franja. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[1. Aspecto geral dos órgãos. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[2. Pormenor da tábua perfurada. MFTPJ. ADRACES. 2006]

Processo de montagem do tear

1. Prender os fios no órgão superior do tear e introduzir nos orifícios e ranhuras. É no órgão superior que os fios ficam mais firmes e deixam a auréola direita [Foto 1] Embora o tear tenha dois órgãos, utiliza-se sempre o superior porque é mais funcional para executar a franja embora o inferior sirva para o mesmo efeito.

2. Introduzir os fios nos orifícios e nas ranhuras do tear que devem ser em número ímpar. A soma dos fios introduzidos dará número par [Foto 2].


[1]


[2]

[3. 4. 5. 6. Processo de execução da franja. MFTPJ. ADRACES. 2006]

Processo de execução da franja:

1. Unir os fios dando um nó [Foto 3].

2. Introduzir uma régua entre os fios e passar a seda do novelo pela régua dando uma laça em volta desta [Foto 4].

3. Levantar os fios alternadamente para cima e para baixo por forma a que se cruzem [Foto 5].

4. Repetir esta operação até obter o comprimento de franja desejado. As laças da franja vão-se soltando naturalmente da régua, quando esta está preenchida [Foto 6].


[3]


[4]


[5]


[6]

As cores dos fios introduzidos no órgão determinam a cor da auréola. A régua determina a largura das laças. As laças introduzidas na régua determinam a cor da franja [Foto 7].

Há franjas com uma ou mais cores e matizadas [Foto 8], conforme os fios dos novelos utilizados.

[7. Franja com duas espessuras de seda. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[8. Vários tipos de franja. MFTPJ. ADRACES. 2006]


[7]


[8]

Considerações: Apesar de se ter sentido necessidade de descrever o processo de execução manual da franja, não é descabido nem tal concorre para a menor qualidade do trabalho, que a mesma seja executada em tear mecânico ou semi-mecânico. Uma franja sem irregularidades facilita o acabamento do trabalho e, uma vez que manualmente é uma tarefa muito demorada, mecanicamente rentabiliza-se o tempo total de execução de uma peça.

Aconselha-se que a franja não ultrapasse os 3 centímetros de largura, uma vez que nas colchas históricas se observou essa característica. A excessiva largura da franja confere um aspecto pouco equilibrado à peça. A ter presente que a franja é um simples acabamento que não deve ter demasiada presença. É aceitável a aplicação de franja em peças que a comportem, tal como painéis de dimensões consideráveis, almofadas, etc.

O possível processo de mecanização da execução das franjas poderá ser alvo de estudo, uma vez que a seda com o adequado grau de torção, não é fácil de encontrar no mercado.

Capítulo IV. Descrição do modo de produção e características do Bordado

1. Descrição do modo de produção

Depois de enumeradas as matérias-primas e os equipamentos necessários, passamos à descrição do modo de produção de uma peça de Bordado de Castelo Branco. Para tal será necessário seguir os seguintes passos:

1º Passo: Compor um risco/desenho original ou seleccionar um desenho já existente; o desenho deve ser sempre "riscado" para outro suporte, por exemplo, papel vegetal ou de arquitecto.

Quando não houver indicação em contrário, o desenho do bordado deve ser distribuído a partir do centro.

2º Passo: Decalcar o desenho para o suporte desejado, que no caso do Bordado de Castelo Branco poderá ser linho ou seda. Existem várias técnicas para passar o desenho contudo, o método tradicional parece ainda o mais adequado e simples. Esta técnica funciona através da sobreposição de papel químico/ carbono com o tecido. Através de decalque, o desenho passa para o tecido escolhido. Sugere-se a utilização de um objecto de ponta redonda para traçar o desenho para não danificar o desenho original. Poderá usar-se um esfuminho ou uma goiva de plástico ou madeira.

A escolha da cor do papel químico a utilizar (azul, amarelo ou branco) depende do tipo de suporte escolhido para executar o Bordado – o linho ou a seda, tingidos ou não. O traço do desenho ficará sob o ponto aplicado, sendo esta uma das características distintivas do Bordado de Castelo Branco.

Em tecidos muito espessos ou texturizados é difícil traçar um desenho. Neste caso, traça-se o desenho sobre um papel fino, alinhava-se o papel na posição certa sobre o tecido e então acompanha-se cuidadosamente todas as linhas de desenho com pequenos pontos tipo alinhavo. O desenho pode posteriormente ser rasgado antes do bordado ser iniciado. Será necessário que se removam todos os pontos de alinhavo depois de terminada a peça.

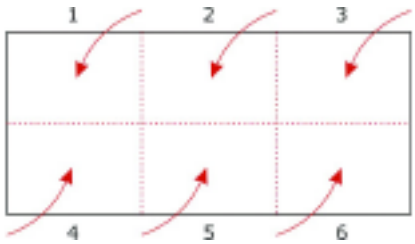
[Sobreposição do papel químico no tecido. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[Decalque. MFTPJ. ADRACES. 2006]

Traçado o desenho, deverá cortar-se a peça no tamanho pretendido. Os tecidos devem cortar-se pelo fio direito, as orlas de corte devem ser logo chuleadas para não franzirem nem ondularem.

3º Passo: Depois de decalcado o desenho e cortado o tecido, deverá prender-se a peça no bastidor conforme descrição anterior. Numa peça de grandes dimensões, a peça poderá ser bordada por várias pessoas. Geralmente apresenta-se num esquema de seis bordadoras.

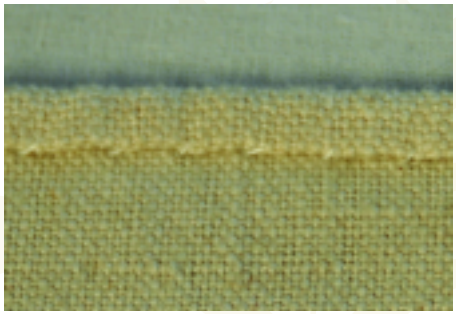
4º Passo: Traçado o desenho na peça e colocada no bastidor, inicia-se com o bordado. Segundo as bordadoras do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, borda-se geralmente da esquerda para a direita e de baixo para cima.



É regra do Bordado de Castelo Branco que o ponto siga a orientação do desenho. Segundo M.ª de Jesus Moura, bordadora-chefe do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, *«a agulha também desenha»*. A marca da mão, visível através de ligeiras irregularidades, evita que se confunda o trabalho com o bordado executado à máquina.

Neste tipo de bordado, a ponta do início da linha é presa no avesso, pelos primeiros pontos de ligação ou então a mesma ponta pode ficar presa por dentro do próprio motivo (pela frente). A agulha perfura o tecido e passa entre os dois fios de seda. É preciso puxar até que esta laçada dê um nó. Como já foi referido, este processo pode ser feito pelo avesso ou pela frente sendo sempre necessário que os primeiros pontos cubram o remate.

5º Passo: Depois de terminada a obra, retira-se a peça do bastidor e cosem-se as bainhas. No caso da peça levar franja, as bainhas são cosidas ao inverso da habitual. A bainha dobra-se para fora, sobre a frente da peça e cose-se com o ponto aberto. No caso da peça não levar franja, aplica-se a bainha habitual que ficará presa com o ponto de espinha. A franja deverá ser aplicada antes da peça ser passada a ferro.



[Ponto aberto. MFTPJ. ADRACES. 2006]

Será de evitar a lavagem das peças pois isso demonstraria a falta de cuidado no seu manuseamento e execução. Para terminar uma peça, aplicar um forro de protecção e, caso se deseje, alças para suspensão da peça.

1.1 Elementos que concorrem para a qualidade da peça

Franja

No caso de se justificar a aplicação de franja num trabalho, a utilização das matérias-primas deve ser a mesma do bordado onde esta é aplicada. As cores utilizadas na franja devem ser as que predominam no trabalho base.

A franja é um elemento que enriquece o trabalho, havendo contudo dimensões de peças que não justificam a sua aplicação.

A franja não deve exceder os 3 centímetros de largura quando utilizada numa colcha ou painel de grandes dimensões, uma vez que, como já foi dito, nas colchas históricas as franjas são estreitas.

A franja deve ser cosida pela frente da peça com um ponto invisível.

Forro

A finalidade do forro é proteger a peça. Consoante a sua função, a peça levará ou não forro. Aconselha-se sempre um pano-cru de boa qualidade. Para que uma peça possa ser avaliada no verso, o forro deve ficar solto na base.

Engomagem

Partindo do princípio que as temperaturas do ferro de engomar prejudicam as fibras, a engomagem serve apenas para corrigir alguns enrugados da peça originada pelo manuseamento. Aconselha-se a engomagem pelo avesso sobre uma base macia – eventualmente com um pano húmido por cima.

Lavagem

A lavagem de uma peça só será permitida respeitando os princípios da conservação e do restauro dos têxteis.

A lavagem dos Bordados de Castelo Branco deve ser realizada em laboratório de restauro têxtil.

Qualquer peça que saia do bastidor deve ser produzida com o cuidado necessário para evitar a sua lavagem antes de entrar no mercado.

Elementos de suspensão

A utilização de elementos de suspensão é facultativa e deve optar-se por elementos discretos que não interfiram com o aspecto geral da peça, sendo preferível utilizar uma barra de suspensão em pano-cru, no avesso.

Avesso da peça

Quanto ao avesso da peça, o mesmo não deve concorrer para a sua certificação, já que não permite uma leitura correcta e total do trabalho, mas deve concorrer para a qualidade final do mesmo.

2. Características do Bordado de Castelo Branco

2.1 Pontos

O levantamento dos pontos do Bordado de Castelo Branco foi realizado na Oficina-Escola de Bordados Regionais do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior tomando como base as colchas constituintes da colecção do Museu e os trabalhos produzidos para venda.

Os pontos aqui inventariados são os que se utilizam hoje nos trabalhos executados nesta Oficina-Escola num total de 48 pontos.

O objectivo deste levantamento é dar a conhecer a forma de execução de cada ponto e, habitualmente, em que motivo(s) o mesmo se aplica. Não fica de forma alguma encerrada a possibilidade de se virem a criar novos pontos e alternativas de aplicação dos mesmos, como diz Lucinda Ganderton *"A linguagem do bordado é infinitamente adaptável"*.[1]

Podemos ainda acrescentar o direito à criatividade e, perante desafios colocados por novos desenhos, ou descobertas de peças antigas com pontos até agora desconhecidos, surja a necessidade de introduzir outros pontos.

No presente, não existem regras rígidas para a aplicação dos pontos, à excepção do tronco das árvores, que obedece à regra de preenchimento a ***Ponto de Castelo Branco***. Todos os outros motivos estão à mercê da criatividade de quem os borda e o ponto que neles vai ser utilizado, depende de todos os outros que o rodeiam e se o trabalho se deseja, mais ou menos exuberante, mais ou menos *singelo*, de maior ou menor riqueza técnica.

Nas colchas históricas datadas do século XVII, não eram utilizados mais de três a cinco pontos, sendo que o ponto de Castelo Branco era maioritariamente utilizado:

- Ponto de Castelo Branco, conhecido também como ponto largo ou frouxo;
- Ponto pé-de-flor;
- Ponto de galo;
- Ponto de rede simples;
- Ponto lançado em quadrícula, conhecido actualmente como rede dos quadradinhos.

[Colcha de Castelo Branco. Pormenor do medalhão central. Séc. XVIII-XIX. Casa-Museu Almeida Moreira - Inv.: CMAM.2505 (2000)]

[1] **Ganderton**, Lucinda (2000), *"Dicionário dos Pontos"*, Livraria Civilizações Editora.

Os trabalhos apresentados para Certificação na categoria de "Bordados Clássicos" devem utilizar os mesmos pontos que a colcha histórica que estão a reproduzir.

2.1.1 PONTO DE CASTELO BRANCO

O Bordado de Castelo Branco caracteriza-se pela utilização preferencial e predominante do chamado Ponto de Castelo Branco.

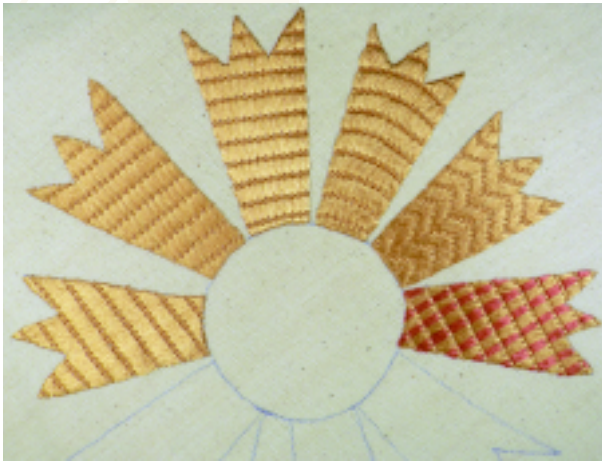
O ***Ponto de Castelo Branco*** "era o ponto usado nos bordados árabes, introduzidos na Península logo no século VIII. É frequente em bordados persas, indianos, chineses e japoneses e por isso Thereze de Dillmont o classifica, e às suas variantes, como pontos de Oriente."[2]

Utilizado em diversas culturas e desde tempos remotos foi conhecido com ponto do Oriente, ponto de Hungria, ponto de Bolonha e entre nós como ponto de Castelo Branco.

A principal característica do ponto de Castelo Branco é poder preencher grandes superfícies economizando matéria-prima. Também se aplica em elementos de pormenor e frequentemente é-lhe aplicado outro ponto por cima, como por exemplo a rede dos laços, o ponto embutido ou o mosqueado.

O ponto de Castelo Branco também tem a possibilidade da variante cor, por exemplo, a execução do ponto com riscas iguais com duas cores contrastantes, dando-lhe um aspecto de tecido riscado. Outra das variantes reside na orientação do fio da seda, a forma como é lançado, na vertical ou na horizontal, permitindo um jogo de luz. Quando o fio é lançado na vertical, as prisões que vão prender os pontos, são feitas na horizontal e vice-versa.

Num mesmo elemento, seja pássaro, cravo ou outra flor, podem encontrar-se todas as variantes do ponto de Castelo Branco. O cravo apresentado encontra-se preenchido com as **seis** variantes técnicas do ponto de Castelo Branco.



[Cravo com seis variantes do ponto de Castelo Branco. MFTPJ. ADRACES. 2006]

[2] **MOURA**, Maria Clementina Carneiro de. (1946), *"As Colchas de Castelo Branco e o "Bordado"* in Arte Portuguesa. As Artes Decorativas. Direcção de João Barreira, 2º vol. pp. 217-284, Porto, Mocidade Portuguesa Feminina.

Consideração: Nas colchas históricas, a aplicação do ponto de Castelo Branco e das prisões obedece à linha orientadora do desenho.

O conceito de *desenhar com a agulha* deve ser reintroduzido, para que exista harmonia entre o desenho e os fios que o preenchem. Ao contrário do que se pensa, o perfeccionismo técnico não favorece o trabalho final, levando por vezes a que o mesmo se confunda com bordado executado à máquina.

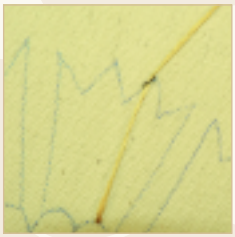
[Colcha de Castelo Branco.
Pormenor do Ponto de Castelo Branco que segue a linha orientadora do desenho. Séc. XIX.
Museu de Francisco Tavares Proença Júnior - Inv.: 2000.60 MFTPJ (2002)]

Ponto de Castelo Branco

ASPECTO FINAL

Processo de execução

1º PASSO



2º PASSO

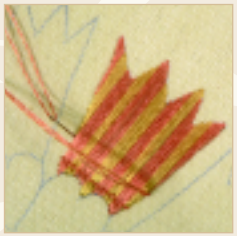
3º PASSO

4º PASSO

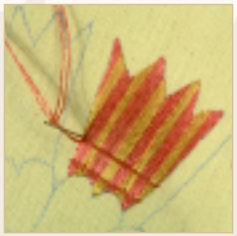
5º PASSO

6º PASSO

7º PASSO

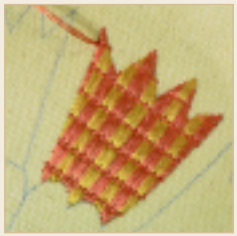


8º PASSO



9º PASSO

10º PASSO

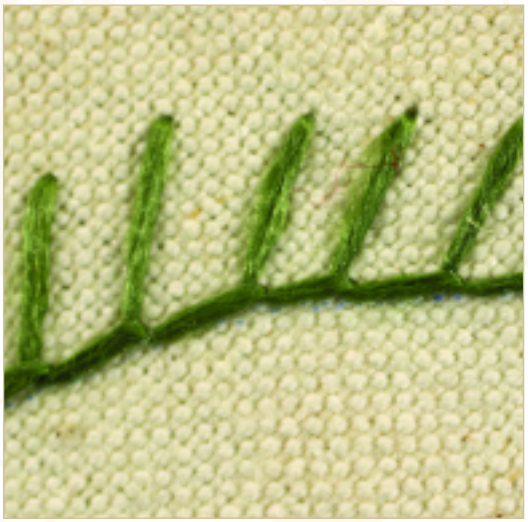


2.1.2 GALERIA DE PONTOS

REDES

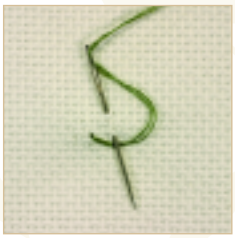
Meio-Ponto de Galo

ASPECTO FINAL



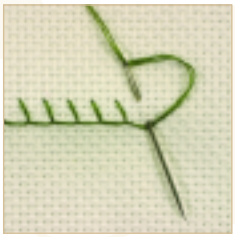
Processo de execução

1º PASSO



2º PASSO

3º PASSO

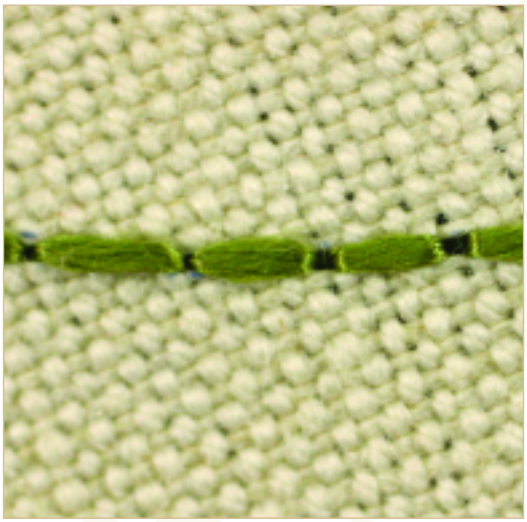


Aplicações do ponto

Aplica-se nas gavinhas e é também ponto de contorno.

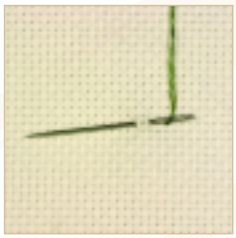
Ponto Atrás

ASPECTO FINAL

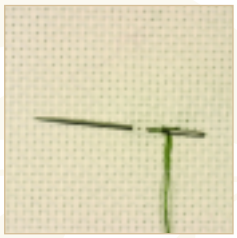


Processo de execução

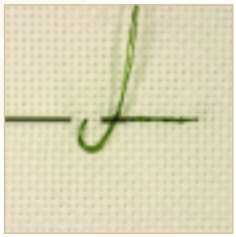
1º PASSO



2º PASSO



3º PASSO



Aplicações do ponto

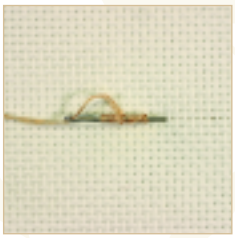
É um ponto de contorno. Aplica-se quando se deseja contornar e marcar um motivo. É um ponto que não é muito utilizado.

Ponto Canutilho

ASPECTO FINAL

Processo de execução

1º PASSO



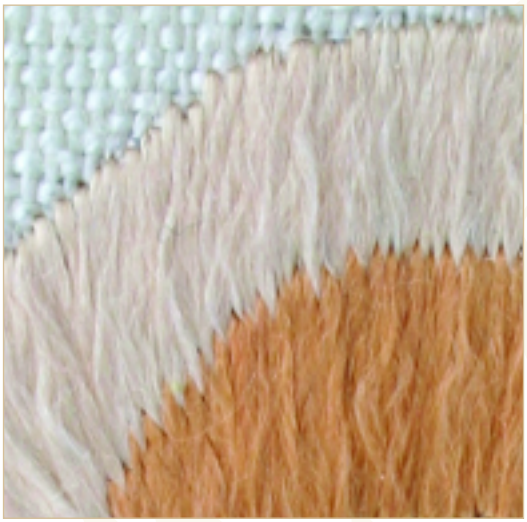
2º PASSO

Aplicações do ponto

Aplica-se nos "olhos" das flores e, nos motivos zoomórficos e antropomórficos, com grande incidência nas cabeleiras das figuras antropomórficas.

Ponto Cheio

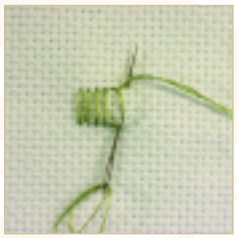
ASPECTO FINAL



Processo de execução

1º PASSO

2º PASSO



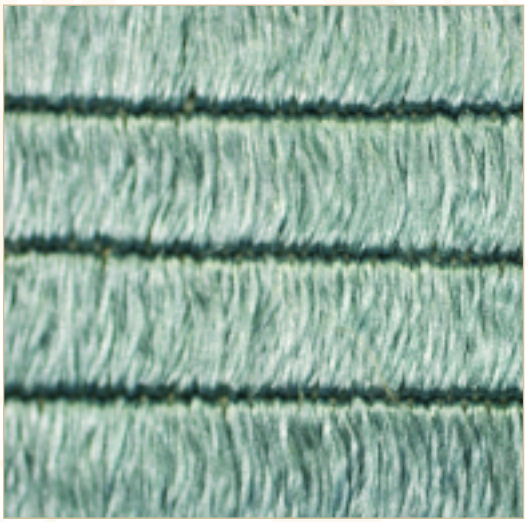
Aplicações do ponto

Os desenhos de traçado livre podem ser cheios com vários pontos diferentes. Para preencher formas pequenas e alongadas, o ponto cheio é o mais aconselhável.

Este ponto utiliza-se para preencher flores (miosótis, etc.), folhas, pássaros e albarradas. É um ponto que confere algum relevo aos motivos. Aplica-se também nos ramos mais pequenos mas raramente nos troncos das árvores.

Ponto Cheio a Dez Fios

ASPECTO FINAL



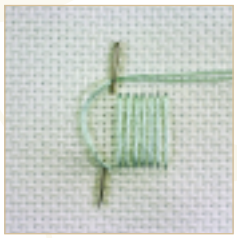
Aplicações do ponto

Utilizado nos troncos, conjuntamente com as redes. Utiliza-se também no vestuário dos motivos antropomorfos, nas flores, nos pássaros, entre outros.

Processo de execução

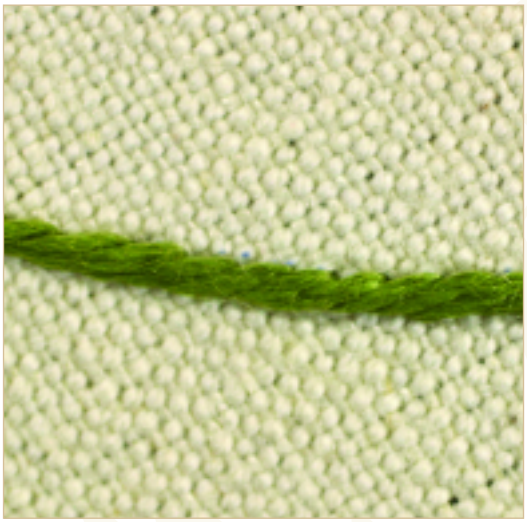
1° PASSO

2° PASSO



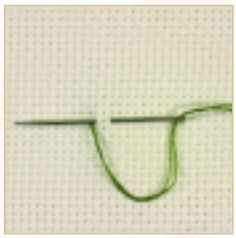
Ponto Cordoné

ASPECTO FINAL

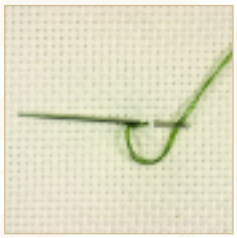


Processo de execução

1º PASSO



2º PASSO



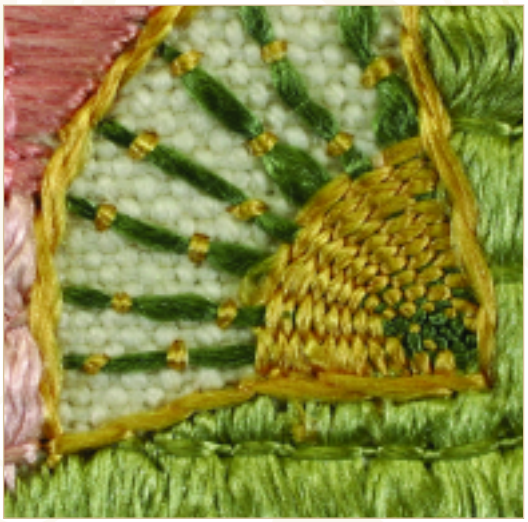
3º PASSO

Aplicações do ponto

É o ponto utilizado nos pés das flores, contornos, gavinhas. Serve também para preenchimento.

Ponto Aranha

ASPECTO FINAL

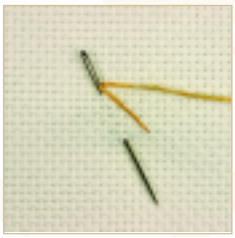


Aplicações do ponto

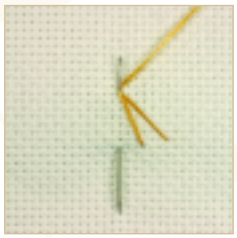
O ponto de aranha é utilizado nas pétalas e "olhos" dos motivos vegetalistas. É um ponto de pormenor.

Processo de execução

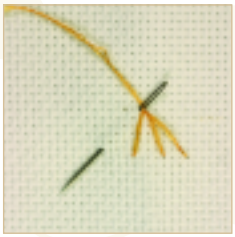
1º PASSO



2º PASSO

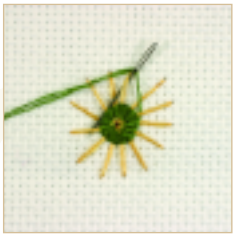


3º PASSO



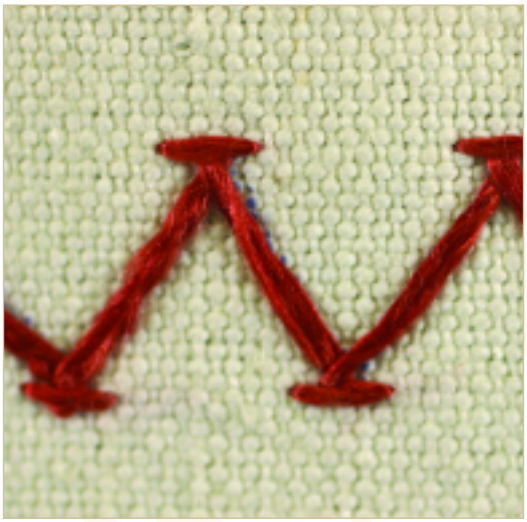
4º PASSO

5º PASSO



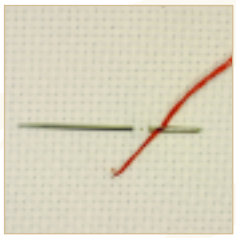
Ponto de Asna

ASPECTO FINAL

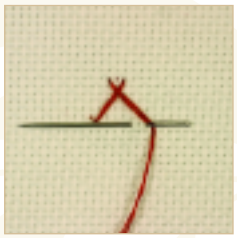


Processo de execução

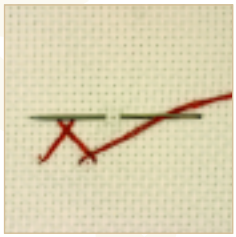
1º PASSO



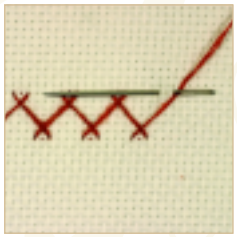
2º PASSO



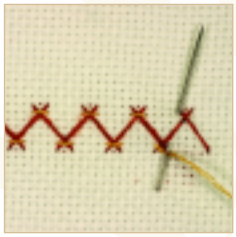
3º PASSO



4º PASSO



5º PASSO

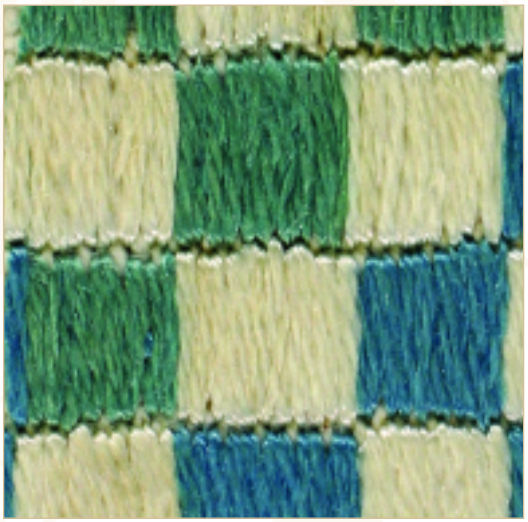


Aplicações do ponto

O ponto de asna pode aparecer nas albarradas, medalhões e, raramente, nas barras das colchas.

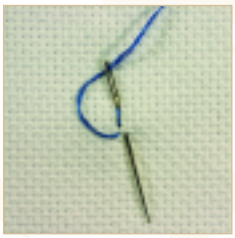
Ponto de Barras Cheio a Duas Cores

ASPECTO FINAL

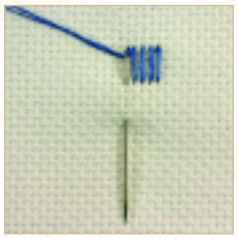


Processo de execução

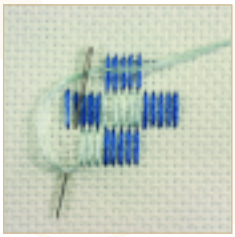
1° PASSO



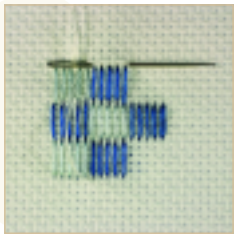
2° PASSO



3° PASSO



4° PASSO

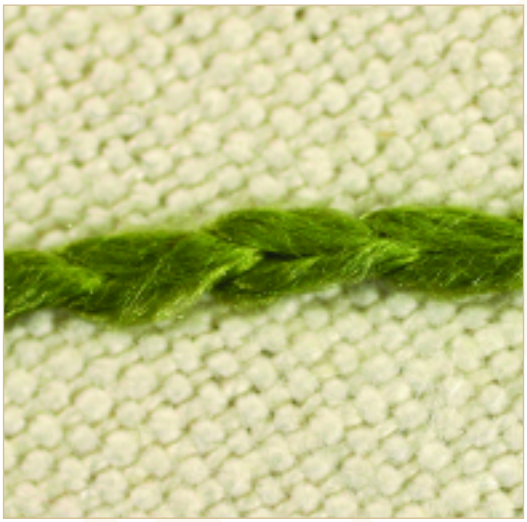


Aplicações do ponto

O ponto de barras cheio a duas cores é uma variante do ponto cheio que com a sobreposição do ponto da rede dos quadradinhos se torna numa nova tipologia de ponto.

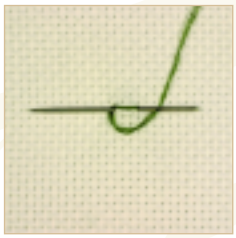
Ponto de Cadeia

ASPECTO FINAL

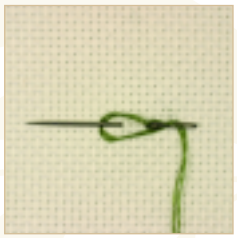


Processo de execução

1º PASSO



2º PASSO



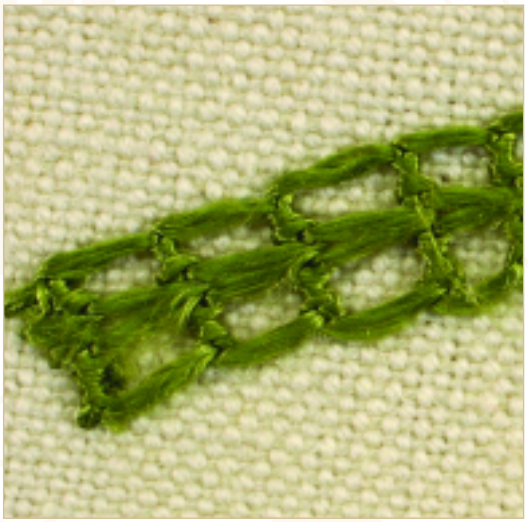
3º PASSO

Aplicações do ponto

É um ponto muito utilizado nas peças com Bordado de Castelo Branco para preenchimento e para contornar. É vulgar encontrá-lo nos pássaros, flores (cravos, etc.), folhas e albarradas.

Ponto de Cadeia Composto

ASPECTO FINAL



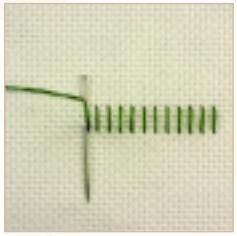
Aplicações do ponto

Aplica-se basicamente em troncos.
Este ponto é conhecido entre as bordadoras como *ponto recuperado*.

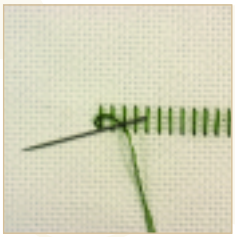
Processo de execução

1° PASSO

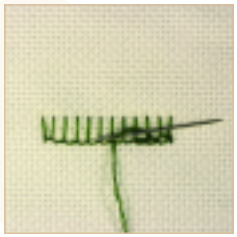
2° PASSO



3° PASSO



4° PASSO



5° PASSO

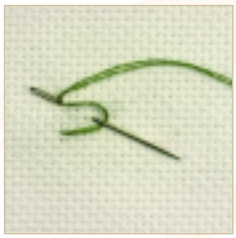
6° PASSO

Ponto de Espinha

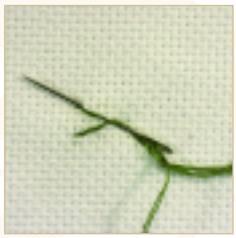
ASPECTO FINAL

Processo de execução

1º PASSO



2º PASSO



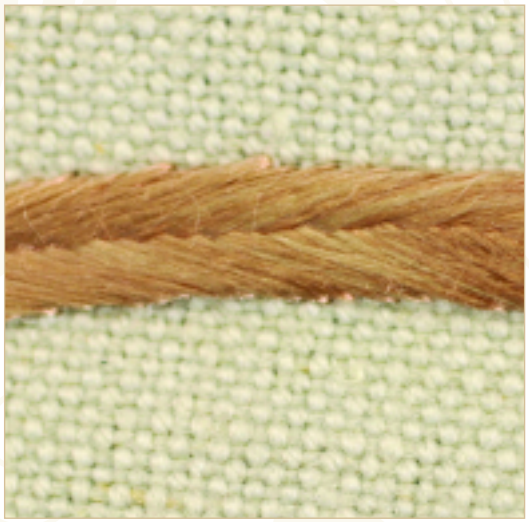
3º PASSO

Aplicações do ponto

Aplica-se geralmente nos troncos e nas pétalas.

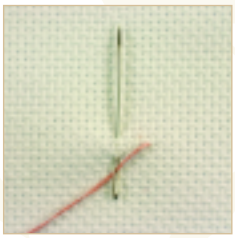
Ponto de Pena

ASPECTO FINAL

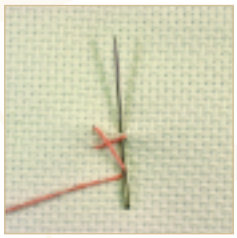


Processo de execução

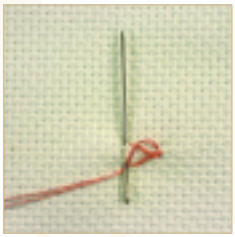
1º PASSO



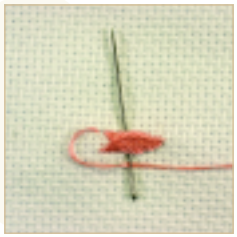
2º PASSO



3º PASSO



4º PASSO



Aplicações do ponto

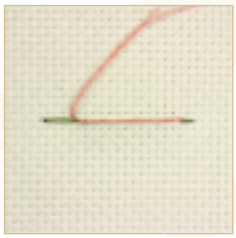
Utilizado principalmente nas penas dos pássaros, nos pés das flores, nas flores e nas folhas.

Ponto de Pesponto

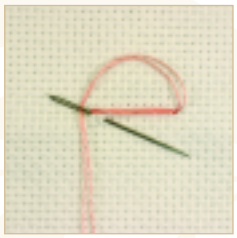
ASPECTO FINAL

Processo de execução

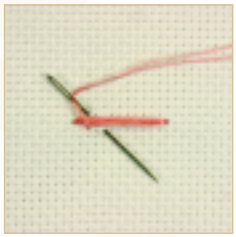
1º PASSO



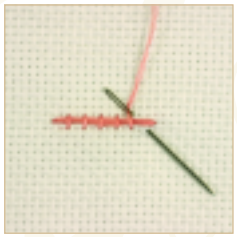
2º PASSO



3º PASSO



4º PASSO



Aplicações do ponto

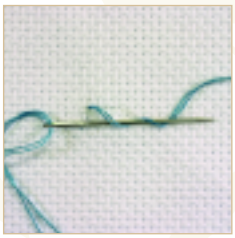
É conhecido também pela designação de ponto atrás, considerando-se um ponto linear. Pode ser bordado sobre um traço ou a fios contados. É um ponto de contorno que pode substituir o ponto pé-de-galo e o ponto pé-de-flor.

Ponto dos Nozinhos

ASPECTO FINAL

Processo de execução

1º PASSO



2º PASSO

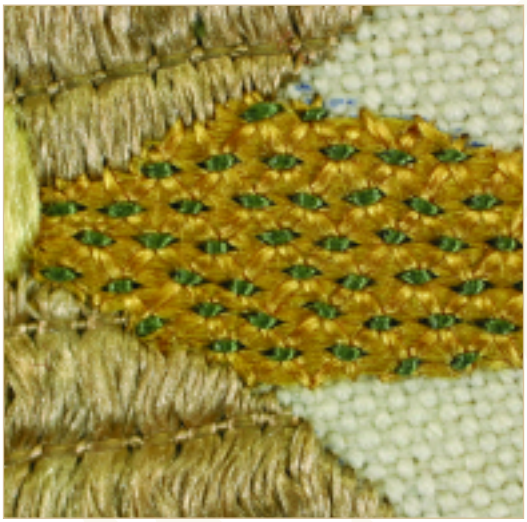
VARIANTE TÉCNICA

Aplicações do ponto

É o ponto utilizado nos "olhos" dos pássaros, nos botões (vestuário), nas bolotas, folhas das flores, nos miosótis, pétalas das flores (ponto de cadeia com nozinhos no meio). É um ponto de preenchimento, serve para dar relevo.

Ponto Embutido (a duas cores)

ASPECTO FINAL

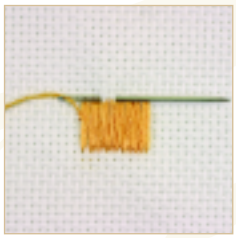


Aplicações do ponto

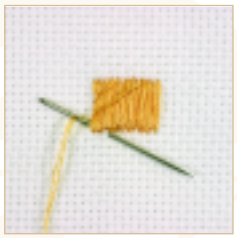
Aplica-se em flores, albarradas, molduras de medalhões, nas pequenas circunferências (conhecidas por "bolinhas[1]"), consoante a necessidade de enriquecer um trabalho. Nos "olhos" das flores também pode ser utilizado.

Processo de execução

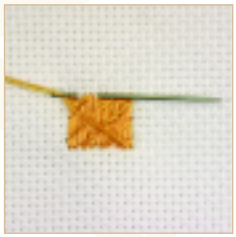
1° PASSO



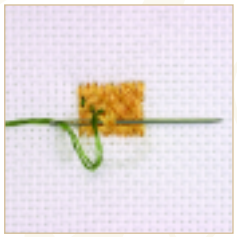
2° PASSO



3° PASSO



4° PASSO



PONTO EMBUTIDO

[1] **Bolinhas**, termo para pequena circunferência utilizado na linguagem corrente das bordadoras.

Ponto Folha da Fábrica

ASPECTO FINAL

Processo de execução

1º PASSO

2º PASSO

3º PASSO

Aplicações do ponto

É assim conhecido por se ter começado a utilizar na Fábrica[2] (Casa Mãe). Este ponto é semelhante ao ponto cheio. Utiliza-se nas folhas, pétalas, pode utilizar-se também em troncos. É, por vezes, conjugado com o ponto de pesponto e utiliza-se, muitas vezes dessa forma nos miosótis.

[2] Fábrica de Bordados de Castelo Branco.

Ponto Grilhão

ASPECTO FINAL

Processo de execução

1º PASSO

2º PASSO

3º PASSO

Aplicações do ponto

Este ponto aparece esporadicamente nas barras estreitas, nas gavinhas e em algumas flores.

Ponto Margarida

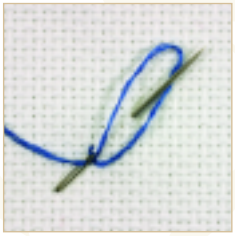
ASPECTO FINAL

Aplicações do ponto

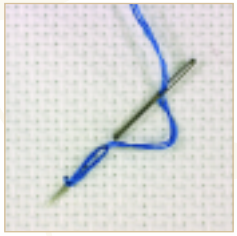
Este ponto é utilizado nos "olhos" das flores e "bolinhas" (maçãs do Menino Jesus) e para "salpicar" algumas superfícies.

Processo de execução

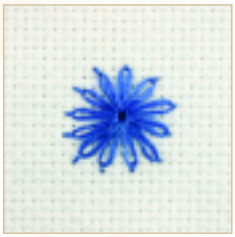
1° PASSO



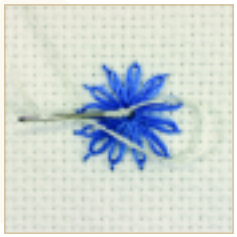
2° PASSO



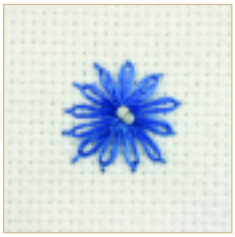
3° PASSO



4° PASSO

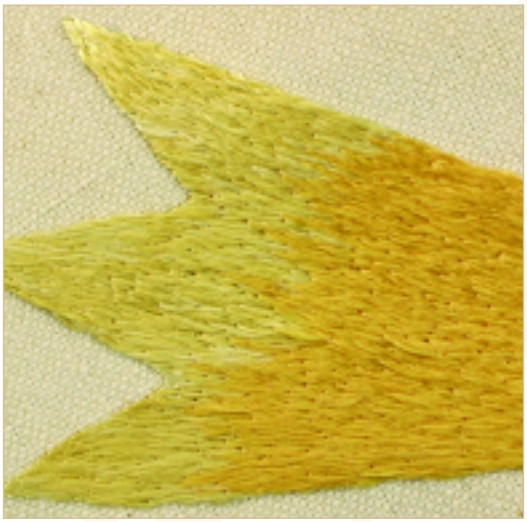


5° PASSO



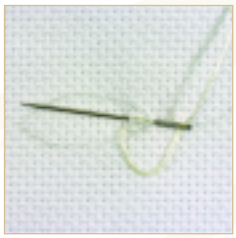
Ponto Matiz

ASPECTO FINAL

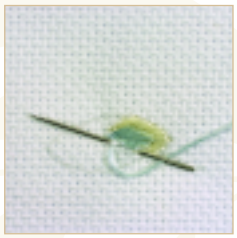


Processo de execução

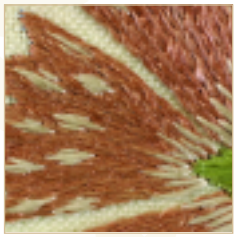
1º PASSO



2º PASSO



VARIANTE TÉCNICA



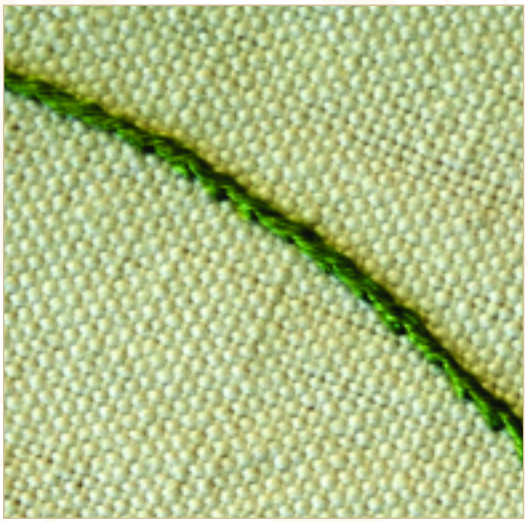
Aplicações do ponto

O aspecto final deste ponto assemelha-se ao ponto cheio e é utilizado para preencher desenhos de grandes dimensões. Utiliza-se por vezes também para criar o efeito de sombreado.

No caso do Bordado de Castelo Branco, o ponto matiz utiliza-se nas flores, sobretudo nos cravos, folhas, pássaros, albarradas, bolotas, no vestuário dos motivos antropomórficos, respectivamente nos cabelos, faces e mãos.

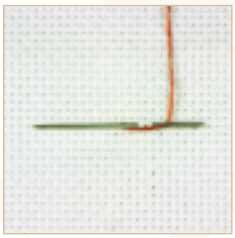
Ponto Pé-de-Flor

ASPECTO FINAL

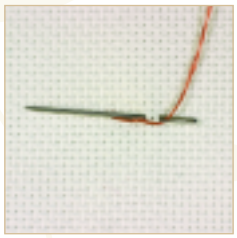


Processo de execução

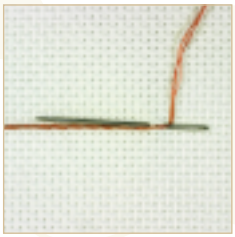
1º PASSO



2º PASSO



3º PASSO



Aplicações do ponto

É conhecido também por ponto de haste e é considerado um ponto linear. Presentemente, este ponto é usado para contornar folhas, pétalas, "olhos" de flores, gavinhas e pés de flores. Pode ser aplicado sempre que se adeqúe aos desenhos.

Ponto Pé-de-Galo

ASPECTO FINAL

Aplicações do ponto

Este ponto aplica-se nas gavinhas e é também ponto de contorno.
Serve para executar os pés das flores. Utiliza-se no contorno das pétalas também como ponto de preenchimento – a cheio.

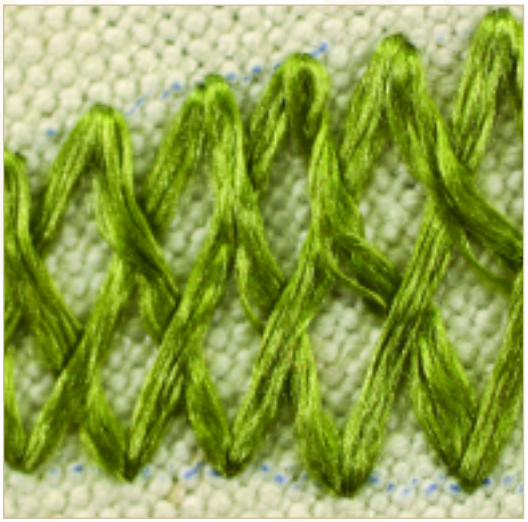
Processo de execução

1º PASSO

2º PASSO

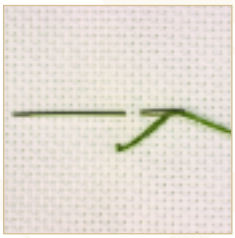
Rede Cruzada Simples

ASPECTO FINAL

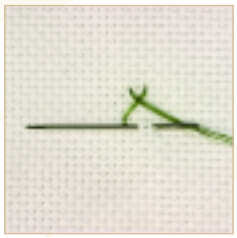


Processo de execução

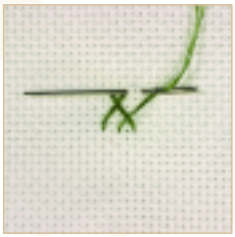
1° PASSO



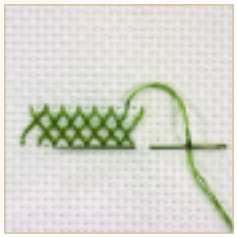
2° PASSO



3° PASSO



4° PASSO

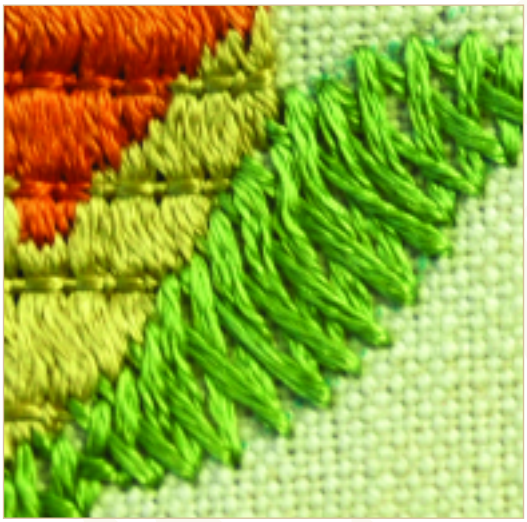


Aplicações do ponto

Aplicável nas folhas, flores, pássaros e pegas das albarradas.

Rede Cruzada Dupla

ASPECTO FINAL



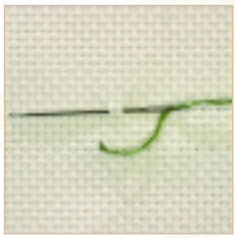
Aplicações do ponto

Serve para preencher as folhas, barras dos círculos, para barras das colchas, asas dos pássaros, pétalas de flores.

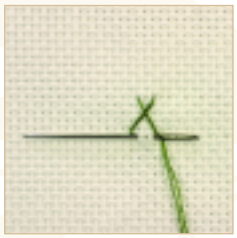
Quando os miosótis são contornados a ponto de cadeia, o centro é preenchido a rede cruzada dupla. Serve também para preencher troncos.

Processo de execução

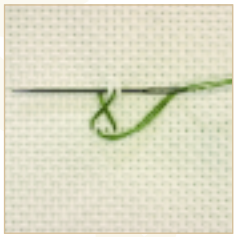
1° PASSO



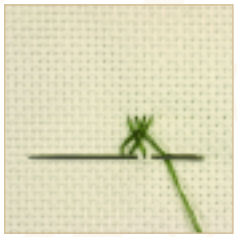
2° PASSO



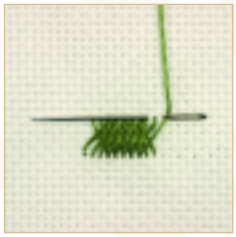
3° PASSO



4° PASSO

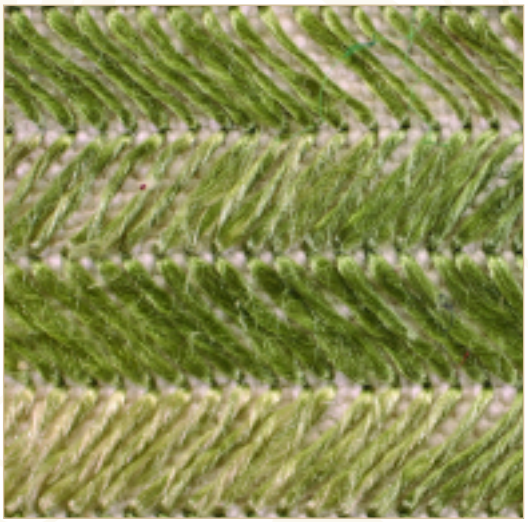


5° PASSO



Rede das Asas

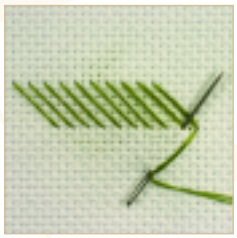
ASPECTO FINAL



Processo de execução

1º PASSO

2º PASSO

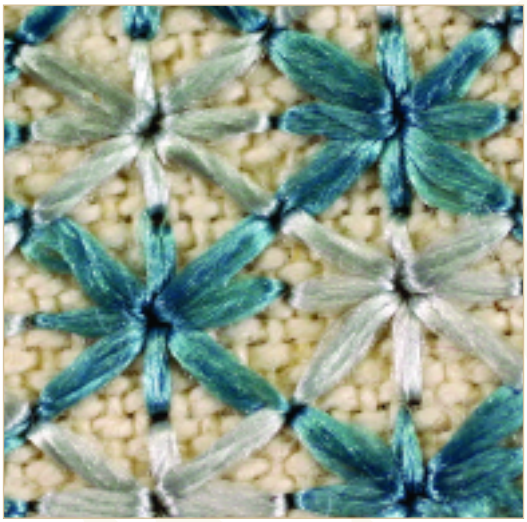


Aplicações do ponto

Utilizada nas folhas, pássaros, flores, barras, medalhões, cristas dos troncos e nas albarradas.

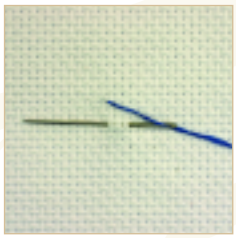
Rede das Estrelinhas (1)

ASPECTO FINAL

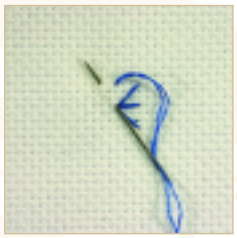


Processo de execução

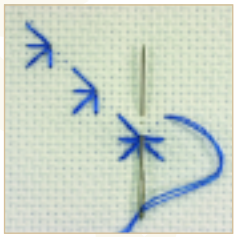
1º PASSO



2º PASSO



3º PASSO



Aplicações do ponto

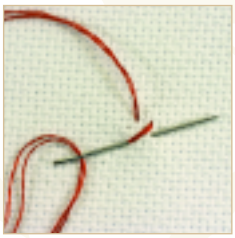
Utilizada nas pétalas, albarradas e no vestuário dos motivos antropomórficos.

Rede das Estrelinhas (2)

ASPECTO FINAL

Processo de execução

1º PASSO



2º PASSO

3º PASSO

Aplicações do ponto

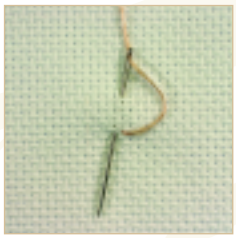
Utilizada nas flores, albarradas, conchas e no vestuário dos motivos antropomórficos, principalmente nos femininos.

Rede das Janelas

ASPECTO FINAL

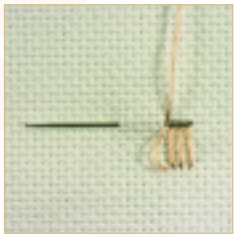
Processo de execução

1º PASSO

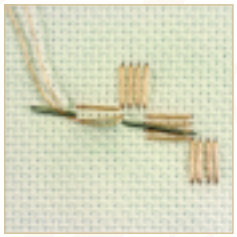


2º PASSO

3º PASSO



4º PASSO



Aplicações do ponto

Utilizada nas flores-de-lis, molduras e nas albarradas.

Rede das Setas Simples

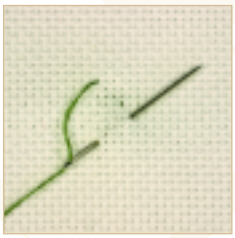
ASPECTO FINAL

Aplicações do ponto

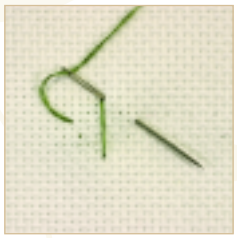
Utilizado sobretudo para as folhas grandes e folhas de "palma". Por vezes, aparece em algumas flores (ficará sujeito à preferência da bordadora).

Processo de execução

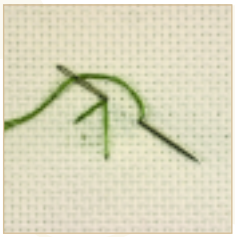
1° PASSO



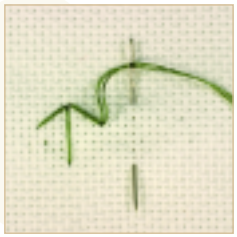
2° PASSO



3° PASSO



4° PASSO



5° PASSO

Rede das Setas Duplas

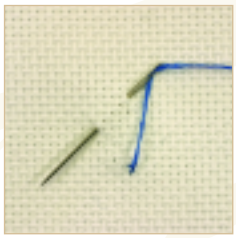
ASPECTO FINAL

Aplicações do ponto

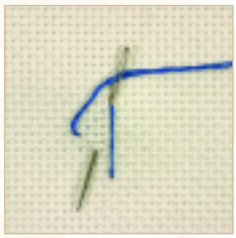
Assim como na rede das setas simples é sobretudo utilizado nas folhas grandes das "palmas" e em algumas flores.

Processo de execução

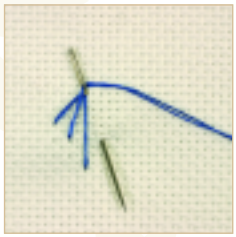
1º PASSO



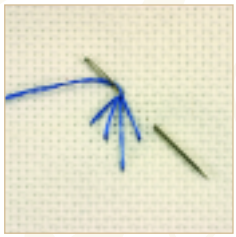
2º PASSO



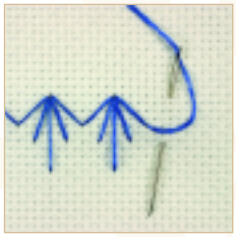
3º PASSO



4º PASSO

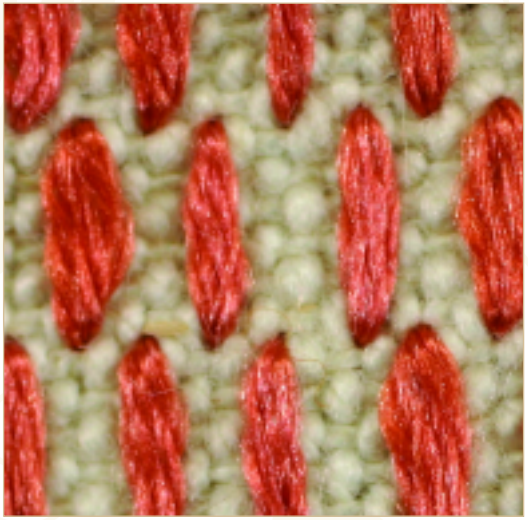


5º PASSO



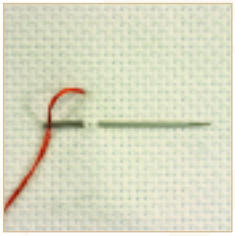
Rede de Um Pontinho

ASPECTO FINAL

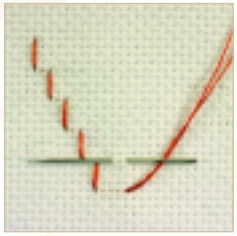


Processo de execução

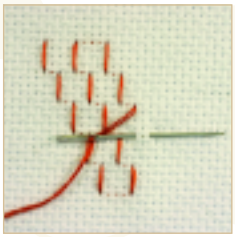
1º PASSO



2º PASSO



3º PASSO

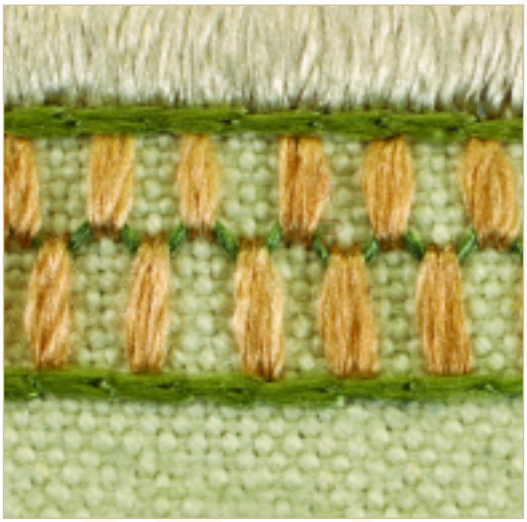


Aplicações do ponto

Também pode ter a variante do fio entrelaçado.
Utilizado nas flores, albarradas e folhas.

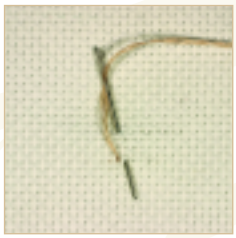
Rede de Dois Pontinhos

ASPECTO FINAL

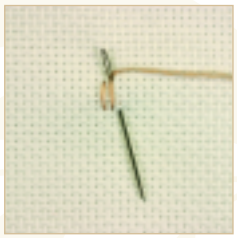


Processo de execução

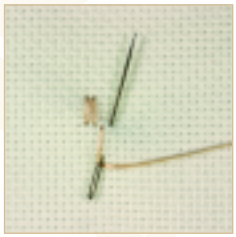
1º PASSO



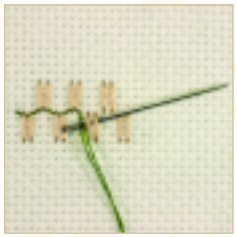
2º PASSO



3º PASSO



4º PASSO

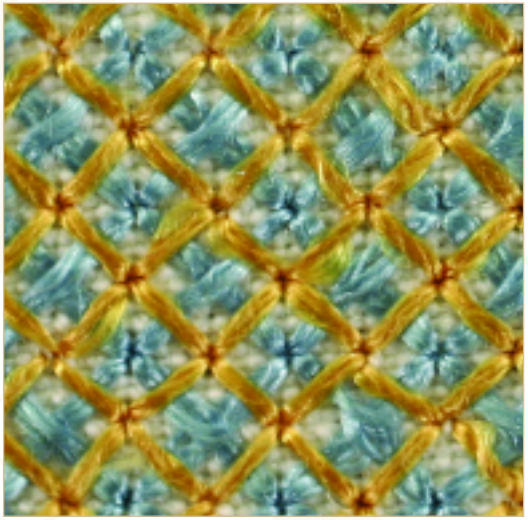


Aplicações do ponto

Utilizado em barras, flores, molduras e albarradas.

Rede do Arroz

ASPECTO FINAL

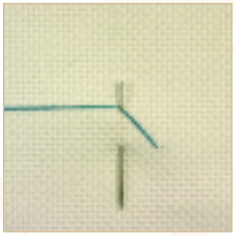


Aplicações do ponto

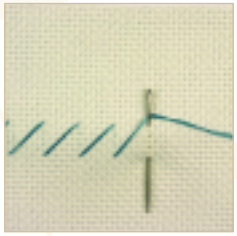
Utilizado no vestuário dos motivos antropomórficos, albarradas, flores, conchas e molduras.

Processo de execução

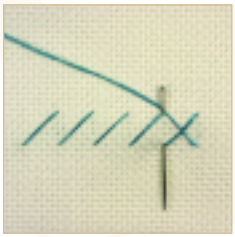
1° PASSO



2° PASSO

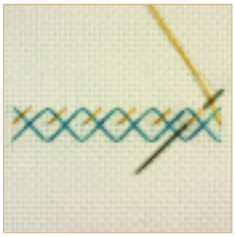


3° PASSO

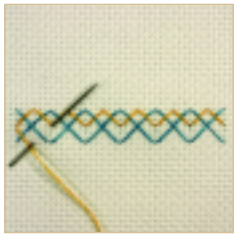


4° PASSO

5° PASSO



6° PASSO



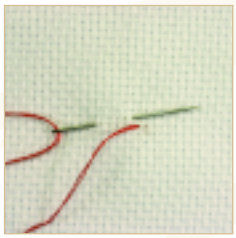
7° PASSO

Rede dos Bicos

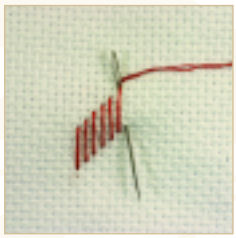
ASPECTO FINAL

Processo de execução

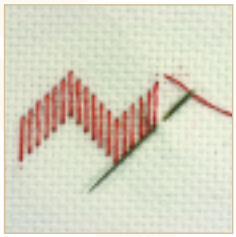
1º PASSO



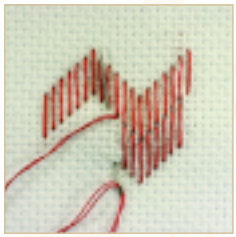
2º PASSO



3º PASSO



4º PASSO

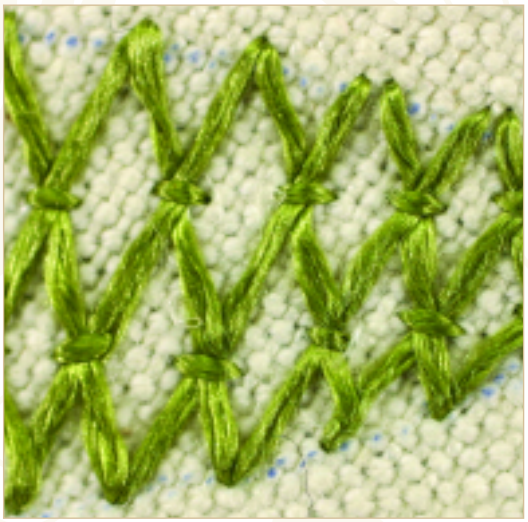


Aplicações do ponto

É utilizado nas águias, albarradas e no vestuário dos motivos antropomórficos. Por vezes substitui o ponto de Castelo Branco por ser de mais rápida execução.

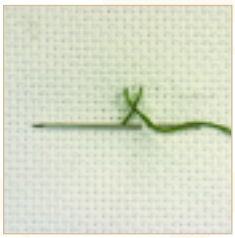
Rede dos Laços

ASPECTO FINAL

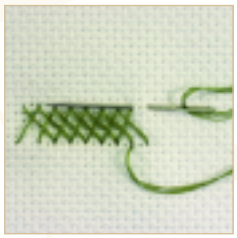


Processo de execução

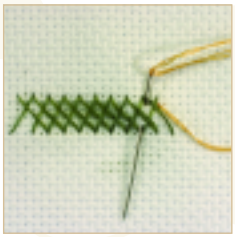
1º PASSO



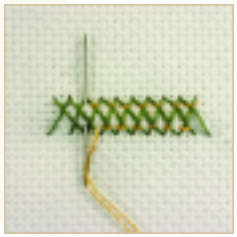
2º PASSO



3º PASSO



4º PASSO

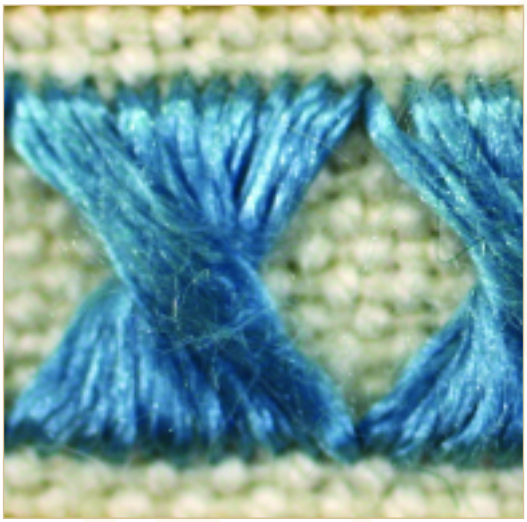


Aplicações do ponto

Utilizado em barras das colchas, esporadicamente nas folhas, asas de albarradas e pétalas de flores.

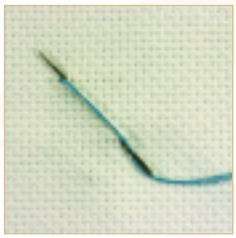
Rede dos Laços a Dez Fios

ASPECTO FINAL

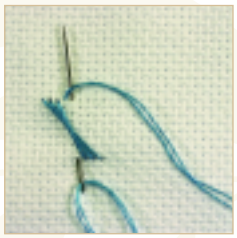


Processo de execução

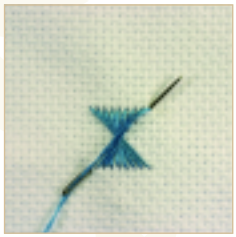
1º PASSO



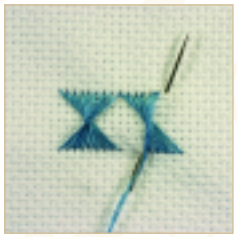
2º PASSO



3º PASSO



4º PASSO



Aplicações do ponto

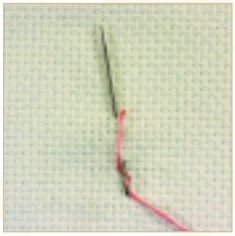
Utilizado em conchas, albarradas, vestuário dos motivos antropomórficos e medalhões. Por ser um ponto de alto relevo, a sua aplicação é bastante restrita.

Rede dos Losangos a Duas Cores

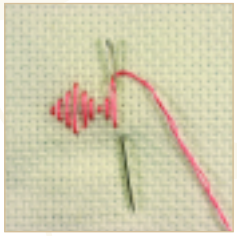
ASPECTO FINAL

Processo de execução

1º PASSO

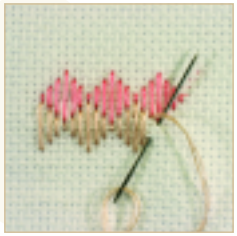


2º PASSO



3º PASSO

4º PASSO

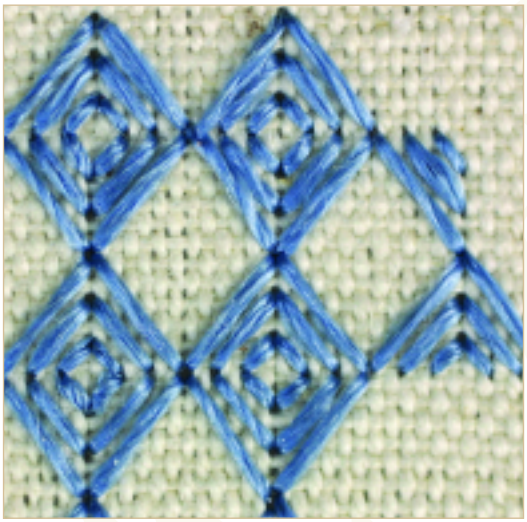


Aplicações do ponto

Ponto utilizado no vestuário dos motivos antropomórficos, albarradas e medalhões. É um ponto de preenchimento de áreas. Por ser um ponto de difícil execução, a sua aplicação é restrita.

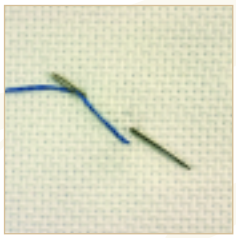
Rede dos Losangos Simples

ASPECTO FINAL

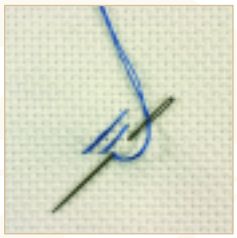


Processo de execução

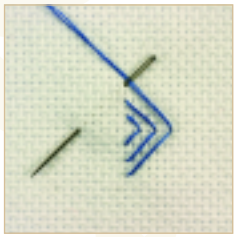
1º PASSO



2º PASSO



3º PASSO

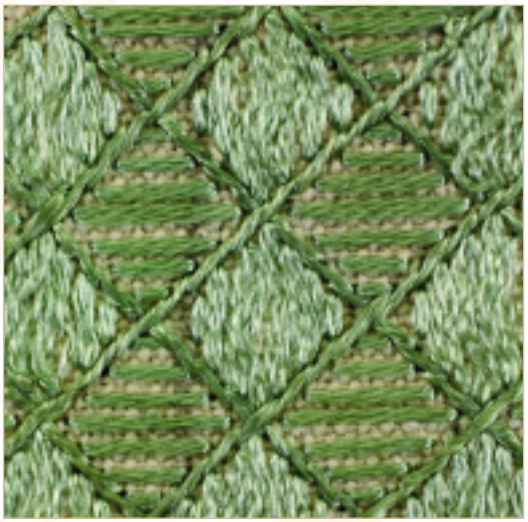


Aplicações do ponto

Utilizado nas albarradas, conchas, vestuário dos motivos antropomórficos e flores. É um ponto aberto.

Rede dos Losangos Duplos

ASPECTO FINAL

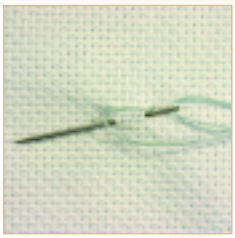


Aplicações do ponto

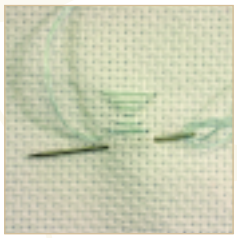
Este ponto é frequentemente utilizado em peças de vestuário dos motivos antropomórficos, albarradas e medalhões. Por ser um ponto de preenchimento e de difícil execução, a sua aplicação é restrita.

Processo de execução

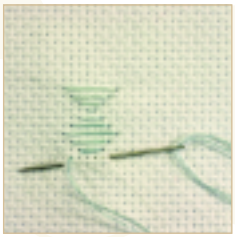
1° PASSO



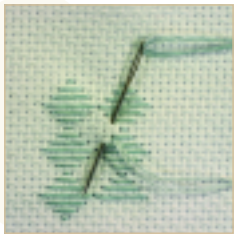
2° PASSO



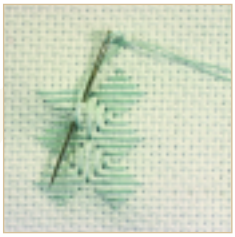
3° PASSO



4° PASSO

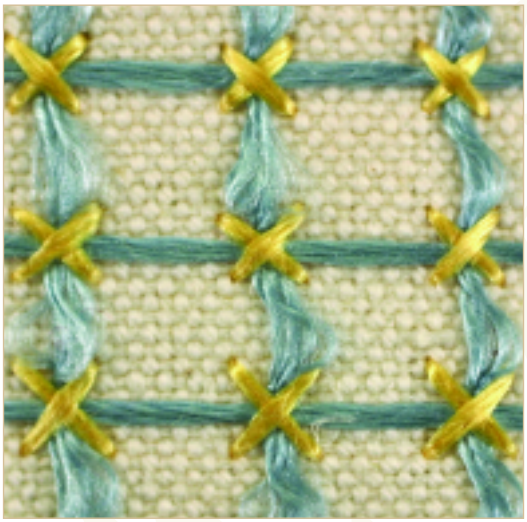


5° PASSO



Rede dos Quadradinhos com Cruz

ASPECTO FINAL

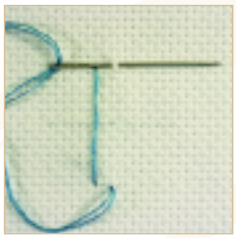


Aplicações do ponto

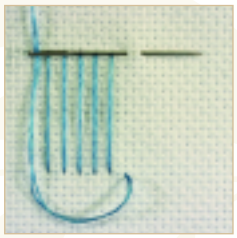
Utilizado nas molduras, "olhos" das flores e pétalas. É considerado um ponto de preenchimento.

Processo de execução

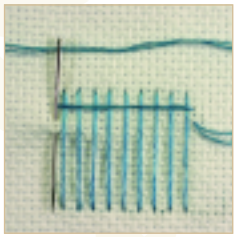
1º PASSO



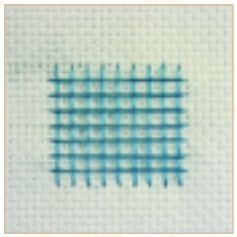
2º PASSO



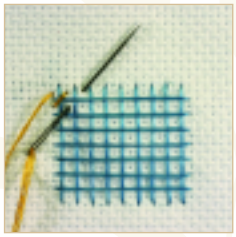
3º PASSO



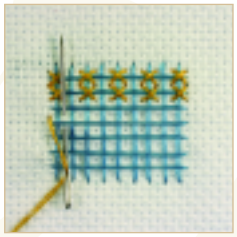
4º PASSO



7º PASSO

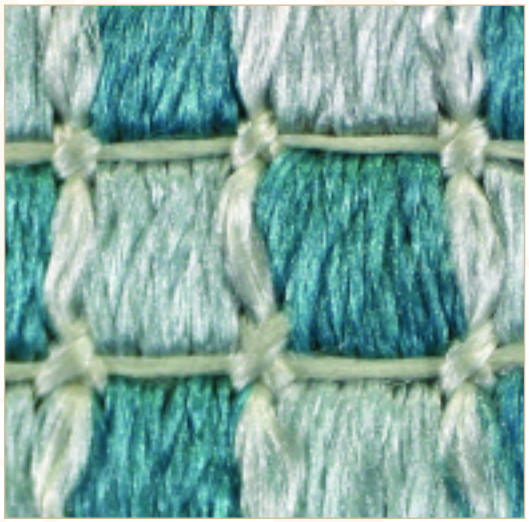


8º PASSO



Rede dos Quadradinhos Cheios com Rede dos Quadrados com Cruz

ASPECTO FINAL

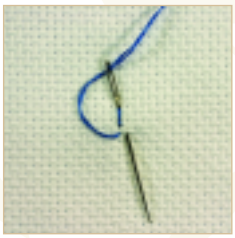


Aplicações do ponto

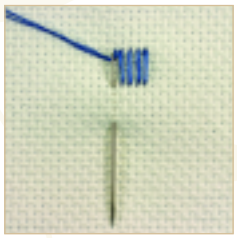
Utilizado nos "olhos" das flores, vestuário dos motivos antropomórficos e nos pássaros.

Processo de execução

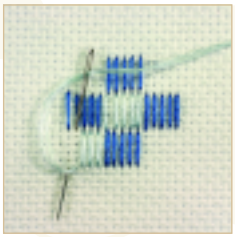
1° PASSO



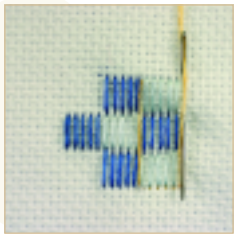
2° PASSO



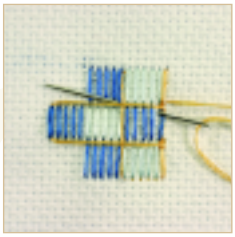
3° PASSO



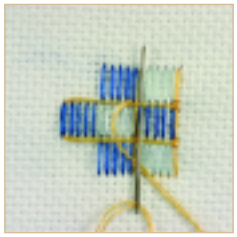
4° PASSO



7° PASSO



8° PASSO



Rede dos Quadrados com mais Fios

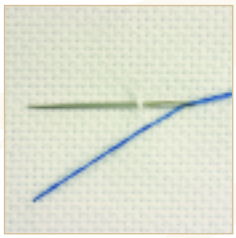
ASPECTO FINAL

Aplicações do ponto

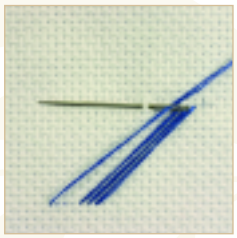
Utilizado no vestuário dos motivos antropomórficos, "olhos" das flores e nas albarradas.

Processo de execução

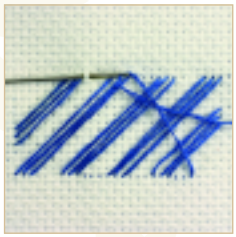
1º PASSO



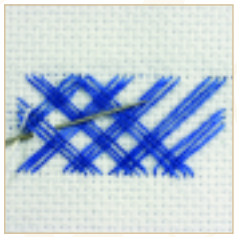
2º PASSO



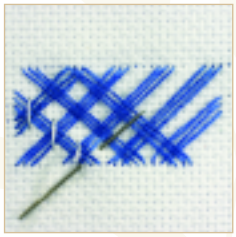
3º PASSO



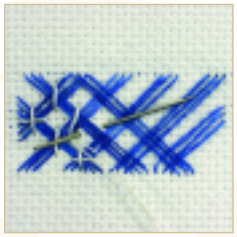
4º PASSO



7º PASSO

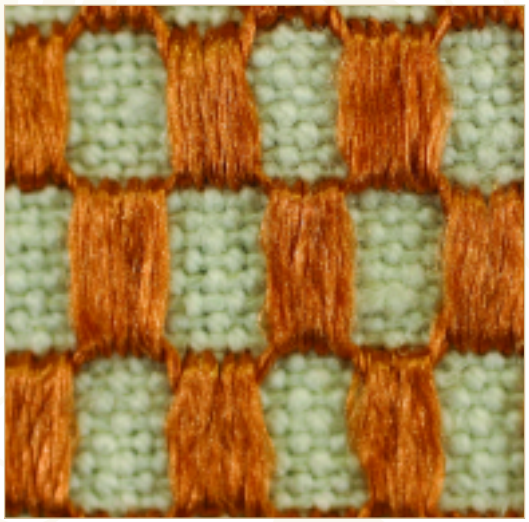


8º PASSO



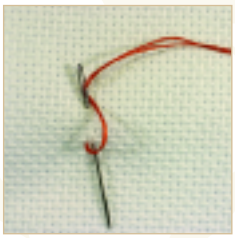
Rede dos Quatro Pontinhos Simples

ASPECTO FINAL

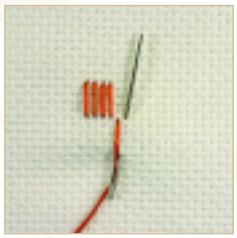


Processo de execução

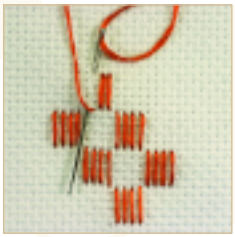
1º PASSO



2º PASSO



3º PASSO



Aplicações do ponto

Este ponto utiliza-se nas pétalas, barras, albarradas, conchas, romãs, flores, cristas dos troncos e nos troncos.

Rede dos Quatro Pontinhos Dupla

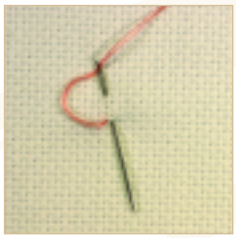
ASPECTO FINAL

Aplicações do ponto

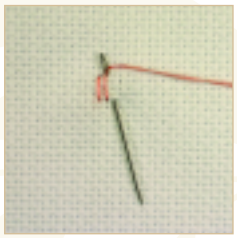
É um ponto semelhante à rede dos quatro pontinhos simples mas com duas cores, o que dá a ideia de ponto cheio. Utiliza-se muito nas romãs, troncos e em flores.

Processo de execução

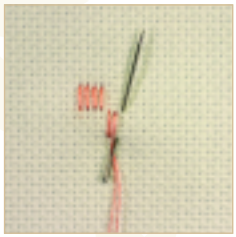
1º PASSO



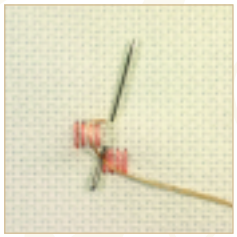
2º PASSO



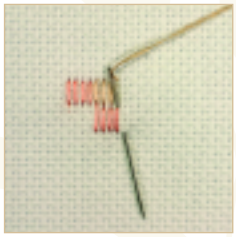
3º PASSO



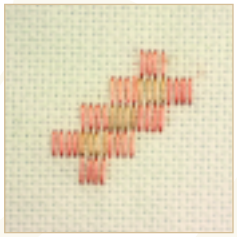
4º PASSO



5º PASSO

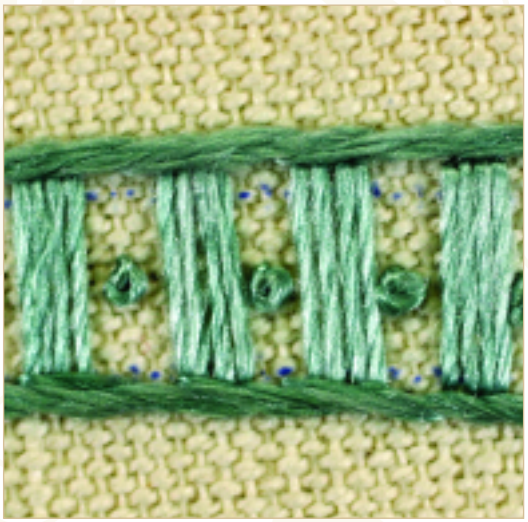


6º PASSO



Rede dos Quatro Pontinhos Intervalados com Nozinhos

ASPECTO FINAL

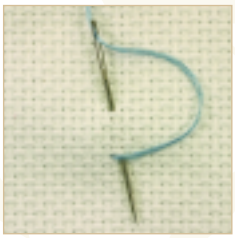


Aplicações do ponto

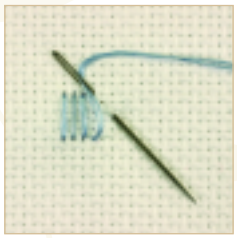
Ponto utilizado nas molduras dos centros das colchas.

Processo de execução

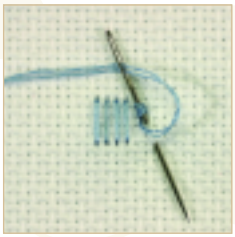
1º PASSO



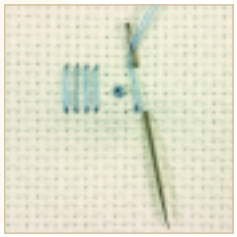
2º PASSO



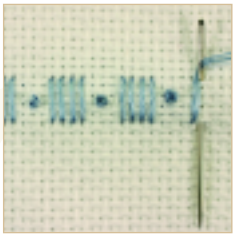
3º PASSO



4º PASSO

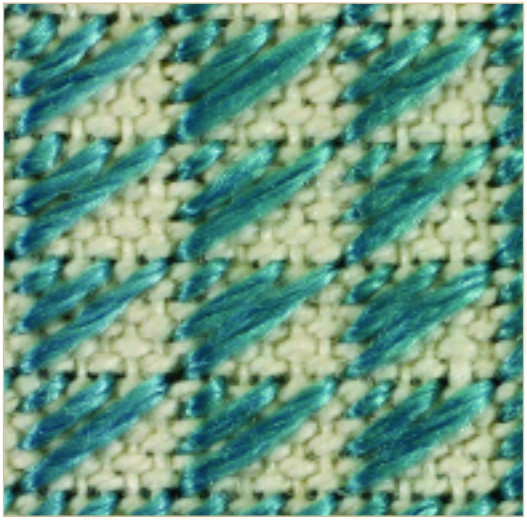


5º PASSO



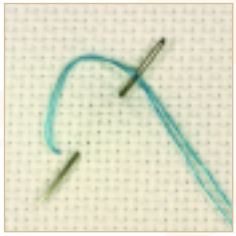
Rede dos Triângulos Simples

ASPECTO FINAL

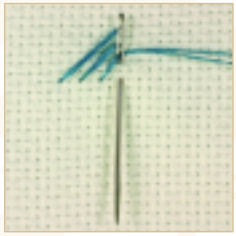


Processo de execução

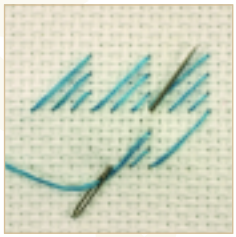
1º PASSO



2º PASSO



3º PASSO



4º PASSO

Aplicações do ponto

Utiliza-se nas albarradas, conchas, flores, barras e no vestuário dos motivos antropomórficos.

Rede dos Triângulos Juntos

ASPECTO FINAL

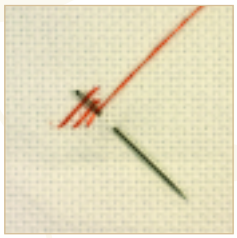
Aplicações do ponto

Aplica-se essencialmente nas flores e nas albarradas.

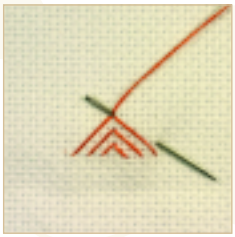
Processo de execução

1° PASSO

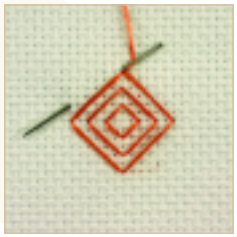
2° PASSO



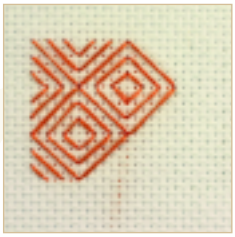
3° PASSO



4° PASSO

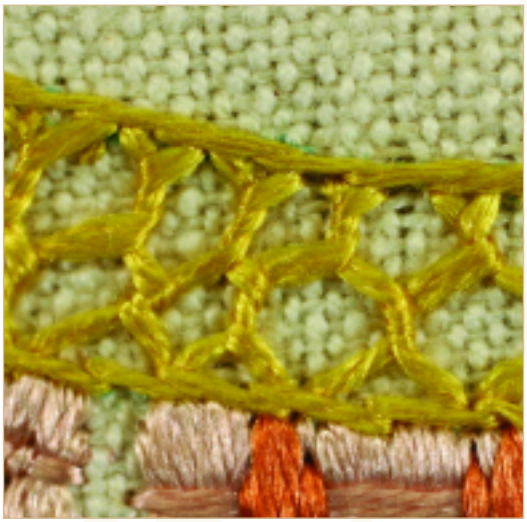


5° PASSO



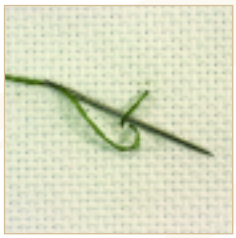
Rede Torcida

ASPECTO FINAL

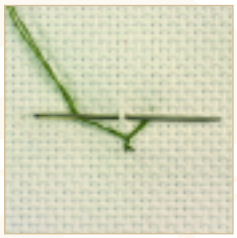


Processo de execução

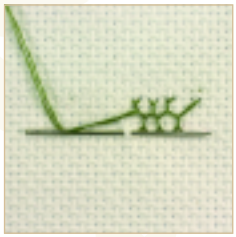
1º PASSO



2º PASSO



3º PASSO



Aplicações do ponto

Utiliza-se nas flores, barras, albarradas e nos círculos.

[O ajustar do fio de seda. MFTPJ. ADRACES. 2006]

2.2 Motivos

Descrição dos principais motivos do bordado

Os motivos utilizados no desenho do Bordado de Castelo Branco resultam de influências diversas desde o desenho e a gravura Europeus do século XVII e XVIII, a azulejaria portuguesa, os têxteis indianos e os têxteis e porcelana chineses.

Organizámos os motivos do Bordado de Castelo Branco nas categorias vegetalista, zoomórfica, antropomórfica e inanimada. A grande diversidade de motivos contribui para a riqueza do Bordado e sua plasticidade mas, também contribui para que tenhamos cuidado quanto aqueles que devem ou não ser aceites num trabalho a certificar.

Há importantes factores a sublinhar como a *estilização* e a *falsa simetria*, a ausência de *decoração geométrica* e uma certa ingenuidade no traço dos desenhos das colchas consideradas como Bordado de Castelo Branco que devem ser mantidos.

[Colcha de Castelo Branco. Séc. XVIII - XIX. Casa-Museu Almeida Moreira - Inv.: CMAM.2505 (2000)]

2.2.1 Motivos vegetalistas

Também conhecidos como *fitomórficos* (*fito* de planta, *mórfico* de forma), estes motivos remetem-nos para as plantas, frutos, folhas e flores. Os motivos vegetalistas não são representações realistas, mas estilizadas, assumindo por vezes formas estranhas e sempre muito fantasistas e no dizer de Clementina Carneiro de Moura, *bizarras*.

Os mais comuns e que podem ser identificados com elementos da natureza são cravos, troncos, heras, romãs, peónias, rosas, alcachofras, miosótis, malmequeres e bolotas.

Além destes destacam-se um sem número de exemplos, muito estilizados e sem correspondência clara no mundo real e, por isso, originam falta de consenso quanto à sua interpretação. As formas mais recorrentes e que sofrem uma maior diversidade de estilização são os cravos, as romãs e as folhas. Os miosótis, apesar de comuns são pouco estilizados. A flor-de-lis é, por vezes, classificada como motivo inanimado por ter aspecto de elemento decorativo arquitectónico.

2.2.2 Motivos antropomórficos

O princípio de estilização dos motivos vegetalistas é aplicável aos motivos antropomórficos

(representação de seres humanos) que deve respeitar a matriz dos desenhos de colchas históricas que servem de inspiração aos actuais.

[Colcha de Castelo Branco. Pormenor de motivos vegetalistas. Séc. XVIII - XIX. Museu de Francisco Tavares Proença Júnior - Inv.: 2000.36 MFTPJ. (2005)]

[Colcha de Castelo Branco. Medalhão Central com par. Séc. XVIII - XIX. Museu de Francisco Tavares Proença Júnior - Inv.: 2000.36 MFTPJ. (2005)]

Se tal princípio não for aplicado, corre-se o perigo de descaracterizar o conjunto do risco e consequentemente o bordado.

Os motivos antropomórficos são os elementos masculinos e femininos. O elemento masculino aparece geralmente com um elemento feminino de mãos dadas (conhecem-se poucos exemplares onde o homem aparece sozinho). O homem pode aparecer montado a cavalo, como caçador ou com uma flor na mão...

O elemento feminino, habitualmente no centro das colchas, aparece a formar par com o elemento masculino mas, encontram-se exemplares em que o centro das colchas é composto por dois elementos femininos.

[Colcha de Castelo Branco. Medalhão Central com duas figuras femininas. Séc. XVIII - XIX. Casa-Museu Almeida Moreira - Inv.: CMAM.2505. (2000)]

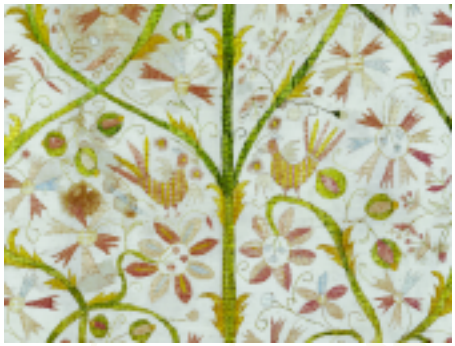
[Colcha dos Cinco Sentidos. Pormenor de motivos zoomórficos. Trabalho indo-português. Séc. XVII. Museu de Francisco Tavares Proença Júnior - Inv.: 2002. 2 MFTPJ. (2005)]

[Colcha de Castelo Branco. Pormenor de aves sobre montículos. Séc. XVII. Museu Nacional de Arte Antiga - Inv.: MNAA 3465Tec. (1991)]

2.2.3 Motivos zoomórficos

Podemos identificar vários motivos zoomórficos como os cavalos nas colchas em que aparecem cavaleiros, cães nas colchas que representam caçadas, alguns animais alados, répteis e quadrúpedes.

Contudo, o motivo zoomórfico mais representado no Bordado de Castelo Branco é a ave, encontrando-se uma grande diversidade de tipologias. Apesar de poderem ser identificadas como exóticas ou domésticas, continua a prevalecer o princípio da estilização do motivo.



[Colcha de Castelo Branco. Pormenor de aves numa Árvore da Vida. Séc. XIX. Museu de Francisco Tavares Proença Júnior - Inv.: 2000.60 MFTPJ. (2002)]

2.2.4. Motivos mitológicos e de simbologia específica

A águia bicéfala é o único motivo mitológico que encontramos no desenho actual do Bordado de Castelo Branco. Tal como para os motivos anteriormente mencionados, existem vários exemplares de águias bicéfalas, alguns de formas invulgares, como o motivo da águia com o coração trespassado por uma seta, constituindo a forma mais bizarra de representação, que nunca aparece nas colchas históricas, devendo evitar-se a sua utilização em conjunto.

O coração é um motivo de simbologia universal diversificada, aparecendo esporadicamente no Bordado de Castelo Branco, onde pode ser confundido com folhas de hera e laços. A sua existência deve ser tida em conta, uma vez que, quer do ponto de vista religioso quer do ponto de vista laico, é um motivo muito utilizado em bordados. No Bordado de Castelo Branco este motivo é mais recorrente nas albarradas/vasos.

2.2.5 Motivos inanimados

Os motivos inanimados repartem-se por palmetas, conchas, fitas, laços, albarradas /vasos e elementos que lembram os ornatos arquitectónicos, quer do Gótico quer do Barroco.

[Colcha de Castelo Branco. Pormenor de motivos inanimados. Albarrada. Séc. XVIII. Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves - Inv.: CMAG.1255. (2007)]

[Colcha de Castelo Branco. Pormenor de centro com albarrada. Séc. XVIII. Museu de Francisco Tavares Proença Júnior - Inv.: 70.9 MFTPJ. (2000)]

2.3 Estrutura das colchas

À forma como os motivos avulso se vão agrupar no campo da colcha, chamamos *estrutura*.

Podemos encontrar diversas estruturas sendo a mais comum e identificadora das colchas de Castelo Branco aquela em que o **centro** da colcha é definido pela intersecção das bissectrizes dos cantos.

[Colcha de Castelo Branco. Séc. XVIII. Museu Nacional de Etnologia - Inv.: MNE.AR 676. (2002)]

O centro é normalmente marcado por um medalhão onde aparecem inscritas figuras humanas, aves, Árvores da Vida ou albarradas.

As possibilidades de composição são variadas, uma vez que o elemento organizador ao centro permite combinações diversificadas em seu redor. Nos exemplares históricos são comuns os motivos vegetalistas a preencher o campo, com destaque para os cravos abertos.

Uma alternativa a esta estrutura é o preenchimento do campo ser feito com **meandros**, linhas curvas que contornam motivos avulsos.

[Colcha de Castelo Branco. Séc. XVIII. Museu de Francisco Tavares Proença Júnior - Inv.: 70.9 MFTPJ. (2000)]

Nas colchas com estrutura organizada em torno de um **centro** aparecem alguns exemplares com **barras** e **cantos**.

[Colcha de Castelo Branco.
Séc. XVIII. Museu Nacional de Arte
Antiga - Inv.: MNAA.3722 Tec. (1996)]

[Colcha com Árvore da Vida. Séc. XIX. Museu de Francisco Tavares Proença Júnior - Inv.: 2000.60 MFTPJ. (2002)]

[Colcha de Castelo Branco. Séc. XVIII. Museu de Francisco Tavares Proença Júnior - Inv.: 70.19 MFTPJ. (2000)]

[Colcha dos Cinco Sentidos. Trabalho indo-português. Séc. XVII. Museu de Francisco Tavares Proença Júnior - Inv.: 2002.2 MFTPJ. (2005)]

Uma estrutura completamente distinta refere-se às Colchas com **Árvore da Vida**, que preenche o campo a partir de uma base triangular. Existem exemplares com barra a emoldurar a árvore e exemplares em que não há delimitação, criando-se a ideia que a árvore continua o seu crescimento. Nos exemplares desta temática existe um em que nos montículos de onde surge a árvore, são colocados pássaros ou cavaleiros.

São ainda aceites como Bordado de Castelo Branco aqueles que, não se incluindo nestas estruturas, obedeçam a desenhos de que o Bordado de Castelo Branco se apropriou com o passar do tempo, colchas dos Cinco Sentidos e colchas de "azulejo"[3].

Aceitam-se propostas de alteração destas composições nas colchas de criação contemporânea, desde que realizadas por profissionais da área das artes e do design.

Observações: As imagens das colchas são meramente ilustrativas das estruturas mencionadas.

[3] As colchas dos Cinco Sentidos deverão servir sobretudo como fonte de inspiração, uma vez que alguns autores vêem nelas elementos que as colchas de Castelo Branco recuperaram. São também um exemplo de como os motivos podem ser estilizados.

2.4 Paleta de cores

Caracterização do espectro de cor

O espectro de cor da seda que se irá caracterizar através das respectivas coordenadas de cor (CIE L*a*b*), são as que se utilizam actualmente no Museu de Francisco Tavares Proença Júnior.

É aqui atribuída uma referência PANTONE TP a cada cor que vai permitir a uniformização da codificação das cores, facilitando a posterior reprodução das mesmas.

REFERÊNCIA PANTONE	AMOSTRA PANTONE	COORDENADAS DE COR
11-0602 TP		L=93,53 a=-0,07 b=3,79
12-0712 TP		L=92,18 a=0,04 b=13,85
12-0721 TP		L=89,38 a=-3,97 b=34,76
13-0850 TP		L=84,88 a=6,05 b=56,57
15-0955 TP		L=71,52 a=16,65 b=65,46
13-0939 TP		L=76,87 a=12,65 b=44,46
15-1242 TP		L=69,08 a=26,84 b=39,54
15-1334 TP		L=70,23 a=25,38 b=26,68
16-1344 TP		L=64,43 a=33,34 b=36,67
16-1350 TP		L=59,16 a=33,10 b=45,75
16-1253 TP		L=58,71 a=31,05 b=45,32
17-1353 TP		L=53,38 a=28,42 b=38,28

16-1448 TP		L=53,20 a=32,96 b=41,27
17-1347 TP		L=52,12 a=28,76 b=28,57
18-1248 TP		L=51,09 a=30,26 b=33,12
17-1446 TP		L=50,40 a=33,78 b=31,38
18-1447 TP		L=49,01 a=34,58 b=32,07
17-1544 TP		L=48,78 a=38,10 b=21,86
17-1524 TP		L=57,31 a=24,06 b=14,10
15-1607 TP		L=71,11 a=10,52 b=3,51
19-1726 TP		L=31,11 a=20,59 b=3,82
12-0807 TP		L=85,94 a=4,57 b=11,97
12-1209 TP		L=88,91 a=6,97 b=8,47
13-1513 TP		L=83,73 a=16,78 b=13,25
14-1316 TP		L=76,07 a=16,79 b=13,25
15-1621 TP		L=74,34 a=27,39 b=12,05
15-1626 TP		L=69,33 a=42,70 b=12,55
17-1927 TP		L=56,09 a=39,23 b=8,90

13-1013 TP		L=80,82 a=8,18 b=16,85
14-1119 TP		L=80,17 a=7,40 b=22,14
14-1031 TP		L=73,67 a=7,33 b=35,48
16-1334 TP		L=66,67 a=7,67 b=22,38
17-1227 TP		L=57,09 a=13,07 b=16,91
18-0937 TP		L=46,07 a=9,03 b=22,86
17-1022 TP		L=56,66 a=1,99 b=17,79
15-0628 TP		L=72,41 a=-6,47 b=31,97
15-0318 TP		L=66,70 a=-3,31 b=18,71
16-0632 TP		L=58,24 a=4,26 b=32,55
17-0636 TP		L=51,73 a=-1,77 b=28,09
15-0326 TP		L=66,88 a=-14,76 b=26,70
17-0324 TP		L=57,38 a=-15,10 b=23,34
17-0330 TP		L=54,35 a=-11,09 b=28,86
17-0230 TP		L=53,57 a=-18,87 b=27,49
12-4306TP		L=88,46 a=-2,38 b=-0,52

15-4415TP		L=69,02 a=-14,24 b=-14,62
16-4525 TP		L=63,64 a=-20,89 b=-16,44
17-4336 TP		L=58,08 a=-17,53 b=-33,94
18-4334 TP		L=51,07 a=-16,07 b=-27,18
18-4244 TP		L=44,78 a=-13,29 b=-35,63

[Tabela 1: Referência PANTONE TP e respectivas coordenadas de cor CIE L*a*b*. CITEVE. 2006]

Nota: A *PANTONE Incorporated* é uma marca registada para verificação standard em reprodução de material de cor.
Se houver necessidade de impressão desta tabela é importante ter em atenção que o processo de reprodução em quadricromia pode não corresponder às cores sólidas do standard PANTONE, o que quer dizer que as cores impressas poderão afastar-se da cor standard original. Para um controlo mais rigoroso devem ser consultadas as publicações de cor PANTONE mais recentes. A nomenclatura PANTONE usada neste documento faz parte do PANTONE TEXTILE SYSTEM e PANTONE PROCESS COLOR IMAGING GUIDE 1000.

[Tabela 2: Sequência da paleta de cores utilizada no Bordado de Castelo Branco (49 cores)]

A cor é determinante para a qualidade estética de uma peça a bordado de Castelo Branco, pelo que os princípios a seguir apresentados devem ser tomados em consideração:

- As cores a utilizar nos Bordados clássicos devem ser aproximadas às utilizadas na colcha histórica na qual se inspiram, mesmo que não estejam contempladas na paleta de cores do Caderno de Especificações;
- Devem evitar-se as composições a azul e amarelo pois remete de imediato para as composições de azulejo;
- A seda em cor preta deve ser apenas utilizada na representação de cabelos, sapatos, olhos, botões de vestuário e em pequenos apontamentos do Bordado. O mesmo se aplica à cor castanho-escuro;
- Evitar utilizar as tonalidades pastéis e o degradé por serem alterações da paleta de cores muito recentes e não existirem nas colchas históricas;
- O conceito de *monocromia* por seu turno deve ser explorado;
- Aceitam-se alterações de cor nos Bordados de criação contemporânea desde que propostas por artistas plásticos, arquitectos ou designers.

2.5 Simbologias

A história do símbolo demonstra que qualquer objecto pode adquirir um valor simbólico, seja ele natural (pedras, metais, árvores, flores, frutos, animais, fontes rios e oceanos, montes e vales, planetas, fogo, raio, etc.) ou abstracto (forma geométrica, número, ritmo, ideia, etc.).[1]

Os exemplos escolhidos para referir simbolismos do Bordado de Castelo Branco, foram os que aparecem com alguma frequência nos Bordados e, dependendo da vontade da bordadora ou de quem adquire uma peça, a simbologia pode vir ou não referida na ficha de identidade da peça.

A linguagem simbólica adapta-se, perde-se, recupera-se e metamorfoseia-se.

O objectivo deste capítulo não é fazer uma história dos símbolos, é antes tentar dar indicações sobre a interpretação dos mesmos, evitando pareceres que deturpem as suas origens históricas.

ÁGUIA BICÉFALA

Entre as bordadoras generalizou-se que este motivo simbolizava a união do casal. Consideramos ser uma interpretação imposta na década de 40 pelos teóricos do Bordado de Castelo Branco.

A origem histórica deste motivo remonta às antigas civilizações da Ásia Menor e simbolizava o poder supremo. Retomado na Idade Média

[1] **Chevalier**, Jean; **Gheerbrant**, Alain (1994), "*Dicionários dos Símbolos*", pág. 15, Editorial Teorema.

pelos Turcos Seljúcidas, reproduzida destes pelos Europeus na época das Cruzadas, para assim chegar indirectamente às armas imperiais da Áustria e da Rússia. Assim, parece mais correcto dizer que a Águia Bicéfala (também aparece referenciada como a de duas cabeças) simboliza a realeza, não sendo muito correcto utilizá-la com o coração trespassado, tratando-se de mistura simbólica de origens muito diferenciadas.

ÁRVORE

Símbolo da vida, em perpétua evolução, em ascensão para o céu, a árvore evoca todo o simbolismo da verticalidade. Cresce, perde as suas folhas e recupera-as e, por conseguinte, regenera-se: morre e renasce vezes sem conta.

A Árvore é um dos temas simbólicos mais ricos e mais difundidos, é transversal a muitas culturas incluindo a Judaico-Cristã.

AVE

Serve de símbolo às relações entre o Céu e a Terra. São sinónimos de mensagem.

CONCHA

A concha está ligada ao simbolismo da fecundidade própria da água.

COR

A cor é uma das áreas da vida diária em que o simbolismo é mais rapidamente perceptível. As cores têm um impacto imediato nas nossas emoções, possuindo o poder de excitar ou tranquilizar, de alegrar ou deprimir. A cor simboliza todos os aspectos e energias da própria vida, de tal modo que a morte é encarada quer como ***preto*** (a total ausência de cor), como no Ocidente, quer como ***branco*** (a totalidade da cor, simbolizando a conclusão da vida), como no Oriente.

Alguns exemplos de simbologia associada à cor:

Vermelho: a cor do sangue e símbolo da força da vida; é o símbolo da paixão de Cristo e dos Deuses romanos mais viris, Júpiter e Marte.

Amarelo: Insinuando algumas das qualidades do ouro, o amarelo também sugere traição e cobardia. Na China era a cor sagrada do Imperador e para o Budismo denota humildade.

Azul: Símbolo do intelecto da paz e da contemplação, da água, do céu, da infinidade e do vazio primordial. A cor da Virgem Maria como rainha do céu.

***Verde*:** a cor ambivalente do crescimento e do declínio.

Dourado: um símbolo do sol divindade e majestade. Para os gregos significava imortalidade.

Branco: símbolo de pureza, virgindade e no Oriente de luto.

CORAÇÃO

O principal símbolo da sinceridade, do amor e da compaixão também representa o centro das coisas.

Atravessado por uma flecha e encimado por uma cruz ou uma coroa de espinhos, é um símbolo de Cristo.

CORNUCÓPIA

É o símbolo do corno da abundância, recipiente contendo as maiores riquezas adquiridas heroicamente.

COELHO

É um símbolo lunar, tal como a lebre, dorme de dia e cabriola de noite. Também simboliza a renovação perpétua da vida.

CRAVO

Está relacionado com o amor vivo e puro. Ao contrário das rosas, o *cravo branco* simboliza uma paixão ainda mais exacerbada do que a do *cravo vermelho*. Consoante a cor assim será a sua simbologia, mas sempre em redor das paixões.

Em Portugal um cravo vermelho também simboliza liberdade, é a flor que associamos ao 25 de Abril de 1974.

FLOR

Os Gregos acreditavam que o paraíso era atapetado com flores. Os Chineses imaginavam que para cada mulher viva neste mundo, uma flor se abria no outro. Estas duas antigas crenças exemplificam os significados simbólicos mais comuns das flores: o estado paradisíaco e beleza feminina. A abertura da flor em botão representa a criação e a energia do Sol. As flores são símbolos universais de juventude e vitalidade, mas devido ao seu carácter efémero também são conotadas com a fragilidade e a transitoriedade.

FOLHA

Participa do simbolismo geral do reino vegetal. No Extremo Oriente é um dos símbolos da felicidade e da prosperidade. Um ramo de folhas designa o conjunto de uma colectividade, unida numa mesma acção e num mesmo pensamento.

FRUTO

Símbolo da abundância, que transborda do corno da deusa da fecundidade ou das taças nos banquetes dos deuses.

GALO

Simboliza o orgulho, a coragem e a vigilância. É também um símbolo solar pois anuncia o nascer do Sol.

GAZELA

Simboliza vivacidade, velocidade, beleza, acuidade visual.

HERA

Simboliza a permanência da força vegetativa e a persistência do desejo.

HOMEM

As divindades são quase sempre representadas em formas humanas e na Bíblia Deus fez o Homem "à sua imagem". O corpo é considerado um microcosmo, uma réplica da estrutura do cosmos.

LAÇOS

Simboliza os contratos, as obrigações, o laço está ligado ao poder das chaves.

LÍRIO

O lírio é sinónimo de brancura e, por conseguinte, de pureza, de inocência, de virgindade.

MAÇÃ

A maçã é utilizada simbolicamente em muitos sentidos, ora é o fruto da Árvore da Vida, ora o da Árvore da Ciência do bem e do mal: conhecimento unificador que concede a imortalidade, ou conhecimento separador, que provoca a queda.

PALMA

A palma, a ramagem, o ramo verde, são universalmente considerados como símbolos de vitória, de ascensão, de regenerescência e de imortalidade.

PAVÃO

Na tradição cristã, o pavão simboliza a roda solar e é um sinal de imortalidade; a sua cauda evoca o céu estrelado.

PEÓNIA

Símbolo de riqueza e de honra.

ROMÃ

Símbolo das perfeições divinas na mística cristã, na Grécia era o símbolo do retorno à vida. As noivas romanas usavam-nas nas coroas com que enfeitavam as cabeças.

ROSA

Simboliza a taça da vida, a alma, o coração, o amor.

SERPENTE

Símbolo com dois aspectos, tanto pode significar o mal como o poder regenerador.

VASO

Reservatório da vida, símbolo de uma força secreta.

VEADO

Símbolo da sabedoria para alguns povos, nas culturas do Mediterrâneo o veado era identificado com a Árvore da Vida.

VIDEIRA

A videira, por produzir o vinho, simboliza a imagem do conhecimento.

Nota: Este breve apontamento sobre algumas simbologias não dispensa a leitura, na sua totalidade, dos artigos de um dicionário de símbolos.

Capítulo V. Condições de inovação do produto e do modo de produção

[Peças de Vestuário com aplicação de Bordado de Castelo Branco, Fisheye. 2005]

A inovação no Bordado de Castelo Branco pode ser feita em vários aspectos, em simultâneo ou parcelarmente.

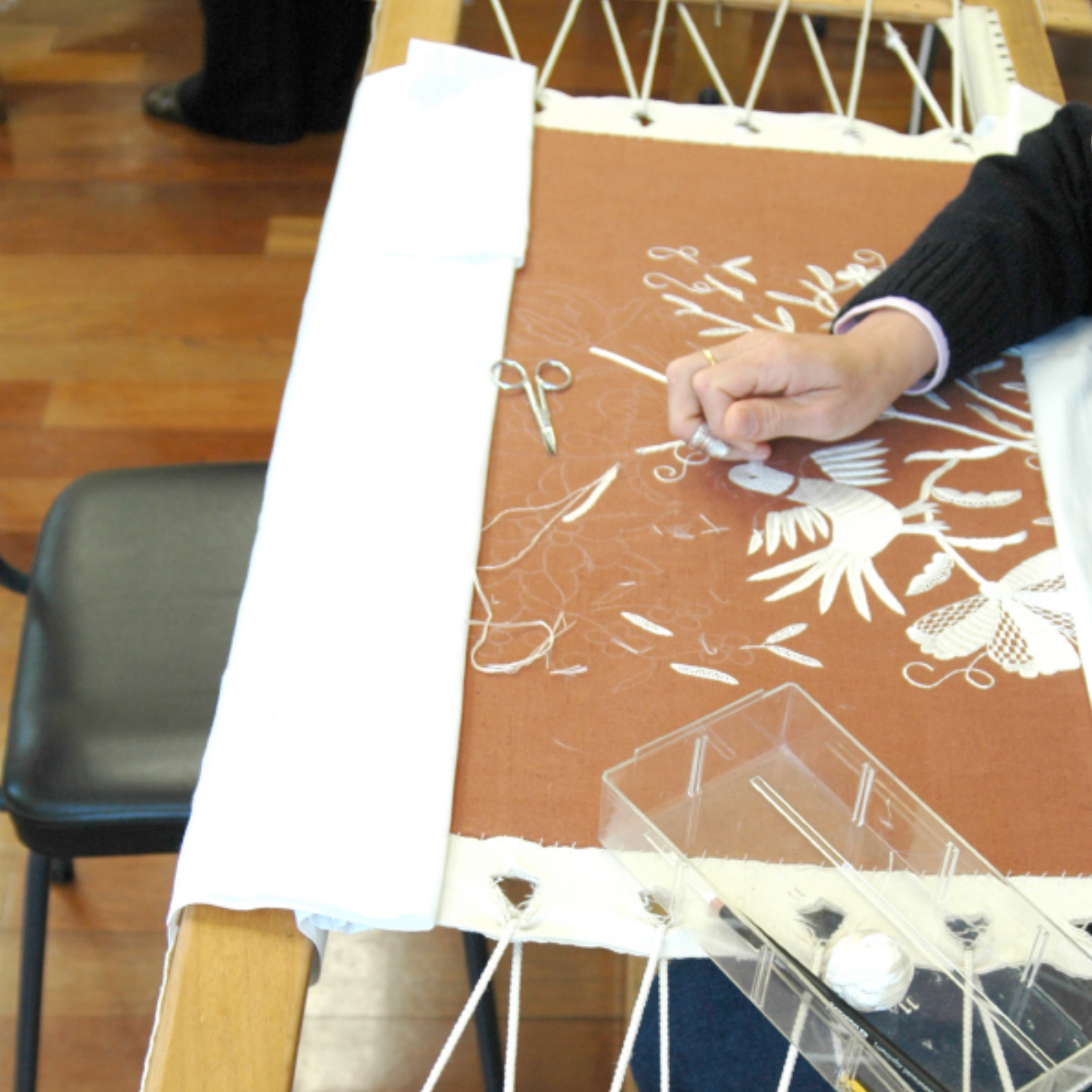
A mais profunda será a inovação ao nível do desenho, das estruturas e das cores. Como já referenciamos só será admitida se proposta por artistas ou profissionais da área das artes e design.

Outro aspecto a considerar na inovação será a possibilidade de utilização do Bordado de Castelo Branco ou a utilização do desenho em novos suportes e com funções distintas das originais. Foram já realizadas experiências na área do vestuário com resultados positivos e que se poderão repetir, quer utilizando o vestuário como suporte, quer outros materiais. Estes exemplos não são, contudo, passíveis de serem certificados.

Um outro aspecto da inovação diz respeito à introdução de sistemas e equipamentos informáticos relacionados com a realização do desenho e a sua passagem para o tecido e que abreviem o tempo de execução da peça, sem a descaracterizar. Esta utilização só trará benefícios à produção sem descaracterizar ou adulterar o trabalho final.

Ao nível dos equipamentos poderão estudar-se a ergonomia dos bastidores e teares de franjas mecanizados, que poderão concorrer para reduzir o tempo do processo produtivo e contribuir para atrair jovens profissionais à actividade.

A inovação do bordado de Castelo Branco deve passar por estudos de diversas áreas, concebidos por profissionais da área das artes e do design, devendo ser salvaguardada a genuinidade do bordado. Por outro lado, consideramos a inovação no Bordado de Castelo Branco um elemento essencial à sua sobrevivência, concorrendo para a internacionalização do mesmo e abrindo novos mercados.



PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA A CERTIFICAÇÃO DO BORDADO DE CASTELO BRANCO

A certificação de uma peça bordada a Castelo Branco é da responsabilidade da Entidade Certificadora, que é responsável pela atribuição de um Selo a cada uma das peças submetidas ao processo certificativo e verifica se a mesma está em conformidade com o Regulamento e Caderno de Especificações aqui apresentados.

Artigo 1º

DEFINIÇÃO DE *BORDADO DE CASTELO BRANCO*:

Entende-se por *Bordado de Castelo Branco*, aquele que reúne as seguintes características:

a) Executado à mão, em bastidor horizontal;

b) Utiliza matrizes de desenho tradicional que constam no caderno de especificações;

c) Utiliza como matérias-primas, o linho e a seda, nas suas cores naturais ou tintos, quer nas telas de suporte quer nos fios utilizados para bordar;

d) Utiliza os pontos que constam no caderno de especificações com utilização predominante do Ponto de Castelo Branco;

e) Respeita as características definidoras das categorias dos Bordados Clássicos, Bordados de Recriação Clássica e Bordados de Criação Contemporânea, apresentadas no caderno de especificações;

f) Respeita os princípios de aconselhamento no que se refere à paleta de cores constante no caderno de especificações;

Artigo 2.º

CATEGORIAS

São admitidos para Certificação trabalhos a Bordado de Castelo Branco que se incluam nas três categorias definidas no caderno de especificações:

1 - Bordado de Castelo Branco Clássico (reproduções dos bordados históricos);

2 - Bordado de Castelo Branco de Recriação Clássica (trabalhos inspirados nos bordados históricos mas que lhe introduzem algumas alterações);

3 - Bordado de Castelo Branco de Criação Contemporânea (trabalhos de inovação).

Artigo 3º

O DESENHO

Nos Bordados Clássicos e de Recriação Clássica aceitam-se desenhos retirados dos bordados históricos de Castelo Branco.

Para os bordados de Criação Contemporânea aceitam-se exclusivamente desenhos elaborados por profissionais da área das artes e do design.

Artigo 4º

MOTIVOS

Os motivos utilizados no Bordado de Castelo Branco podem ser de carácter vegetalista, zoomórfico, antropomorfo, mitológico ou inanimado, conforme consta no caderno de especificações.

Artigo 5º

ESTRUTURAS

Relativamente à estrutura, os Bordados de Castelo Branco, devem obedecer preferencialmente às tipologias descritas no caderno de especificações:

- colchas de medalhão central definido pela intersecção das bissectrizes dos cantos;
- colchas de meandros;
- colchas de barras e cantos;
- colchas da árvore da vida;
- colchas dos cinco sentidos;
- colchas de “azulejos”.

Artigo 6º

MATÉRIAS-PRIMAS

Em conformidade com a definição de Bordado de Castelo Branco, as matérias-primas utilizadas são o linho e a seda. A origem e a percentagem de fibras naturais utilizadas têm de constar do documento que acompanha a peça.

O tecido de linho é composto por 100% de fibra de algodão na urdidura e 100% de fibra de linho na trama ou 100% de fibra de linho em ambos os casos. A seda é 100% natural.

Por questões de funcionalidade e económicas, são permitidas as telas de linho existentes no mercado, bem como os fios de seda, desde que acompanhados pelo documento que comprove a sua origem e composição.

Artigo 7º

PONTOS

No Bordado de Castelo Branco identificaram-se 48 tipos de pontos conforme apresentado no caderno de especificações.

A utilização do ponto de Castelo Branco consta obrigatoriamente em qualquer peça de Bordado de Castelo Branco e terá de ser visível ao olhar imediato.

Sendo a tipologia de pontos utilizados extremamente diversificada e havendo a possibilidade de sobreposição dos mesmos, poderá submeter-se qualquer outro à avaliação da comissão regulamentadora, salvaguardando a criatividade e a inovação.

Artigo 8º

PALETA DE CORES

O Bordado de Castelo Branco obedece à paleta de cores definida no caderno de especificações.

Nos Bordados de Criação Contemporânea aceita-se alteração a esta paleta de cores, desde que proposta por profissionais da área das artes e do design.

Artigo 9º

DIMENSÕES E FORMATOS

As dimensões mínimas aceites para uma Colcha de Castelo Branco são 130 cm largura x 180 cm de altura. Aceitam-se colchas de maiores dimensões.

Os trabalhos com dimensão inferior a esta serão considerados Painéis e Fragmentos e são aceites para Certificação desde que respeitem as normas e os princípios definidos no caderno de especificações, ficando excluídas da certificação as miniaturizações de colchas.

Artigo 10º

BILHETE DE IDENTIDADE DA PEÇA

Todas as peças candidatas à Certificação têm de ser acompanhadas do Bilhete de Identidade da Peça onde constem os seguintes elementos:

BILHETE DE IDENTIDADE DA PEÇA

Centro Produtor (bordadora, cooperativa) _____

Categoria a que se candidata: _____

Bordado Clássico _____

Bordado de Recriação Clássica _____

Bordado de Criação Contemporânea _____

Identificação da Peça original reproduzida/recriada: _____

_____

Autor(es)

Ideia/Fonte de Inspiração: _____

Desenho: _____

Composição: _____

Executantes do Bordado: _____

Nome/Designação (opcional): _____

Identificação da simbologia (opcional): _____

Matérias-primas (rasurar o que não corresponde):

Quantidades: _____

Tela: Seda/Linho (dimensões/cms) _____

Fio: Seda/Linho (gramas) _____

Origem das matérias-primas: _____

Linho: _____

Seda: _____

Dimensões da peça: Alt. _____ X Larg. _____

Período de execução: Aproximadamente _____ horas

Numero mecanográfico/Selo _____

Artigo 11º

Disposições finais

1 - Apenas serão aceites para Certificação os Bordados de Castelo Branco produzidos a partir da implementação da Entidade Certificadora, ficando excluídas as peças produzidas antes dessa data, incluindo todas as peças históricas.

2 - Qualquer caso omisso neste regulamento deverá ser resolvido por aqueles que estão mandatados para o aplicar. Caso surjam inconformidades com os pressupostos referidos neste regulamento, deverão ser tomadas em conta na revisão do caderno de especificações que deve ocorrer dois anos após a data da sua entrada em funcionamento.

ANTUNES, Maria Júlia (1974 [1931]), *"Rendas e bordados da Beira"*, in PORTUGAL. MFTPJ, ***O bordado e as colchas de Castelo Branco***, 1.ª edi., Castelo Branco, MFTPJ, p. [7]-14. Nb: excerto de tese de 1929, com versão original e integral em CONGRESSO REGIONAL DAS BEIRAS, 4, CASTELO BRANCO, 1929, ***IV Congresso e Exposição Regional das Beiras. Relatórios, sessões, teses, exposição, imprensa***, [Vila Nova de Famalicão], [Tip. Minerva], ed. lit.ª de Jaime Lopes Dias, p. 219-235.

CARDOSO, João Ribeiro (1940-44), *"O problema da sericultura nacional e a exposição de Colchas de Castelo Branco"*, in J. Ribeiro Cardoso (dir.), ***Subsídios para a história regional da Beira Baixa***, CB, JPB-B, vol. I, p. 282-310, Edição da Junta Provincial da Beira Baixa.

Catálogo da exposição de Colchas de Castelo Branco que se realizou em Lisboa, (1954), Lisboa, Secretariado Nacional de Propaganda.

Catálogo da exposição de Colchas de Noivado. Bordado de Castelo Branco, (1942), Lisboa, Secretariado Nacional de Propaganda.

CHAVES, Luís (1940-44), *"As Colchas de Castelo Branco"*, in J. Ribeiro Cardoso (dir.), ***Subsídios para a história regional da Beira-Baixa***, CB, JPB-B, p. 61-96, Lisboa, Livraria Portela Feijão.

CHEVALIER, Jean; **GHEERBRANT**, Alain (1994), *"Dicionários dos Símbolos"* Lisboa, Editorial Teorema.

FONTANA, David (2004), *"A linguagem dos Símbolos"*, Lisboa, Editorial Estampa.

FRECHES, Júlio; **FEREIRA**, Serafim (1992), *"Artes e Ofícios na Literatura Portuguesa"*, Lisboa, (Org.) IEFP.

GANDERTON, Lucinda (2000), *"Dicionário dos Pontos"*, Livraria Civilizações Editora.

MARIA, João [Bispo de Angra] (1881), *"Monografia de Oleiros"*, Angra do Heroísmo, [s.n].

MASDEU, Cármen; **MORATA**, Luz (2000), *"Las Rutas De La Seda"*, Cuaderno de viaje del CDMT, Catálogo editado dentro del Proyecto Archeoseta, co-financiado pela CEE (Programa Rafael).

MOURA, Maria Clementina Carneiro de (1946), *"As Colchas de Castelo Branco e o "Bordado"* in Arte Portuguesa. As Artes Decorativas. Direcção de João Barreira, 2° vol. pp. 217-284, Porto, Mocidade Portuguesa Feminina.

MOURA, Maria Clementina Carneiro de (1966), *"As Colchas de Castelo Branco e o "Bordado"*, Lisboa, Mocidade Portuguesa Feminina.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; **GALHANO**, Fernando; **PEREIRA**, Benjamim Enes. (1978), *"Tecnologia Tradicional Portuguesa – I. O Linho, Etnologia – I"*. Lisboa. Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia.

PINTO, Clara Vaz (1992), *"Bordado de Castelo Branco"*, Lisboa, Secretariado de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus & Museu de Francisco Tavares Proença Júnior.

PINTO, Clara Vaz (1994), *"Bordado de Castelo Branco. Catálogo de desenhos. Colchas – I"*, Lisboa, Secretariado de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus & Museu de Francisco Tavares Proença Júnior.

SALVADO, António (1986), *"Colchas de Castelo Branco (séc. XVII e XVIII)"*, Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, Lisboa, Secretariado de Estado da Cultura.

SERRÃO, Joel (1965), *"Dicionário de História de Portugal"*, Volume II/ME – MA, Páginas 752/753, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

SERRÃO, Joel (1968), "*Dicionário de História de Portugal"*, Volume III/ME – SIN, Páginas 824/825/826, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

STRATHERN, Paul (1993), *"As Rotas da Seda e das Especiarias – Os caminhos terrestres"*, Editorial Estampa/UNESCO.

STRUAN, Reid (1993), *"As Rotas da Seda e das Especiarias – Invenções e comércio"*, Editorial Estampa/UNESCO.

VIANA, Eurico de Sales (1939), *"Folclore da Beira Baixa [:] as colchas de noivado"*, ***A Beira Baixa***, ano III, n.º 121, 5/VIII, Castelo Branco, p. 4. Nb: também publicado em separata. Tipografia Portela Feijão.

<URL:http://portal.madinfo.pt/flores [08 de Janeiro de 2007].

FICHA DE OPINIÃO/SUGESTÃO

Um documento que tem como matéria de reflexão um testemunho patrimonial e, que pretende que o mesmo contribua para a valorização desse testemunho, deve ser um documento partilhado. Como tal agradecemos o Seu contributo na melhoria deste caderno de especificações.

Deixe, por favor, o Seu contributo:

Nota: Preencher, destacar e enviar por correio para o endereço: ADRACES – Rua de Santana 277, 6030-230 Vila Velha de Ródão ou enviar sugestão por e-mail para: ex-libris@adraces.pt

BORDADO DE CASTELO BRANCO

caderno de especificações técnicas

softwarerisco

guia prático de utilização e *website* de suporte

ficha técnica

Título:
Guia Prático de Utilização do Software RISCO e *website* de suporte

Elaboração Técnica:
José Silva; Fernando Barbosa; Gerardo Ribeiro; Sara Valério; Teresa Magalhães; Rui Rodrigues; Maria de Jesus Pinto; Alice Godino e Gracinda Marques.

Coordenação Técnica:
José Silva e Fernando Barbosa
IPCB – Instituto Politécnico de Castelo Branco

Entidades Promotoras/Autoras:
ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul
IMC – Museu de Francisco Tavares Proença Júnior
IPCB – Instituto Politécnico de Castelo Branco
Câmara Municipal de Castelo Branco

Enquadramento:
Projecto "Ex-Libris" – Reconverter/Adaptar/Certificar o Bordado de Castelo Branco.

Co-financiamento:
Iniciativa Comunitária EQUAL

Design e Produção Gráfica:
OficialDesign, Lda.
oficialdesign@netcabo.pt

Editores:
Parceria "Ex-Libris"
ADRACES – Associação de Desenvolvimento da Raia Centro-Sul
IMC – Museu de Francisco Tavares Proença Júnior
IPCB – Instituto Politécnico de Castelo Branco
Câmara Municipal de Castelo Branco

Iª Edição:
Dezembro de 2007

índice

introdução

No âmbito do projecto "Ex-Libris" – Reconveter/Adaptar/Certificar o Bordado de Castelo Branco implementou-se uma actividade cujos objectivos se prenderam com a concepção de um software específico associado ao desenho (Software Risco) e um web-site de suporte.
O software RISCO é uma aplicação informática que permite a realização de desenhos característicos do Bordado de Castelo Branco, capaz de minimizar o tempo de execução da componente técnica de um produto, como a composição de desenhos, harmonia de cores, dimensionamento do produto assim como maximizar a competitividade da actividade, sem desvirtuar a tradição, constituindo ainda uma possibilidade real de personalizar o produto ao seu consumidor, através da visualização do produto a um possível cliente.
O software foi criado com base nas necessidades e indicações das bordadoras do Bordado de Castelo Branco e foi necessário criar um conjunto mínimo de ferramentas para que o software fosse versátil. Assim, também se considerou necessário não colocar muitas ferramentas de trabalho de modo a ser de simples utilização.
O software pode ser utilizado em qualquer tipo de computador (computador de secretária, portátil ou Tablet PC). No guia que se segue, refere-se a utilização do Tablet PC por ser o equipamento cuja forma de utilização melhor se adaptada à forma de trabalhar diário de uma Bordadora.
O Tablet PC é um computador portátil cujo ecrã pode rodar 180º, assumindo a forma de uma prancheta, que com o auxílio de uma caneta própria, permite ao utilizador escrever e desenhar directamente no ecrã.
O web-site permite a criação de uma comunidade virtual de pessoas interessadas no Bordado de Castelo Branco que, através desta aplicação terão acesso a vários recursos, tais como: download (descarregar) de desenhos válidos para o processo de certificação, download de desenhos disponibilizados por outros utilizadores, pedido de validação de desenhos, acesso a uma base de dados com peças certificadas, gerir/adicionar desenhos relativos à biblioteca local do software Risco e a criação da comunidade virtual.

capítulo 1

apresentação do software risco

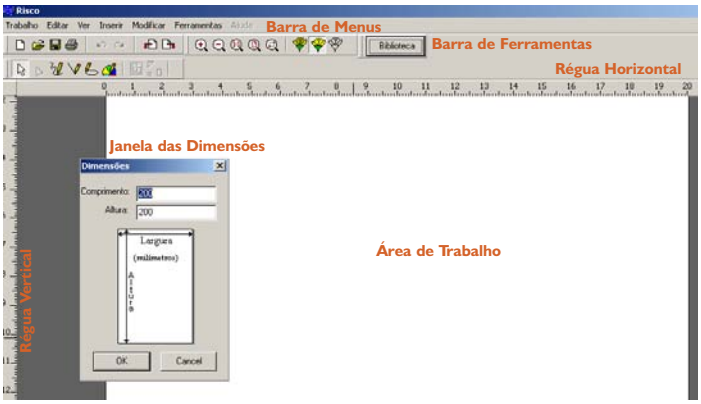
Abrir a aplicação

Para iniciar o software Risco deve clicar-se (duas vezes) com o ponteiro sobre o seguinte ícone:

Interface (Constituintes do software RISCO - Contorno de trabalho)

Ver [Imagem 01]

Imagem 01



Descrição Geral dos menus

Cada *menu* apresenta uma lista de comandos que permitem realizar diversas funções. Para visualizar e accionar cada um desses comandos é necessário clicar com o ponteiro sobre cada um dos menus. Por baixo da linha de menus temos duas barras de ferramentas com botões de acesso rápido. Apresentam-se as funções básicas de cada menu:

Menu Trabalho:

Permite manipular um conjunto de operações que dizem respeito ao documento, desde funções básicas comuns do documento, como a possibilidade de interagir com uma impressora/plotter. Ao aceder ao Menu Trabalho temos: *Novo...*, *Abrir*, *Fechar*, *Guardar, Guardar Como...*, *Guardar na Biblioteca* e *Imprimir*.

Ver [Imagem 02]

Imagem 02

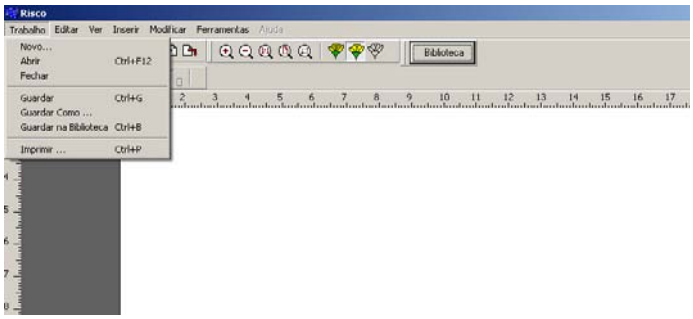
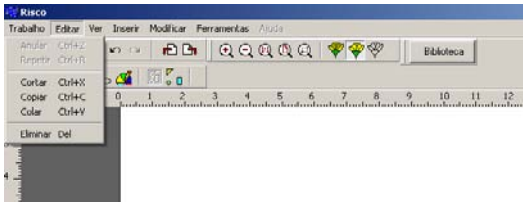


Imagem 03



Menu Editar:

Permite aceder a um conjunto de opções básicas e comuns do contorno de trabalho como, *Anular, Repetir, Cortar, Copiar, Colar* e *Eliminar.*

Ver [Imagem 03]

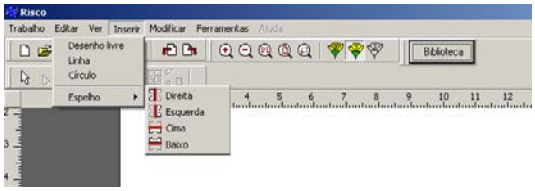
Imagem 04

Menu Ver:

Nas suas variadas funções, permite optimizar a selecção personalizada de recursos de trabalho: *Mais Zoom, Menos Zoom, Sem Zoom, Ver Tudo, Janela, Visualizar Mini-mapa, Comportamento Mini-mapa, Visualizar Réguas* e *Visualizar Guias*. A opção *Comportamento do Mini-mapa* apresenta ainda o menu descendente: *Nunca Mostrar, Mostrar Sempre* e *Inteligente*.

Ver [Imagem 04]

Imagem 05

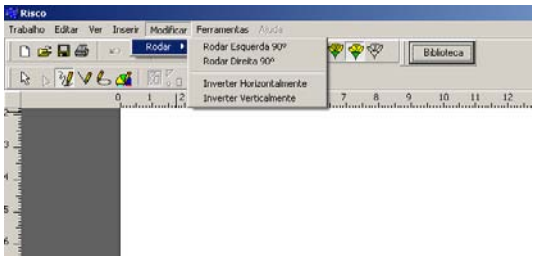


Menu Inserir:

Este menu possibilita acções como: *Desenho Livre, Linha, Círculo* e *Espelho* que tem como menu descendente as acções de *Espelho Direita, Esquerda, Cima* e *Baixo*.

Ver [Imagem 05]

Imagem 06



Menu Modificar:

Conforme a própria palavra indica, permite modificar um desenho através da acção *Rodar* e *Inverter.* O menu *Rodar* permite aceder à acção *Rodar Esquerda 90º, Rodar Direita 90º, Inverter Horizontalmente* e *Inverter Verticalmente.*

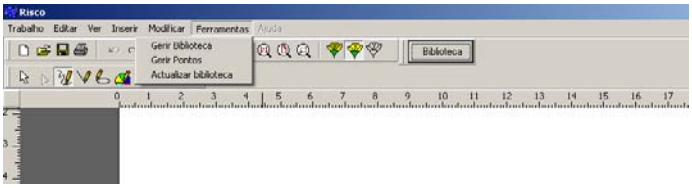
Ver [Imagem 06]

Menu Ferramentas:

Permite a selecção de janelas laterais às quais podemos aceder rapidamente como: *Gerir Biblioteca, Gerir Pontos* e *Actualizar Biblioteca*.

Ver [Imagem 07]

Imagem 07

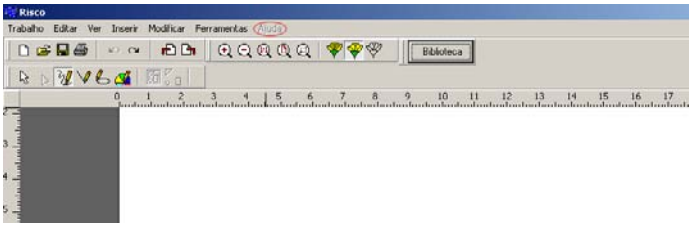


Menu Ajuda:

Permite aceder a recursos de consulta instalados no software (Guia prático de utilização do software Risco, Caderno de Especificações Técnicas do Bordado de Castelo Branco e Regulamento da Entidade Certificadora), como também aceder ao web-site associado.

Ver [Imagem 08]

Imagem 08



Ferramentas

Tabela de consulta rápida

Neste capítulo, descrevem-se as ferramentas a utilizar dentro das possibilidades de trabalho que se aplica dentro do contorno de apreensão do software Risco.

Ferramenta	Nome da Ferramenta / Tecla de atalho	Acção que executa
	Novo Documento	Criar um novo documento automaticamente podendo iniciar-se de imediato um novo desenho.
	Abrir Documento **Ctrl+F12**	Abrir um documento já existente. Ao clicar neste botão abre-se uma janela que dá acesso à localização do ficheiro.
	Gravar Documento **Ctrl+G**	Gravar um documento para alterações e consultas futuras.
	Imprimir Documento **Ctrl+P**	Seleccionar as definições de impressão e posteriormente imprimir um documento.
	Anular **Ctrl+Z**	Anular as últimas acções que se realizaram.
	Repetir **Ctrl+R**	Repetir uma acção anulada anteriormente.
	Rodar documento 45º à esquerda	Rodar a área de desenho, repetitivamente, 45º para a esquerda.
	Rodar documento 45º à direita	Rodar a área de desenho, repetitivamente, 45º para a direita.
	Aumentar zoom	Aumentar a visualização de um desenho. Pode-se aumentar para se visualizar um desenho mais pormenorizado.
	Diminuir zoom	Reduzir a visualização de um desenho. Pode-se reduzir um desenho para obter uma vista mais geral do trabalho.
	Colocar desenho à escala 1:1	Visualizar um desenho sem a aplicação de qualquer zoom. Visualizar o desenho em tamanho real.

	Desenho ajustado para caber na janela	Ajustar o desenho à área total do ecrã.
	Definir a zona onde fazer zoom	Seleccionar uma área que se pretende ampliar para ver ao pormenor.
	Mostrar desenho com pontos	Visualizar um desenho preenchido com cor e ponto.
	Mostrar desenho com cores	Visualizar a cor aplicada a um desenho.
	Mostrar posição dos pontos	Visualizar através de uma pega, a orientação do ponto e a cor atribuída.
Biblioteca	**Biblioteca**	Aceder a uma biblioteca local de desenhos e transportá-los para a área de trabalho.
	Ferramenta de seleccionar elemento	Seleccionar um desenho que se encontra na área de trabalho para ser modificado ou para lhe aplicar outra ferramenta ou acção. O desenho ficará delimitado nos seus extremos por pequenos quadrados chamados **pegas**. **PEGAS**: são um conjunto de nove quadrados que se apresentam nas esquinas e nos lados de um desenho quando este se encontra seleccionado.
	Desenhar com mão livre	Desenhar linhas e compor o contorno de uma figura irregular.
	Desenhar linhas rectas	Desenhar linhas rectas, segmento a segmento.
	Desenhar elipses	Desenhar círculos e elipses.

	Escolher cor e ponto	Seleccionar a cor e o ponto para preenchimento de um motivo.
	Agrupar elementos	Agrupar motivos seleccionados como se fossem um único elemento.
	Desagrupar	Desagrupar um conjunto de motivos que podem ser trabalhados depois individualmente.
*	**Teclado Virtual**	Aceder a um teclado virtual para inserir as dimensões e texto nas devidas células.
	Minimizar	Minimizar e restaurar (reabrir) a janela.
	Maximizar	Dimensionar o tamanho da janela.
	Fechar	Fechar a janela e sair da aplicação.

* Esta ferramenta visualiza-se unicamente quando se aproxima o ponteiro de uma caixa de texto

capítulo 2

funções elementares

Iniciar novo desenho

Ao iniciar o software Risco, é criado automaticamente um novo documento, devendo-se inserir, antes de mais, as dimensões do desenho.

Ver [Imagem 09]

Definir as dimensões, em milímetros, da área onde se irá desenhar. Por defeito o software assume as dimensões de 200x200 milímetros que podem contudo ser alteradas para o tamanho que se pretende. Na restante situação em que seja necessário inserir de novo as dimensões, pode proceder-se da seguinte forma:

- Menu *Trabalho* e clicar em *Fechar;*
- Menu *Trabalho* e clicar em *Novo* onde se apresenta outra vez a janela das dimensões.

Ver [Imagem 10]

Ver [Imagem 11]

Imagem 09

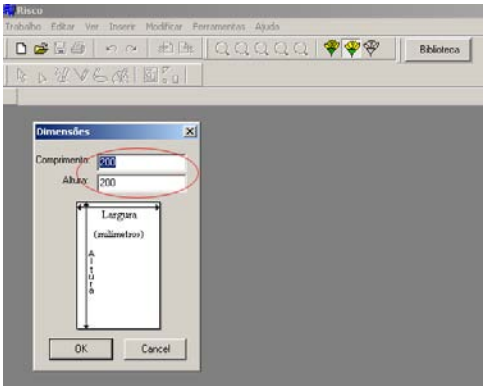


Imagem 10

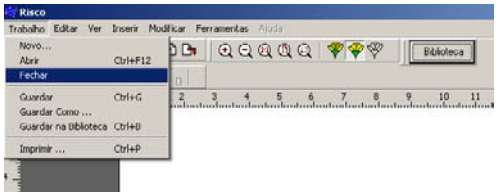


Imagem 11

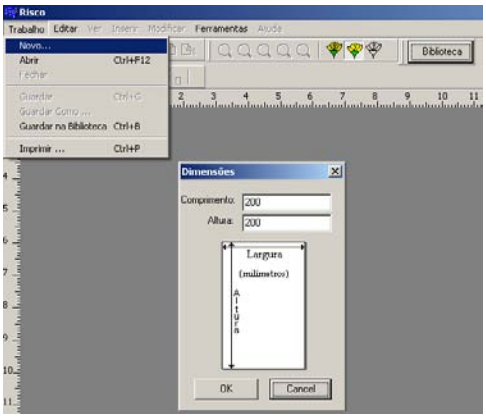


Imagem 12

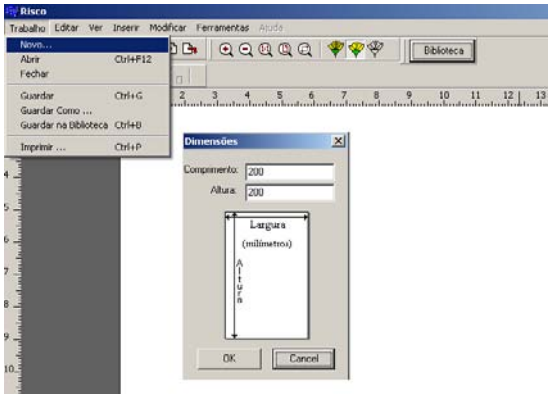


Imagem 13

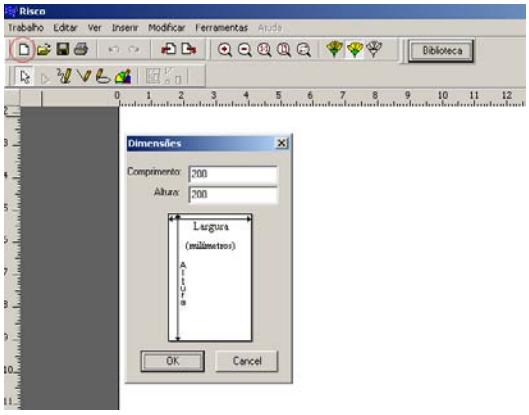
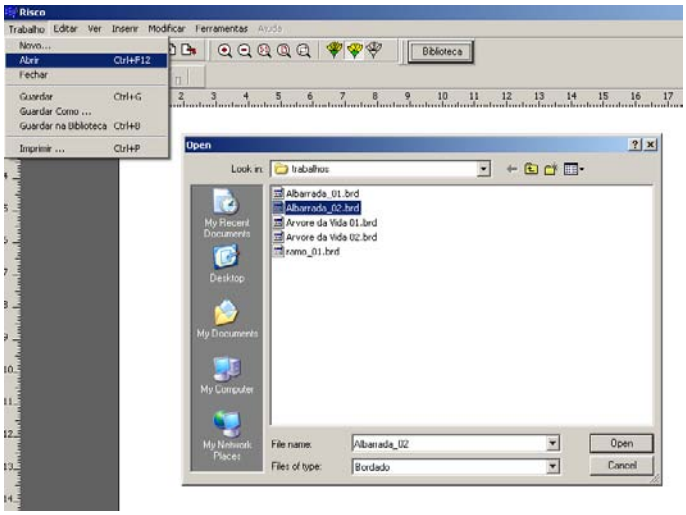


Imagem 14



Novo documento

Em qualquer altura é possível dar início a um novo documento devendo-se para tal proceder a uma das seguintes acções:

- Escolher a opção *Novo* no menu *Trabalho* ou Clicar na ferramenta *Novo Documento*.

Ver [Imagem 12]

Ver [Imagem 13]

Abrir documento

Para abrir um documento já existente, previamente gravado, é possível através da realização de um dos dois comandos:

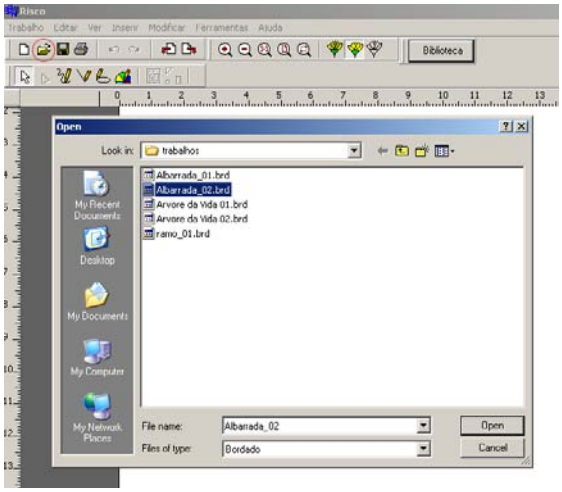
- Escolher a opção *Abrir* no menu *Trabalho* ou Clicar na ferramenta *Abrir documento*.

Após a realização de um dos comandos anteriores, aparece uma janela nova. Esta janela permite o acesso à localização de um ficheiro já existente e a inserção do nome do ficheiro a abrir. Para tal basta clicar sobre o nome do ficheiro que desejamos abrir e clicar no botão *Abrir* (*Open*).

Ver [Imagem 14]

Ver [Imagem 15]

Imagem 15



Guardar

Após a elaboração de um desenho novo, é necessário que ele seja guardado para alterações e/ou consultas futuras. Se o documento estiver a ser guardado pela primeira vez, aparece a janela onde se deve indicar a localização e o nome do ficheiro. Por defeito, o software Risco, sugere a pasta *trabalhos* como localização.

Se se pretender guardar noutro local ou com outra designação deve indicar-se.

Durante a composição de um desenho também é necessário guardar o documento, de modo a salvaguardar o seu conteúdo.

Para guardar um documento pode utilizar-se um dos seguintes métodos:

- Menu *Trabalho* e clicar em *Guardar ou* Clicar na ferramenta *Guardar documento*.

Ver [Imagem 16]

Ver [Imagem 17]

Imagem 16

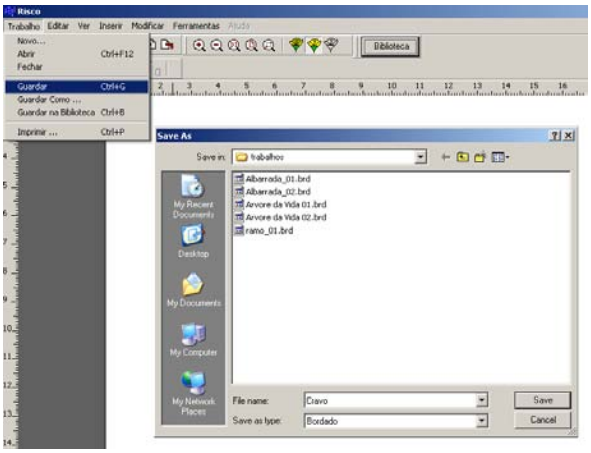


Imagem 17

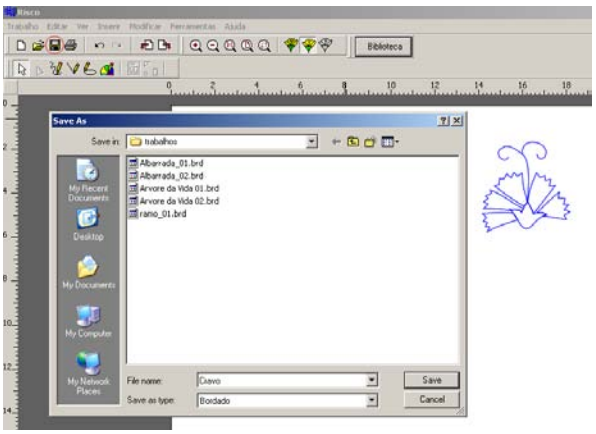
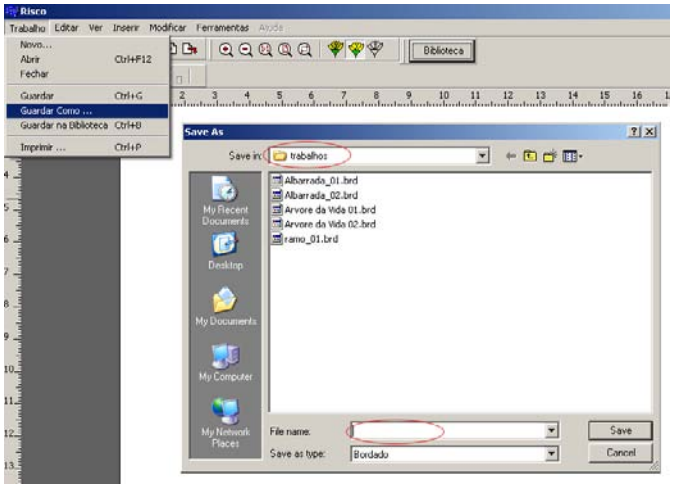


Imagem 18



Guardar Como

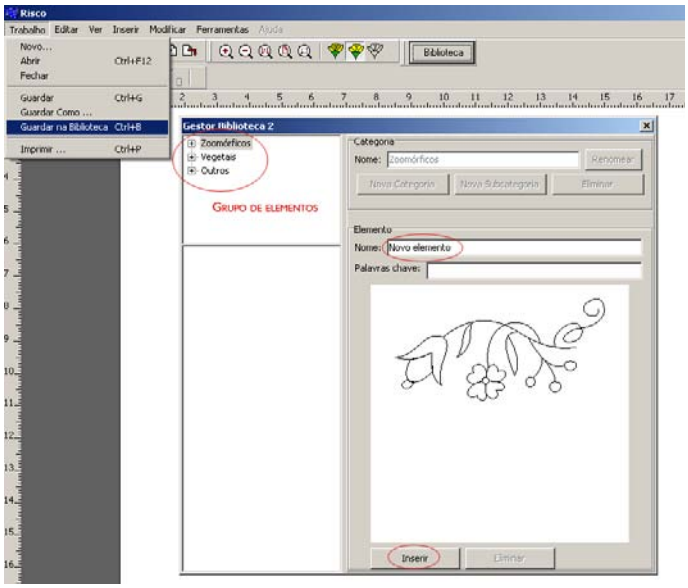
Se se pretender guardar um documento com um nome diferente ou com outra localização, deve realizar-se as seguintes operações:

- Escolher a opção *Guardar Como* no menu *Trabalho*;
- Preencher os campos *Gravar em* (*Save in*) e *Nome ficheiro* (*File name*).

A janela que aparece quando se selecciona o comando *Guardar como* é idêntica à que surge quando um documento é guardado pela primeira vez.

Ver [Imagem 18]

Imagem 19



Guardar na Biblioteca

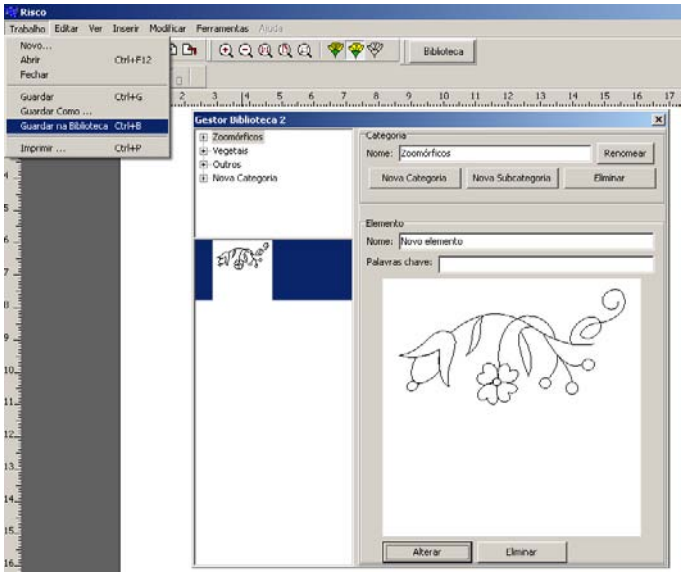
O software Risco vem equipado com uma biblioteca local onde estão arquivados os motivos e desenhos do Bordado de Castelo Branco. Quando se realiza um novo desenho, o mesmo pode ser guardado para novas composições. Assim:

- Menu *Trabalho* e clicar em *Guardar na Biblioteca*;
- Seleccionar o grupo onde deve ser guardado;
- Preencher o *Nome Elemento*;
- Atribuir *Palavra-chave* na eventualidade de se querer restringir o acesso;
- Clicar no botão *Inserir*.

Ver [Imagem 19]
Ver [Imagem 20]

Conforme indica a imagem, o desenho pode também ser alterado ou eliminado da biblioteca.

Imagem 20



Teclado virtual

Se se estiver a trabalhar com uma caneta para Tablet PC e com o ecrã posicionado sobre o teclado (perdendo-se assim o acesso ao teclado), pode accionar-se, quando necessário, um teclado virtual.

O botão específico para aceder ao teclado surge nas ocasiões em que este é necessário e quando passamos sobre a célula onde se devem inserir as dimensões ou o texto.

Ao clicar com o ponteiro no botão, visualiza-se o teclado virtual

Ver [Imagem 21]

Imagem 21

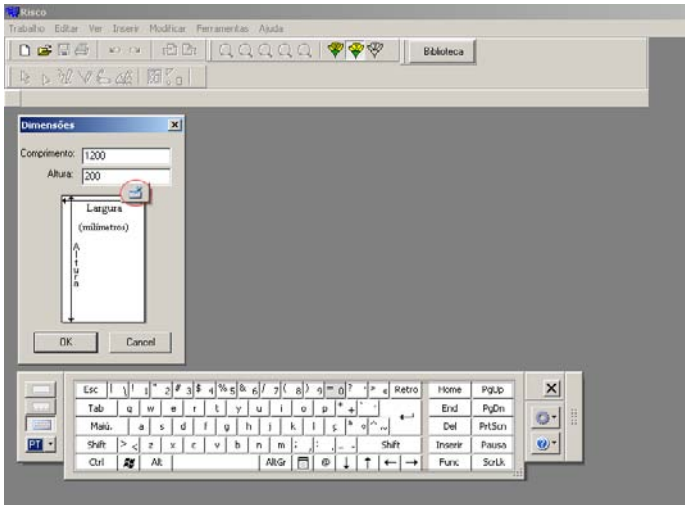
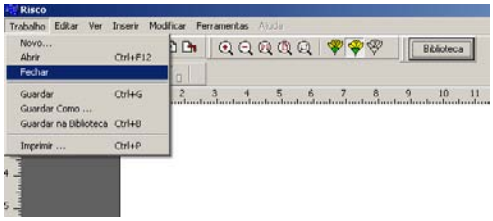


Imagem 22



Fechar o documento

Para fechar um documento deve realizar-se a seguinte operação:

- Escolher a opção *Fechar* do *menu Trabalho*.

Será fechado somente o documento actual deixando o software Risco livre para iniciar um novo documento.

Ver [Imagem 22]

Imagem 23

Sair do programa

Para sair do programa basta clicar sobre o botão *fechar*, no canto superior direito da janela.

Ver [Imagem 23]

capítulo 3

funções de nível básico

O software Risco possibilita o acesso a três ferramentas de desenho: desenho livre, desenho de linhas rectas e círculos/elipses. Para além de se poder desenhar vários motivos, poderá também manipular-se elementos que estão na biblioteca local.

Desenho livre

Quando se pretende desenhar linhas e compor contornos de uma forma arbitrária e irregular, deve proceder-se da seguinte forma:

- Menu *Inserir* clicar em *Desenho livre* ou clicar na ferramenta *Desenhar com mão livre*.

Ver [Imagem 24]

Ver [Imagem 25]

Imagem 24

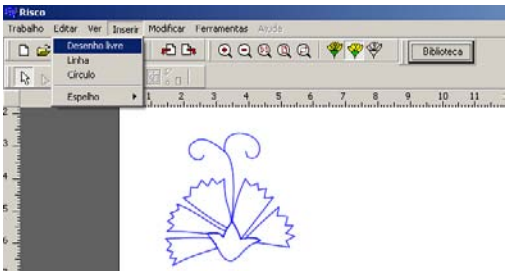
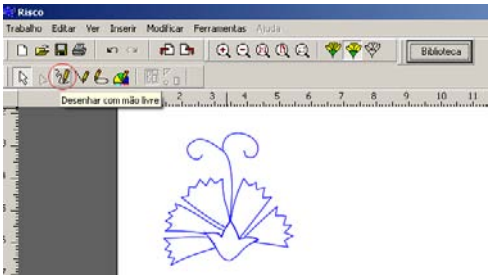


Imagem 25



Desenho de linhas rectas

Com esta acção pode desenhar-se linhas rectas entre dois pontos, segmento a segmento. Para tal basta proceder da seguinte forma:

- Menu *Inserir* clicar em *Linha* ou clicar na ferramenta *Desenhar linhas rectas*.

Ver [Imagem 26]

Ver [Imagem 27]

Imagem 26

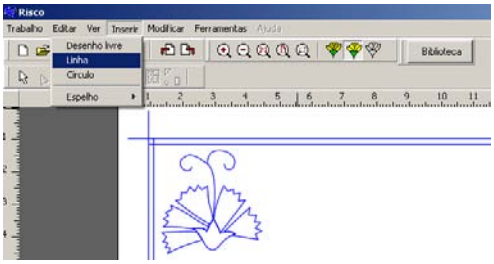


Imagem 27

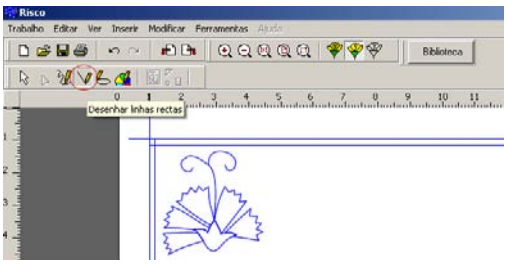


Imagem 28

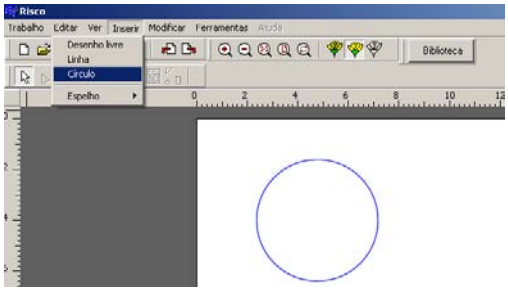


Imagem 29

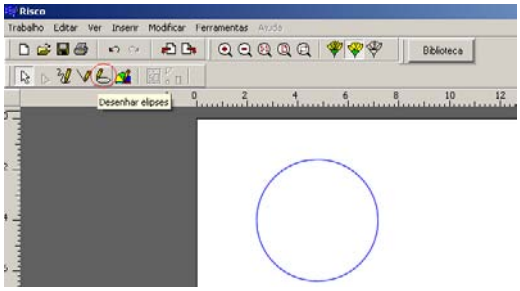
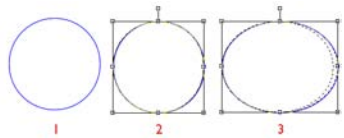


Imagem 30



Desenho de círculos e elipses

Para desenhar uma elipse é necessário desenhar primeiro um círculo. Para tal pode utilizar-se um dos seguintes métodos:

- Menu *Inserir* clicar em *Círculo ou* clicar na ferramenta *Desenhar elipses*;
- Seleccionar o círculo;
- Na caixa de selecção, arrastar uma das pegas laterais, excluindo as quatro pegas dos cantos. Se se arrastar as pegas dos cantos, apenas redimensiona o elemento, seja círculo ou elipse.

Ver [Imagem 28]

Ver [Imagem 29]

Ver [Imagem 30]

Imagem 31

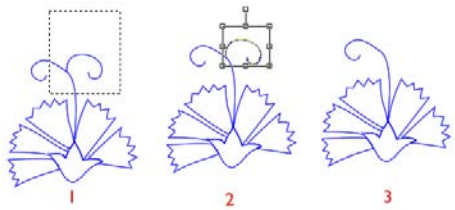
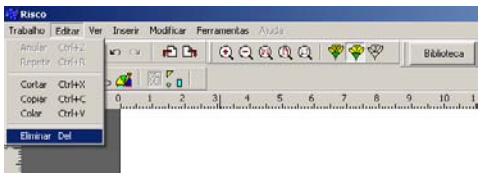


Imagem 32



Eliminar linha/motivo

Para eliminar uma linha ou um motivo deve proceder-se da seguinte forma:

- Seleccionar o elemento que se pretende eliminar;
- Menu *Editar* clicar em *Eliminar* ou clicar na ferramenta *Apagar*.

Ver [Imagem 31]

Ver [Imagem 32]

Anular

O software Risco permite que se desfaçam as últimas acções que se realizaram. No caso de ser necessário desfazer uma ou mais operações, procede-se de um dos seguintes modos:

- Menu *Editar* e clicar em *Anular* ou clicar na ferramenta *Anular* tantas vezes quantas o número de vezes que se pretende retroceder.

Ver [Imagem 33]

Ver [Imagem 34]

Imagem 33

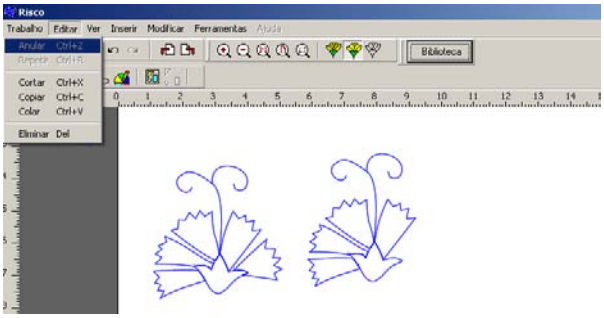
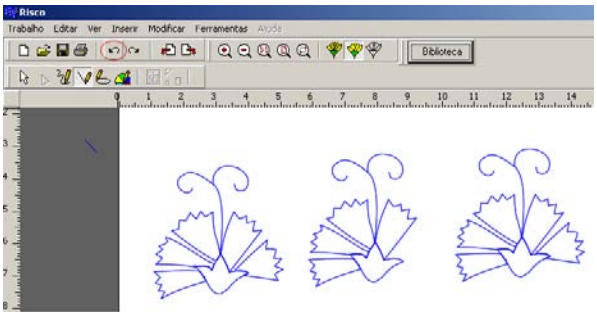


Imagem 34



Repetir

O software permite refazer uma acção que tenha sido anulada anteriormente. Para repetir uma operação deve proceder-se de uma das seguintes formas:

- Menu *Editar* e clicar em *Repetir* ou clicar na ferramenta *Repetir* tantas vezes quantas o número de vezes que se pretende retroceder.

Ver [Imagem 35]

Ver [Imagem 36]

Imagem 35

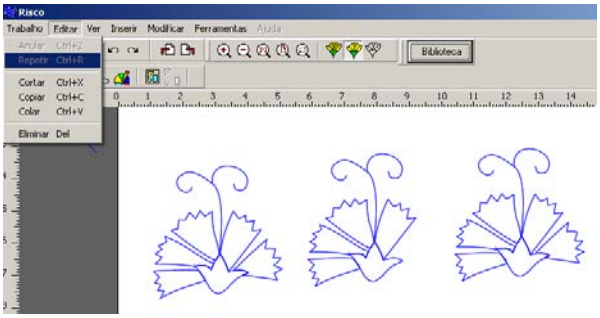


Imagem 36

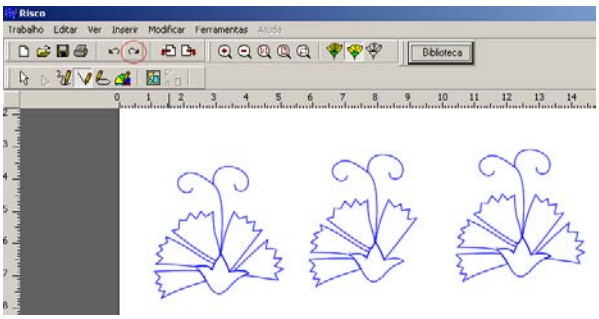


Imagem 37

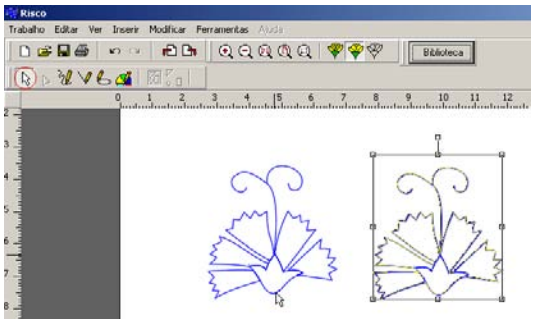
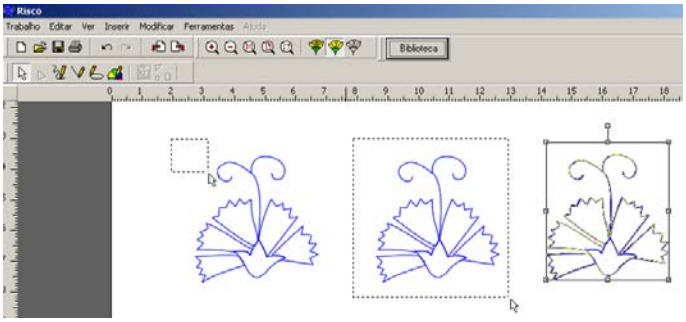


Imagem 38



Selecção de motivo

Para modificar, reposicionar ou aplicar outra ferramenta ou acção a qualquer motivo já existente na área de trabalho, tem de ser sempre seleccionado. Para se seleccionar um motivo ou mesmo uma área completa é necessário:

- Clicar sobre *Ferramenta de seleccionar elementos*;
- Clicar sobre a linha de contorno do motivo que se pretende modificar ou
- Colocar o ponteiro da *Ferramenta de seleccionar elementos* no início da área a seleccionar;

Ver [imagem 38]

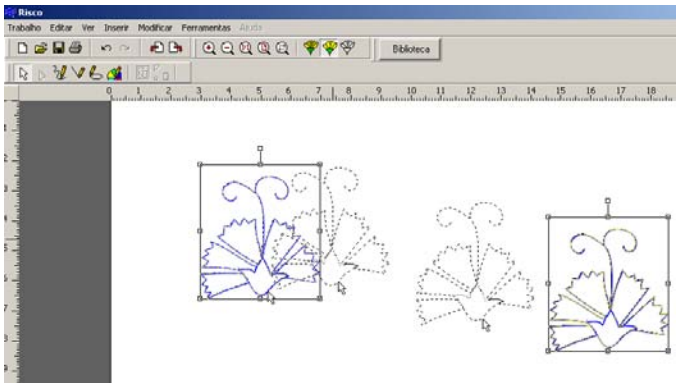
- Arrastar o ponteiro até final da área a seleccionar.

O motivo ou área correctamente seleccionado apresentam uma delimitação nos extremos com nove pontos chamados pegas.
Para cancelar uma selecção, basta clicar sobre qualquer área do documento.

Ver [Imagem 37]

Ver [Imagem 38]

Imagem 39



Mover motivo

Depois de seleccionado um motivo, o mesmo pode ser movido sem que se percam as características iniciais. Para realizar esta acção:

- Com o ponteiro, clicar sobre a linha que contorna o motivo para o seleccionar;
- Arrastar, dentro da área de trabalho, para o local pretendido.

O motivo que está a ser arrastado apresenta a linha de contorno tracejada.

Ver [Imagem 39]

Réguas/Linhas-guia

O software Risco apresenta duas réguas e duas linhas-guia que podem ser accionadas quando necessárias. As réguas e as linhas-guia são horizontais e verticais, imaginárias que se visualizam simplesmente na área de trabalho e que não se imprimem. As linhas-guia situam-se no centro da área de trabalho e facilitam a divisão de um trabalho ou a colocação de um motivo numa determinada área desejada. As réguas ajudam a dispor os motivos na área de trabalho conforme pretendido ou mesmo a redimensioná-los. Outra função associada à régua é a visualização das dimensões do trabalho inicialmente inseridas na janela das dimensões.

Para activar as linhas-guia:

- Menu *Ver* e clicar em *Visualizar Guias*.

Para anular as guias da área de trabalho basta repetir esta última operação.

Para activar as réguas:

- Menu *Ver* e clicar em *Visualizar Réguas*.

Para anular as réguas da área de trabalho basta repetir esta última operação.

Movendo-se o ponteiro dentro da área de trabalho, as réguas apresentam a exacta localização e acompanham o movimento do mesmo. As réguas apresentam-se a partir do ponto zero, no canto superior esquerdo da área de trabalho.

Ver [Imagem 40]

Ver [Imagem 41]

Ver [Imagem 42]

Ver [Imagem 43]

Imagem 40

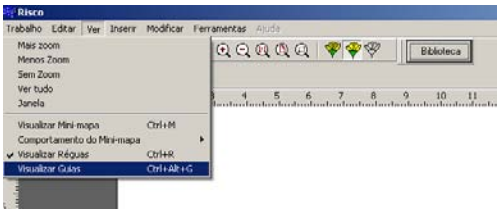


Imagem 41

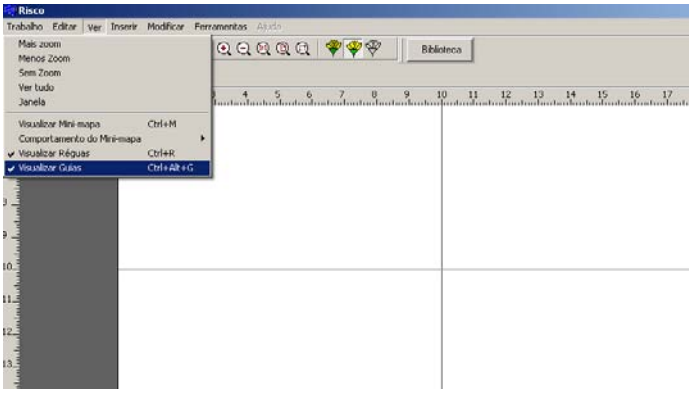


Imagem 42

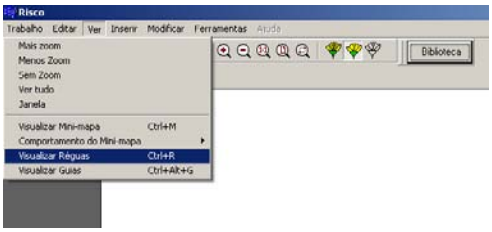
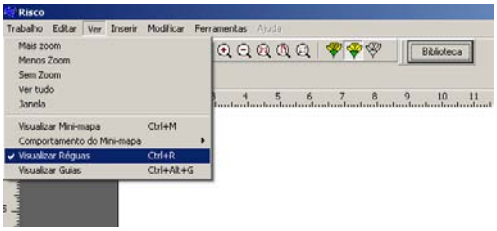


Imagem 43



capítulo 4

funções nível médio

Rodar motivo

Para rodar um motivo sem que se percam as suas características iniciais, deve proceder-se de uma das seguintes formas:

- Seleccionar o motivo;
- Clicar sobre a pega que se encontra fora da delimitação;
- Rodar para o sentido que se considerar necessário (*Rotação livre*) ou
- Seleccionar o motivo;
- Menu *Modificar* clicar no submenu *Rodar*;
- Clicar na opção *Rodar Esquerda 90º* ou *Rodar Direita 90º*.

No caso da rotação ser livre, o motivo que está a ser rodado apresenta a linha de contorno tracejada.

Ver [Imagem 44] — Rotação Livre

Ver [Imagem 45]

Imagem 44 — Rotação Livre

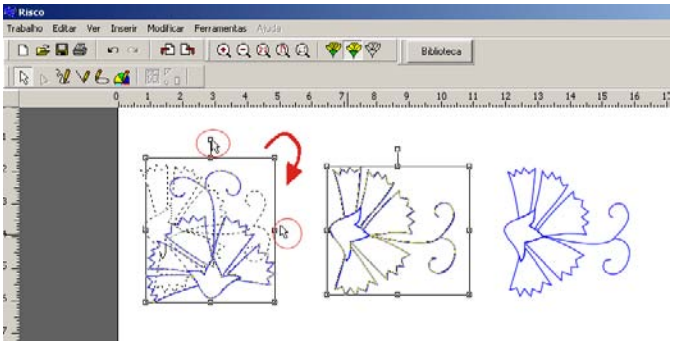
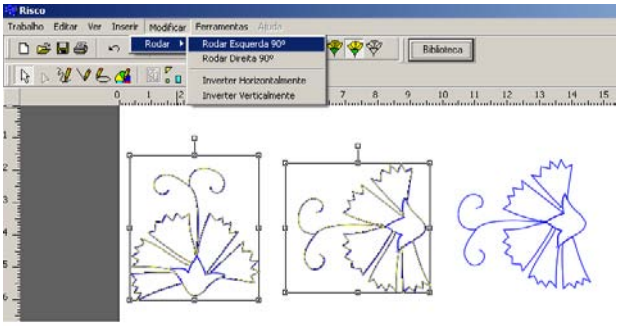


Imagem 45



Inverter motivo

O software Risco permite a inversão de motivos, tanto horizontalmente como verticalmente. Para tal:

- Seleccionar o motivo;
- Menu *Modificar* clicar no submenu *Rodar*;
- Clicar na opção *Inverter Horizontalmente* ou *Inverter verticalmente*.

Ver [Imagem 46]

Imagem 46

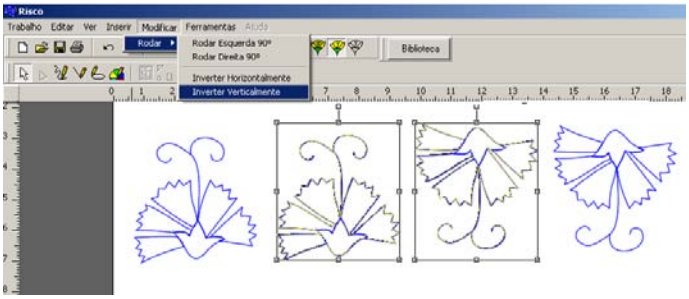
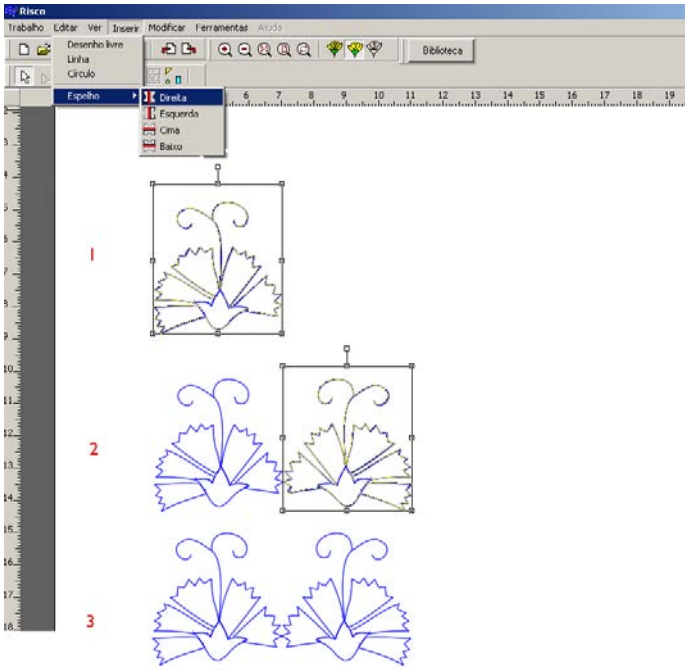


Imagem 47



Espelhar motivo

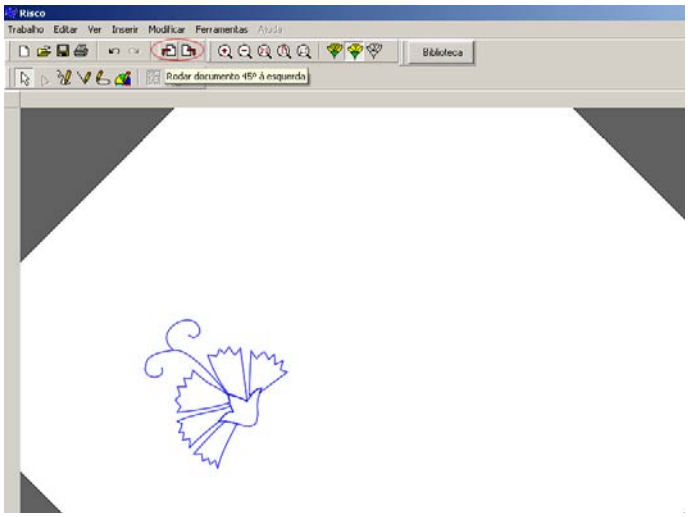
Espelhar um motivo é simplesmente duplicar esse mesmo motivo mas mudá-lo de lado. Para se proceder a essa operação deve-se:

- Seleccionar o motivo ou motivos;
- Menu *Inserir* clicar no submenu *Espelho*;
- Clicar na opção *Direita*, *Esquerda*, *Cima* ou *Baixo*.

A caixa de selecção aparece sempre no novo motivo.

Ver [Imagem 47]

Imagem 48



Rodar área de trabalho

Conforme o hábito de quem desenha, é mais fácil rodar uma folha de papel a ter de se deslocar à volta da mesma. Como tal, o software Risco possui uma função que permite rodar a área de trabalho possibilitando assim desenhar e visualizar a área em vários ângulos. Para rodar a área de trabalho é necessário:

- Clicar sobre a ferramenta *Rodar documento 45º à esquerda* ou *Rodar documento 45º à direita*.

A operação pode ser repetida quantas vezes as necessárias.

Ver [Imagem 48]

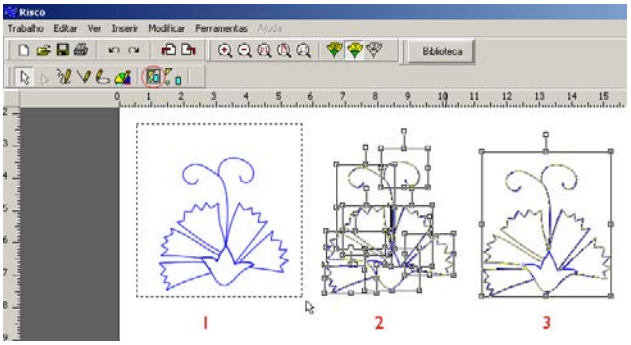
Agrupar/Desagrupar motivos

Se for necessário introduzir novas operações ou modificações a vários motivos simultaneamente, agrupam-se de modo a se poder trabalhar com eles como se fossem um único objecto. Podem também ser criados subgrupos dentro de grupos para ajudar a elaborar desenhos mais complexos. Pode-se desagrupar um grupo de motivos em qualquer altura e reagrupá-los posteriormente. Para agrupar vários motivos deve proceder-se da seguinte forma:

- Seleccionar os motivos através da selecção da área;
- Clicar na ferramenta *Agrupar elementos*.

Ver [Imagem 49]

Imagem 49

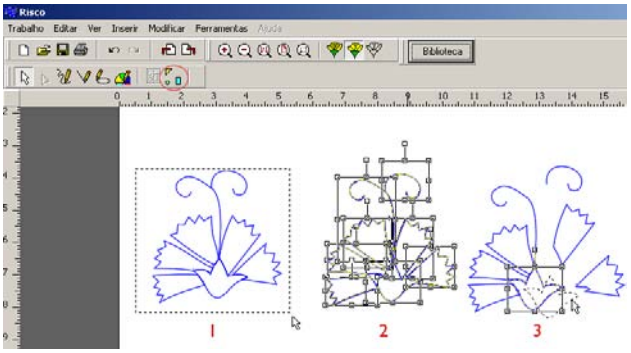


Ao seleccionar os vários motivos, os mesmos apresentam individualmente uma caixa de selecção. Quando os agrupamos, e como se torna num único objecto, visualizamos uma única caixa de selecção. Para inverter a acção e desagrupar os motivos:

- Seleccionar o grupo;
- Clicar na ferramenta *Desagrupar*.

Ver [Imagem 50]

Imagem 50

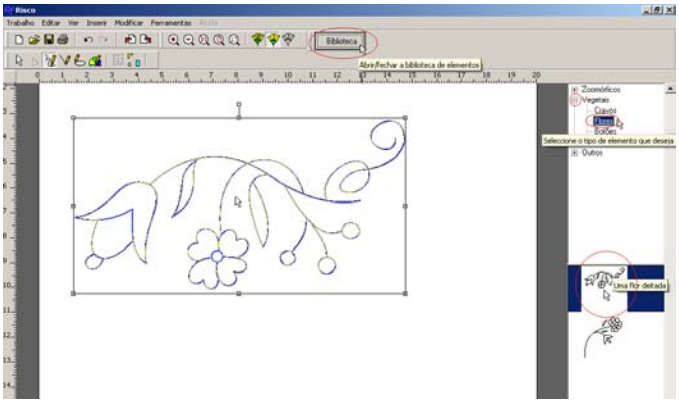


Abrir biblioteca/Inserir elementos na área de trabalho

O software Risco vem equipado com uma biblioteca local onde estão arquivados desenhos previamente criados. Para aceder à biblioteca e inserir desenhos na área de trabalho:

- Clicar sobre o botão *Biblioteca*;
- Abrir a pasta do grupo a que pertence o desenho desejado, clicando para tal na respectiva cruz;
- Seleccionar dentro da pasta, o desenho que se pretende, visualizando-se na

Imagem 51



janela de baixo a representação gráfica desse grupo de elementos;
- Clicar sobre o desenho e arrastá-lo para o local pretendido.

Quando se selecciona um desenho, destaca-se uma barra de fundo azul.

Ao arrastar o desenho, o ponteiro é acompanhado de um pequeno rectângulo que mostra o correcto arrastamento para a área de trabalho.

Para fechar a biblioteca basta clicar no botão *Biblioteca*.

Ver [Imagem 51]

capítulo 5

funções nível avançado

Zoom

As ferramentas de zoom permitem reduzir ou ampliar a visualização de um elemento. Pode-se ampliar para se verem mais detalhes ou reduzir para obter uma vista mais geral.

Ao trabalhar com elementos pequenos é conveniente ajustar o zoom para uma visão ampliada. Ao contrário, para reduzir a visualização de um trabalho opta-se por outra função. Para tal é necessário proceder-se a uma das seguintes operações:

Para ampliar o zoom:

- Menu *Ver* e clicar na opção *Mais Zoom* ou clicar na ferramenta *Aumentar Zoom*.

Ver [Imagem 52]

Ver [Imagem 53]

Imagem 52

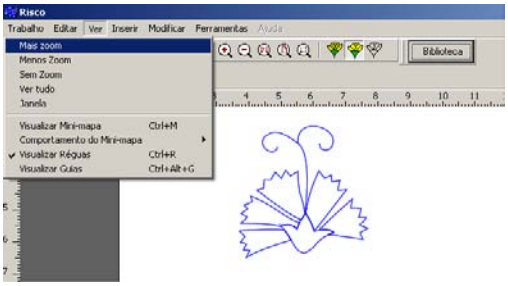
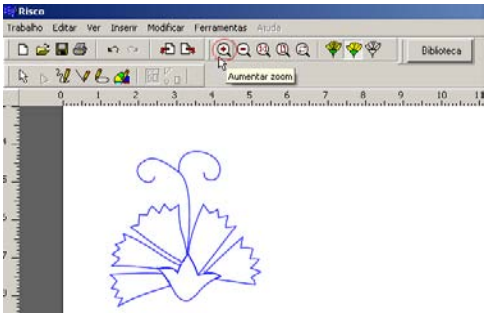


Imagem 53



Para reduzir o zoom:

- Menu *Ver* e clicar na opção *Menos Zoom* ou clicar na ferramenta *Diminuir Zoom*.

Ver [Imagem 54]

Ver [Imagem 55]

Imagem 54

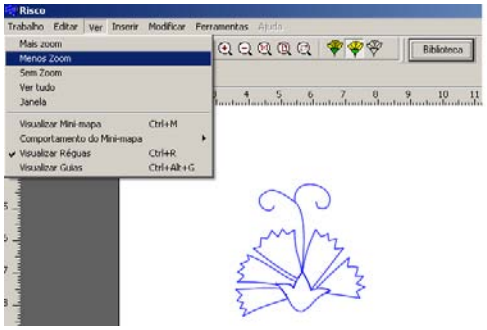


Imagem 55

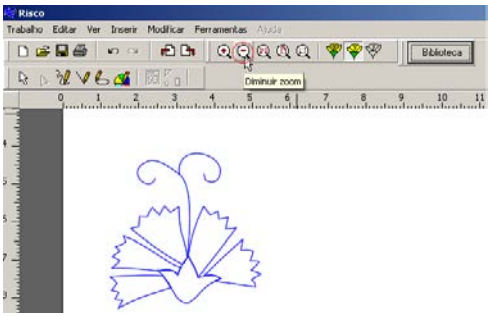


Imagem 56

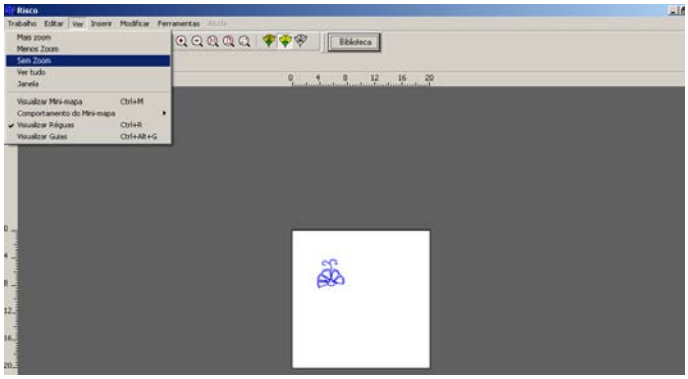


Imagem 57

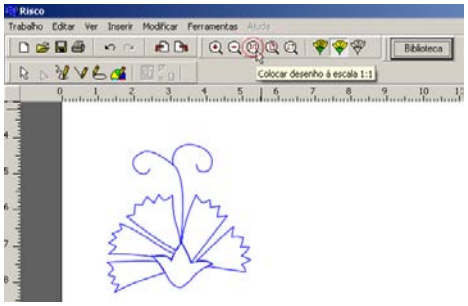


Imagem 58

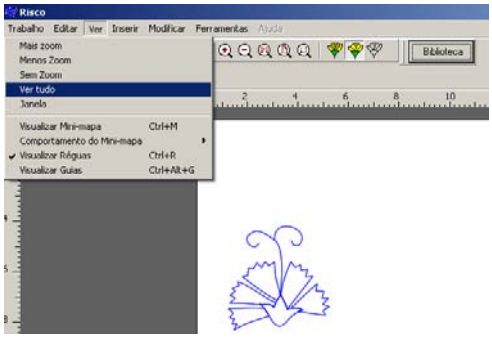
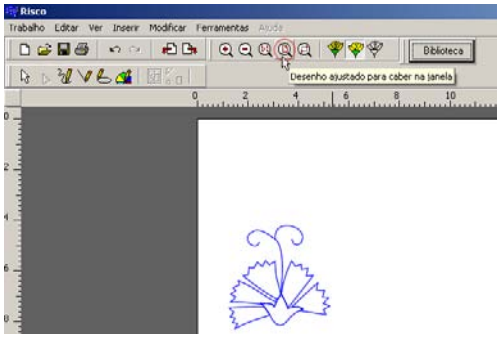


Imagem 59



Para além dessas hipóteses, existem ainda outras formas de adequar o zoom. Ferramentas como a de *Colocar desenho à escala 1:1*, *Desenho ajustado para caber na janela* e *Definir a zona onde fazer zoom*.

Para visualizar um motivo sem a aplicação de qualquer zoom:

- Menu *Ver* e clicar em *Sem zoom* ou clicar na ferramenta *Colocar desenho à escala 1:1*.

Ver [Imagem 56]

Ver [Imagem 57]

Para ver a totalidade do trabalho no ecrã:

- Menu *Ver* e clicar em *Ver tudo* ou clicar na ferramenta *Desenho ajustado para caber na janela*.

Ver [Imagem 58]

Ver [Imagem 59]

Para seleccionar uma determinada área que se pretende ampliar para ver ao pormenor:

- Menu *Ver* e clicar em *Janela* ou clicar na ferramenta *Definir a zona onde fazer zoom*.
- Colocar o ponteiro da *Ferramenta de seleccionar elementos* no início da área que se pretende ampliar;
- Arrastar o ponteiro até final da área a ampliar.

Para cancelar uma destas acções, basta mudar de ferramenta.

Ver [Imagem 60]

Ver [Imagem 61]

Ver [Imagem 62]

Imagem 60

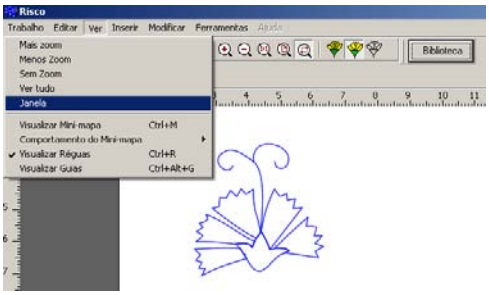


Imagem 61

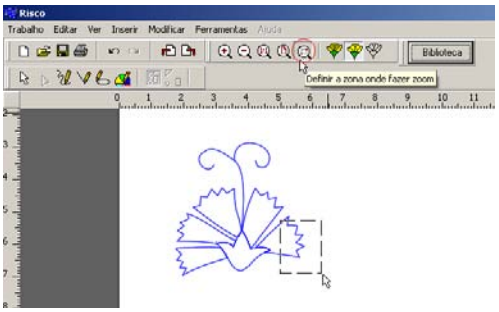


Imagem 62

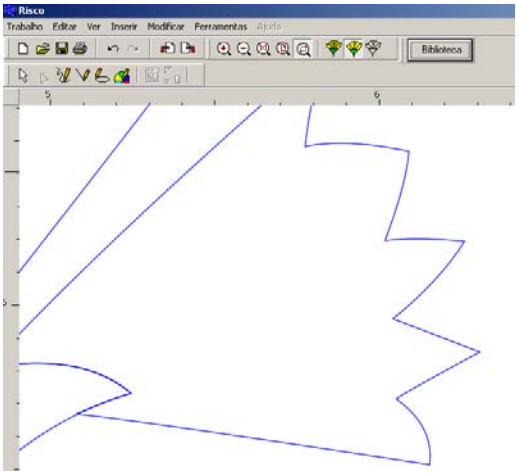


Imagem 63

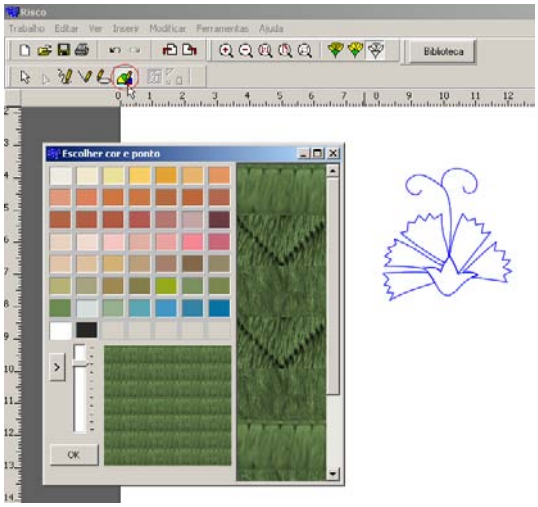
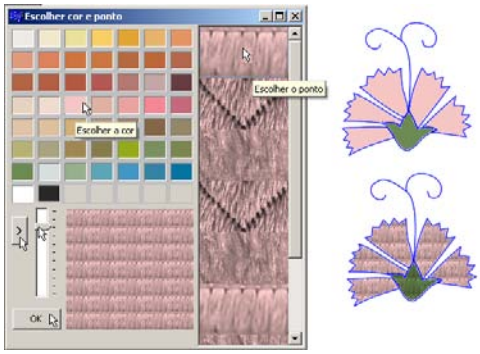


Imagem 64



Inserir cor/ponto

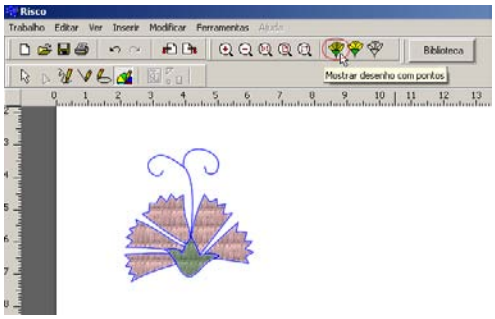
Para conferir maior realismo ao desenho final, o software Risco está dotado de uma paleta de cores e de uma biblioteca de tipologias de pontos que permitem preencher um motivo. Para tal, o motivo deve estar devidamente fechado, todas as linhas interligadas. Para conferir cor e uma textura a um motivo:

- Clicar na ferramenta *Escolher cor e ponto*;
- Na paleta de cores, clicar sobre a cor escolhida cujo efeito final se visualiza numa caixa de amostra;
- Escolher e clicar sobre o ponto a aplicar;
- Dimensionar o ponto à escala que se pretende.
- Clicar no botão *OK*.
- Posicionar o ponteiro e clicar sobre a área a preencher. A área assume automaticamente a cor e ponto seleccionados.

Caso se pretenda repor a escala inicial de um determinado ponto, clicar sobre o respectivo botão.

Ver [Imagem 63]
Ver [Imagem 64]

Imagem 65



Modo de visualização do preenchimento de motivo

Na operação anterior, embora se tenha seleccionado a cor e o tipo de ponto a aplicar a uma determinada área, a visualização que se obtém é do motivo preenchido com cor. Para que se visualize a cor e o ponto deve mudar-se a visualização do preenchimento do elemento. Existem três formas de visualização do preenchimento de um motivo:

Mostrar o desenho com pontos:

- Clicar na ferramenta *Mostrar desenho com pontos*.

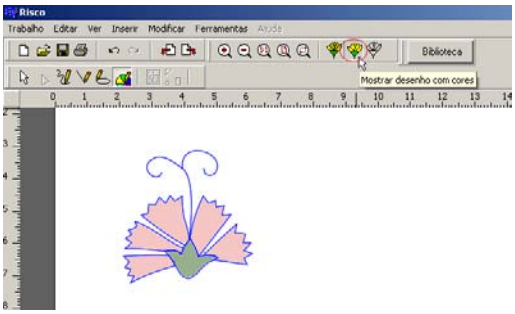
Ver [Imagem 65]

Mostrar o desenho com cores

- Clicar na ferramenta *Mostrar desenho com cores*.

Ver [Imagem 66]

Imagem 66

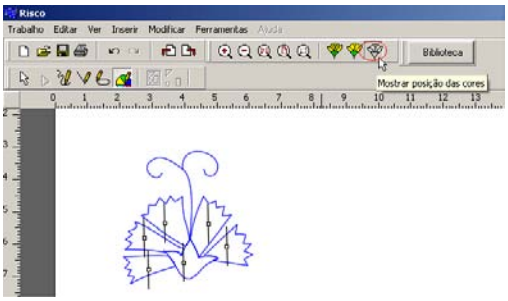


Mostrar posição dos pontos

- Clicar na ferramenta *Mostrar posição dos pontos*.

Ver [Imagem 67]

Imagem 67



Esta última acção permite que se visualizem indicadores de orientação do ponto, que pode ser alterada da seguinte forma:

- Clicar sobre a ferramenta *Mostrar posição dos pontos*;
- Clicar na *Ferramenta de seleccionar elementos;*
- Clicar sobre o indicador de orientação do ponto;
- Clicar na pega que se encontra fora da delimitação e rodar no sentido que se pretende. Ao largar a pega, o indicador mostra a nova direcção do ponto.

A pega do indicador de orientação de pontos permite ainda visualizar a cor atribuída ao ponto.

Ver [Imagem 68]

Imagem 68

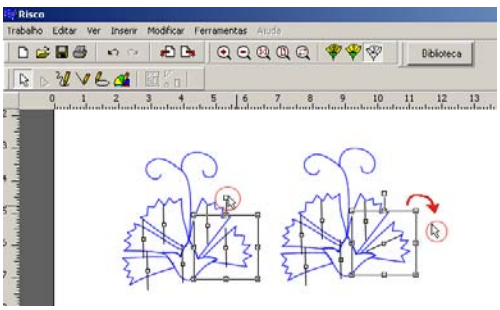


Imagem 69

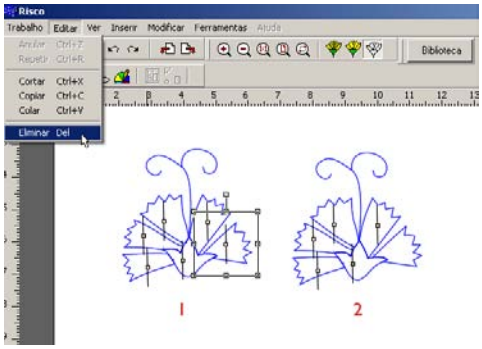


Imagem 70

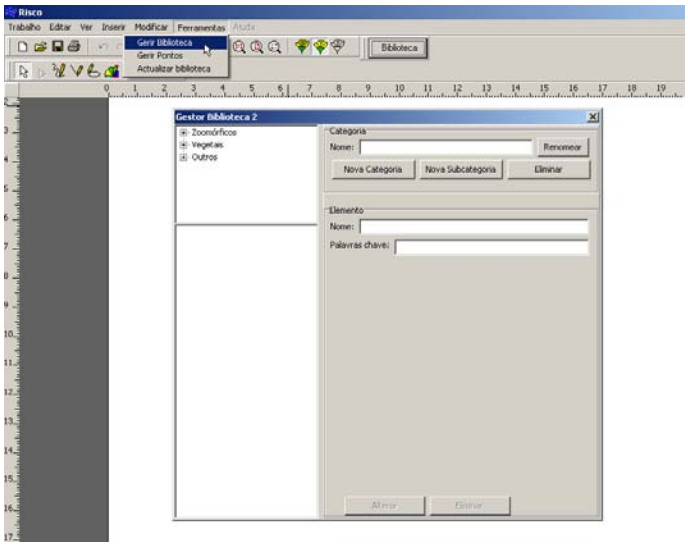
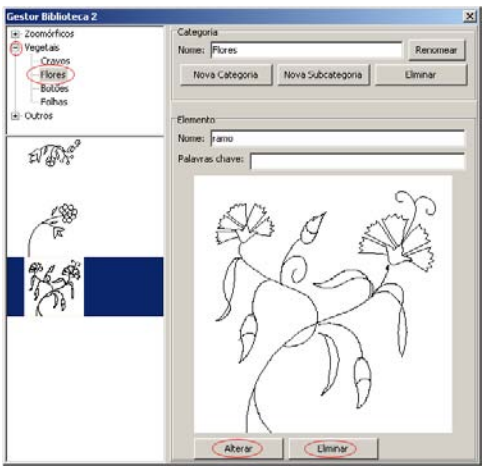


Imagem 71



Eliminar cor/ponto

Para eliminar uma cor ou ponto conferida a um elemento:

- Clicar sobre a ferramenta *Mostrar posição dos pontos*;
- Clicar na *Ferramenta de seleccionar elementos;*
- Clicar sobre o indicador de orientação do ponto;
- Menu *Editar* clicar na opção *Eliminar* ou clicar no botão *Apagar* na barra de ferramentas.

Ver [Imagem 69]

Gerir Biblioteca

Para além de todas as ferramentas mencionadas até ao momento, o software Risco permite ainda aceder à ferramenta *Gerir Biblioteca* onde o utilizador pode administrar a biblioteca local, alterar e eliminar motivos. Para aceder a essa função:

- Menu *Ferramentas* e clicar em *Gerir Biblioteca*;
- Abrir a pasta do grupo a que pertence o motivo, clicando para tal na respectiva cruz;

Ver [imagem 71]

- Seleccionar dentro da pasta, o desenho que se pretende alterar ou eliminar, visualizando-se na janela de baixo a representação gráfica desse grupo de elementos;
- Clicar sobre o motivo que se visualiza depois na janela de amostras. Quando se selecciona um motivo, destaca-se uma barra de fundo azul.

Introduzir a alteração que se pretende.

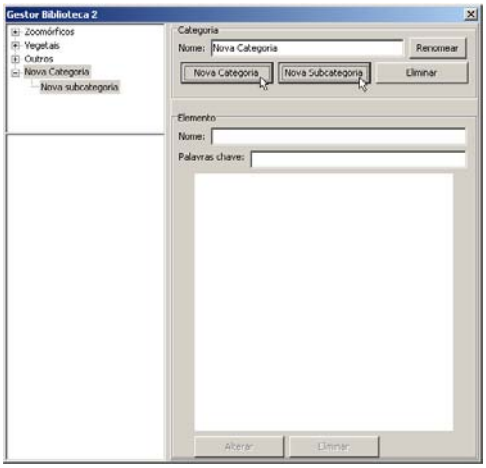
Ver [Imagem 70]

Ver [Imagem 71]

As alterações que são admitidas dentro da função *Gerir Biblioteca* passam por alterações ao nível da categoria e do elemento.
Em *Categoria* pode introduzir-se uma *Nova Categoria*, uma *Nova Subcategoria* ou mesmo eliminá-las. Possibilita também o renomear dessas categorias, introduzindo-se um novo *Nome* e clicando no botão *Renomear*. Todas estas alterações são possíveis de ser executadas às categorias e subcategorias já existentes na caixa lateral esquerda.
Na caixa *Elemento* podem ser introduzidas as alterações que dizem respeito aos elementos que se encontram dentro dos grupos e que devem previamente ser seleccionados. Esta caixa possibilita eliminar um elemento da biblioteca local, que se altere o nome ou que se lhe atribua uma palavra-chave para retingir o acesso. Para validar as alterações introduzidas, deve clicar-se no botão *Alterar*.
Para além destas funções, é possível arrastar um elemento que esteja dentro de um grupo para outro grupo.

Ver [Imagem 72]

Imagem 72



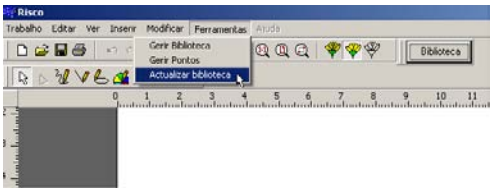
Actualizar Biblioteca

Para se ter disponível as últimas actualizações da biblioteca local:

- Menu *Ferramentas* e clicar em *Actualizar Biblioteca*.

Ver [Imagem 73]

Imagem 73



O sistema remete automaticamente para a actualização da biblioteca.

Imagem 74

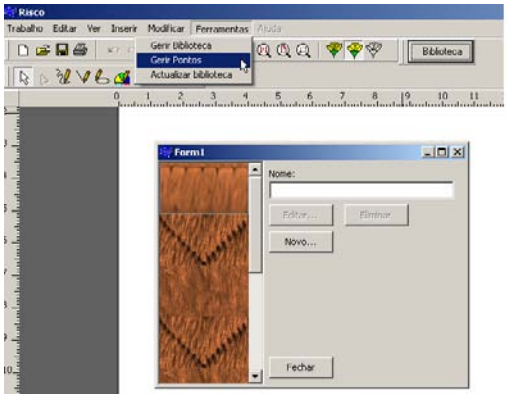
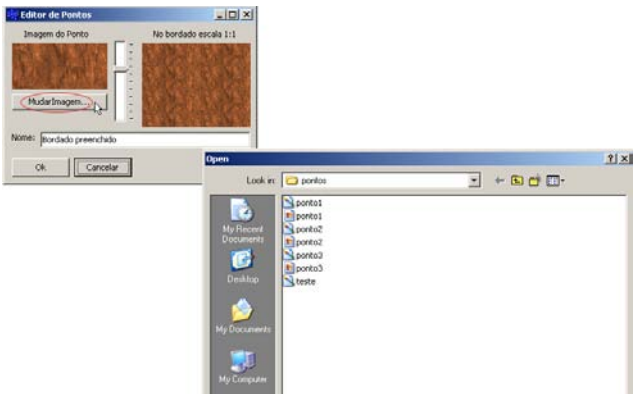


Imagem 75

Imagem 76

Imagem 77



Gerir Pontos

Conforme é possível gerir a biblioteca local, o software Risco também permite gerir os tipos de pontos existentes no arquivo. Na função *Gerir Pontos*, o utilizador pode administrar a listagem de pontos, adicionar um novo ponto, *editar* um ponto já existente ou *eliminá-lo*. Para aceder a estas funções:

- Menu *Ferramentas* e clicar em *Gerir Pontos*;
- Seleccionar o ponto se se pretender *Editar* ou *Eliminar* e clicar no respectivo botão.

Ver [Imagem 74]

Ver [Imagem 75]

Ao *Editar...* um ponto abre-se uma nova janela onde é possível visualizar a imagem do ponto e substituí-la por outra (*Mudar Imagem...*). Ao clicar no botão *Mudar Imagem*, abre-se uma outra nova janela que remete automaticamente para um arquivo onde se encontram imagens de outros pontos previamente gravados.

A janela *Editor de Pontos* permite ainda introduzir ou alterar o *Nome* do ponto e dimensionar o ponto à escala de 1:1 movendo o ponteiro do elevador.

Para validar todas as alterações introduzidas a um ponto, clicar em *OK* ou *Cancelar* para repor os valores iniciais e voltar à janela anterior.

Ver [Imagem 76]

Ver [Imagem 77]

Para fechar a janela de *Gerir Pontos*, clicar sobre o botão *Fechar*.

Para carregar um ponto novo para a listagem:

- Menu *Ferramentas* e clicar em *Gerir Pontos*;
- Clicar no botão *Novo*.

Abre-se uma outra nova janela (*Editor de Pontos*) que remete automaticamente para um arquivo onde se encontram imagens de outros pontos previamente gravados e que podem ser carregados para a listagem actual.

Ver [Imagem 78]

Ver [Imagem 79]

Imagem 78

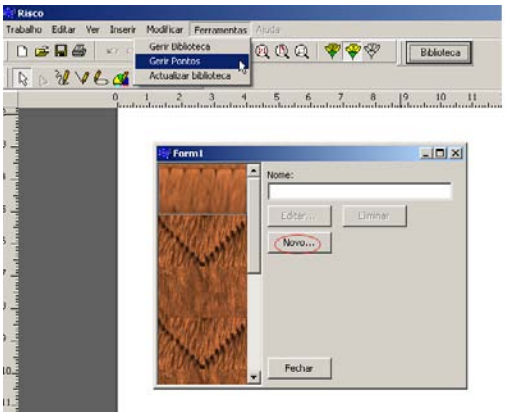
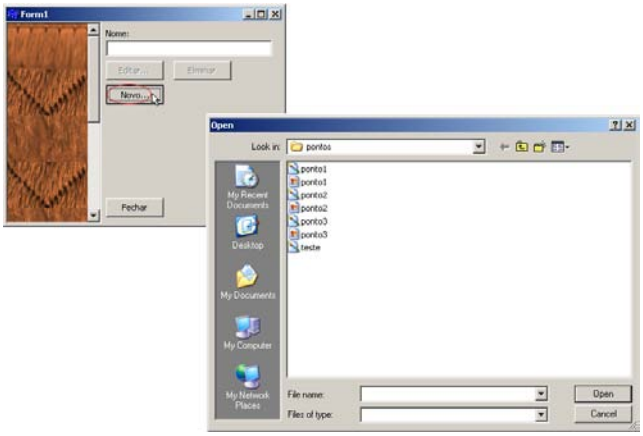


Imagem 79



Mini-mapa

A função *Visualizar Mini-mapa* é um recurso utilizado para visualizar a posição de um desenho em relação à área total apresentada, principalmente quando se amplia essa área. Para activar a função:

- Menu *Ver* e clicar em *Visualizar Mini-mapa*.

Para remover o mini-mapa deve repetir a operação anterior. O mesmo pode ser posicionado noutro local da área de trabalho devendo-se para tal colocar o ponteiro sobre a barra do título *Mini-Mapa* e arrastá-lo.

Ver [Imagem 80]

Imagem 80

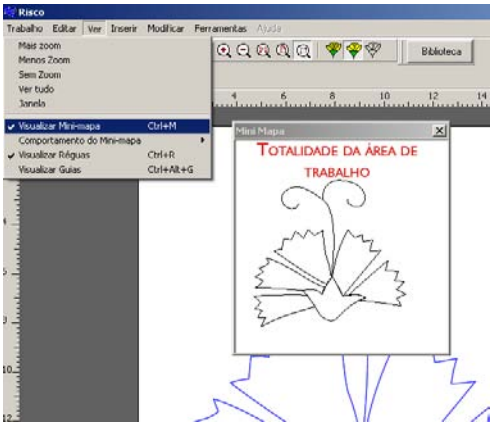
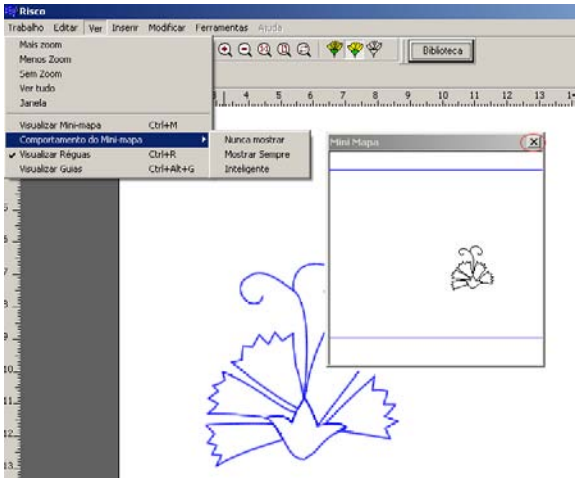


Imagem 81



O Mini-mapa pode assumir vários comportamentos dependendo da utilidade que se pretende dar. Para alterar o comportamento do Mini-mapa:

- Menu *Ver* e clicar em *Comportamento do Mini-mapa*;
- Clicar sobre a função *Nunca mostrar*, *Mostrar sempre* ou *Inteligente*.

Ver [Imagem 81]

Ao accionar a opção *Inteligente*, o mini-mapa surge unicamente quando não se visualiza a totalidade da área de trabalho que passa a aparecer no mini-mapa.

Para fechar o mini-mapa, clicar sobre o botão *Fechar* na janela do *Mini-mapa*.

capítulo 6

impressão

Como imprimir

Para imprimir um desenho pode usar:

- Menu *Trabalho* e clicar em *Imprimir_* ou clicar na ferramenta *Imprimir*.

Ver [imagem 82]

Ver [imagem 83]

De seguida é apresentada uma janela onde pode escolher as várias opções de impressão.

Ver [imagem 84]

Imagem 82

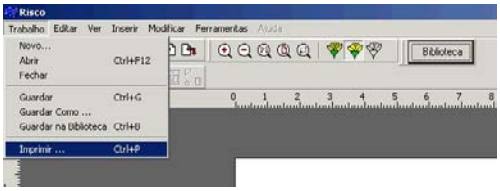


Imagem 83

Opções de Impressão

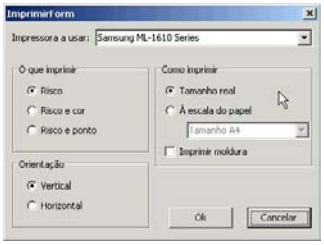
A primeira tarefa é escolher qual a impressora que se vai usar para imprimir.

Depois terá de decidir o que vai imprimir:

- Imprimir apenas o risco, quando se pretende, por exemplo, imprimir o trabalho em tecido.
- Imprimir o risco e a cor, ou seja, além do risco as zonas coloridas também vão ser impressas. Útil para imprimir em papel para se ter uma ideia da combinação das cores.
- Imprimir o risco e ponto, ou seja, vai imprimir o trabalho tal como se estivesse pronto. Este modo é útil para ver o efeito final do trabalho antes de ser bordado.

Depois de decidir o que vai imprimir é necessário definir como imprimir o trabalho. Esta escolha passa por imprimir o trabalho à escala real, ou seja, tal como vai ficar o produto final. Mas caso se pretenda, por exemplo, imprimir uma versão mais pequena para efeitos de teste, pode-se imprimir à escala do papel utilizado pela impressora.

Imagem 84



Actualmente os tamanhos de papel suportados são o A4 e o A3. Esta opção permite imprimir trabalhos com dimensões superiores às suportadas pelas impressoras comuns.

Existe ainda a possibilidade de imprimir, ou não, a moldura do trabalho. Esta possibilidade é útil nos casos em que se estão a imprimir versões à escala para ter uma ideia dos limites do trabalho. Já nas impressoras para tecido esta opção pode ser desligada.
Como em qualquer impressão pode-se regular se a impressão deve ser feita na vertical ou na horizontal.

capítulo 7

ferramentas de suporte | *website*

Apresentação do web-site

O menu geral do web-site mostra as várias opções e encontra-se dividido em seis áreas. Na barra superior disponibilizam-se os menus de acesso rápido às respectivas áreas: ***Área de A minha Conta, Amigos, Bordados, Documentos, Gerir utilizadores e Ajuda***. Cada uma dessas áreas possibilita o acesso a diferentes acções.
As acções disponíveis dependem do tipo de utilizador que acede à aplicação.
A tipologia de utilizadores podem ser várias:

- **Utilizador Anónimo** (não registado) – É um utilizador sem privilégios que só lhe é permitido: efectuar o registo; visualizar os bordados de carácter público e fazer o download desses mesmos bordados;
- **Utilizador Bordados** (registado) – Este utilizador pode efectuar as seguintes acções: visualizar os bordados públicos, privados (dos seus amigos) e validados; gerir amigos: adicionar e eliminar; partilhar bordados; gerir e pedir validação dos seus bordados;
- **Gestor Bordados** – Tem acesso à listagem de bordados que aguardam validação e assim efectuar ou rejeitar a validação.
- **Gestor Contas** – Este actor tem os seguintes privilégios: visualização de utilizadores que efectuaram registo; dar permissões de acesso aos utilizadores e retirar permissões de acesso;

Ver [imagem w01]

Imagem w01

Imagem w02

Imagem w03

Imagem w04

Imagem w05

Como áreas "fixas" a aplicação disponibiliza:

- A área de ***Documentos*** possibilita a consulta do ***Caderno de Especificações*** do Bordado de Castelo Branco, o ***Regulamento*** da Entidade de controlo e certificação e o ***Manual de utilizador do software Risco***.
- Esta área disponibiliza ajuda para ***Criar Conta***, consultar ***Perguntas Frequentes*** sobre a utilização do web-site ou ***Colocar Questões*** relativas ao funcionamento do mesmo, ao administrador cuja resposta será posteriormente enviada por e-mail ou de outra forma que se achar conveniente.

Ver [imagem w02]

Utilizador Anónimo (não registado)

Um utilizador não registado tem permissão apenas para visualizar e fazer o download de desenhos públicos. Para realizar esta acção deve-se:

- Menu ***Bordados*** clicar na opção ***Visualizar*** ou clicar no botão de atalho ***Bordados*** e depois *Visualizar*;

Ver [imagem w03]
Ver [imagem w04]
Ver [imagem w05]

A janela de visualização está dividida em duas secções, ***pesquisar*** e ***ampliar*** ou fazer ***donwload***.

Ver [imagem w06]

Imagem w06

Pesquisar

Para ***pesquisar*** deve-se:

- Inserir Nome, Palavras-chave, Autor ou Grupo para pesquisar um desenho;
- Clicar no botão ***OK*** para validar a pesquisa.

Ver [imagem w07]

Imagem w07

Ampliar

Para ampliar uma imagem basta clicar no respectivo botão que abrirá outra janela onde se pode visualizar a totalidade do desenho.

Ver [imagem w08]

Imagem w08

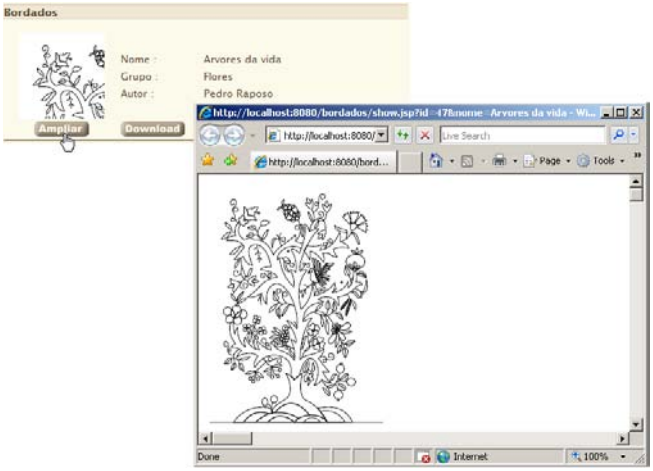


Imagem w09

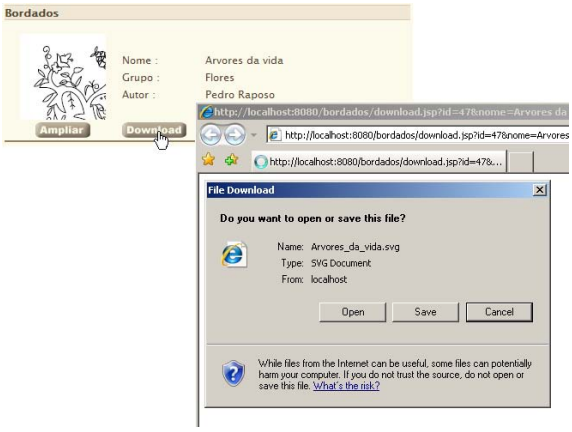


Imagem w10

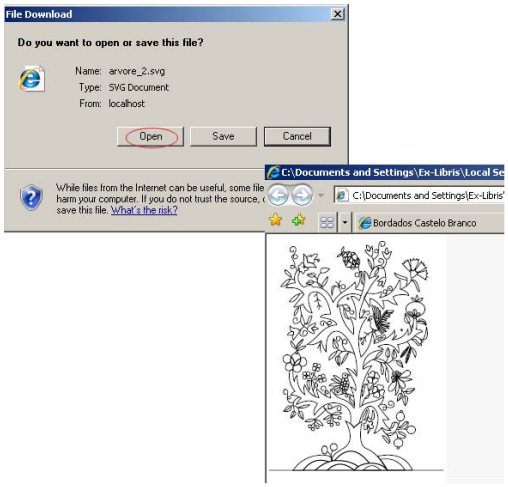
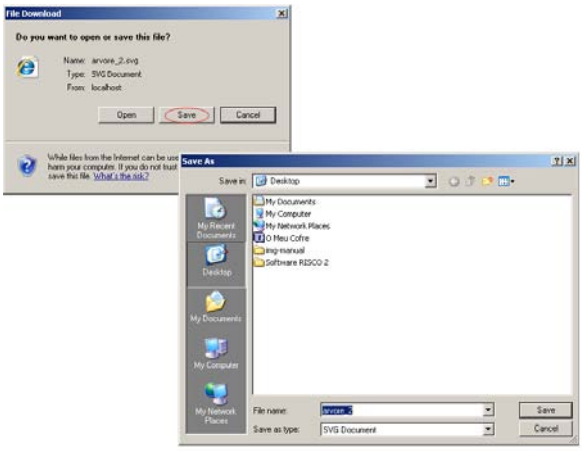


Imagem w11



Fazer download

Para fazer download de desenhos:

- Clicar no botão *Download*;
- Clicar no botão *Save* se se pretender guardar o desenho ou *Open* se se pretender apenas visualizá-lo;
- Preencher os campos *Gravar em* (*Save in*) e *Nome ficheiro* (*File name*).

Ao clicar em *Save*, aparece uma nova janela onde se deve indicar a localização e o nome do ficheiro.

Ver [imagem w09]

Ver [imagem w10]

Ver [imagem w11]

Criar conta

Para aceder ao formulário de registo na aplicação e criar uma nova conta deve preencher-se e submeter uma série de informação:

- Menu ***A minha Conta*** clicar na operação ***Criar conta*** ou no botão de atalho ***Criar conta***;
- Preencher os vários campos. Os que estão assinalados com um asterisco são de preenchimento obrigatorio;
- Clicar na opção *E-mail visível para os meus amigos* caso se pretenda facultar essa informação;
- Clicar no botão *OK* para validar o preenchimento do formulário de registo na aplicação.

Ver [imagem w12]

Ver [imagem w13]

Ver [imagem w14]

Depois terá de aguardar que o ***gestor de utilizadores*** efectue as permissões de acesso (Utilizador bordados, gestor de bordados ou gestor de utilizadores).

Num próximo acesso ao web-site, deve entrar na conta com os dados introduzidos no formulário.

Imagem w12

Imagem w13

Imagem w14

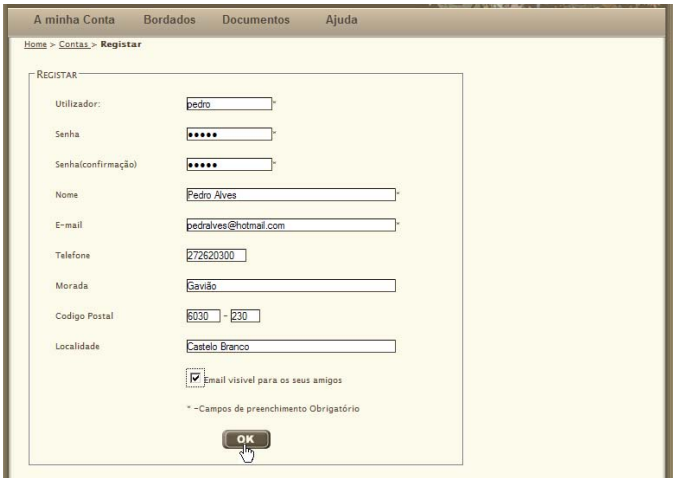


Imagem w15

Imagem w16

Imagem w17

Utilizador Bordados (registado)

Entrar

Para aceder à operação ***Entrar*** e disponibilizar a autenticação, deve proceder-se de uma das seguintes formas:

- Menu ***A minha Conta*** clicar na operação ***Entrar*** ou no botão de atalho *Entrar* (***Se já faz parte da comunidade***) que se encontra abaixo do menu geral.
- Introduzir o nome do *Utilizador* na respectiva caixa;
- Introduzir *Senha*;
- Validar informação ao clicar no botão *OK* para entrar na conta pessoal.

Ver [imagem w15]

Ver [imagem w16]

Ver [imagem w17]

Recuperar password

Para recuperar uma password esquecida, deve proceder-se do seguinte modo:

- Menu ***A minha Conta*** clicar na operação ***Recuperar Password*** ou no botão de atalho *Recuperar Password*;
- Preencher o campo *E-mail*;
- Clicar no botão *OK*.

Ver [imagem w18]

Ver [imagem w19]

Ver [imagem w20]

O sistema enviará para o e-mail introduzido a respectiva password.

Ver [imagem w21]

Imagem w18

Imagem w19

Imagem w20

Imagem w21

Imagem w22

Imagem w23

Imagem w24

Imagem w25

Alterar Conta

É o local onde é possível editar os dados pessoais do utilizador em sessão e alterá-los. Para tal basta preencher o campo a modificar e validar ao clicar no botão *OK*.

Ver [imagem w22]

Ver [imagem w23]

Clicar novamente em *Alterar Conta*.

Ver [imagem w24]

Ver [imagem w25]

Gerir amigos: adicionar/eliminar

É a página onde se podem gerir os amigos, pesquisar por nome ou localidade e adicionar/eliminar a partir do nome do utilizador.

- Menu *Amigos* clicar na operação ***Gerir*** ou no botão de atalho ***Gerir***;

Ver [imagem w26]

Ver [imagem w27]

Imagem w26

Imagem w27

Voltar a clicar em *Permitir adicionar e remover amigos à lista, e consulta de dados*.

Ver [imagem w28]

Ver [imagem w29]

Imagem w28

Imagem w29

Para encontrar um utilizador já existente no sistema, pode-se pesquisar por nome ou localidade e clicar no botão *OK*.

Ver [imagem w30]

Imagem w30

Imagem w31

Imagem w32

Imagem w33

Imagem w34

Imagem w35

A mesma janela mostra uma listagem dos amigos do utilizador com os seus dados. Ao seleccionar um amigo da listagem, pode ser eliminado se clicar sobre o botão ***Eliminar*** ou pode ***adicionar*** um utilizador como amigo.

Ver [imagem w31]

Visualizar os bordados públicos, privados (dos seus amigos) ou certificados

Para que um utilizador possa visualizar qualquer tipo de bordado (público, privado ou certificado) deve clicar em:

- Menu *bordados* clicar na opção *visualizar* ou clicar no botão de atalho *opções relacionadas com os seus bordados, pesquisar, gerir…*
  Depois em *Permitir visualizar* e *Fazer download de bordados*. Está disponível um filtro para facilitar possíveis pesquisas.

Ver [imagem w32]
Ver [imagem w33]
Ver [imagem w34]
Ver [imagem w35]

Na janela de pesquisa, tem permissão para procurar desenhos por grupos ou com *Visibilidade* específica (todos/públicos/privado/certificado).

Por grupo:

Ver [imagem w36]

Com visibilidade especifica:

Ver [imagem w37]

Gerir

Um utilizador registado pode ainda ***Gerir*** *Bordados* através do acesso a uma listagem de desenhos pessoais do utilizador registado, disponibilizando opções de edição: ***Novo, Alterar*** **ou** ***Eliminar***. Para efectuar esta operação:

- Menu *Bordados* clicar na opção *Gerir* ou clicar no botão de atalho *Gerir*;
- Inserir Nome, Palavras-chave, Grupo ou Visibilidade para pesquisar um desenho;
- Clicar no botão *OK* para validar a pesquisa.

Ver [imagem w38]

Clicar no botão *Opções relacionadas com os seus Bordados. Pesquisar, gerir ...*

Ver [imagem w39]

E posteriormente em *Para gerir os seus bordados (Adicionar, Editar e Eliminar)*.

Ver [imagem w40]

Imagem w36

Imagem w37

Imagem w38

Imagem w39

Imagem w40

Imagem w41

Imagem w42

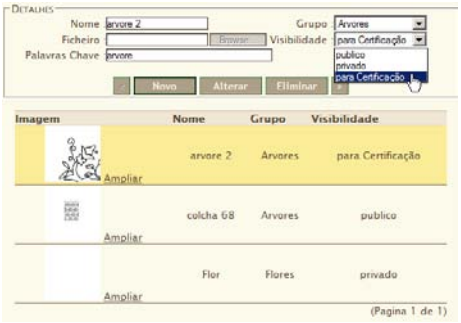
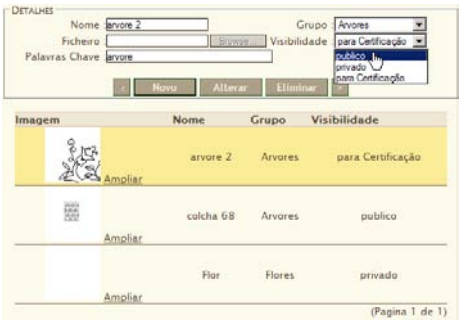


Imagem w43



Visualiza-se uma listagem de desenhos públicos, privados e validados com possibilidade de ampliação. A listagem encontra-se acompanhada de um filtro que facilita a pesquisa de um determinado desenho.

Ao clicar sobre um desenho que se encontra na listagem, visualizam-se os detalhes do desenho: *Nome*, *Ficheiro* (para adicionar um desenho novo à listagem), *Palavras-chave*, *Grupo* e *Visibilidade*. Na opção *Visibilidade* na caixa de *Detalhes,* o utilizador pode definir o estado do seu desenho: *publico*, *privado* ou submetê-lo à *validação*.

Ver [imagem w41]

Pedir validação de Bordados

Para submeter um desenho à validação, deve clicar em *Para Certificação*.

Em seguida deve aguardar-se que esse seja avaliado pelo *gestor de bordados.*

Ver [imagem w42]

Partilhar bordados

Se se pretender que os desenhos sejam de domínio público, acessíveis a utilizadores registados e não registados, deve clicar-se em *público*.

Ver [imagem w43]

Gestor Bordados

O processo de validação processa-se da seguinte forma:

O utilizador com permissões de ***Utilizador Bordados*** insere um bordado com imagem e respectivos dados na aplicação e define-o como "***para validar***".

Um utilizador com permissões de ***Gestor Bordados***, consiste na comissão de validação que têm como função verificar se os motivos/desenhos enquadram as regras definidas para o Bordado de Castelo Branco, acedendo à aplicação e uma vez listados os motivos/desenhos pode aceitar ou rejeitar a validação.

Caso a validação seja aceite, o desenho deixa de poder ser alterado pelo utilizador que o criou, caso contrário continua a ser do seu acesso, passando o seu estado para a visibilidade ***privada***.

Ver [imagem w44]

Ver [imagem w45]

Visualizar desenho submetido:

Ver [imagem w46]

Depois, validar ou rejeitar um desenho.

Ver [imagem w47]

Imagem w44

Imagem w45

Imagem w46

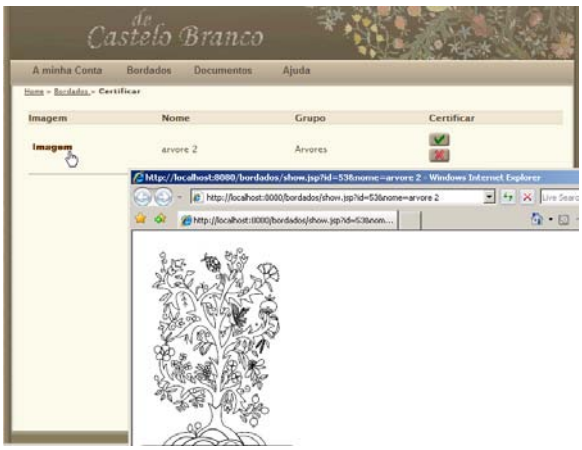


Imagem w47

Imagem w48

Imagem w49

Gestor de Contas

O ***Gestor de Contas*** visualiza todos os utilizadores que efectuaram registo e atribui permissões de acesso, definindo tipos de utilizador.

Ver [imagem w48]

Ver [imagem w49]